

**ADVERTIMENT.** La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX ([www.tesisenxarxa.net](http://www.tesisenxarxa.net)) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

**ADVERTENCIA.** La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR ([www.tesisenred.net](http://www.tesisenred.net)) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

**WARNING.** On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX ([www.tesisenxarxa.net](http://www.tesisenxarxa.net)) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author



# **HABITAR EM PORTUGAL NOS ANOS 1960: RUPTURA E ANTECEDENTES**

UM CAMINHO PELO INTERIOR DO DISCURSO

**PATRÍCIA SANTOS PEDROSA**

Tese de Doutoramento

Departamento de Projectes Arquitectònics  
Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona  
Universitat Politècnica de Catalunya

Maio de 2010

## PARTE I \_ ANTECEDENTES: REFLEXÕES, IMAGINÁRIOS E DIVULGAÇÃO



fig. 1.1 – Ninho, Raul Lino

*A Nossa Casa. Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples.* Lisboa: Atlântida, 1918, p. 63.

## 1. RAUL LINO: INQUIETUDES E MODERNIDADES ANTECIPADAS

No seu primeiro livro *A Nossa Casa. Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples* [fig. 1.2], publicado em 1918, Raul Lino (1879-1974) fecha as mais de sessenta páginas do texto com um pequeno desenho de um ninho com os seus cinco habitantes<sup>4</sup>. Suportados por uma estrutura de entrançado cuidadoso e regular, um casal de pássaros protege, com os seus corpos, um conjunto de crias; nada sobra, nada existe para além do justamente necessário [fig. 1.1]. O controlado sentido do desenho, conseguido tanto pela contenção gráfica, como pela força unitária que as partes – pais, crias e ninho – transmitem, poderá ser a melhor das sínteses da ideia de casa defendida – pela palavra e pelo traço – por Raul Lino e que nos interessará aprofundar nas páginas que se seguem.

A algumas das características deste ninho representado voltaremos mais tarde. Ainda assim, é importante sublinhar – de antemão – algumas das que se cruzaram com as próprias características identificáveis no tema da casa que Raul Lino investiga. A ideia de justa medida surge neste desenho por diversos caminhos. O interior, do qual só se intui a configuração, resulta naturalmente das dimensões da família e satisfaz as suas necessidades. Não se apreendem excessos que ponham em causa este equilíbrio. Esta sensação é transmitida pela leitura de uma perfeita correspondência cavo/casca. O carácter contido que o exterior nos transmite corresponderá, seguramente, à fiel representação do que no acontece interior.

A naturalidade com que surge composto o pequeno desenho é intensificada pelas relações gráficas e o mesmo acontece com as intuídas relações familiares em presença. Nos dois pássaros que constituem o

---

<sup>4</sup> Raul Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Lisboa: Atlantida, 1918, p. 63.

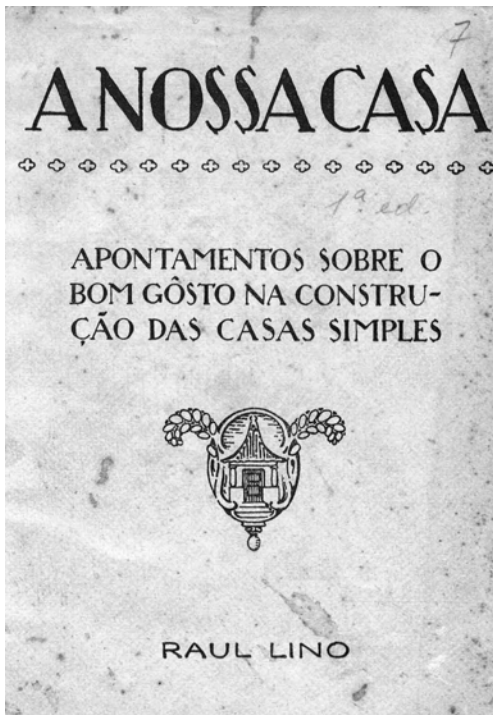


fig. 1.2 – Capa. Raul Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Lisboa: Atlantida, 1918.

casal, consegue perceber-se os diferentes papéis que representam através da sua colocação relativa. Se, por um lado, temos a discreta diferença de dimensão, encontramos, por outro, distintas atitudes na relação com o interior e o exterior: a figura da esquerda, masculina, protege com uma das asa abertas o ninho, mas lança a outra asa e o olhar – a sua atenção – para o exterior. A figura da direita, feminina, equilibra-se para o interior, orientando toda a sua atenção ao que dentro está a acontecer. Abaixo destas duas figuras, as crias reclamam atenção e alimento, triplamente protegidos, por cada um dos progenitores e pelo ninho. Exceptuando o olhar do pai, tudo acontece virado para o que se passa dentro, inclusive o ninho – do qual só conhecemos o casco – nos remete para o interior. A imagem de exterior regular e equilibradamente tricotado

recebe, por oposição, os filhos que se agitam freneticamente. O ninho, trono invertido, valoriza com o seu carácter discreto o que dentro acontece.

Muitas páginas antes, quase no início do livro, Lino já avisara que este era dirigido àqueles “que se enternecem pelo conforto espiritual de um ninho construído com beleza”<sup>5</sup>. Neste jogo de transposição, do ninho à casa, o arquitecto português encontra-se com o que será defendido por Gaston Bachelard. A chave que une estas duas realidades habitadas é a da simplicidade. Assim, como escreve este autor, o “ninho, como toda a imagem de repouso, de tranquilidade, associa-se imediatamente à imagem da casa simples. Da imagem do ninho à imagem de casa, ou vice-versa, as passagens só se podem fazer sob o signo da *simplicidade*”<sup>6</sup>.

Deste modo, constitui-se uma das definições mais perseverantes e presentes no habitar desejado por Lino. Na simplicidade defendida por Bachelard como qualidade inerente à casa-ninho, encontraríamos seguramente igual anuência por parte de Lino à ideia de “lugar natural da função de habitar”<sup>7</sup> defendida pelo primeiro. Assim, o lugar habitado surge como oposição à adversidade do mundo exterior, posteriormente experimentado<sup>8</sup>, e que contém a “experiência da hostilidade do mundo”<sup>9</sup>.

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p. 4.

<sup>6</sup> Gaston Bachelard, *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [*La Poétique de l'Espace*, 1957], p. 110.

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*, p. 111.

<sup>8</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 26.

<sup>9</sup> Bachelard, *A Poética do Espaço*, pp. 115-116.

Deste ninho simbólico de outros habitares, partiremos à procura de como se constrói esta ainda oitocentista casa-ninho e como, mais tarde – de forma efectiva ou aparente – se destrói uma ideia de casa e se assiste a uma procura de diferentes propostas teóricas e projectuais nas arquitecturas domésticas portuguesas. Como se poderá caracterizar esta casa portuguesa procurada por Raul Lino, agida por uma multidão de anónimos e defendida, na sua origem, por um leque alargado de intelectuais portugueses? Interessa encontrar uma resposta a esta pergunta para, posteriormente, ser possível perceber a que processo de ruptura/continuidade a que assistiremos nas décadas seguintes.

A passagem do século XIX para o XX acontece em Portugal com relativa actualidade face ao que, na discussão do carácter nacional das artes, ia acontecendo pela Europa moderna. Esta discussão inscrevia-se num quadro de crítica generalizada e ampla frente ao fazer eclético<sup>10</sup>, com a sua vertente internacionalista e de propagação alargada. No que à arquitectura diz respeito, a Inglaterra teve um duplo papel no surgimento da questão da identidade nacional, discutida intensamente em Portugal no final do século XIX e com continuidade para o seguinte. Politicamente, com consequências transversais a toda a população portuguesa, o ultimato britânico, efectuado em 1890<sup>11</sup> e motivado pelos interesses coloniais africanos em choque, produz em Portugal um “momento de humilhação e ansiedade” que arrastará atrás de si profundas e estilhadas repercussões políticas e culturais<sup>12</sup>.

Apesar do generalizado sentimento profundamente anti-britânico, encontramos, no seio da arquitectura portuguesa, a questão identitária suportada pelo que seriam os modelos da *home* inglesa. Mais especificamente, assiste-se ao sistemático recorrer aos autores ingleses quando é necessário encontrar referências teóricas e exemplos de produção que correspondam à correcção de resposta desejada. O historiador José Pessanha (1865-1939) escreve, em 1903, que a questão da definição de um tipo acertado para a casa – tanto de campo como urbana –, empresa “sem dúvida, melindrosa e difícil”, teria nos artistas de além-Mancha, um bom exemplo já que estes “lograram, é verdade, sob a influência de W. Morris, de Walter Crane, de J. Ruskin, constituir essa tão bela, tão pratica e tão característica arquitectura inglesa moderna”<sup>13</sup>.

Um ano antes, um quase anónimo autor, defendera também que a resposta ao problema do “frio desconsolo” e da “falta dessa espécie de sorriso acolhedor” na cidade nascente, passaria pela compreensão do processo de resposta inglês que implicava “as mesmas fontes de inspiração, o

---

<sup>10</sup> Alan Colquhoun, *La Arquitectura Moderna. Una visión desapasionada*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005 [2002], p. 9.

<sup>11</sup> Como resultado das divergências sobre a soberania dos territórios africanos que se encontravam entre Angola e Moçambique (actual Zimbabwe), no início de 1890, o governo inglês exige a retirada das tropas portuguesas desse território. Portugal acaba por ceder e sofre as consequências políticas internas desse recuo.

<sup>12</sup> Pedro Vieira de Almeida, “Sociedade e identidade nacionais” in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986, p. 44.

<sup>13</sup> José Pessanha, “Fachadas de estylisação tradicionalista”, *A Construção Moderna*, n.º 102, Ano IV, 20 Jul. 1903, p. 139.

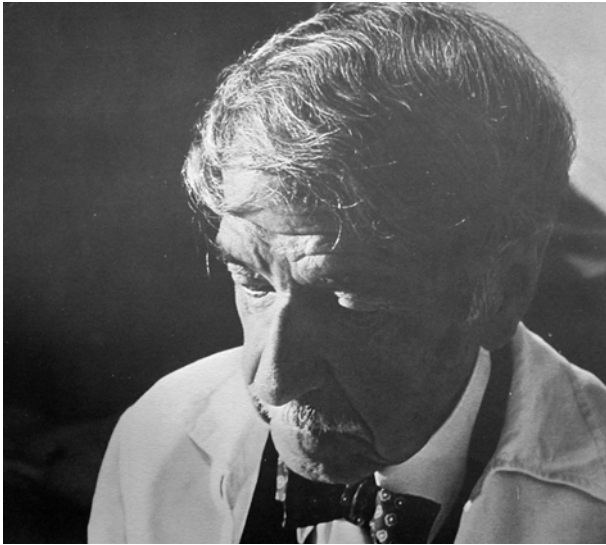


fig. 1.3 – Fotografia de Raul Lino de Reinaldo Viegas, s/data. Fundação Calouste Gulbenkian, *Raul Lino. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 6.

mesmo esforço para produzir original, lógico, confortável, – e tanto quanto possível, nacionalista”<sup>14</sup>. Para aqueles que acreditavam na reconstrução do valor da arquitectura nacional através da sua vertente generalizável – contra os monumentos e os objectos de excepção –, ou seja, o que é natural ao país e por isso reflexo da geografia e das gentes, reconhecem no processo de desenvolvimento da arquitectura doméstica inglesa um caminho e uma referência incontornável.

De um modo distinto, encontramos em Raul Lino [fig. 1.3] este papel capital do exterior como catalisador do que se pensa e de como se pensa o ser nacional. Como refere, é ao historiador alemão Albrecht Haupt (1852-1932)<sup>15</sup>, cuja ligação perduraria mesmo depois de Lino voltar a Portugal, que deve “o grande amor que [passou] a nutrir pela [sua] terra”<sup>16</sup>. A investigação que Haupt dedicara ao Renascimento português serviu de ancoragem ao modo de Lino se relacionar com o país que mal conhecia. Saído de Portugal muito jovem, aos onze anos, é à volta, e já com o enquadramento afectivo e intelectual que Haupt lhe transmitira, que concretiza a descoberta, o conhecimento e a aprendizagem do país.

Em torno do tema da arquitectura doméstica, a questão encontra um primeiro enquadramento nacional, como já referimos, na discussão mais ampla sobre a cultura literária e artística nacional. Os intelectuais críticos opõem-se veementemente à generalização dos chamados “Chalet-clamor”, referidos como entidade “pelintra” e resultando de uma “absurda transplantação [...] das incontornáveis gaiolas alpinas”<sup>17</sup>. Neste contexto, a reflexão e a acção de Raul Lino – eixo que marca a primeira parte do século XX – são resultado deste ar dos tempos, colocando-se igualmente contra a proliferação desta referência considerada como uma “desnacionalização”<sup>18</sup> que não satisfazia, em nada, a procura da alma da arquitectura portuguesa que a passagem do século clamava pela voz dos seus intelectuais.

---

<sup>14</sup> J. B., “Arquitectura doméstica”, *A Construção Moderna*, n.º 59, Ano III, 10 Mai. 1902 [*Diário de Notícias*, 14 Abr. 1902], p. XXVIII.

<sup>15</sup> Albrecht Haupt: Arquitecto e historiador alemão. Na sua investigação de doutoramento, terminada em 1893, dedicou-se ao estudo da arquitectura renascentista portuguesa (Portugiesische Frührenaissance. Berlin: Spemann, [1898]).

<sup>16</sup> Raul Lino citado por Diogo Lino Pimentel, “Biografia” in Fundação Calouste Gulbenkian. *Raul Lino. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 8.

<sup>17</sup> Abel Botelho, “A casa portuguesa”, *A Construção Moderna*, n.º 92, 10 Abr. 1903 [*O Dia*, 11 de Mar. 1903], p. 59.

<sup>18</sup> Raul Lino citado por José Luís Quintino, *Raul Lino*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. [Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa], 1983, p. 87.



Nos primeiros anos do século XX português assistimos a uma discussão dos temas arquitectónicos que se organizam em grande medida em torno de atitudes opinativas, onde “as interpretações sobre a arquitectura, [formavam] ideias gerais – por vezes levadas ao lugar-comum –, que determinaram a orientação dos trajectos conceptuais da arquitectura”<sup>19</sup>. A resposta mais sólida chega pela mão de Raul Lino e, neste sentido, torna-se necessário observar com atenção a proposta deste arquitecto que procura dar consistência ao tema da *casa portuguesa*. Lino concede-lhe um papel principal e reconhece-lhe o lugar de elemento vital para a caracterização da arquitectura nacional, fazendo dela porta-estandarte de um modo de estar, pensar e ser português, nascido desde o interior do habitar.

Mais importante do que não estar sozinho no interior desta “justa e patriótica cruzada”<sup>20</sup>, a acção de Lino é vista – principalmente do exterior da arquitectura – como a de um “paladino” que sabe construir a distância entre a investigação procurada e a atitude arqueológica face ao ideário nacional; era igualmente sublinhada a diferença que Lino representava, na separação entre as atitudes recompilatórias dos elementos – “tomados aqui e acolá, para emprego ornamental” – e a compreensão mais abrangente do acto de produzir a *casa portuguesa*<sup>21</sup>.

Perfeitamente enquadrado na “linha culturalista”<sup>22</sup>, Raul Lino regressara ao país nos últimos anos de 1800, depois de um percurso de aprendizagem por terras inglesas e alemãs<sup>23</sup>, inicia um longo trajecto de produção arquitectónica, no qual não podemos dissociar a vertente prática das propostas teóricas. Durante os mais de setenta anos que separam o regresso a Portugal e a sua morte encontramos uma extensa produção que abarca numerosos projectos – mais de quinhentos –, nos quais se destacam as casas de habitação unifamiliares mas também artigos de opinião sobre temas diversos, assim como os seus livros dedicados, principalmente, ao tema da *casa portuguesa*. As preocupações sobre este último atravessam toda a sua vida, colocando nele grande parte da sua energia e atenção. Terá sido, seguramente, de toda a sua produção aquela que mais divulgação teve e aquela que deu a Raul Lino grande visibilidade junto do público não especialista. Paralelamente a esta visibilidade surgiu também

---

<sup>19</sup> Rute Maria Pinto Figueiredo, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea. [Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa], 2002, p. 359.

<sup>20</sup> Pinázio de Carvalho (1900) citado por Paulo Simões Nunes, “A Construção Moderna e a cultura arquitectónica no “novecentos” em Portugal”, *Arte Teoria*, n.º 1, FBA-UL, 2000, p. 53.

<sup>21</sup> José-Augusto França, “A «casa portuguesa» e o «neo-romântico», no princípio de novecentos”, *Arquitectura*, n.º 95, Jan.-Fev. 1967, p. 31.

<sup>22</sup> Caracterização feita por Pedro Vieira de Almeida, na linha dos trabalhos de Françoise Choay (Ver: Pedro Vieira de Almeida, “Modelo progressista, modelo culturalista” in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986 e Idem, “Arquitectura e Poder. Representação Nacional” in Annette Becker; Ana Tostões; Wilfried Wang. *Arquitectura do Século XX - Portugal*. Frankfurt; Lisboa: Deutsches Architektur-Museum; Centro Cultural de Belém, 1997, p. 94).

<sup>23</sup> Para uma biografia alargada de Raul Lino consultar: Pimentel, “Biografia”, pp. 6-25. Recentemente Pedro Vieira de Almeida defendeu a Áustria como referência. Segundo o investigador, na passagem pela Alemanha Raul Lino ter-se-á aproximado da cultura austríaca, sendo desta que bebe as aprendizagens relativas às cores, às escalas, à relação cidade/campo e ao “saber habitar” (Pedro Vieira de Almeida, “Arquitectura Típica Portuguesa”. Conferência apresentada em Lisboa (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana), 13 Mar. 2009).

uma linha de crítica feroz vinda da parte de outros arquitectos. Esta começa logo com alguns dos seus contemporâneos e arrasta-se, com intensidades variáveis, até à segunda metade do século XX<sup>24</sup>.

A acção de Raul Lino organiza duplamente a questão sobre a Arquitectura em Portugal nas primeiras décadas do século XX. Por um lado, constrói uma associação entre o tema da arquitectura nacional e o da arquitectura doméstica; reflectir sobre a arquitectura fica associada durante pelo menos quatro décadas às questões levantadas pela *casa portuguesa*, colocando para segundo plano os restantes programas e as visões mais abrangentes. Por se constituírem como excepção, os restantes programas, não surgem como motivo de discussão alargada e de identificação de tipos. Afinal, a construção anónima preenchedora de cidade recai sobre a massividade dos edifícios dedicados à arquitectura doméstica contra a pontualidade dos outros programas arquitectónicos. A excepcionalidade era tangencial à visceralidade do interesse pelo modo de habitar português que tem na casa portuguesa o seu centro. Para além desta ancoragem, e em resultado desta, surge também a discussão da arquitectura doméstica como unidade unifamiliar. A estas consequências – arquitectura igual a arquitectura doméstica e arquitectura doméstica igual a arquitectura doméstica unifamiliar – voltaremos mais tarde.

Por outro lado, a questão levantada tem efectivamente a ver com alguns equívocos que pairam sobre a discussão, e que se reflectirá, inclusivamente, na prática. Se para uns a procura é a da identificação da estrutura que define a(s) casa(s) portuguesa(s) conceptualmente – Lino encontra-se genericamente neste grupo –, para outros a acção a implementar é a fixação de elementos nacionalizantes que possam ser reconhecidos e reproduzidos como tal. Como consequência, com especial referência a estes últimos, entramos naquelas que são as tensões alimentadas durante décadas e que funcionam como charneira.

A esta confusão de identificação do(s) tipo(s) e da aplicação do(s) mesmo(s) não será alheia a pertença desta polémica à sociedade *culta* em geral. Parece-nos interessante sublinhar que este debate teve eco em diversas publicações tanto especializados como generalistas. Nalguns casos, inclusivamente, a publicação dos artigos acontecia primeiro num jornal diário de maior divulgação e, só depois, era republicado numa revista de arquitectura<sup>25</sup>, demonstrando, deste modo, a amplitude e

---

<sup>24</sup> Como reflexo desta relação pouco arrumada com a prestação de Lino encontramos, já em 1970, aquando de uma exposição retrospectiva sobre Raul Lino realizada na Fundação Calouste Gulbenkian o surgimento de uma extensa lista de arquitectos que publicamente reclamam contra o reconhecimento que esta acção implicava (Pedro Vieira de Almeida, "O «arrebalde» do céu" in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986, p. 110.). O catálogo da exposição inclui artigos de José-Augusto França, Pedro Vieira de Almeida e Manuel Rio-Carvalho (Fundação Calouste Gulbenkian, *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970).

<sup>25</sup> Como exemplos: B., "Architectura doméstica", *A Construção Moderna*, n.º 59, Ano III, 10 Mai. 1902 é originalmente publicado no *Diário de Notícias* de 14 de Abril de 1902 e Botelho, "A casa portuguesa", *A Construção Moderna*, n.º 92, 10 Abr. 1903 tem a sua primeira publicação n' *O Dia* de 11 de Março de 1903.

o interesse extra-arquitectónico da questão implícita à caracterização da *casa portuguesa* e que ultrapassava, como se vê, a esfera dos profissionais do projecto.

### 1.1. ENTRE A CASA E AS CASAS

São duas as linhas que nos interessa sublinhar na controvérsia que se arrastará à volta do tema da *casa portuguesa*. A primeira, surgida por volta de 1900, resulta da investigação que estrutura este imaginário e que levanta a dúvida sobre qual das fontes representa afinal o tipo da casa portuguesa a ser considerado. A segunda, nas décadas seguintes, questiona o processo (ou inexistência do mesmo) que resulta necessário aplicar para a não criação de uma soma de elementos arquitectónicos que se constituam arqueologicamente como resposta.

A construção de uma ideia que reconhece a existência de uma casa tipo portuguesa é tanto literária como resultado de uma pouco sistemática ou aprofundada investigação inicial, sustentada por um conjunto de intuições mais ou menos assertivas. Em 1898, o militar e historiador Henrique das Neves escreve parecer-lhe existir um “tipo português de casa de habitação”. Esta sua convicção é sustentada pelo que ouvira a Francisco Paula e Oliveira (1768-1865), depois de uma campanha de “exploração antropológica pré-histórica” realizada a Trás-os-Montes e na qual tivera a companhia do geólogo Nery Delgado (1835-1908)<sup>26</sup>. Sublinhe-se que esta defesa é efectuada num conjunto de notas finais do livro destinado a estudar o lugar arqueológico, designado por Cava de Viriato, nas imediações de Viseu e cuja designação e localização se constitui igualmente cheio de mítico carácter nacional, em nada casual.

Apesar de não se reconhecer habilitado a responder à existência ou não de um tipo, não hesita em propor uma leitura resultante do seu conhecimento – não sistemático – de uma outra região. Não entrando em paralelismos com as eventuais descrições que Paula e Oliveira tivesse feito, Neves afirma ter encontrado mais a Sul, na Beira Alta, “nos campos e aldeias em volta de Viseu”, algumas continuidades que lhe permitiam confirmar a existência da tal “casa de habitação portuguesa”<sup>27</sup>. Não se trata de continuidades com as observações de Paula e Oliveira mas de continuidades dentro de determinadas respostas beirãs que vai encontrando, nesse limitado território que escolhe como suporte à sua convicção.

Esta casa-tipo identificada pelo autor é caracterizada por ter uma fachada principal com ampla varanda. Esta serviria o pavimento nobre, numa confluência de espaço de transição e de espaço de estar múltiplo. O primeiro, o espaço de transição, é conseguido por ser nesta peça que se amarram as

---

<sup>26</sup> Henrique das Neves, *A Cava de Viriato. Notícia descritiva e crítico-histórica*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1893, p. 47.

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*.

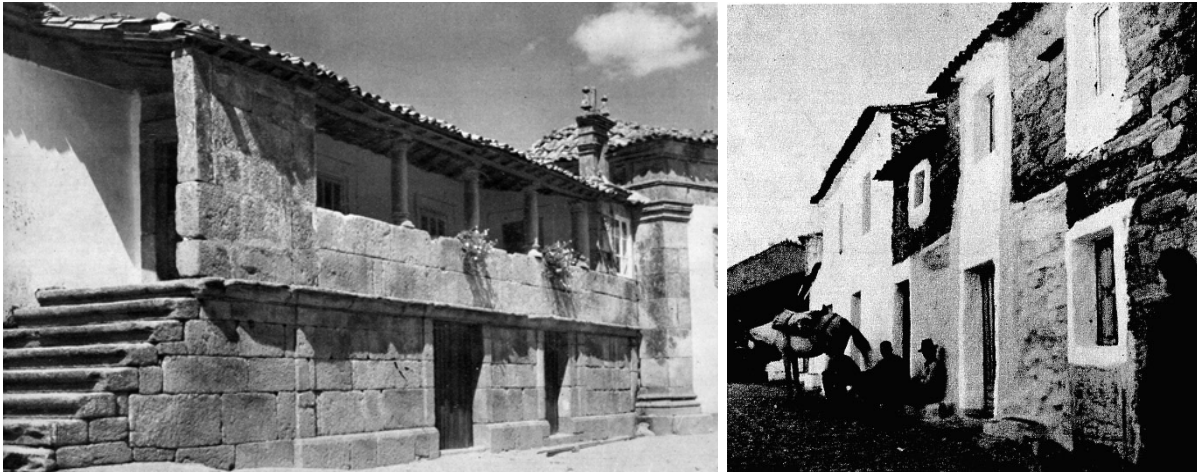


fig. 1.4 e 1.5 – Casa em Freineda, Guarda e casa em Malpica do Tejo, Castelo Branco. SNA, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1.º vol. (4.ª ed.). Lisboa, 2004 [1961], pp. 243 e 254.

escadas de acesso ao piso principal e o segundo, a multiplicidade dos estares, acontece pelas dimensões da varanda e pelo telhado protector com os seus “beirais bem alongados”. Ainda segundo Neves, o número de pisos não excede os três e o térreo dá, em geral, apoio às funções produtivas, seja adega ou recolha dos animais<sup>28</sup>. Tal como veremos em Raul Lino, com a extensa defesa do alpendre, o espaço de transição do exterior para o interior é sublinhado como sendo esta outra assoalhada mista, coberta mas vazada em mais do que um alçado.

Aceitando que estas regiões mais afastadas do litoral urbano não tenham mudado muito em meio século, é possível observar o levantamento efectuado entre 1955 e 1960 e do qual resulta o livro *Arquitectura Popular em Portugal*<sup>29</sup>, de 1961, e perceber-se que esta descrição corresponde a uma minoria e não propriamente a um tipo generalizado. Ainda assim, é possível encontrar algumas casas em que este espaço de transição apresenta uma tal importância e representatividade, mas enquadrado num contexto múltiplo e diversificado [fig. 1.4 e 1.5]. A amplificação de uma determinada experiência pessoal tida em estrito território – no caso de Neves, nos arredores de Viseu – é, afinal, um procedimento que corresponde à construção de uma estrutura opinativa, afastando-se do desejado inquérito sistemático e respectivas conclusões.

Fazendo fé na informação proveniente do Inquérito, do qual resulta o livro anteriormente referido, nem na região das Beiras, nem sequer na área em redor de Viseu apresentam esta persistência do tipo

---

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 47-48.

<sup>29</sup> Do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, levado a cabo entre 1955 e 1960, sob a coordenação do Sindicato Nacional dos Arquitectos, resulta o livro *Arquitectura Popular em Portugal* (1.ª edição de 1961, sendo as restantes de 1980, 1988 e 2004). O território de Portugal continental foi dividido em cinco zonas, correspondendo a cinco equipas distintas: Zona 1 – Minho (Fernando Távora, Rui Pimentel e António Meneres); Zona 2 – Trás-os-Montes (Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias); Zona 3 – Beiras (Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato); Zona 4 – Estremadura (Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias); Zona 5 – Alentejo (Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo Mata Antunes) e Zona 6 – Algarve (Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres).

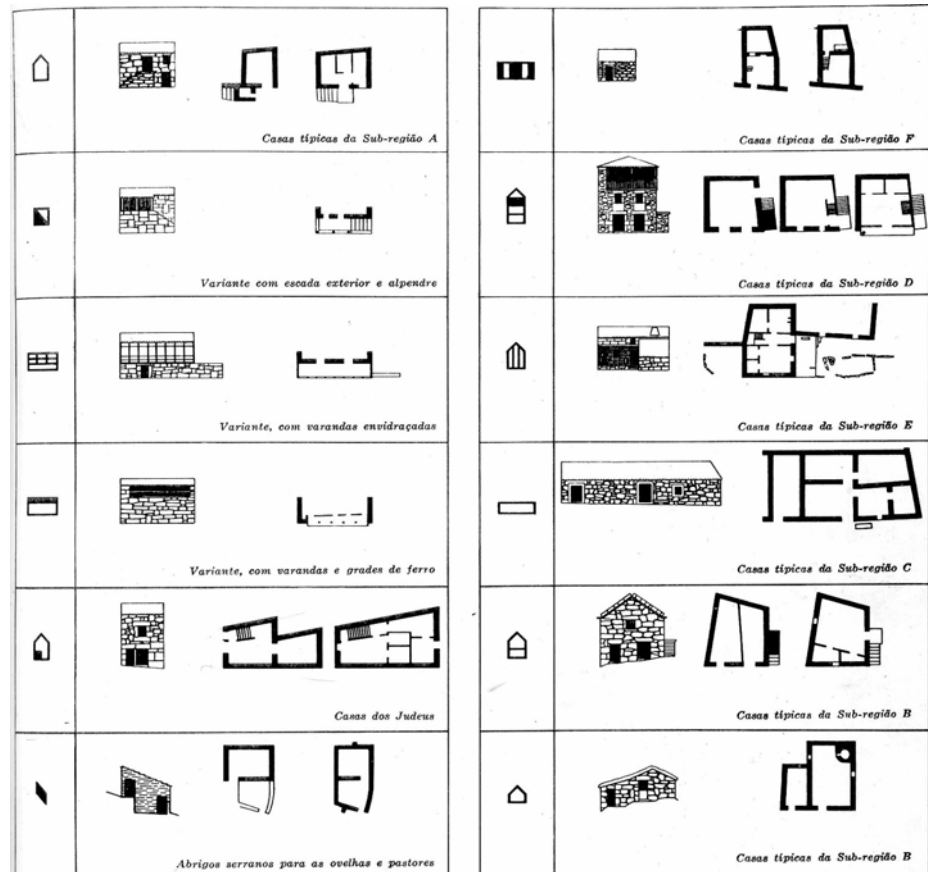


fig. 1.6 – Quadro tipológico, parcial. SNA, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1.º vol. (4.ª ed.). Lisboa, 2004 [1961], p. 259.

de varanda alpendrada com escada de acesso à habitação. Segundo os autores deste estudo são sete as sub-regiões identificadas e os tipos de casas nelas identificados são de considerável diversidade<sup>30</sup>. Deste modo se intui que, apesar da uniformidade defendida, nem sempre a pedra e a vizinhança chegam para talhar a proximidade semelhante. Inclusivamente, muitos dos exemplos escolhidos do Inquérito têm como elemento principal de transição entre o público e o privado simplesmente o vão de porta: sem diferença de cota, nem espaços de transição, confirmando as distintas *espessuras* concedidas ao acto de transitar [fig. 1.6]. Nestes, o processo de passagem de um estado a outro não prevê densidade: um passo e a soleira está transposta.

No caso do artigo de Neves a única referência às características interiores deste habitar – só esquematicamente referida – é a da distribuição vertical com a sua hierarquia e diferenças funcionais. Percebe-se também que existe uma relação aceite entre o objecto casa, que se procura fixar através da identificação de um tipo, e o que é referido como “todas as manifestações da antiga vida portuguesa”<sup>31</sup>. Falta, ainda assim, densidade analítica e material sistematizado que sirva de base a todas estas afirmações. Outros dois eixos são levemente abordados neste curto texto. Por um lado, a

<sup>30</sup> Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1 vol. Lisboa, 2004 (4.ª ed.), p. 242.

<sup>31</sup> Neves, *A Cava de Viriato. Notícia descritiva e crítico-historica*, p. 48.

referência às diferenças entre as casas dos ricos e as dos pobres, com as variações naturais aplicadas ao tipo identificado. Por outro, a diferença entre a resposta urbana e a rural: “as de balcão alto vimo-las nos centros de população densa, as de varandas nos campos”<sup>32</sup>. As interessantes ilações que destes dois comentários poderiam surgir ficam, infelizmente, por fazer, já que outras variações, cuja existência confere maior dinamismo às respostas tipo eventualmente existentes, podiam abalar a vontade de ver unidade.

Mais do que aferir verdades ou falsidades sobre formalizações que estruturam a ideia de casa portuguesa interessa-nos aqui a estrutura reflexiva – ainda se ingénua – que se encontra por detrás destas discussões. Neves sublinha o que lhe parecem ser as constantes significativas, para a vaga análise que realiza. Ainda que remetidas para o nível da opinião, tanto pela fragilidade dos factos analisados, como pela falta de estrutura reflexiva especializada e sólida, os aspectos sublinhados merecem a nossa atenção. Primeiro, um elemento determinante nas notas de observação: a existência de varandas chãs (rurais) ou de balcões altos (urbanos). À primeira vista o elemento é isso mesmo, um acontecimento isolado justaposto à fachada principal, ou, na melhor das hipóteses, no caso rural, um elemento de construção dessa mesma fachada. Mas, ao valorizar estas características está, efectivamente, a aflorar uma das grandes diferenças que estes elementos podem querer significar em termos de vida doméstica e pública. Com efectiva falta de intuição para a complexidade do acto de habitar, Neves não desenvolve as questões subjacentes às diferenças entre a resposta urbana e a rural<sup>33</sup>.

Mas um tal sentimento de unidade geográfica da arquitectura doméstica portuguesa não satisfazia unanimemente e suscitava, naturalmente, muitas dúvidas. Além dos estudos de metodologia etnológica, o tema motivava a atenção e a posição de outros interessados. Em 1895, o historiador Gabriel Pereira (1847-1911) citará grande parte do pequeno texto de Neves, referindo a sua importância, mas sublinhando a distância que assumia em relação ao mesmo. São duas as ideias essenciais para a reflexão sobre este tema que Pereira aponta e esclarece. Explica o investigador que, por um lado, a “*casa varia, adapta-se ao clima, e aos costumes dos habitantes*” e, por outro, que “*estudando a casa portuguesa, devemos marcar a rural e a urbana*”<sup>34</sup>, mais uma vez dando eco da relevância crescente desta diferença. A sensibilidade dos estudos históricos, arqueológicos e etnográficos contribui para a discussão com um certo grau de cientificidade que, sem dúvida, arrefecem as românticas aspirações nacionalistas e uniformizadoras.

---

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>33</sup> Tal como acontecerá no levantamento do Inquérito, a casa urbana não é esquecida. Talvez – num caso e noutro? – as diferenças também não sejam mais assinaláveis porque a ruralidade dos aglomerados urbanos era tão forte que se afastavam das referências urbanas estritas simbolizadas, na melhor das hipóteses, pelas duas maiores cidade do litoral do país.

<sup>34</sup> Gabriel Pereira, “*Casa portuguesa*”, *Arte portuguesa. Revista illustrada de archeologia e arte moderna*, n.º 1, Ano I, Jan. 1895, p. 22.

A afirmação de que era “impossível estabelecer para todo o país um tipo (...) aproximado” é consentânea com uma ideia da arquitectura como realidade actuada em permanência pela “evolução social e clima”<sup>35</sup>. Esta anuência relativa à multiplicidade de soluções não é encontrada unicamente pelos pré-cientistas sociais. O escritor e diplomata Abel Botelho (1856-1917) vai ainda mais longe afirmando que a arquitectura doméstica – ao contrário da monumental – está destinada a ser elemento em mudança já que, como afirma, “as casas renovam-se”. Por isto, não tem pudores em afirmar ser “pia ilusão” a pretensão de estabelecer a “fórmula arquitectural” das novas construções urbanas através deste processo de identificação de um tipo de arquitectura doméstica (rural)<sup>36</sup>.

Mas Botelho avança na sua posição e considera, inclusive, que à falta de capacidade e experiência para a produção de um tipo urbano se deverá “importar com critério”, adaptando ao “nosso clima” o que são as propostas estrangeiras mais consolidadas e acertadas. Por outro lado, em profundo desacordo com a migração das referências nacionais rurais para o espaço da cidade emergente, aconselha essa mesma *casa portuguesa* a “continuar lá longe”, afastada do espaço urbano<sup>37</sup>. A sua visão cosmopolita da arquitectura não deixa espaço a ruralizações românticas no contexto das cidades e exige, nestas respostas, posições compatíveis com o que no estrangeiro sabe acontecer.

A consciência dos diferentes modos de vida e das suas arquitecturas – urbanos ou rurais – que este ponto de vista implica é passível de ser também encontrada noutros articulistas. Como surge nas páginas d’*A Construção Moderna*, em 1902, a casa urbana, “com o seu viver mais complexo e de mais variadas exigências”, afasta qualquer possibilidade de utilização de um “tipo que nunca existiu pela fórmula heteróclita como está sendo imaginado” e que reflecte, de modo redutor, a “casa rural de algumas províncias”. Estas províncias, Beira Alta e Trás-os-Montes, eram as que Paula e Oliveira e Henrique das Neves haviam trazido para o centro de referências. Encontramos assim a defesa de que o nacionalismo é aceite como “fonte de inspiração e não cópia” mas que, tratado de modo pouco claro, acaba muitas vezes por ser simples combinação de “motivos de decoração pitorescos e risonhos”.<sup>38</sup>

Uma outra voz de bom senso se levantaria pouco depois. Em 1908, o historiador de arte Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) viria apelar à moderação opinativa e contenção nas “receitas e alvitres”, defendendo que “cada província tem felizmente o seu tipo” e, de modo expressivo, incitando a que estes fossem procurados e investigados contra a existência, por alguns defendida, de um “padrão único”<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> Botelho, “A casa portuguesa”, pp. 59-60.

<sup>36</sup> Idem, *Ibidem*, p. 60.

<sup>37</sup> Idem, *Ibidem*, p. 61.

<sup>38</sup> B., “Architectura doméstica”, p. XXVIII.

<sup>39</sup> França, “A «casa portuguesa» e o «neo-romântico», no princípio de novecentos”, p. 31.



fig. 1.7 – Capa. Arte Portuguesa. Revista ilustrada de archeologia e arte moderna, n.º 4, a. I, Abr. 1895.

No caso de Vasconcelos a arquitetura doméstica é mais um dos elementos que constituem os objectos de estudo no interior da arte portuguesa. Assim sendo, as inventariações propostas – não somente às casas portuguesas – surgem como parte inevitável para que, a partir desse conhecimento, seja possível uma ida “às genuínas fontes de inspiração nacional”. Esta proposta, enunciando “um projecto de renovação da produção artística nacional”, procurava na inspiração e não na cópia a resposta às necessidades artísticas contemporâneas<sup>40</sup>. A revista que Vasconcelos dirige durante 1895, *Arte portuguesa. Revista ilustrada de archeologia e arte moderna* [fig. 1.7], tem alguns textos do seu director literário, Gabriel Pereira, que vão paulatinamente esclarecendo este sentir em desenvolvimento. Dada a sua curta publicação, não é

possível aferir a existência de um projecto neste sentido mas, num pequeno artigo de Junho, surgem cinco imagens do que serão casas de São Pedro do Sul, na Beira Alta, com a descrição das suas características [fig. 1.8]. Especificamente para as questões que nos encontramos a abordar, Pereira não se coíbe de exclamar: “mas que diferenças entre estas casas de S. Pedro do Sul e as de outras partes do país!”<sup>41</sup>.

A ideia crescente de que as respostas mais do que nacionais são regionais vai ganhando partidários e representará o caminho que a discussão da casa portuguesa enceta. Em 1905, quando estuda o assunto, António Augusto da Rocha Peixoto (1868-1909) remete para a diversidade das províncias portuguesas a natural resposta negativa à existência de um tipo uniforme. Como escreve José-Augusto França, esta diversidade implicaria “com os seus valores ecológicos” uma impossibilidade de identificar uma “tipificação única”. Deste modo, o aspirado “modelo” de casa portuguesa “só artificialmente se poderia reconstituir”.<sup>42</sup>

<sup>40</sup> João Leal, “Metamorfoses da arte popular: Joaquim Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa”, *Etnográfica*, n.º 2, vol. VI, 2002, p. 256.

<sup>41</sup> Gabriel Pereira, “Casa portuguesa (S. Pedro do Sul)”, *Arte portuguesa. Revista ilustrada de archeologia e arte moderna*, n.º 6, Ano I, Jun. 1895, pp. 141-142.

<sup>42</sup> França, “A «casa portuguesa» e o «neo-romântico», no princípio de novecentos”, p. 32.



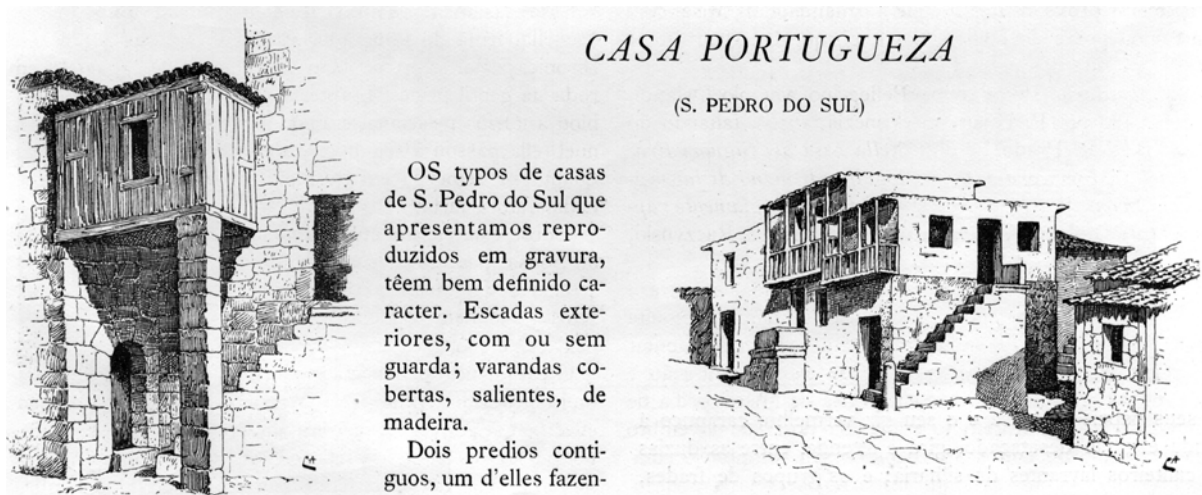


fig. 1.8 – "Casa portuguesa (S. Pedro do Sul)". *Arte Portuguesa. Revista illustrada de archeologia e arte moderna*, n.º 6, a. I, Jun. 1895, p. 141.

Na verdade esta preocupação com a identificação de um tipo – mais do que do modelo referido por França – surge naturalmente como resultado do espírito mais abrangente da crença numa “alma portuguesa”. Como afirmou o escritor, ensaísta e político português Teófilo Braga (1845-1924):

Mas o carácter persistente do typo portuguez, a resistencia tenaz contra todos os conflictos da natureza e pressões da vida, que tanto o distingue entre os povos modernos, é a prova manifesta da raça lusitana como a descreveram os geographos gregos e romanos. (...)

Symbolisamos esta resistencia, vivificando o typo de VIRIATHO, reconstruindo poeticamente as situações laconicas referidas nos historiadores classicos; representamos artisticamente essa fibra que ainda hoje pulsa em nós, e pela qual, perante a marcha da Civilização se affirma através dos cataclysmos politicos a ALMA PORTUGUEZA.<sup>43</sup>

Assim considerado, reconhece-se a naturalidade de, a este tipo português, fixado na figura de Viriato, só poder corresponder um’*A Cava de Viriato*<sup>44</sup>, ou seja, a casa portuguesa fundacional. Podemos aceitar que a pluralização que transforma a casa em múltiplas casas, é um primeiro momento de questionamento moderno da casa-tipo procurada, contrariando a vontade mais estritamente romântica e nacionalista de uma resposta única.

Não será seguramente casuística a relação existente entre alguns destes críticos mais construtivos e uma génese possível dos estudos antropológicos portugueses. Numa revisão histórica da antropologia portuguesa, efectuada por João Leal, Joaquim de Vasconcelos é referido como um dos seus

<sup>43</sup> Joaquim Theophilo Braga, *Alma Portuguesa: Viriatho, narrativa epo-historica*. Porto: Lello & Irmão, 1904, pp. VIII-X.

<sup>44</sup> Título da obra do já referido Henrique das Neves, *A Cava de Viriato. Noticia descritiva e critico-historica*.

“antepassados excluídos”. O historiador de arte é apresentado como um dos investigadores que, vindos do campo dos estudos artísticos, são “praticantes activos de uma «etnografia espontânea»”.<sup>45</sup>

A arte popular como objecto não esporádico dos estudos antropológicos portugueses vai ter, por outro lado, na figura de Rocha Peixoto um responsável pelo “processo de gradual diversificação” dos mesmos estudos<sup>46</sup>. Como já referimos, também Gabriel Pereira com os seus estudos etnográficos, arqueológicos, históricos e artísticos transporta a sensibilidade que lhe permite defender as variabilidades do habitar dependentemente do clima e dos habitantes<sup>47</sup>. Sublinha também, este autor, que, ao ser feita uma “história da arquitectura civil, da casa e do palácio, [seria revelada] a evolução social, íntima, o viver da família”<sup>48</sup>. Deste modo, enfatiza este segundo ponto vital para o nosso estudo; não só o mundo material e exterior – o clima, os materiais autóctones, a envolvente física – constroem as respostas às necessidades de habitar mas, com igual importância, encontramos a caracterização das relações familiares que vão exigir que o espaço doméstico tenha, assim, com a vida doméstica, uma coincidência essencial.

## 1.2. AS CASAS PORTUGUESAS

Quando Raul Lino publica, em 1918, o livro *A Nossa Casa* afirma que o mesmo é dedicado – e à falta de maior possibilidade de divulgação – “aqueles que sentem a necessidade de possuir uma casita feita com propriedade, aos que se enternecem pelo conforto espiritual de um ninho construído com beleza”<sup>49</sup>. O uso singular de *a casa* não corresponde, na leitura proposta, a uma casa no sentido de um único tipo em investigação. No fundo, como defende ainda nesta advertência inicial, o livro “não é nem poderia ser um formulário para a criação de belas casas”, procurando “simplesmente indicar a forma por que se deve apreciar o valor estético de uma habitação”<sup>50</sup>. Este valor estético a que se refere aproxima-se de algo mais vivencial, por oposição a uma avaliação estritamente formal. Para que esta proposta de criação de belas casas seja alcançada, Lino apresenta a necessidade de se conseguir prover, para interesse dos moradores, de uma disposição interior adequada mas também, no que se refere ao exterior, ter sido realizada com todo o decoro. A primeira – a parte prática – resultará da aplicação do bom senso; a segunda – a parte artística –, sendo de mais difícil regulação, afirma o autor que se limitará “quase exclusivamente a exemplificar o que com certeza é errado”<sup>51</sup>.

---

<sup>45</sup> Leal, “Metamorfoses da arte popular: Joaquim Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa”, pp. 252-253.

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem*, p. 253.

<sup>47</sup> Pereira, “Casa portuguesa”, p. 22.

<sup>48</sup> Gabriel Pereira, “Estética portuguesa”, *Arte portuguesa. Revista ilustrada de archeologia e arte moderna*, n.º 2, Ano I, Fev. 1895, p. 25.

<sup>49</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 4.

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>51</sup> Idem, *Ibidem*, p. 10.

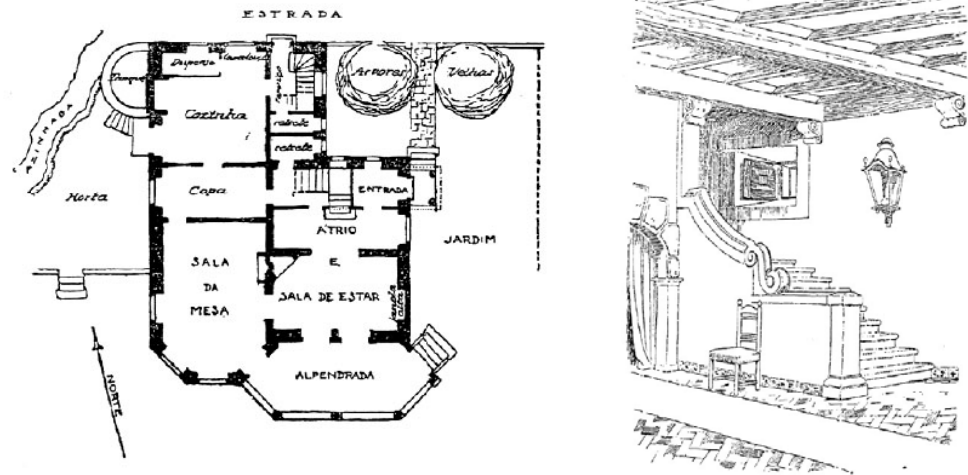


fig. 1.9 e 1.10 – Planta e interior. Raul Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*. Lisboa: Atlantida, 1918, pp. 15 e 41.

Ao longo das páginas em que vai explicitando as respostas que a planta deve dar às necessidades dos futuros habitantes, não encontramos referências que nos remetam para a discussão da *casa portuguesa*. Posteriormente, quando passa ao tema do que é o “aspecto exterior”, surge o problema do estilo a utilizar. A preocupação com o carácter que a casa deve adoptar, apesar de ter dito anteriormente que extrapolava o universo do senso comum, tem efectivamente neste mesmo senso comum a naturalidade da resposta. Afirma Lino: “é lógico que se construa no estilo da região. É natural que se respeitem as tradições locais, que adoptemos processos de mão-de-obra experimentados, que nos sirvamos dos materiais circunjacentes”<sup>52</sup>. O uso da lógica que diferencia a arquitectura das outras artes é apresentada como uma vantagem, por se aproximar obviamente do que são as acções sustentadas pelo bom senso e representa um desejo de voltar a um expirado “equilíbrio perdido”<sup>53</sup>.

Neste livro de Raul Lino, as preocupações estão muito longe de serem as que a história fixará à *casa portuguesa*. Aproximadamente metade do texto de *A Nossa Casa* é dedicado a elaborações que visam a construção de uma planta que seja a adequada “moldura em que se enquadra uma boa parte da nossa vida espiritual e o melhor da nossa vida familiar”<sup>54</sup>. As poucas imagens apresentadas também sublinham este interesse pelo que dentro se passa, ou se deve passar [fig. 1.9 e 1.10]. Cerca de um terço das ilustrações reproduzem plantas ou perspectivas de pequenos apontamentos interiores. O interesse pelo suporte físico que a planta representa é o enfatizar da preocupação pelas características de um correcto habitar, de que a planta é, para o autor, a sua síntese.

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*, p. 15.

<sup>53</sup> Idem, *Ibidem*, p. 16.

<sup>54</sup> Idem, *Ibidem*, p. 9.



fig. 1.11 – Capa. Raul Lino, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*. Lisboa: Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929.

Em 1929, no contexto da Exposição Portuguesa de Sevilha, Lino volta ao tema d'*A Casa Portuguesa* [fig. 1.11]. Algumas variações são sensíveis na abordagem e afastam-no do livro anterior. Pelo enquadramento institucional que tem, a questão afasta-se da aproximação pedagógica e constitui-se como um olhar histórico sobre o tema. Da domesticidade dupla d'*A Nossa Casa* – garantida pelo tema e pela atitude face ao tema – assistimos a uma tentativa de construir um fio narrativo cronológico que, na essência, justifica a existência de um'*A Casa Portuguesa*. Neste último caso, o título não é tão claro na caracterização do enfoque quanto o era no primeiro. A singularização da casa, para a qual nos remete o título, é depois constituída por múltiplas casas ou nenhuma. Como afirma Lino, procurando

“precisar o tipo da habitação portuguesa (...) no que respeita à sua disposição interna, nunca poderemos encontrar o exemplo que constitua esse tipo ideal”<sup>55</sup>. Ainda assim, não exclui a existência de “feições especiais características que só a ela pertencem”<sup>56</sup>. Depois de passar em revista cronológica a casa portuguesa, chega a afirmar não duvidar da existência da mesma, “característica, inconfundível, pelo menos no que respeita a sua aparência externa, a sua decoração interior”. Esta ambiguidade não chega a ser plenamente explicada. Considera que, seguramente, existe mas que esta existência é aparentemente incapaz de – no conjunto de elementos – “dar vulto completo ao perfeito tipo absoluto da habitação nacional”.<sup>57</sup>

Mais uma vez, é perceptível uma vontade de existência una, sustentada num modo específico de a casa portuguesa se “[amoldar] em todos os tempos admiravelmente à nossa paisagem e à nossa maneira de ser”<sup>58</sup>. Ainda que sendo incapaz de ter o “conforto que caracteriza o *home* inglês”, a casa portuguesa tem “sempre aspecto apropriado, convidativo e acolhedor”. Também se percebe que para

<sup>55</sup> Raul Lino, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*. Lisboa: Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929, p. 5.

<sup>56</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 5-6.

<sup>57</sup> Idem, *Ibidem*, p. 56.

<sup>58</sup> Idem, *Ibidem*, p. 61.



fig. 1.12, 1.13 e 1.14 – Casa em Bragança, Casa em Viseu e Casas setecentistas em Alcobaça, fotografias de E. Portugal. Raul Lino, *A Casa Portuguesa* [Portugal: *Exposição Portuguesa de Sevilha*]. Lisboa: Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929, pp. 5, 10 e 11.

o autor, afinal, esta casa portuguesa é pelo menos duas: a campestre – com “certo ar amoroso de doçura” – e a citadina – com a sua “expressão de bonomia” e a sua “nobreza sem arrogância”<sup>59</sup>.

N’*A Casa Portuguesa*, ao contrário do livro anterior, Lino apresenta um leque alargado de imagens que são, na quase totalidade, fotografias. No fundo, as mais de uma centena de fotografias ajudam a criar a ideia de que a *casa portuguesa*, a existir, passará inevitavelmente pela sua vertente plural de *casas portuguesas* [fig. 1.12-1.14]. As opções compositivas, de vocabulário formal, de materiais existentes nas casas fotografadas são tão diversificadas quanto os tempos e as geografias que elas habitam. Se o desejo era que fosse uma única, a constatação é de que são muitas. Mas, assim sendo, serão seguramente imbuídas de um mesmo e único espírito intuído, constante e geral ao território do país.

Outro elemento a sublinhar é a diminuição da preocupação – central n’*A Nossa Casa* – pelo interior do habitar português, pelo espaço doméstico e pelas componentes que consideramos de cariz mais antropológico. Da larga quantidade de fotografias apresentadas só uma ínfima parte se refere a interiores<sup>60</sup>. Não por acaso a atenção é colocada na casca, lugar onde é possível encontrar o carácter desta arquitectura doméstica que Lino procura valorizar. Sendo este trabalho realizado, como já referimos, num contexto oficial, percebe-se que se reflecta sobre o que de mais institucional a casa pode ter: o seu aspecto, o seu carácter face ao olhar exterior.

Se, em 1918, Lino dedicara o seu esforço e o seu texto aos futuros proprietários e habitantes de “casitas feitas com propriedade”<sup>61</sup>, em 1933, dirige um novo livro, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples* [fig. 1.15], aos seus “jovens colegas das escolas portuguesas de belas-artes”<sup>62</sup>. Ainda que o livro de 1918 tivesse tido enorme sucesso, o formato da nova publicação muda significativamente. O novo livro é composto por cinco partes. As primeiras três

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 67-68.

<sup>60</sup> Das 121 imagens, 4 são desenhos e as restantes 117 são fotografias. Só 11 imagens, todas fotografias, são de interiores.

<sup>61</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 4.

<sup>62</sup> Raul Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933, p. 13.

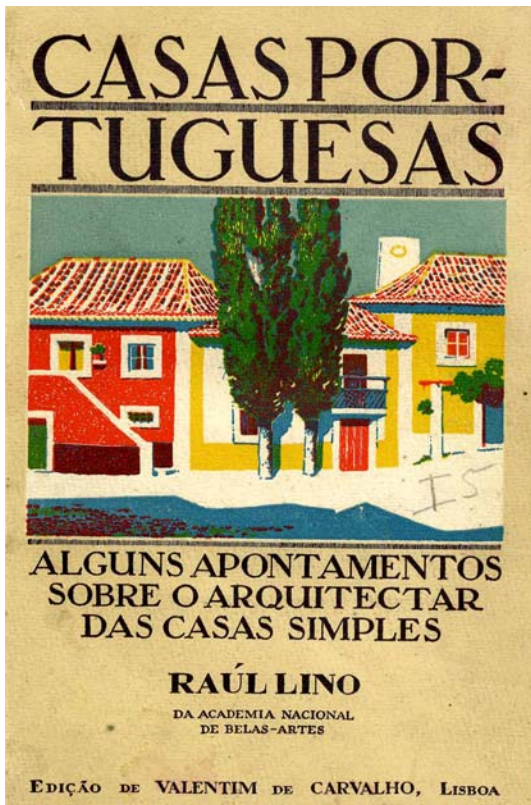


fig. 1.15 – Capa. Raul Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933.

– “Economia”, “Entre a economia e a beleza” e “Beleza” – são o núcleo principal, onde as ideias de Lino são apresentadas. Nas quase oitenta páginas deste corpo, só vemos surgir um desenho, dedicado aos beirados [fig. 1.31] e ao qual voltaremos mais tarde. No “Apêndice” surgem “Excertos do livro «A Nossa Casa»”<sup>63</sup> com os quais dialoga pontualmente. Por último, nas “Ilustrações” encontramos 24 estampas, contendo um total de 55 imagens.

A relação entre texto e imagens é quase inexistente. Tirando o desenho já referido sobre beirados – “Interpretações horrendas de um lindo modelo” – que remete directamente para o que Lino vai defendendo por essas páginas, só uma outra situação liga o que é escrito às gravuras. Curiosamente esta ligação refere as mais urbanas (e escassas) das suas soluções.

Relativamente à necessidade de alguns, menos afortunados, não poderem viver em casas isoladas Lino inclui “entre as ilustrações (...) alguns exemplos de moradias constituídas por andares independentes e sobrepostos”<sup>64</sup>.

No corpo tripartido do livro, Lino vai discorrendo sobre o modo de se obter uma casa – portuguesa – ponderada, com “boa ordem, exacta medida, equilíbrio entre o esforço e o dispêndio e os resultados, concordância das partes e harmonia do conjunto”<sup>65</sup>. Mais uma vez, o que é escrito orienta o leitor numa sucessão de virtudes – neste livro o autor explana com maior amplitude quais são estas – cuja satisfação aproximará a casa projectada do que é a correcção desejada; ao serem cumpridas – a naturalidade, a verdade, a harmonia, o amor, o conforto, etc. – conseguirá o morador sentir-se nesta nova casa como em sua casa. Feita de outro modo, sai contrariada a relação próxima e, desejavelmente, fácil do habitante com o seu *ninho*.

Em continuação com o trabalho de 1918, encontramos indicações sobre o processo que visa compreender sempre as especificidades do habitante. Nas *Casas Portuguesas* essa ênfase é dada especialmente ao que diz respeito à comodidade. Diz Lino que “não é uniforme o conceito formado

---

<sup>63</sup> O livro *A Nossa Casa* tivera direito a 4 edições todas esgotadas. Por este motivo, Lino republica parcialmente o trabalho nas 15 páginas finais que antecedem as ilustrações.

<sup>64</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, pp. 19-20.

<sup>65</sup> Idem, *Ibidem*, p. 28.

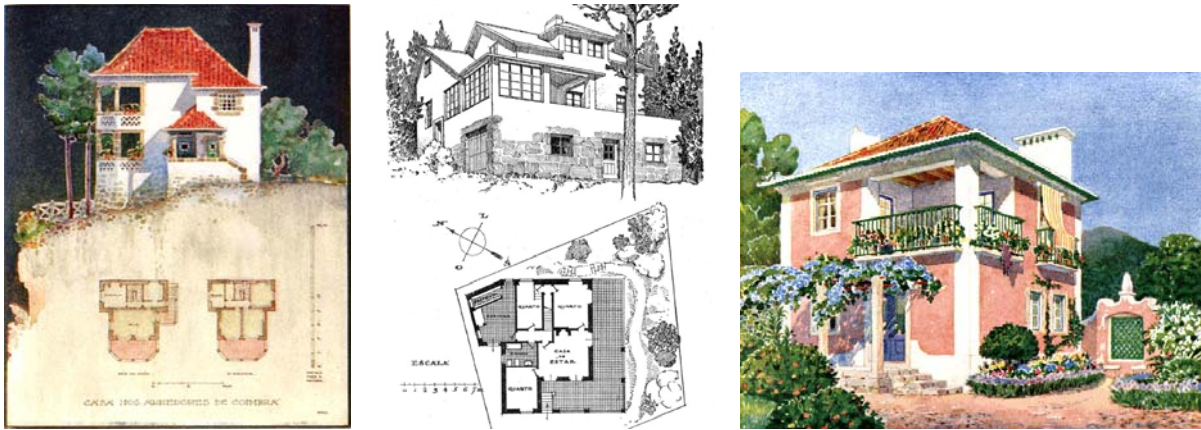


fig. 1.16, 1.17 e 1.18 – Casas nos arredores de Coimbra, na Serra da Estrela e na Estremadura. Raul Lino. *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933, Estampas I, IV e VII.

quanto ao ideal em comodidade<sup>66</sup> e, assim, a diversidade na resposta a esta satisfação depende das opções, hierarquias e modos de vida dos futuros habitantes, sendo que, por isso, “todos têm razão: planeie-se a casa consoante as ideias do respectivo dono<sup>67</sup>”. A primazia de quem se tornará, no futuro, o habitante da casa é, mais uma vez, defendida sem hesitações.

A questão da existência de uma casa portuguesa enunciada pluralmente no título não é sequer estruturalmente abordada. Encontramo-la tangencialmente aquando da pergunta lançada pelo autor: “Não haverá um estilo que devemos adoptar de preferência para as nossas casas?”<sup>68</sup>. Mais uma vez responde negativamente à necessidade de se dever seguir um estilo determinado. A resposta reside então na correcta aplicação do processo: “pratiquemos as virtudes sempre e sem falha ou desfalecimento<sup>69</sup>”. Raul Lino não hesita em clamar contra o uso do receituário dos estilos – mesmo aquele que ele ajuda a construir. Aos modelos prefere os tipos, ainda que não os explicando ou defendendo deste modo. Contra o catálogo de imagens consumíveis – o modelo –, prefere a consciência de uma correcta aplicação do bom senso num processo que tem, em si, um conjunto de directrizes defendidas – o tipo.

Apesar deste sucinto e inflamado discurso contra o “portuguesinho croché<sup>70</sup>”, as ilustrações do final do livro vão servir para alimentar este imaginário sedento de modelos que permitam orientar a reprodução. Esta arquitectura defendida por Raul Lino – com “a linguagem própria do país, consentânea da época actual”<sup>71</sup> – resulta, lendo o que escreve, numa diversidade de *Casas Portuguesas*. Mas a aplicação do processo e do bom senso anteriormente solicitada é esquecida em detrimento do que as Estampas apontam. Aqui, o que encontramos é uma panóplia de casas

<sup>66</sup> Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>67</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>68</sup> Idem, *Ibidem*, p. 78.

<sup>69</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>70</sup> Idem, *Ibidem*, p. 79.

<sup>71</sup> Idem, *Ibidem*, p. 85.

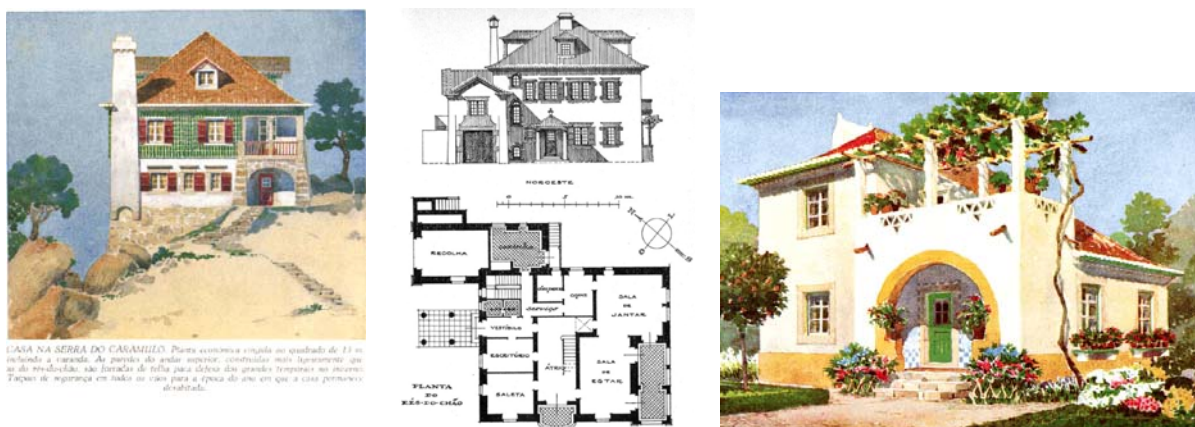


fig. 1.19, 1.20 e 1.21 – Casas na Serra do Caramulo, no Minho e no Sul. Raul Lino. *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933, Estampas XII, IX e XIX.

aplicadas a supostas geografias específicas: nos arredores de Coimbra [fig. 1.16], na Serra da Estrela [fig. 1.17], na Estremadura [fig. 1.18], na Serra do Caramulo [fig. 1.19], no Minho [fig. 1.20] ou no Sul [fig. 1.21].

A sua crítica ao modelo ou aos modelos da *casa portuguesa* termina por se dissolver naquilo que o próprio autor ajuda a construir. Se conseguimos ler nas propostas de Lino a defesa de um tipo que pode – deve – ser reinventado a cada passo, considerando tanto as condicionantes dos habitantes, como as do tempo e do lugar, assistimos, paralelamente, à fixação de formas que associadas a lugares (o tempo aparenta ter desaparecido) ajudam à construção de uma imagética que tenderá a rigidificar-se. Neste sentido, encontramos à partida uma proposta que se coloca como indicadora de orientações para a realização de um processo – estruturante, portanto – mas que, de modo redutor, termina por permitir a fixação de um somatório de elementos, mais ou menos dispersos, que se constituíam como proto-modelo.

Nas casas apresentadas para determinadas regiões ou situações, o lugar surge igualmente transformado em algo abstracto pela fixação de uma resposta modélica a uma determinada realidade ficcionada. O objecto que é proposto com carácter e lugar fixados, ainda que apresentado como suposto genérico, constitui-se como concreto. A associação de um tipo de casa a um imaginário e a determinado território remete-o para o registo do modelo. Já não é de uma acção que “se situa ao nível da estrutura profunda da forma”, mas antes de uma fixação superficial de elementos supostamente identitários, capaz de produzir repetição sem diferenças<sup>72</sup>. Se o lugar confere ao tipo a capacidade de se constituir de modo criativo como algo concreto<sup>73</sup>, encontramos na acção de Raul Lino, ao mapear soluções supostamente tipo, fixados para também supostas realidades singulares,

<sup>72</sup> Carlos Martí Arís, *Las Variaciones de la Identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Col.legi d'Arquitectes de Catalunya; Ediciones del Serbal, 1993 [1988], pp. 12 e 91.

<sup>73</sup> Idem, *Ibidem*, p. 93.





fig. 1.22 – Casas de habitação para professores. Tipos: central, serrano, ribatejano e norte, 1921. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 60.7).

uma contradição profunda face ao defende. É relevante explicar também que estas imagens publicadas com títulos generalistas nem sempre são destituídas de contacto com a realidade e com a actividade projectual de Lino. Nalguns casos, são publicadas com designações vagas apesar de corresponderem a específicas implantações e encomendadores<sup>74</sup>.

Os modelos e as propostas modelares tenderão a fazer história. No que à responsabilidade de Raul Lino diz respeito – não foi em absoluto o único – estas respostas regionais, como alguns exemplos de casas já acima referidos, alargam-se a outros programas. Encontramos propostas paralelas nos vários projectos escolares – Escolas Primárias (1918), Escolas (1919-20), Escolas Primárias (1935-36) e nas Casas de habitação para professores (1921) [fig. 1.22] –, no projecto para o Padrão histórico tipo (1939), assim como, na área da saúde, nos projectos para os Dispensários Regionais de Assistência Nacional aos Tuberculosos (1902) e para os Sanatórios (década de 1910).<sup>75</sup>

Relativamente a uma ideia de zonas, regiões ou situação que justifiquem e para as quais remetam os modelos estabelecidos não é possível, nestes casos da autoria de Raul Lino, compreender uma opção coerente e/ou uniforme. Nos vários projectos de escolas e nas casas de habitação para professores são definidas três ou quatro zonas, consoante os casos. Em 1918, escolhe os “tipos Norte, Centro e Sul”

<sup>74</sup> A título de exemplo, a *Casa para alugar por andares, numa cidade da Estremadura* apresentada nas Ilustrações da *Casas Portuguesas*, com a estampa VIII, corresponde, segundo o espólio do próprio Raul Lino, ao projecto para a *Casa do Exmo. Sr. José Sousa Charters* para Leiria [fig. 1.55], de 1932, constituída por dois andares com quatro fogos para arrendar, um primeiro piso de escritórios e dois espaços para estabelecimentos comerciais no piso térreo (Cota RL 304, Espólio Raul Lino. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa).

<sup>75</sup> Espólio Raul Lino. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa): Dispensários Regionais de Assistência Nacional aos Tuberculosos (1902), cota RL 11; Sanatórios (década de 1910), cota RL 652; Escolas Primárias (1918), cota RL 60; Escolas (1919-20), cota RL 653; Casas de habitação para professores (1921), cota RL 110; Escolas Primárias (1935-36), cota RL 352 e Padrão histórico tipo (1939), cota RL 641.

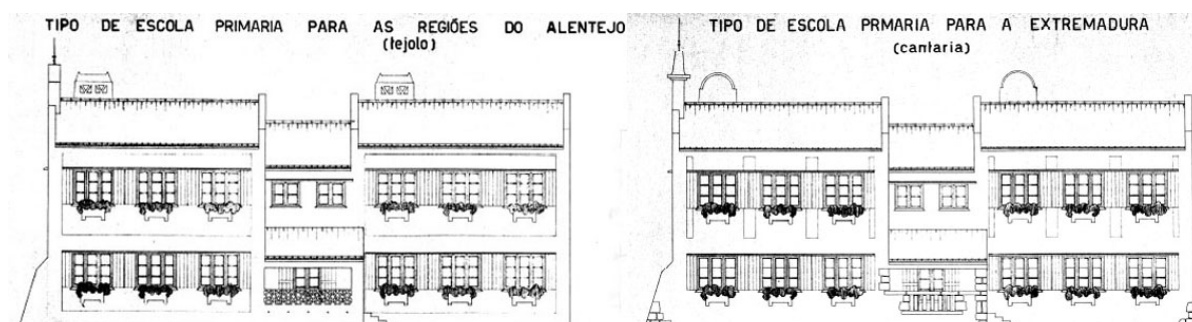


fig. 1.23 – Projecto de escolas primárias: Alentejo e Estremadura, Alçados principais dos modelos de 4 aulas (detalhe), 1935-36. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cotas RLDA 352.6 e 352.19).

para as escolas<sup>76</sup> mas, em 1921, para as casas de professores já as designações são de “tipo Central, Serrano, Ribatejano e Norte”<sup>77</sup>. Quase quinze anos mais tarde, outra vez para escolas primárias, altera – ainda que de modo pouco claro – as opções que sustentam a escolha das unidades a projectar. Assim, encontramos duas classificações que se cruzam. Por um lado, encontramos a dos materiais principais utilizados nos edifícios – “cantaria” e “tijolo” –, por outro, assistimos à enumeração de três realidades geográficas: Alentejo/Ribatejo, Estremadura e Algarve.

Segundo explica Raul Lino o primeiro dos “tipos” é para ser utilizado nas regiões da Estremadura, do Ribatejo ou do Alentejo – “onde haja facilidade de se empregar pedra de cantaria em boas condições, isto é, de qualidade razoável e por baixo preço”. A aplicação do segundo depende de ser possível fabricar na localidade “tijolo apropriado à construção de casas” e isso deve acontecer nas regiões anteriormente referidas e eventualmente também nalguns lugares algarvios. Por fim, o “tipo” Algarve remete, curiosamente, para esta “província”, assim como, para o vizinho Alentejo e para “onde bem assim se queira obter certo efeito mais característico e particular destas províncias”<sup>78</sup>. Se, por um lado, os materiais predominantes e as regiões estão definidos e deveriam orientar o uso dos modelos, por outro, deixa-se aberta a porta de um uso mais pitoresco, pelo menos do último dos “tipos”<sup>79</sup>. Considerando que as plantas e os cortes destas três versões são exactamente iguais, as opções diferenciadas, que Lino remete para uma suposta materialidade, confinam-se afinal às diferenças epidémicas que caracterizam as propostas [fig. 1.23]. Nas casas para professores já tínhamos assistido a uma estratégia semelhante, ainda que não pautada claramente por este discurso do material autóctone [fig. 1.22]. Afinal, assim se define um modelo, uma resposta concreta sujeita à repetição efectiva e carente de um uso criativo e crítico.

<sup>76</sup> Escolas primárias, modelo 1, tipo Norte, Centro e Sul, 1918, cotas RLDA 60.1 a 60.10. Espólio Raul Lino. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa).

<sup>77</sup> Casas de habitação para professores tipo central, serrano, ribatejano e norte, 1921, cota RLDA 110.0. Espólio Raul Lino. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa).

<sup>78</sup> Raul Lino, *Edifícios para Escolas Primárias nas Regiões do Sul* [dactilografado], [s.d.]. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 352, p. 1.

<sup>79</sup> Projecto de escolas primárias: Alentejo e Ribatejo, Estremadura e Algarve, 1935-1936, cota RL 352. Espólio Raul Lino. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa).

Neste conjunto de trabalhos abordados, assistimos à criação de dois discursos paralelos: um descritivo e processual, outro gráfico e estático. No primeiro constrói-se uma hierarquia onde o habitante e o bom senso imperam, sendo o processo sustentado pelo pensar a casa de dentro para fora. Neste sentido, a pluralidade contida nas *Casas Portuguesas* pode, em última análise, corresponder a toda e cada casa realizada no território nacional, segundo o processo defendido. Pela sua capacidade estruturante aberta às especificidades da cada situação, este procedimento aproxima-se do que poderá ser lido como uma proposta de tipo para a casa portuguesa. De certo modo, as implicações do título *Casas Portuguesas* poderia, em última análise, corresponder a toda e qualquer casa construída no território nacional e sustentada por todas as virtudes assinaladas.

No conjunto de gravuras com as quais completa o livro de 1933, Raul Lino fixa um número considerável de soluções que acabam por ter – na leitura contemporânea que lhe é dirigida – um carácter modelizante. Ao conceder um rosto gráfico a eventuais respostas – relacionando geografia e vocabulário – o autor encerra a questão do processo e abre portas à criação de um leque de possibilidades que podem servir de modelos a repetições, mais ou menos fragmentárias, mas seguramente esvaziadas de crítica e de dinâmicas projectuais. Sabendo seguramente que corria esse risco, com este mostruário apelativo, Lino ou deixou que a sua vaidade de projectista fosse mais forte ou acreditou que, afinal, a sua vontade de educar passava pela via mais estrita da propagação de referências perigosamente compreendidas de modo epidérmico.

### 1.3. DAS CASAS AO “ÇARAMBEQUE CARNAVALESCO”

Como já vimos, a passagem de século carrega consigo uma dupla atitude face à arquitectura a praticar. A escolha da vertente mais internacionalista, alimentada, segundo os seus detractores, por “certas publicações francesas que tiveram grande voga em Lisboa”<sup>80</sup>, opunha-se a uma pretensão mais localista, na qual o imaginário rauliniano alimentava propostas. Pode identificar-se, nesse momento, uma fragilidade que dará frutos. Estando o país, tal como o grupo de arquitectos ou interessados em arquitectura, com um défice efectivo de corpo crítico activo e operacional, estes “não [deixam] de se ajustar e aderir ao discurso formal e conceptual da *casa portuguesa*”<sup>81</sup>. Paralelamente a esta questão, Portugal deixa de fora das fronteiras um conjunto de temas mais arrojados – que iam dos novos materiais e técnicas às novas linguagens e novos problemas das cidades – e, em parte, porque “ficava, uma vez mais, a crítica do lado de fora da arquitectura”<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 8.

<sup>81</sup> Figueiredo, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, p. 359.

<sup>82</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 359-360.

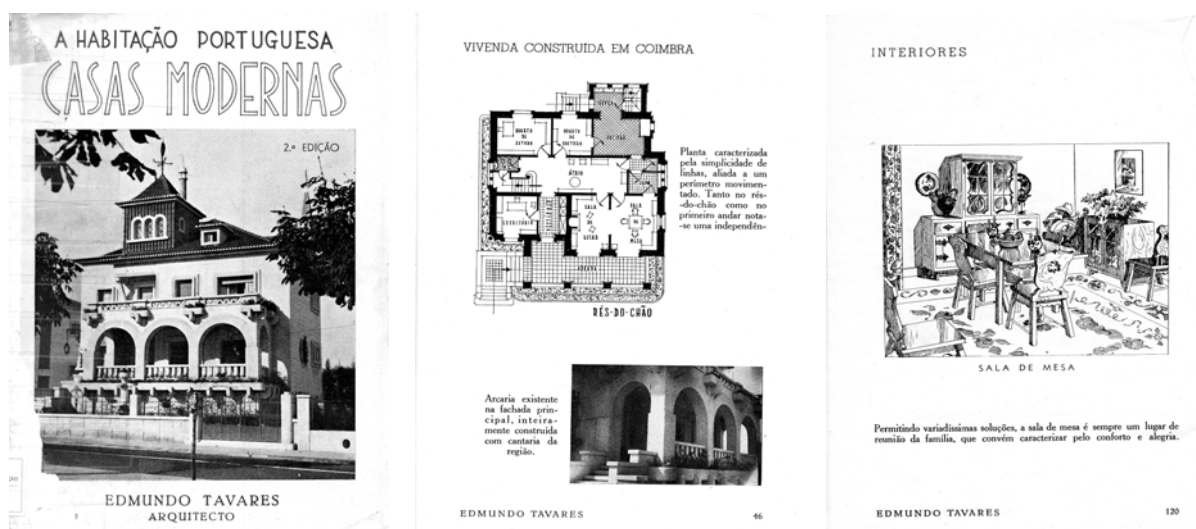


fig. 1.24, 1.25 e 1.26 – Vivenda construída em Coimbra, aspecto exterior, planta R/C e arcaria e interiores: sala de mesa. Edmundo Tavares, *A Habitação Portuguesa. Casas modernas* (2.ª ed.). Lisboa: Bertrand: 1950 [1946], capa e pp. 46 e 120.

À época, a ausência de arquitectos – ou engenheiros – como profissionais chamados a resolver os problemas do habitar é significativa e por diversas vezes referida. Os episódios resultantes da acção de amadores pouco preparados para o traçado da casa própria são anedóticos; ainda assim, levantam o véu sobre a situação. Desde a falta de terreno para concretização da totalidade de projectos já parcialmente construídos, à tomada de consciência da falta de escadas que liguem dois pisos já em fase avançada da construção, os exemplos são diversos e o grau de dinheiro e cultura de quem, dono de obra, decide fazer-se de técnico é igualmente, segundo as crónicas, plural<sup>83</sup>.

Esta fragilidade do papel dos arquitectos passa igualmente pelo paradoxo que surge – relativamente à casa portuguesa diz respeito – entre uma aparente vontade de uniformizar as respostas arquitectónicas portuguesas e aquilo que Alves Costa definirá como um défice de “motivações ideológicas”, que lhe retira a possibilidade de se definir como um “código totalizante”<sup>84</sup>. Vinda da segunda parte do século XIX, a “crise de identidade”, como lhe chama Pedro Vieira de Almeida, deixa marcas no século seguinte e excede o tema da casa<sup>85</sup>. Sublinhamos, por isso, que se alguma confusão reinava face ao que seria o figurino a seguir no que à *casa portuguesa* dizia respeito, também a adopção do moderno não era um caminho claro. Podemos encontrar essas oscilações tanto através da prática, como nas publicações dedicadas à arquitectura<sup>86</sup>. Como afirma Francisco Costa em conclusão ao seu artigo de 1931, *A Arquitectura Moderna*, “o que há a fazer, é, pois, conforme a opinião de muitos artistas, a arquitectura moderna e... local”<sup>87</sup>, sem que se perceba – para já – o que

<sup>83</sup> Por exemplo, Mello de Mattos, “A casa portuguesa. Outro depoimento”, *A Construção Moderna*, n.º 93, Ano IV, 20 Abr. 1903, p. 68 e Edmundo Tavares, *A Habitação Portuguesa. Casas Modernas*. Lisboa: Bertrand, 1950 (2.ª ed.) [1946], pp. 39-40.

<sup>84</sup> Alexandre Alves Costa, “Arquitectura Portuguesa”, *Vértice*, n.º 8, 2.ª série, Nov. 1988, p. 106.

<sup>85</sup> Almeida, “Sociedade e identidade nacionais”, p. 46.

<sup>86</sup> João Paulo Martins, “Portuguesismos: Nacionalismos e Regionalismos na acção da D.G.E.M.N. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa” in AA VV. *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN; Livros Horizonte, 1999, p. 121.

<sup>87</sup> [Francisco] [Costa], “A arquitectura moderna”, *Arquitectura*, n.º 20, Set. 1931, p. 80.

efectivamente se querará dizer com isto e que respostas cumprem esse objectivo. Teriam de passar duas décadas para ser possível uma concretização mais efectiva e qualificada desta fusão.

A vontade de constituir um mostruário de soluções correctas e divulgáveis ultrapassa a própria classe de arquitectos, acontecendo tanto a nível do debate – como já foi referido –, como da publicação de livros

ou do seu consumo. A existência de um interesse significativo por este tipo de obras é demonstrada pelo elevado número de edições que as *Casas Portuguesas* de Lino vem a ter: em 1954 ia já na sua quinta edição<sup>88</sup>. Mas, se Raul Lino, principalmente com o seu livro *Casas Portuguesas*, teve um papel primordial na divulgação de supostos modelos, esteve longe de ser o único<sup>89</sup>.

#### OUTRAS PROPOSTAS: PERFEITO DE MAGALHÃES E EDMUNDO TAVARES

Tardios, mas ainda num espírito próximo ao das publicações de Lino, encontramos outros dois livros enquadráveis nesta linha de pensamento<sup>90</sup>. Em 1939, Perfeito de Magalhães (1878-1958) publica *A Habitação* [fig. 1.24], que será alvo de uma segunda edição na década seguinte<sup>91</sup>. Destinado aos que “queiram construir casa própria, simples e de carácter nacional”<sup>92</sup>, o corpo do livro divide-se em cinco secções que abordam os temas do Conforto, da Solidez, da Beleza, da Escolha do terreno e, finalmente, dos Materiais. Seguem-se “Alguns projectos de habitações simples” em mais de vinte exemplos com as respectivas peças desenhadas, abrangendo um leque variado de geografias – da Beira Alta ao Alentejo. Destes exemplos, um número elevado não apresenta implantação e abrange soluções que vão desde as destinadas a celibatários até às famílias numerosas<sup>93</sup>. Apesar de não se afastar muito do que nos é apresentado por Lino o texto, por um lado, não se incomoda em fixar regras claras e objectivas e, por outro, vai demonstrando com intensidade uma erudição que inclui mas ultrapassa as referências do mundo da arquitectura.

O arquitecto Edmundo Tavares (1892-1983) publica, já em 1946, *A Habitação Portuguesa. Casas Modernas* que terá direito a uma segunda edição, quatro anos mais tarde<sup>94</sup>. Neste caso a profusão de ilustração é igualmente significativa e corresponde a mais de dois terços do livro [fig. 1.25-1.26]. As



fig. 1.27 – Um livro de arte e utilidade: *A Habitação* [anúncio]. *Ilustração*, n.º 330, 14.º Ano, 16 Set. 1939, p. 35.

<sup>88</sup> O livro *Casas Portuguesas* vai actualmente na 10.ª edição, sendo esta última de 2001.

<sup>89</sup> Ambos aparecem referidos por Martins, "Portuguesismos: Nacionalismos e Regionalismos na acção da D.G.E.M.N." p. 119.

<sup>90</sup> Idem, *Ibidem*, p. 121

<sup>91</sup> Fernando Perfeito de Magalhães Vilas Boas, *A Habitação*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1939.

<sup>92</sup> Idem, *Ibidem*, p. 7.

<sup>93</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 31-51. No final, surge um conjunto de desenhos de Bernardino Coelho, realizados entre 1935 e 1936, que totalizam onze de exemplos de chaminés alentejanas.

<sup>94</sup> Edmundo Tavares, *A Habitação Portuguesa. Casas Modernas*. Lisboa: Bertrand, 1946.



fig. 1.28 – Casa de Ricardo Severo no Porto – Fachada leste. Rocha Peixoto, “A casa portuguesa, terceira parte”, *Serões*, Out. 1905, n.º 4, 2.ª série, p. 322.

imagens são mais de cento e trinta, encontrando-se entre elas mais de quarenta fotografias, tanto de obras construídas, como de maquetas. As restantes imagens são uma dezena de desenhos referentes a pequenas perspectivas de ambientes interiores e a plantas e alçados das vinte e duas obras que o livro apresenta<sup>95</sup>.

Se as múltiplas edições das *Casas Portuguesas* não eram suficientes para preencher o imaginário e ultrapassar o défice de autonomia projectual aparentemente generalizada, Perfeito de Magalhães e Edmundo Tavares, com os seus livros ilustrados, ajudarão, seguramente, a satisfazer esta apetência que aparenta ser duradoura. Os anúncios publicitários que surgem nos periódicos de divulgação generalizada são disso reflexo [fig. 1.27]. A necessidade de exemplos que satisfizessem a vontade da existência de uma *casa portuguesa* é mais forte do que a necessidade de uma reflexão sobre a mesma. Mas mesmo quando esta reflexão acontece, como já se referiu relativamente a Lino, separa-se frequentemente do que é construído, projectado e divulgado.

#### RICARDO SEVERO E AS RESPOSTAS ARQUITECTÓNICAS POSSÍVEIS

Por volta de 1900, o engenheiro civil e de minas Ricardo Severo<sup>96</sup> (1869-1940) constrói no Porto uma casa para a própria família que recebe à época um acolhimento entusiástico [fig. 1.28]. Escreve Rocha Peixoto sobre o edifício que este “veio a dilatar, concreto e só assim persuasivo, o débil movimento

<sup>95</sup> Tavares, *A Habitação Portuguesa. Casas Modernas*, pp. 46-125.

<sup>96</sup> O seu trabalho de investigação da casa portuguesa seria transportado para o Brasil e aí terá um papel no seio do chamado “movimento neocolonial”, sofrendo um suposto aumento de “liberdade e expressividade” face ao que a experiência da sua casa do Porto significara. Cf. Luciana Pelaez Mascaro, *Difusão da Arquitetura Neocolonial no Interior Paulista, 1920-1950*. Dissertação de Doutoramento em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos], 2008, pp. 3 e 6.

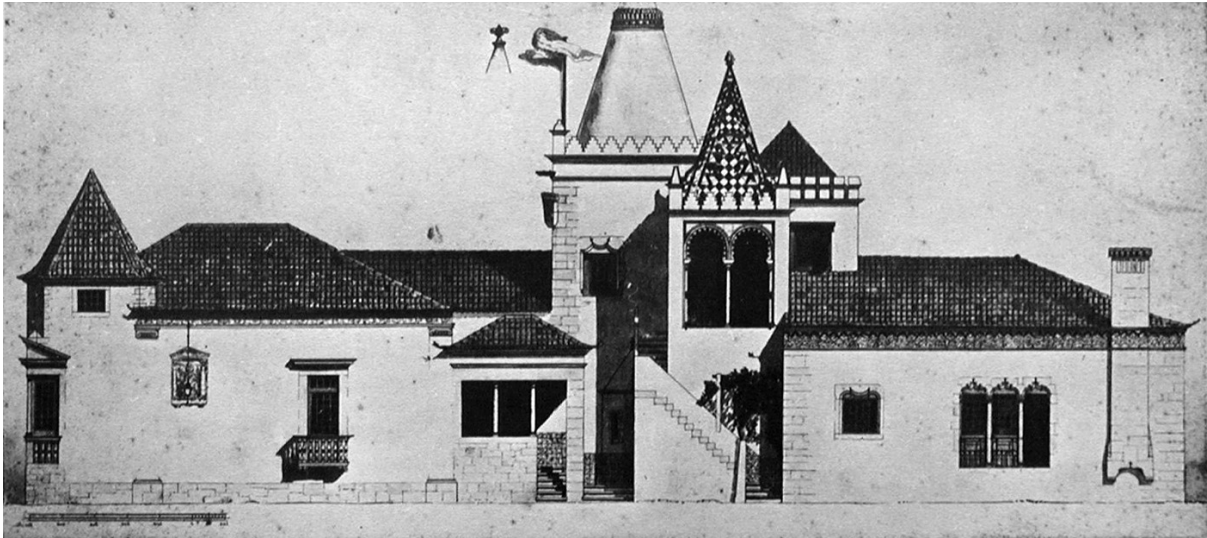


fig. 1.29 – Proposta para o Pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris de 1900, Raul Lino. Fundação Calouste Gulbenkian, *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 91

promovido pela aspiração ainda indecisa da nacionalização do domicílio português<sup>97</sup>. Num sentido genericamente diferente daquele que orientava e orientaria a discussão da *casa portuguesa*, Severo propunha uma casa que em si continha uma outra resposta metodológica possível: a “tentativa de colagem em fachada de elementos díspares de um vocabulário ruralizante”<sup>98</sup>, como modo de obter no conjunto um todo que correspondesse a uma visão aceitável do que poderia ser a arquitectura doméstica nacional. Esta opção fugia à eleição de um ou mais modelos – ou tipos, consoante o processo estabelecido com os ditos – e decidia-se por construir através da aposição de vocabulário formal isolado e facilmente identificável um jogo de “simples colagem de estruturas formais independentes”<sup>99</sup>. A atitude metodológica subjacente pode, segundo Pedro Vieira de Almeida, ser encontrada posteriormente e de modo isolado em Raul Lino, quando este procura “definir na arquitectura os elementos caracterizadores de um habitar português”<sup>100</sup>. Mas, já em 1899, a proposta de Lino para o Pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris [fig. 1.29] era “constituído a partir de elementos díspares de exemplos de arquitectura nacional”<sup>101</sup>.

A recepção calorosa aplicava-se a um leque alargado de respostas tanto projectuais como de discurso. Da parte dos intelectuais desejosos de assistir ao ressurgimento de uma arquitectura portuguesa, só os internacionalismos ecléticos desagradavam. Deste modo, fosse a casa-colagem de Ricardo Severo ou

---

<sup>97</sup> Rocha Peixoto, “A casa portuguesa, primeira parte”, *Serões. Revista mensal ilustrada*, vol. 1, n.º 2, 2.ª Série, Ago. 1905, p. 106.

<sup>98</sup> Pedro Vieira de Almeida, “A charneira 1900” in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986, p. 15.

<sup>99</sup> Almeida, “Sociedade e identidade nacionais”, p. 46. Pedro Vieira de Almeida também sublinha a confusão estilística existente entre o que são as opções encontradas no interior e no exterior da casa de Ricardo Severo, onde, por exemplo, se pode encontrar uma sala de jantar estilo Luís XVI (idem, “A charneira 1900”, p. 16).

<sup>100</sup> Almeida, “Sociedade e identidade nacionais”, p. 46.

<sup>101</sup> Pedro Vieira de Almeida, “Raul Lino. Arquitecto Moderno” in Fundação Calouste Gulbenkian. *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 136.



fig. 1.30 – Casita no Ribatejo. Raul Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933, est. VI.

os modelos nacionais ou regionais – focos de redução do problema e aquém da complexidade do momento –, todos recebiam com aplausos a sua nacional vocação e resposta, sem que se discutisse ou percebesse as contradições implicadas.

A crítica ao modo como se fixaram e aconteceu a aplicação destas referências não encontra unicamente nos arquitectos

internacionalistas o seu motor. No interior da narrativa da *casa portuguesa* surgem algumas apreciações menos positivas. A acuidade intelectual de Raul Lino foi factor importante na compreensão do que estava a acontecer com o êxito das *casas* ou, mais especificamente, com o manancial de imagens a que as publicações facilitavam o acesso. Esta tomada de consciência não terá sido suficiente para que agisse de forma mais radical e, por exemplo, aquando da publicação das *Casas Portuguesas*, valorizasse o discurso e o processo em detrimento da alimentação do imaginário, retirando toda e qualquer imagem de acompanhamento. A persistência, e até aumento, da quantidade de imagens publicadas encurtam um caminho a percorrer entre a intenção de construir um obra de arquitectura doméstica *verdadeiramente* portuguesa e a utilização de imagens já fixadas e, por isso, garantidamente convenientes. Logo em 1918, Lino defendera que, ajudando os possuidores de alguma sensibilidade e vontade de terem uma “casita feita com propriedade”, poderia posteriormente e “pela exibição de obras acertadas”, trabalhar “também pela educação do povo em que é tão arraigado o espírito da imitação”<sup>102</sup> [fig. 1.30]. Aquilo a que posteriormente assistiria foi um virar da vontade contra quem a teve: a proliferação será redutora, esvaziada e como referirá Lino *carnavalesca*. Lino sintetizará este sentimento dizendo, mais de cinquenta anos depois do seu primeiro livro, que a *casa portuguesa* “depressa caiu sob o domínio dos amadores e curiosos avessos a toda a disciplina, e pode dizer-se alheios a uma cultura artística mais aberta”. Não esquecendo o factor mercado que, na inesperada opinião de Raul Lino, adicionará a este fracasso “certa especulação mercantilista”, que terá funcionado como rastilho para o desenvolver ainda mais violento desta proliferação inculca<sup>103</sup>.

A consciência inicial da vulnerabilidade do povo português aos modelos, adicionada à da falha da divulgação de um modo de estar doméstico português, resulta num assumir-se inequivocamente

<sup>102</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 4.

<sup>103</sup> Raul Lino, “O Romantismo e a «Casa Portuguesa»” in Vitorino Nemésio. *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário, 1974, p. 209.



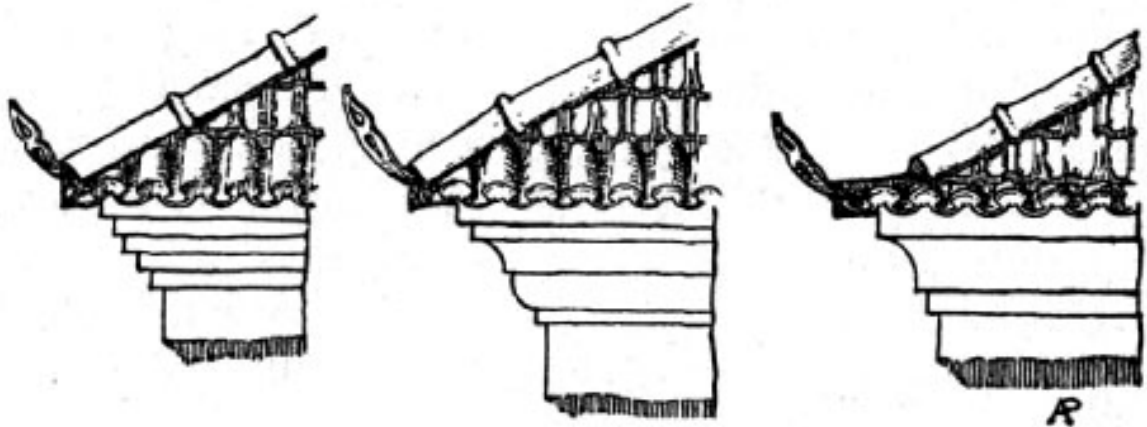


fig. 1.31 – Interpretações horrendas de um lindo modelo. Raul Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933, p. 82.

contra a proliferação daquilo a que chama as casas «à antiga portuguesa» e o uso do vocabulário supostamente nacional de um modo desregrado e sem qualquer bom senso. Segundo Lino surgem como mais uma das máscaras que preenchem o “carnavalesco çarambeque” a que assiste por estes anos [fig. 1.31]. Nelas reconhece uma procura nacionalista desprovida de sentido, onde são completamente esquecidos os valores de unidade dos objectos e proporção em favor do que classifica como sendo uma procura do “portuguesinho croché”<sup>104</sup>.

Se, contra as questões do estilo que sempre rejeitou, havia recomendado um “saber resolver” suportado pelo uso do bom senso, do conhecimento, da admiração e até do amor, assistiu a uma banalização e superficialização das casas que pelo país se iam construindo<sup>105</sup>. Transformados em receituários<sup>106</sup> os livros e os artigos publicados viram o feitiço contra o feiticeiro, deixando em Lino uma responsabilidade que terá unicamente de forma parcelar<sup>107</sup>. As condicionantes sociais e intelectuais do país e as críticas dos detractores de Lino ampliam com persistência, ao longo de muitas décadas, este comprometimento maximizado.

---

<sup>104</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, p. 79.

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*, p. 85.

<sup>106</sup> “Se bem que este pequeno trabalho possa ser tomado por livro de receitas (e isto já sucedeu a outro semelhante que anteriormente publicámos), [...]” (Idem, *Ibidem*, p. 51).

<sup>107</sup> “E é esta *não-pesquisa* que possibilita a redução a clichés das «casas portuguesas», propostos, sintomaticamente, pelo aspecto exterior e epidérmico do seu apelo, por mimetismos, a alguns tipos tradicionais – e cujas consequências o próprio Raul Lino não se cansa de repudiar, desde o princípio dos anos 20.” (Nuno Portas, “Raul Lino: uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador”, *Colóquio Artes*, vol. I, n.º 61, Dez. 1970, p. 17).



## 2. CONSCIÊNCIA ANTROPOLÓGICA E A *CASA PORTUGUESA*

São recentes os estudos que perspectivam a Arquitectura, desde a Antropologia, como algo que ultrapassa o elemento da cultura material em análise. O caminho de sentido oposto, com a Antropologia tida como disciplina meritória de interesse para o fazer e o pensar a Arquitectura, também conta com uma curta história. A franca relação entre ambas é, ainda hoje, e depois de momentos históricos de alguma relevância, consideravelmente pontual. Pelo lado da arquitectura e dos seus produtores começou a assistir-se, nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, a uma reformulação do que eram as ideias sobre a complexidade das relações entre o ambiente e quem o ocupa<sup>108</sup>. O reconhecimento de que outras áreas disciplinares permitem um saber ampliado sobre o espaço construído, enfatizado pelas relações que as sociedades estabelecem com os espaços que habitam, produziram genericamente, ao longo da curta história deste relacionamento, um maior interesse dos arquitectos pela Antropologia do que no sentido contrário<sup>109</sup>.

Para os antropólogos a produção arquitectura permanecerá, durante muito tempo, como mero palco dos acontecimentos ou, na melhor das hipóteses, como mais um dos artefactos culturalmente produzidos e merecedores de um olhar indiferenciado<sup>110</sup>. Quando a Arquitectura começa, com maior ou menor intensidade, a tecer crítica a modelos internacionais de significativa implantação e a valorizar situações mestiças e complexas – entre outros “os lugares liminares, as transições,

---

<sup>108</sup> João Paulo Martins, *Os Espaços e as Práticas. Arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. [Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa], 2005, p. 249.

<sup>109</sup> Susanna Rostas. “The dance of architecture: from ritualization to performativity... and back again?”, *Architectural Design*, n.º 66, 1996, p. 6 referida por Mari-Jose Amerlinck, “The meaning and scope of architectural anthropology” in Mari-Jose Amerlinck. *Architectural Anthropology*. Westport, Conn.; London: Bergin & Garvey, 2001, p. 7

<sup>110</sup> Jane Rendell, “Gendered spaces: encountering anthropology, architecture and feminism in the Burlington Arcade” in Clare Melhuish. *Architecture & Anthropology*, vol. 124. London: Academy Editions, 1996, p. 60.



fig. 1.32 – Em Castro Laboreiro. Rocha Peixoto, “A casa portuguesa, primeira parte”, *Serões*, n.º 2, 2.ª série, Ago. 1905, p. 106.

sobreposições e ambiguidades”<sup>111</sup> – densifica-se, de modo consciente, a existência pensada e actuada da Arquitectura enquanto acontecimento múltiplo e cuja existência ultrapassa, em muito a sua materialidade.

A situação portuguesa apresenta, na sua génese, uma especificidade que deve ser apresentada para se compreender o processo de pensar e agir da arquitectura doméstica na primeira parte do século

XX. Com já foi referido, a atenção à arquitectura doméstica, ainda que frequentemente na sua vertente icónica, chega do interior da literatura e das ciências sociais emergentes. São os escritores, os historiadores de arte, os arqueólogos e os etnógrafos aqueles que primeiro trazem o tema para as páginas das publicações, assim como para os estudos científicos [fig. 1.32]. Neste sentido, a casa surge num contexto mais abrangente de interesses e apresenta, fixada na arte popular como objecto de investigação, uma dupla preocupação entre a cultura popular e o interesse pelas questões da identidade nacional como eixo que se tornará o lado mais visível da emergência da antropologia portuguesa<sup>112</sup>.

Quando os arquitectos recebem o tema da casa portuguesa, já transporta em si questões – como a dos modelos: nacional ou regionais, por exemplo – que orientam a discussão posterior. Mas também é verdade que a reclamada actualização da casa ancestral e histórica, ao momento presente, e à sua transformação em *casa portuguesa* no início do século XX dependerá, em última análise, da capacidade de desenhar propostas que vivifiquem este desejo. À época, esse papel caberá a arquitectos e engenheiros. O entusiasmo dos estudiosos pelas propostas de Ricardo Severo ou de Raul Lino é natural – ainda que nem sempre coerente – já que estes representavam vislumbres do que da possibilidade de actualização da arquitectura portuguesa, aspiração difusa e claramente transversal às propostas teóricas e construídas.

A abordagem à arquitectura doméstica e o tratamento que Raul Lino confere ao tema da casa portuguesa contêm, especificamente, um conjunto de características que defendemos serem reflexo de intuições antropológicas e, por isso mesmo, antecipadoras do que veremos acontecer mais

<sup>111</sup> Martins, *Os Espaços e as Práticas. Arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*, p. 249.

<sup>112</sup> Leal, “Metamorfoses da arte popular: Joaquim Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa”, p. 253.

tardamente com a crítica ao movimento moderno. A sustentar este modo de pensar a casa portuguesa, não é seguramente alheia a formação e cultura profundamente humanistas de Lino. De igual modo, no contexto português, a presença de literatos e investigadores no lançamento desta discussão, com as respectivas especificidades disciplinares, orientará as tomadas de posição associadas. De qualquer modo, como veremos, Lino ultrapassa o nível onde estes últimos operam, saindo dos objectos e das observações formais e estáticas a que se fixam, para passar a uma reflexão que defendemos ser mais dinâmica.

Interessa questionar de que maneira, no interior da arquitectura portuguesa do início do século XX, se enquadra o surgimento da consciência antropológica e através de que linhas se organiza. A leitura que propomos é a de que, através de algumas contribuições sobre o pensar a *casa portuguesa*, surgem antecipações da sensibilidade realista que a arquitectura portuguesa terá no segundo pós-guerra e na década charneira de 1960. Nesta última, como mais tarde explicaremos, concretizando-a com novo, importante e efectivo momento de aproximação às ciências sociais. A casa portuguesa e a sua discussão marcarão de forma diversificada mais de meio século da produção arquitectónica portuguesa, concentrando em si traços estruturantes da cultura da disciplina e reproduzindo-os no tempo.

## 2.1. A CASA COMO SÍNTESE

Ainda que o espaço seja considerado pelos antropólogos como “relacional e contextual”, o seu marco construído tem tardiamente encontrado margem para ser por si próprio, objecto de reflexão<sup>113</sup>. Na leitura actual, como resultado de um trabalho que se foi fazendo paulatinamente ao longo do século XX, os múltiplos aspectos da casa estabelecem um processo de habitar e nenhum destes aspectos pode ser vistos apenas como “estruturas estáticas pré-existentes”<sup>114</sup>.

Nos anos de discussão da casa portuguesa, aquilo que designamos por consciência antropológica, compreende algumas pontes identificáveis com o percurso da própria reflexão sobre a antropologia da casa. O ponto de partida – “a existência do Homem [que] não pode prescindir da cabana, gruta ou casa”<sup>115</sup> – é unânime. Raul Lino, relativamente à casa fundacional portuguesa, mesmo considerando que o assunto está pouco estudado e é em grande medida desconhecido, não hesita em colocar a necessidade de conquista e defesa do território acima do interesse e da atenção conferidos à

---

<sup>113</sup> Susanna Rostas. “The dance of architecture: from ritualization to performativity... and back again?”, *Architectural Design*, n.º 66, 1996, p. 6 (referida por Amerlinck, “The meaning and scope of architectural anthropology”, p. 7).

<sup>114</sup> Janet Carsten; Stephen Hugh-Jones, “Introduction: about the house - Lévi-Strauss and Beyond” in Janet Carsten; Stephen Hugh-Jones. *About the House. Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 45-46.

<sup>115</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 17.

habitação e, portanto, justificar assim a sua caracterização de “muito primitiva e rude”<sup>116</sup>. Ainda que pouco significativo, este interesse associa-se à narrativa do acontecimento primeiro do habitar e encontra possíveis pontos de encontro em estudos antropológicos mais contemporâneos e alargados<sup>117</sup>. Como afirmará Joseph Rykwert, tanto o objecto arquitectónico como a acção que se encontra por detrás dele são “memória colectiva” transversal, cuja manutenção dentro dos grupos é garantida através da acção das lendas e dos rituais<sup>118</sup>.

Caminhando desde o momento fundacional até à contemporaneidade, a casa joga o duplo jogo do que transporta e do que é transportado. Necessário é, porém, segundo Lino, que no momento de a habitarmos ela seja passível de ser “verdadeiramente nossa”<sup>119</sup>. Nas reflexões deixadas por Lino à volta do tema da casa portuguesa, um factor é incontornável, seja qual for a dimensão real e afectiva da casa habitada, sendo “reino para uns, simples ninho para outros, palácio, baluarte ou choupana”, ela deverá ser acção – “façamo-la” – para que se transforme em algo completamente apropriável e só assim se tornar em simultâneo resultado da alma de quem a habita e enquadramento da “vida que nos é destinada”<sup>120</sup>. Mas o que significa esta acção de que fala Lino? Será afinal o entendimento do processo, do caminho que se traça desde a leitura dos tipos à reconformação dos mesmos?

No plano do que escreve, não temos dúvidas em reconhecer esta compreensão da casa como processo, que encontra reflexo no sentido reclamado pelas investigações e olhares de filiação antropológica posteriores<sup>121</sup>. A acção de que fala Lino é tanto aquela que permite o caminhar até à perfeita tomada de posse do espaço doméstico, como a que permite que a realização do mesmo seja completamente consonante com a futura apropriação. Através da acção de pensar e projectar sustentada pela observação, compreensão e utilização das lições consolidadas no eixo espaço/tempo, Lino chama a si o que é defendido actualmente como sendo as ferramentas que os estudos antropológicos podem trazer à arquitectura: trabalho de campo, observação em primeira mão e investigação cultural<sup>122</sup>. Parece-nos, hoje, que nada de novo se identifica no discurso de Lino mas, num quadro de pré-funcionalismo e outras opções, nem sempre culturalistas, a que o século XX arquitectónico foi sujeito, pode-se reconhecer nele um valor intelectual acrescido e alguma capacidade de antecipação.

---

<sup>116</sup> Idem, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, p. 15.

<sup>117</sup> Referimo-nos, por exemplo, ao texto de Joseph Rykwert, *On Adam's House in Paradise: the idea of the primitive Hut in Architectural History*. New York: The Museum of Modern Art, 1972. Utilizaremos a versão brasileira: Idem, *A Casa de Adão no Paraíso*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003 [1972].

<sup>118</sup> Rykwert, *A Casa de Adão no Paraíso*, p. 6.

<sup>119</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 19.

<sup>120</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>121</sup> Amerlinck, "The meaning and scope of architectural anthropology", p. 3 e Carsten; Hugh-Jones, "Introduction: about the house - Levi-Strauss and Beyond", p. 37.

<sup>122</sup> "Amerlinck, "The meaning and scope of architectural anthropology", p. 12.

No sentido de realizar a síntese da experiência humana *domesticada*, a casa corresponderá, para Raul Lino, a uma unidade com a vida dos moradores – capaz de produzir, por isso, satisfação – e, por outro lado, a uma relação de compromisso para com a esfera mais alargada da sociedade, na qual a casa e habitantes se inserem. Logo no livro de 1918 é a estes dois âmbitos que se propõe dedicar: “da melhor disposição da casa para conveniência dos seus moradores e do modo decoroso por que esta deve ser realizada, – se não para maior satisfação do seu dono, pela menos para respeito à sociedade em que vivemos.”<sup>123</sup>

Relativamente à satisfação dos habitantes e à naturalidade com que estes se devem apropriar da sua nova casa, encontramos a existência de duas dimensões fundamentais, de cuja materialização depende a plena concretização da “nossa moradia”. Elas são a vida material e a vida espiritual, dois universos que se ligam entre si. A resposta a esta necessidade de facilidade de apropriação – material e espiritual, física e simbólica –, como já é explicada nos seus propósitos, é conseguida através de uma disposição, de uma correcção na distribuição interior da casa que possa corresponder “perfeitamente à nossa maneira de viver”<sup>124</sup>. Para a realização da planta não devem ser excluídos os “costumes próprios duma época, as condições climatéricas gerais do país”<sup>125</sup>. Somam-se assim às especificidades individuais – ou familiares – as condicionantes culturais e físicas. O reduto do mundo privado do espaço doméstico é, assim, invadido e condicionado pelo mundo exterior.

Concretizada a planta traçam-se então as fachadas, cujo carácter depende daquilo que Lino designa de “proporções gerais”<sup>126</sup> e que deve obedecer necessariamente ao decoro. A importância do decoro em Lino deve ser enquadrada entre as intuições do senso comum e a linha igualmente remota da lógica de pensar a arquitectura. Segundo Vitruvius o decoro, uma das características de que conta a arquitectura, é conseguido através da disposição adequada segundo “costume ou naturalmente”<sup>127</sup>. Este deve ser cumprido, como já se referiu, para que a casa satisfaça o objectivo de respeito para com a esfera do público mas que sofre, no trabalho de Lino, de um paradoxo. Por um lado, a satisfação deste requisito implica, não a adopção de um “estilo” consagrado ou de um conjunto de normas objectivas mas, pelo contrário, deve-se, subjectivando, cumprir uma metodologia projectual sustentada pelo acto de praticar com “bom senso” a cultura específica, de a conhecer, admirar e, sustentado por tudo isto, actuar resolvendo o problema colocado<sup>128</sup>. É a defesa de uma casa num determinado local, num determinado tempo e para um determinado grupo de habitantes, uma casa

---

<sup>123</sup> Lino, *A Nossa Casa. Aparentamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 10.

<sup>124</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>125</sup> Idem, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, p. 56.

<sup>126</sup> Idem, *A Nossa Casa. Aparentamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 10.

<sup>127</sup> Vitruvius, *Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST, 2006, (tradução do latim, introdução e notas por M. Justino Maciel), p. 38 (Livro I, capítulo II).

<sup>128</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 85.

tida como verdadeiramente contextualizada. Ou seja, é a realidade específica em que se trabalha que fornece para Lino os instrumentos desse trabalho. Dela se recebe a noção de equilíbrio e contenção – o bom senso – e sobre ela se actua aprendendo, conhecendo, admirando e amando. No final deste percurso, a acção do arquitecto resultará numa capacidade de “saber resolver”<sup>129</sup> suportada pela existência de um “carácter fundamental” que deve ser garantido nas “suas linhas gerais” e nas “suas proporções”<sup>130</sup>. O gesto final será mais um, numa sucessão de relações que vão sendo construídas entre o homem/arquitecto e o seu entorno cultural. Ao arquitecto pertencerá, então, a garantia e a responsabilidade de fechar o ciclo entre a necessidade de determinada casa e a sua concretização como acto cultural específico.

No discurso de Raul Lino encontramos variações de posição relativamente à tomada de decisões sobre o carácter da casa. Como acabámos de referir, Lino defende, como pano de fundo, que ao arquitecto cabe o papel de aplicar a metodologia referida, a única capaz de se constituir como resposta decorosa. Porque, como afirma, “é sempre perigoso quando os futuros senhores da casa fantasiam o que eles consideram o exterior ideal para a sua morada”<sup>131</sup>. Porém, surge igualmente a defesa – umas páginas depois – de que as ideias que os “proprietários fazem de beleza são certamente diferentes e variadas conforme o temperamento de cada qual”<sup>132</sup>. Afinal, vemos Lino defender uma ampliação das subjectividades em presença. O aspecto geral passa a depender então de duas subjectividades: a do arquitecto – síntese da cultura – e a do futuro habitante da casa – tida como seguramente mais específica e individual. Na relação com os encomendadores, o significado conferido à opinião dos mesmos surge, por diversas vezes, em distintos momentos e encargos<sup>133</sup>. Possivelmente devido ao facto de reconhecer, na maioria deles, uma capacidade intelectual e sensibilidade merecedoras de serem tomadas em consideração, ou porque simplesmente admite que o ponto de vista de quem teria, no futuro, a tarefa de habitar – portanto de se poder apropriar do espaço com naturalidade –, era importante para ser tida em conta, mesmo quando se perspectivava fantasiosa. A valorização concedida por Raul Lino à sensibilidade e opções do encomendador não será seguramente alheia a alguma reconhecida “falta de unidade que a [sua] obra apresenta”<sup>134</sup>.

Quando analisamos com mais acuidade os trabalhos de Raul Lino, constatamos que, apesar de nalguns momentos apresentarem uma separação clara ente interior/esfera do indivíduo e exterior/esfera pública, nem sempre a dicotomia entre os dois pólos é evidente. Compreende-se, deste modo, uma maior complexidade na leitura que faz o autor da inter-relação das esferas. Ao

---

<sup>129</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>130</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 68-69.

<sup>131</sup> Idem, *Ibidem*, p. 26.

<sup>132</sup> Idem, *Ibidem*, p. 69.

<sup>133</sup> Almeida, “Raul Lino. Arquitecto Moderno”, p. 130.

<sup>134</sup> Idem, *Ibidem*.



desenho do espaço privado, sintetizado na planta, chegam contribuições exteriores, como as práticas estabelecidas e as envolventes física e material. Nas opções que suportam o desenho do exterior da casa, e para lá do que é apropriado a esse enquadramento, surgem aqueles contributos que, vindos do universo do individual, se tornam sociais, como a “psicologia dos habitantes” enquanto grupo e a sua própria “organização social”, assim como outros mais estritos como as empatias estéticas dependentes do “temperamento” individual<sup>135</sup>.

A complexidade implícita na acção de projectar em geral, e a da arquitectura doméstica em particular, é reconhecida pelas inevitáveis relações que constrói com o quotidiano. Essa percepção chega-nos, nos dias de hoje principalmente pela tomada de consciência que os arquitectos constroem, a partir de finais da década de 1940, numa tentativa de resposta mais próxima da realidade e do valor dos cruzamentos entre diferentes níveis de produção de espaço: eruditos ou não<sup>136</sup>. Três décadas antes, e ainda que de um modo mais fragmentado e por consolidar, Raul Lino apontara para este caminho na medida em que lhe foi possível. Inclusivamente, os factores em presença são tantos e tão diversos que, ao próprio Lino, faltou, nalguns momentos, clareza e coerência no que se refere às reflexões que lhes dedicou. De qualquer modo, encontramos, nos seus textos e na perspectiva sobre a casa, uma consciência de que é factor de concentração de aspirações, preocupações e possibilidades, onde os habitantes – directos, os moradores, e indirectos, a sociedade – reconhecem referências a comportamentos individuais e colectivos. A casa funciona claramente como dispositivo que, através da sua pele de permeabilidade variável, conduz os fluxos de comportamentos em ambos os sentidos. O interior concentra a intimidade quando a necessidade é a protecção face à agressividade do exterior. Mas também o exterior informa e conforma a pele e o interior, procurando fazer cumprir os códigos vigentes. De modo privilegiado, a casa comporta-se, em Lino, como realidade com específica e importante capacidade de síntese entre esferas distintas da experiência social humana. Esta dinâmica surge reconhecida em Raul Lino e a importância de alguns dispositivos de passagem assumem, por isso, papel fulcral. Exemplo disso é o caso do tão debatido alpendre, ao qual voltaremos com mais detalhe.

## 2.2. A CASA COMO MANUTENÇÃO

A casa, sendo um espaço privado e controlado por natureza, tem a capacidade de ser um objecto/acontecimento que joga de modo dinâmico com a síntese social que reproduz e as estruturas relacionais específicas, fixando-as e repetindo-se para além da própria casa. Talvez por causa da

---

<sup>135</sup> Lino, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, p. 56 e Idem, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 26.

<sup>136</sup> Martins, *Os Espaços e as Práticas. Arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*, p. 249.

importância que adquire enquanto processo, a casa apresenta uma considerável capacidade de se preservar, tardando, eventualmente, nalgumas situações em absorver e produzir variações.

Como refere Pierre Bourdieu, a manutenção da ordem social encontra na família um elemento primordial. Esta apresenta assim, segundo este autor, um conjunto de propriedades que nos interessa sublinhar. Por um lado, a família constitui-se como uma realidade que transcende os seus elementos e, por outro, assume-se como universo social isolado e isolável. Na definição da família, a importância da casa concretiza-se no sentido de lhe aumentar o carácter perpetuador. Bourdieu sublinha, ainda, que as sociedades que se baseiam na casa conformam mais fortemente o seu movimento de perpetuação como palco para a existência do agregado familiar. Como “unidade permanente” este surge, assim, duradouramente associado à casa que é “infinitamente transmissível”.<sup>137</sup>

A condição de conservação daquilo que caracteriza a casa é relevante. Tanto a casa como o desejo da mesma, o “sonho de uma moradia própria, independente”, são, para Lino, factores de constância num desejo que se constitui como natural ao ser humano<sup>138</sup>. Assim, o “reduto da nossa intimidade”<sup>139</sup> responde a necessidades ancestrais e, neste sentido, compreende-se Gaston Bachelard quando defende que a “casa-ninho nunca é nova”<sup>140</sup>. A vontade de que a casa tenha necessariamente um carácter continuador faz dela um elemento de difícil exposição à mudança. Como referiu Adolf Loos, em 1910, por oposição à dinâmica da obra de arte, “a casa é conservadora”<sup>141</sup>. Reconheceu, inclusivamente, que, retirando qualquer tipo de ornamentação, uma casa do século XX ou outra do XVII seriam difíceis de diferenciar<sup>142</sup>. A nudez ornamental faz compreender a linha de desenvolvimento estruturante, reconhecendo-se umas nas outras e assim salientando a sua continuidade fundamental preservada.

Raul Lino considera vital a tradição e sublinha o “valor estrutural que no espírito do Homem devem ter certas forças herdadas”. Procurando afastar-se de questões que podem ser entendidas como meramente formalistas, esclarece dever a tradição ser remetida para o plano mais alargado da cultura, da “tradição espiritual na obra dos homens”, contra uma redutora “tradição morfológica na obra dos arquitectos”<sup>143</sup>. Raul Lino valoriza aquilo a que Walter Benjamin designa de “entendimento tácito entre as gerações passadas”<sup>144</sup> e os diversos presentes. Lino, ainda que falando de forças e da tradição

---

<sup>137</sup> Pierre Bourdieu, “On the family as a realized category”, *Theory Culture Society*, vol. 13, n.º 3, Aug. 1996, pp. 20 e 23.

<sup>138</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 19.

<sup>139</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>140</sup> Bachelard, *A Poética do Espaço*, p. 111.

<sup>141</sup> Adolf Loos, “Arquitectura” in Adolf Loos. *Escritos II 1910/1932*. Madrid: El Croquis, 1993 [*Architektur*, 1910], p. 33.

<sup>142</sup> Idem, *Ibidem*, p. 31. Quando refere as casas do século XIX explica que seria fácil identificá-las, já que “copiaron durante tanto tiempo ornamentos desaparecidos hasta encontrarlos ridículos ellos mismos”. Loos, “Arquitectura”, p. 31.

<sup>143</sup> A tradição é um dos temas centrais tratados entre Raul Lino e Lúcio Costa num encontro tido, aquando da viagem do primeiro ao Brasil (Raul Lino, *Auriverde Jornada. Recordações de uma viagem ao Brasil*. Lisboa: Ed. Valentim de Carvalho, 1937, p. 95).

<sup>144</sup> Walter Benjamin, “Teses sobre a filosofia da história” in Walter Benjamin. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992 [1947/50 (Texto de 1940)], pp. 157-158.

espiritual, na importância dada à construção da casa – pela sua ancoragem cultural profunda – afasta-se da estrita materialização, não perdendo, porém, o lado de objecto que povoa, com ou sem correcção, e deixa marca. Esta responsabilidade e capacidade do objecto podem ser compreendidas no contexto do que virá a defender Maurice Halbwachs, colocando espaços apropriados e objectos num mesmo patamar, onde se constituem como indicador das tradições e do pensamento colectivo<sup>145</sup>. A reciprocidade existente entre o grupo e os espaços por si apropriados acontece juntamente com a capacidade que as condições materiais moldadas e moldadoras têm de se constituir como origem, depositárias e garante de conservação da memória colectiva e individual<sup>146</sup>. São assim responsáveis pelas perenidades estruturantes a que a casa responde.

A importância, que encontramos em Raul Lino, de compreender e viabilizar o que são as respostas culturalmente estabelecidas com possibilidade de se tornarem “impulso capaz e profícuo”<sup>147</sup>, são reconhecíveis no “laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas”<sup>148</sup>, defendido por Claude Lévy-Strauss. Lino reconhecia a existência da mudança, mesmo se com um ritmo questionável, e clarifica a sua distância à defesa do estaticismo escrevendo que “base segura e certa para todo o movimento progressivo é aquilo que existe: é a terra que nos serviu de berço, com suas características, com seu clima, com sua tradição, e é a índole da nossa gente”<sup>149</sup>. A exposição à mudança, tanto por parte das sociedades como do espaço, existe mas Lino esperava, porém, que fosse acontecendo numa linha de lento desenvolvimento temporal; tão lenta, tão consolidada que aparentemente pode parecer que não se concretiza.

A permanência da estrutura cultural, em cujo processo a memória desempenha um papel essencial, cruza-se com o espaço da pequena unidade da família. O encontro entre experiências e vivências de ambas as esferas permite que, por um lado, a estrutura espacial que transporta em si a memória do colectivo<sup>150</sup> seja vivificada e reforçada e que, por outro, o novo espaço apropriado seja possibilidade de acumulação e re-experimentação de memórias pertencentes à família, protegidas, de certo modo, das agressões do meio pela protecção que a própria casa confere<sup>151</sup>.

A identificação e sintonia entre ambas, actuada no momento da concretização do espaço doméstico, torna possível a apropriação quase imediata da casa. À vontade de fazer a casa “tão querida logo desde os primeiros meses em que a habitamos”<sup>152</sup>, o arquitecto responde, conferindo ao morador um

---

<sup>145</sup> Martins, *Os Espaços e as Práticas. Arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*, p. 53.

<sup>146</sup> Maurice Halbwachs citado por Idem, *Ibidem*, p. 54.

<sup>147</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 62.

<sup>148</sup> Filomena Silvano, *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*. Oeiras: Celta, 2001, p. 18.

<sup>149</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 62.

<sup>150</sup> Maurice Halbwachs citado por Silvano, *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*, p. 13.

<sup>151</sup> Kent C. Bloomer; Charles Willard Moore, *Body, Memory, and Architecture*. New Haven: Yale University Press, 1977, p. 50.

<sup>152</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 10.

papel de interlocutor, mas enquadrando-o no que poderá ser entendido como um tipo<sup>153</sup>. Este é remetido, como já se enunciou anteriormente, para um conjunto de elementos intimamente ligados a condicionantes culturais estruturantes<sup>154</sup>. A defesa, por Lino, desta facilidade que permite à casa ser ocupada e rapidamente apropriada deixa perceber a necessidade de utilizações de valores de habitar tais que, transportando chão fértil, plasmem com agilidade a experiência e vida dos habitantes, conferindo ao espaço doméstico a densidade que lhe permite concretizar a passagem de casa a lar.

No contexto em análise, estes valores de habitar que conformam a arquitectura doméstica tendem a ter um elevado grau de permanência e de reprodução. Se as linhas defendidas para a acção da arquitectura portuguesa de passagem de séculos – culturalista ou progressista<sup>155</sup> – aparentavam diferenças, estas fixam-se fortemente no domínio estilístico. De um modo genérico, a separação é mais da esfera do imaginário formal, do que na dos comportamentos e usos dessa mesma arquitectura. As opções adoptadas no âmbito estilístico e de moda, tanto em interiores, como em exteriores, raramente são inovadoras ou revolucionárias, por se enquadrarem em matrizes culturais, cuja longa permanência contraria a aparente mudança sistemática dos espaços e dos edifícios<sup>156</sup>. O projecto da casa, na sua vertente culturalista, vai assumir e representar um papel importante de defesa dessa manutenção de comportamentos e de resistência. Encontramos, nas propostas lançadas, não só uma defesa contra a modernização, mecanizações e até urbanização, mas também a defesa da casa como lugar primordial de protecção da família, de continuidade com uma linha que virá de um *ninho* ancestral. A resistência contra a mudança é, ao mesmo tempo, elemento essencial na significação conferida à transformação, quando esta acontece. A persistência contém em si – no caso dos tipos arquitectónicos – uma capacidade de se constituir como posteriores e múltiplas respostas. O tempo e a consistência dos valores estruturantes que permanecem ganham território e cronologia. As respostas reinventadoras, consubstanciadas pelos tipos, vivificam-nos. As alterações estruturais absorvidas sofrem igualmente desta difusão privilegiada que a solidez permite.

### 2.2.1. A DENSIDADE DO ALPENDRE

Um dos equívocos a que a obra de Raul Lino foi sujeita – com alguma responsabilidade atribuível ao próprio autor – teve no alpendre um dos seus casos paradigmáticos<sup>157</sup>. Este elemento arquitectónico, vastamente defendido e praticado por Lino colocou-se, junto com outros, no centro da crítica às

---

<sup>153</sup> Idem, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, p. 56.

<sup>154</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>155</sup> Almeida, "Modelo progressista, modelo culturalista", pp. 72-89.

<sup>156</sup> Witold Rybczynski, *Home. A short story of an idea*. London: Pocket Books, 2001 [1986], p. 218.

<sup>157</sup> Interessa-nos especificamente, neste ponto, o alpendre da porta de entrada e não as suas variações que se somam a varandas e *loggias*. Para esta versão ver a reflexão sobre os alpendres/alpendradas efectuada por Almeida, "Raul Lino. Arquitecto Moderno", p. 148.

supostas casas portuguesas e à sua consequência mais dispersa e amplificadora, a que Lino chamou de *casas à antiga portuguesa*. O alpendre foi tornado adjectivo fácil de utilizar, num esforço de caracterização do incaracterístico, daquilo que necessitava gravemente de carácter. Merece por isso uma atenção especial, tanto pelo que representa em termos de observação e compreensão da complexidade da arquitectura doméstica portuguesa, como pela facilidade como estas complexidades implícitas são esmagadas por gestos sistemáticos e alargados de repetição esvaziadora.

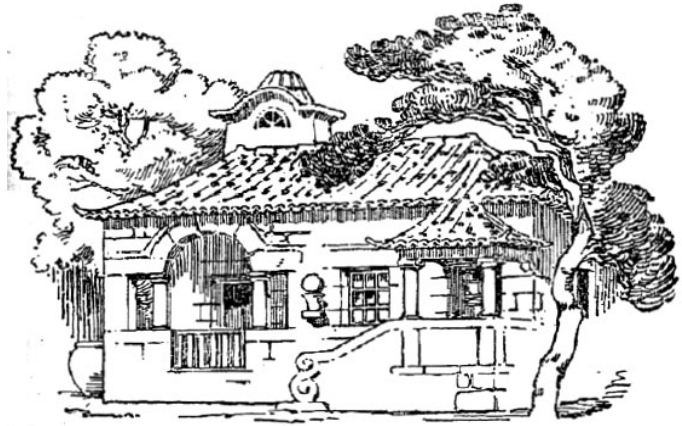


fig. 1.33 – s/ título. Raul Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*. Lisboa: Atlântida, 1918, p. 7.

Segundo a defesa empreendida por Lino, o alpendre funciona como acontecimento – muito mais do que estrito objecto – que confere densidade à antecipação daquilo que Pedro Vieira de Almeida chama de “acto fundamental de entrar”<sup>158</sup>. Em termos teóricos, Raul Lino enquadra o alpendre em três linhas que servem de marco caucionador do mesmo. Por um lado, encontramos a implantação no território nacional como garante da sua justeza e correcta necessidade de existência e utilização<sup>159</sup>. A existência geograficamente generalizadora do alpendre confere-lhe uma validação pela capacidade de se estabelecer como resposta de ampla dispersão. Por outro lado, encontramos as condicionantes do clima português – “desabrido” – como motor da importância de um elemento de transição e de protecção do interior às acções agrestes do exterior<sup>160</sup>. Mais uma vez, sustentado pelo espaço físico do território nacional e uma aparente uniformidade das condições climáticas obtém-se de um elemento arquitectónico específico uma resposta unificadora e fundamentada. Por outro, é-lhe atribuído o reconhecimento pela persistência cronológica. Assim, para Lino, a fixação desta “forma graciosa do alpendre – feição mais portuguesa da nossa casa” acontece no primeiro período do Renascimento, implica uma manutenção de mais de dois séculos e encontra-se, por isso, substanciada e justificada<sup>161</sup>.

O interesse de Raul Lino pelos espaços complexos, como são os de transição, leva-nos a entender o papel do alpendre nos textos e nas obras deste autor. A compreensão que Lino tem da arquitectura é, por isso, mais complexa do que a da maioria dos seus conterrâneos. No jogo duplo entre o interior e o exterior, os alpendres alimentam a casa, logo, num primeiro momento, com o seu necessário

<sup>158</sup> Idem, *Ibidem*, p. 146.

<sup>159</sup> Lino, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, pp. 6-7.

<sup>160</sup> Idem, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 14.

<sup>161</sup> Idem, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, p. 17.

“aspecto conciliador”<sup>162</sup>. Esta aparência é conseguida através da justa aplicação da proporção, garante da “preocupação humanística”<sup>163</sup> que reformula o espaço. Da dimensão social do exterior, o alpendre constrói o primeiro instante de domesticação que a concretização da entrada efectiva e que a casa finalmente materializa.

Pode inclusivamente afirmar-se que o alpendre, segundo Raul Lino – tanto na sua vertente estrita de ante-espaço de entrada em casa, como na de continuidade com alguns dos espaços mais significativos da casa –, é mais uma das propostas pedagógicas do arquitecto. A aprendizagem, por parte de quem habita, das relações e mediações interior/exterior é potenciada por elementos que conferem escalas de apropriação distintas e adequadas ao que é esperado de cada espaço, quer se trate de transpor, estar ou contemplar. O valor do dispositivo de transição entre o interior e o exterior ultrapassa em muito o valor anedótico de um vocabulário tradicional usado como acessório. Ao reclamar uma compreensão do que é o problema e do que deve ser a solução, considerando a experiência colectiva e observando caso a caso, Lino remete o local de transição fora/dentro para um universo de consciência ampla da importância do mesmo.

A consonância da defesa do alpendre com o reconhecimento de práticas e opções consolidadas no caminho paulatino que a arquitectura deverá percorrer enquadra-se na análise que Raul Lino efectua sobre o percurso da construção da arquitectura doméstica portuguesa. Reconhece Lino que, até meados do século XIX, a compreensão intuitiva, destituída de pretensões que ultrapassem a necessidade e o senso comum, ia permitindo que a “gente prática” respondesse, no caso das construções mais modestas ou “rústicas”, com correcção. Não são só as casas como elementos singulares que cumprem assim o seu objectivo. Os conjuntos por elas constituídos, as paisagens das vilas e aldeias nacionais, surgiram igualmente de modo “agradável no seu conjunto”, onde continuidade e variedade se encontram salvaguardadas na justa e equilibrada medida.<sup>164</sup>

Esta defesa é suportada pela prática corrente que implicava o uso de modelos considerados estranhos à realidade portuguesa, criticado energeticamente em grande parte da prática da arquitectura do início do século XX. Apresenta-se igualmente como apologia de uma arquitectura que acontece, que é oriunda de valores próprios do momento e do lugar. Neste sentido, a existência de uma linha e de uma continuidade só na aparência pressupõe uma repetição estéril ou uma imitação. Aquilo que Lino defende e estabelece como modo de responder ao problema – tanto popular, como erudito – da construção de uma casa remete para ideias de autenticidade e de imitação. A praxis de Lino era a da especificidade e da unicidade, apoiada pelo que de mais subjectivo a acção de construir uma casa

---

<sup>162</sup> Idem, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 16.

<sup>163</sup> Almeida, “Raul Lino. Arquitecto Moderno”, p. 122.

<sup>164</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 8.

apresentava, e esta estava, por sua vez, a uma distância abissal da compreensão da arquitectura como gesto político. Como afirmará Walter Benjamin, “o aqui e o agora do original constitui o conceito da autenticidade” e, ao contrário deste mesmo autor, Lino jamais aceitaria, tanto na arquitectura como na arte, a emancipação da “sua existência parasitária no ritual” comprometendo-se com uma reprodutibilidade técnica – ou outra – que lhes permitisse, desse modo, passarem a “assentar numa outra praxis: a política”<sup>165</sup>. Para este tipo de modernidade Lino não estava preparado e nela não se revia. Os seus valores eram exactamente de sentido contrário: a valorização do gesto único e da substância construída no objecto pela sua existência e uso.

Ainda no âmbito da análise que faz da arquitectura doméstica, realçando o seu sentido positivo e característico, Lino sublinha a variedade material e a multiplicidade das mentalidades presentes no território que resultam naturalmente do cruzamento dos vectores tempo e espaço<sup>166</sup>. Podemos ler na presente referência uma valorização da capacidade de manutenção de certas especificidades e diversidades culturais dentro do país, que se reflecte na própria disponibilidade material existente. O trabalho de Raul Lino deve ser lido, actualmente, em toda a complexidade porque foi, efectivamente, elaborado com intuições e concretizações do que são as características pouco lineares da arquitectura e constituiu uma total excepção face ao contexto da época. A casa representa, para quem a habita, o elemento múltiplo<sup>167</sup> que lhe reconhecem olhares antropológicos mais recentes<sup>168</sup>.

Em Lino, para além da reconhecível proximidade a uma sensibilidade antropológica presente nos seus textos, encontramos outro valor acrescido que enfatiza a importância do seu trabalho. O panorama no qual o discurso de Lino surge é caracterizado por uma inexistência de crítica e teoria da arquitectura. De facto, o que se encontra mais amiudadamente publicado, nos primeiros anos do século XX, são pequenos textos que acompanham a apresentação de projectos e onde são simplesmente identificados “os vários elementos do programa que contemplam, as exigências do dono de obra (proprietário), o partido adoptado pelo arquitecto e as consequências dessa articulação na distribuição, sistema construtivo e organização do edifício”<sup>169</sup>. O objectivo consistia, na melhor das hipóteses, em oferecer uma breve explicação do projecto apresentado, sem questionamentos ou enquadramentos que extravasem os elementos referidos. Esta aproximação ao texto, que acompanha projectos e obras como apontamento esquálido e acrítico, tem uma permanência considerável e significativa.

---

<sup>165</sup> Walter Benjamin, "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica" in Walter Benjamin. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992 [1955], pp. 83-84.

<sup>166</sup> Raul Lino, *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*. Lisbonne: Institut Français au Portugal, 1937, p. 2.

<sup>167</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 9.

<sup>168</sup> Por exemplo, Carsten; Hugh-Jones, "Introduction: about the house - Levi-Strauss and Beyond", pp. 43-44.

<sup>169</sup> Marieta Dá Mesquita, "Fontes para a história da arquitectura contemporânea portuguesa. Um primeiro olhar sobre *A Construção Moderna*", *GEHA - Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo*, n.º 2/3, Ano 2, Mar./Out. 1999, p. 109.

Apesar do reconhecimento de que o trabalho teórico de Raul Lino, afastando-se do que era prática comum à época e nas décadas seguintes, reflecte uma densidade de aproximação ao tema do habitar, é identificável a fragilidade de alguns pontos e equívocos que sustentam algumas das suas teses. Tal como afirma Pedro Vieira de Almeida, a produção de Lino “não é isenta de fragilidades e enganos” mas, ainda assim, o seu valor fundacional para posteriores abordagens é incontornável<sup>170</sup>. A proposta de Raul Lino relativamente à arquitectura doméstica, tanto no seu contexto histórico como para além dele, procura constituir-se e fixar um modo de olhar e de estar face ao mundo. O seu radicalismo, face ao meio arquitectónico em geral e às formais modernidades arquitectónicas, isolou-o e assim permaneceu estoicamente. De qualquer modo, o seu valor relativamente ao pensar sobre o habitar é referência e embrião, nem sempre óbvio, nas preocupações de cariz realista que, décadas mais tarde, acontecerão. Voltando às palavras de Pedro Vieira de Almeida, a preocupação que Lino destina ao homem é “mais estrita e localizada, menos universalista e abstracta, menos *Homem* e mais *homem*”<sup>171</sup>. Até pelos já referidos equívocos, alimentados pelo próprio e por apetências gerais, a atitude que encontramos nos textos de Raul Lino remete-o para a linha nem sempre clara que separa uma atitude regionalista – de “uma forma de fazer ligada a memórias e experiências colectivas de um território concreto” –, de uma outra, onde elementos e materiais são usados de uma “forma tradicional, automática e inclusivamente ritual” e, por isso, “puramente regional”<sup>172</sup>.

Como já foi dito, os trabalhos de Raul Lino, inserem-se numa linha de educação geral do gosto sustentado por um modo de estar e habitar, contra a massificação de uma certa fealdade arquitectónica contrária aos seus princípios, principalmente no que à casa comum – as *casas simples* – diz respeito. A sua capacidade de implementação como modelo advém das mesmas características socioculturais que critica, já no fim da sua vida. Em 1974, sobre “O Romantismo e a «Casa Portuguesa»”, afirma Lino que a “sina” do referido modelo se traçou a partir do momento em que “caiu sob o domínio dos amadores e curiosos avessos a toda a disciplina, e pode dizer-se alheios a uma cultura artística mais aberta”<sup>173</sup>. Se contribuiu, mais do que ninguém, para a divulgação de uma suposta casa portuguesa, dotando-a de um imaginário capaz de se multiplicar e ser facilmente absorvido, estaria a colocar no quadro sociocultural nacional as responsabilidades pelo esvaziamento do seu desejo do proliferar da dita casa? Sublinhamos as palavras com que termina a referida palestra, que lhe dão uma actualidade que atravessa todo o século em que viveu: “E é preciso não esquecer que o melhor vinho não é aquele que só foi bem fabricado, há-de ser também o que melhor se

---

<sup>170</sup> Almeida, “Modelo progressista, modelo culturalista”, p. 89.

<sup>171</sup> Idem, “Raul Lino. Arquitecto Moderno”, p. 184.

<sup>172</sup> Alex Tzonis e Liane Lefaivre citados por Martins, “Portuguesismos: Nacionalismos e Regionalismos na acção da D.G.E.M.N.” p. 115.

<sup>173</sup> Lino, “O Romantismo e a «Casa Portuguesa»”, p. 209.



adapta ao clima da região e o que melhor se dá com o torrão em que ele é produzido”<sup>174</sup>. Será isto que as duas décadas anteriores a esta sua tardia reflexão voltariam a procurar como processo e como possibilidade de a arquitectura doméstica se constituir como algo que corresponde às necessidades, desejos e aspirações dos seus futuros habitantes.

### 2.3. HABITAR A CASA PORTUGUESA

A procura de Raul Lino visa estabelecer uma metodologia que seja garante destas aspirações da construção da casa *acertada* e defende com persistência que as casas são projectadas a partir do interior<sup>175</sup>. Principalmente nos seus livros de 1918 e 1933 dedica uma atenção significativa a discorrer sobre esse interior doméstico. Curiosamente foram os seus exteriores ou a leitura que se fez deles que o popularizaram – tanto pela via dos admiradores, como pela dos detractores – e lhe criaram esse vínculo absoluto a um determinado modo de fazer arquitectura doméstica em Portugal. A importância dada, pelo autor, ao interior doméstico faz com que seja relevante uma leitura do que são as suas propostas escritas e cruzar esta posição com alguns dos projectos por ele realizados. De Raul Lino e do seu ideário interessa-nos perceber a configuração reclamada para o espaço doméstico e o consequente intuir do ambiente familiar resultante.

No âmbito português, a preocupação de Lino pela arquitectura doméstica é tida por alguns dos seus contemporâneos como original e, parece-nos ser possível acrescentar actualmente que pode ser considerado fundacional, aquilo que devido a essa mesma preocupação escreveu. Como refere José Pessanha, em 1902, os programas das grandes obras públicas eram tema privilegiado de relativa reflexão e de interesse, por oposição à vertente teórica da casa, à qual os arquitectos teriam dedicado, até esse momento, nenhuma atenção<sup>176</sup>. A existência de uma atenção efectiva à reflexão – extra-arquitectura doméstica – é seguramente questionável. Ainda assim, o interesse demonstrado por Lino é uma preocupação que uma leitura mais ampla do que vai sendo a falha produção teórica demonstra ser precoce e isolada. Nuno Portas analisa essa ausência de teoria, no que se refere a este período, afirmando que a produção dos arquitectos correspondia principalmente a uma “arte de aparências”, construída de voluptuosidade e evocações – “quer do passado, quer do mundo rural, quer do estrangeiro” –, cujas genéricas “variações estilísticas sobre um tema” conseguiam nos programas públicos ter alguns dos melhores exemplos<sup>177</sup>. Se a vocação formalista resolvia

---

<sup>174</sup> Idem, *Ibidem*, p. 210.

<sup>175</sup> Idem, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, p. 20.

<sup>176</sup> José Pessanha citado por Nunes, “A Construção Moderna e a cultura arquitectónica no “novecentos” em Portugal”, p. 54 (*A Construção Moderna*, n.º 56, Ano III, Abr. 1902, p. 19).

<sup>177</sup> Nuno Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação” in Bruno Zevi. *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1978, pp. 701-702.

aceitavelmente o que seriam os edifícios dedicados a equipamentos, deixavam a habitação sujeita a respostas de reprodução ou novidades, efectuadas à margem da reflexão específica necessária.

Como se tem vindo a explicar, nos últimos anos de Oitocentos e, pelo menos, durante a primeira parte do século seguinte, assistimos à construção de um discurso, a tomadas de posição e de reflexões sobre a arquitectura que, ancoradas no tema da casa portuguesa, se desenvolvem com um sentido de questionamento do carácter da arquitectura nacional. A discussão ao redor da arquitectura fixa-se assim na discussão da arquitectura doméstica, sendo o programa casa transformado em centro das atenções de curiosos e arquitectos. Neste contexto, é relevante que, apesar do desenvolvimento urbano e das suas consequências sociais, o enfoque, no pensar da arquitectura doméstica, permaneça vinculado quase estritamente à família nuclear e isolado, o lar na sua vertente mais icónica de habitação unifamiliar.

A própria análise que Raul Lino realizou sobre os acontecimentos do século XIX português ajuda a perceber parte do interesse pela casa portuguesa e a forma que adquire. Identifica primeiro, em meados do século XIX, uma importante ruptura na construção e produção arquitectónica. Considera que, até esse momento, a produção comum – as “obras de categoria mais modesta” – eram realizadas por gente cujo conhecimento era empírico e que, munida de um sentido prático, respondia, “obedecendo sempre às tradições regionais”. Em sintonia com a toda História da Arquitectura, as restantes obras de dimensões e programas de excepção, pelo grau de complexidade da encomenda, continuavam sendo da responsabilidade dos arquitectos<sup>178</sup>.

Na análise, realizada por Lino, sobre as autorias são identificáveis variações na avaliação que dependem do tempo histórico do surgimento das obras. Quando reflecte sobre a situação sua contemporânea percebe-se que o sentido prático dera origem, nos construtores não-arquitectos, a uma tentativa de “fazer com arte”. A alteração da estrutura socioeconómica e de aspirações de “toda a gente que tinha dinheiro suficiente para fazer uma casa”, ainda se “carecesse da mais rudimentar educação artística”, fazia com que o anonimato não satisfizesse estes novos autores. Segundo Lino, este caminho só podia redundar num óbvio e completo fracasso<sup>179</sup>.

As casas são, assim, transformadas em campo privilegiado para os exercícios mais ou menos criativos dos amadores, que se colocam no papel de conhecedores, recusando o anonimato que caracteriza os edifícios de acompanhamento – papel destinado genericamente aos edifícios comuns de habitação. Por oposição aos programas mais complexos e pontuais, o peso urbano que os edifícios habitacionais

---

<sup>178</sup> Spiro Kostof, "El ejercicio de la arquitectura en el mundo antiguo: Egipto y Grecia" in Spiro Kostof. *El Arquitecto. Historia de una profesión*. Madrid: Catedra, 1984 [*The Architect. Chapters in the History of the Profession*, 1977], p. 13.

<sup>179</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 8.

tomam para si, só se concretiza urbanamente quando, por serem produzidos em quantidade, se constituem como uma malha de grande presença, garantida pela sua neutralidade. Quando se contraria o processo, o carácter de excepção que os edifícios de habitação adquirem surge transformado em anedótico e a sua multiplicação trás consequências negativas apreciáveis para os conjuntos urbanos – pequenos ou grandes. Raul Lino constata esta confusão vivida e construída, rebelando-se contra esta prática.

O olhar romântico que Lino aplica à discussão sobre a autoria não é linear e confunde-se com as já emergentes questões da responsabilidade pelo projecto de arquitectura e a tensão ainda existente na definição clara de papéis profissionais. Pode configurar um outro tipo de processo de produção arquitectónica, qualificado à sua escala, o reconhecimento da capacidade de observação, compreensão e de aplicação equilibrados, efectuados sobre uma determinada realidade, são essenciais para que esta seja reinterpretada<sup>180</sup>. Aos restantes profissionais da área, a classe de arquitectos, em geral, e os seus órgãos profissionais, em particular, opõem-se a que sejam alvo de qualquer tipo de reconhecimento público pela sua obra. Neste sentido, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses mantém um diferendo com a revista *A Construção Moderna* por esta publicar artigos sobre edifícios assinados por não-arquitectos<sup>181</sup>. Paradoxalmente, ou não, é reconhecida maior capacidade de adequação de resposta a alguns construtores anónimos, do passado recente, do que a outros profissionais que, pela formação académica ou experiência profissional – também ela empírica – tiveram e iam tendo efectivamente um papel a cumprir na ocupação do território.

Se a questão das autorias se levantava era, igualmente, pela capacidade de resposta dos arquitectos às solicitações crescentes exigidos pelo desenvolvimento das cidades e da burguesia. Não é de estranhar que, dado este contexto, a resposta à necessidade de projecto e construção de habitação colectiva contasse com uma diversidade significativa de paternidades – entre arquitectos, desenhadores, condutores de obras públicas e construtores – a que davam eco publicações como *A Construção Moderna*<sup>182</sup>. Para quem, actualmente, investiga a produção arquitectónica destes anos, a relevância dos conteúdos das publicações – que “não constituem obrigatoriamente obras-primas”<sup>183</sup> – prende-se com o mesmo factor que incomodava os arquitectos na não desejada democratização autoral. A divulgação de muitas obras anónimas e de pouco relevo valorizava o banal e o que o não-arquitecto

---

<sup>180</sup> Rendell, "Gendered spaces: encountering anthropology, architecture and feminism in the Burlington Arcade", p. 60.

<sup>181</sup> Citado por Nunes, "A *Construção Moderna* e a cultura arquitectónica no "novecentos" em Portugal", p. 58.

<sup>182</sup> Maria Inês Girão Vieira Lamy da Fontoura, *Um Olhar Sobre a Habitação Corrente da Cidade de Lisboa do Século XX. Leituras de edifícios publicados n' "A Construção Moderna" - (1900-1919)*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura. [Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura], 2008, p. 53.

<sup>183</sup> Mesquita, "Fontes para a história da arquitectura contemporânea portuguesa. Um primeiro olhar sobre *A Construção Moderna*", p. 110.

propunha e construía. Assim, percebe-se o que é a arquitectura doméstica corrente e aquilo que poderia vir a constituir-se como referência e motivo de repetição.

No caso português, a ausência dos supostos técnicos qualificados para lidarem com a construção do território às suas diversas escalas – arquitectos e urbanistas – é significativamente democrática. Como é defendido por Nuno Portas, não é só o crescimento da cidade burguesa que se concretiza à margem da intervenção significativa destes técnicos<sup>184</sup>. Também a cidade proletária acontecerá, em larga escala, “sem políticos, sem urbanistas ou arquitectos”<sup>185</sup>. O território em amplo desenvolvimento era muito mais vasto do que a classe dos arquitectos e, principalmente, do que o seu efectivo peso técnico, político e social, assim como o reconhecimento por parte da sociedade portuguesa.

### 2.3.1. ENTRE A CASA PORTUGUESA E A CASA-COLMEIA

Para Raul Lino, a casa apresenta um significativo motivo de interesse de investigação e de produção e é nisso muito claro, ao afirmar, aquando do seu regresso a Portugal, ser sua intenção “só construir moradias”<sup>186</sup>. Apesar de não ter concretizado esta expectativa na totalidade, este vai ser, de facto, o grande tema que o acompanhará toda a vida e que marcará, indelevelmente, a sua figura no panorama da arquitectura portuguesa.

A diversidade das propostas arquitectónicas trabalhadas por Lino é significativa e nela podem ser identificados uma multiplicidade de programas<sup>187</sup>. Segundo os dados resultantes de uma análise do seu espólio conclui-se que mais de 30% dos projectos aí existentes são de habitação. Neste subconjunto, que conta com quase duzentos projectos, a grande maioria são habitações unifamiliares para uma burguesia de capacidade económica variável. Estas estendem-se por todo o território e são realizadas para mais de duas dezenas de diferentes localidades, sublinhando o reconhecimento geral concedido a Lino por parte dos encomendadores de todo o país<sup>188</sup>. Dos restantes projectos de arquitectura doméstica encontramos uma dezena com outras configurações de excepção como

---

<sup>184</sup> Portas, "A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação", p. 694.

<sup>185</sup> Idem, *Ibidem*, p. 696.

<sup>186</sup> Raul Lino citado por Quintino, *Raul Lino*, pp. 90-91.

<sup>187</sup> A título de exemplo, encontramos: casinos, hotéis, escolas, capelas, igrejas, jazigos, teatros, sanatórios, interiores, casas comerciais, monumentos, adegas, escritórios, etc. Cf. Espólio Raul Lino, Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>188</sup> As implantações vão de Lisboa e arredores (Cascais, Sintra, etc.) a Águeda, passando, entre outras, por Lagos, Braga, Leiria, Crato ou Gouveia, varrendo todo o território continental. Fora de Portugal continental, encontramos projectos para o Brasil (5 projectos distribuídos pelas cidades de Teresópolis, Rio de Janeiro e São Paulo), para Angola (2 projectos de habitação e um hotel) e para Moçambique. Para este último território é possível identificar 10 projectos de programas diversos (habitação, jazigo, paços episcopais, catedral, monumento, ermida, etc.). Lino realizou ainda um projecto-tipo – ou melhor um projecto-modelo – para *Casa para funcionários – África* (Tipos A e B), 1944, cota RL 455. Cf. Espólio Raul Lino, Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian.

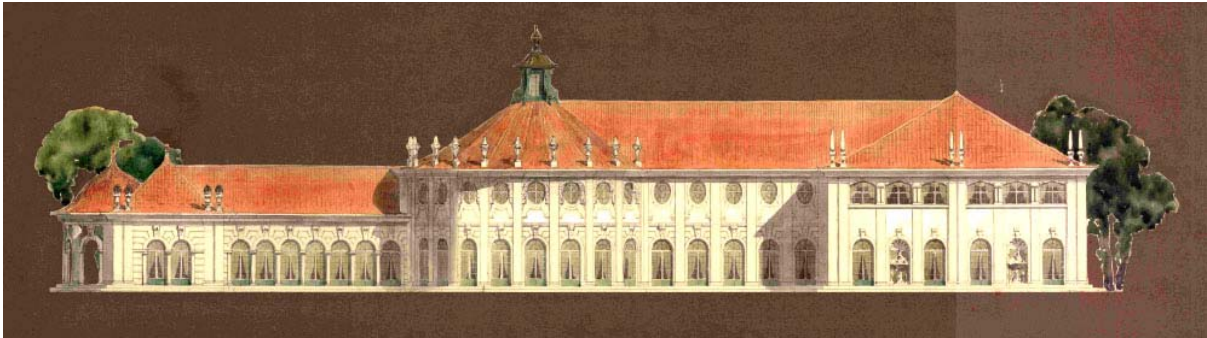


fig. 1.34 – Projecto para um palacete, s/ data. Raul Lino, Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 304).

palacetes [fig. 1.34], edifícios de habitação colectiva, solares ou casas de renda económica, onde escalas, habitante alvo e representatividade são sujeitos a um elevado grau de variabilidade<sup>189</sup>.

Ao defender que a casa só tem nos edifícios de habitação unifamiliares a sua verdadeira expressão, Lino opta por manter-se distante da consciência das novas necessidades e respostas, fixando-se numa solução que será, década após década, a que menos se adequa aos problemas de massificação habitacional que o país exige desde o início do século e até ao seu momento de explosão urbana dos anos de 1950 e 1960. Este afastamento é sustentado por uma consciência específica do que é o papel do habitar, à qual se mantém fiel. Ainda assim, dedicará alguma atenção àqueles que “são obrigados a viver em habitações conjugadas ou construídas em bloco”<sup>190</sup> e, inclusivamente, tem no seu percurso de projectista alguns edifícios de habitação colectiva, mantidos, na maioria, à margem da divulgação e estudo.

Para Raul Lino a independência do espaço doméstico da família era um “anseio natural e instintivo no Homem” e por isso a necessidade de ter uma casa própria e diferenciável seria algo resistente aos ares do tempo, onde quer pela “americanização dos costumes”, quer pelas “tendências colectivas de novas organizações”, tentar-se-ia construir um caminho que levasse, com o passar do tempo, a uma época onde “toda a gente se haja transformado no homem-abelha que prefere para sua habitação alvéolo de qualquer casa-colmeia”.<sup>191</sup>

Na verdade, talvez Raul Lino não se encontre tão alheado dos factores reais de organização da sociedade e do território como a importância dada à habitação unifamiliar como resposta universal pode aparentar. Hipoteticamente, esse seu afastamento às mudanças que se iam desenrolando seria mais suportado pela sua atitude geral, personalidade e falta de capacidade de imaginar, nessas mesmas mudanças, um futuro à imagem do Homem como o passado, aos seus olhos, tinha sido. O

---

<sup>189</sup> A título de exemplo referimos o edifício de habitação (comércio e escritórios) em Leiria para José Sousa Charters, de 1932, cota RL 304, ou o projecto para um palacete, não datado, cota RL 656, Espólio Raul Lino, BA-FCG [fig. 1.55 e 1.34].

<sup>190</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, p. 19.

<sup>191</sup> Idem, *Ibidem*, p. 17.

seu mundo era organizado à volta de uma escala que tinha dificuldade em adaptar-se às novas velocidades e dimensões. Apesar de se afirmar como “bastante ignorante em matéria de problemas económico-sociais”<sup>192</sup>, reconhecia que nem todos podiam aspirar a ter uma casa independente. Defende, nestes casos, o direito a “reclamar melhoria nas condições de higiene, de conforto, de conveniente isolamento e não menos de estética”, factores que, segundo Lino, não apresentam qualquer tipo de incompatibilidade com as questões de custos e que, por isso, devem ser naturalmente satisfeitas<sup>193</sup>. Relativamente à universalidade da habitação unifamiliar, o impedimento encontrado não nos parece que seja – aos olhos de Lino – a sua necessidade e vontade não-universal efectiva mas sim os constrangimentos económicos alargados reconhecidos por Lino. Sobre estes não se sente compelido reflectir, eles saem da esfera do que são os seus interesses, capacidade e modo de estar no mundo.

#### CASAS BARATAS

Ainda que o enfoque e a intensa preocupação com as aspirações individuais sobre a casa variem, a verdade é que é algo transversal a todos os grupos sociais. Se esta indispensabilidade organiza, aparentemente, uma unidade, as divergências no grau do que é essencial satisfazer criam um fosso abissal entre os extremos. Neste sentido, o “sonho de moradia própria, independente, ajeitada à nossa feição e adereçada a nosso gosto”<sup>194</sup> estava muito longe das necessidades prementes de habitação dos grupos sociais mais desfavorecidos. Neste contexto, estes desejos românticos tornam-se quase grotescos. Um contexto social degradante caracterizava a vida dos operários que se deslocam para os núcleos urbanos e que alimentam, com mão-de-obra, a indústria crescente. A situação destes portugueses é tão aviltante que surgiam, no final do século XIX, contestações para que os patrões cumprissem a legislação que impunha limites aos horários laborais para as crianças de 8 a 10 anos de idade. Completando o contexto laboral, o da habitação era identicamente desolador, com todo o seu leque de ausência de condições mínimas e contribuindo, com o seu carácter desumano de insalubridade, para proliferar de doenças e para a elevada taxa de mortalidade<sup>195</sup>. Não é só ao operariado que este grave problema da infra-habitação se aplica. Como refere, em 1903, o engenheiro José Maria de Mello de Mattos (1856-1915), a alteração da designação de casas operárias para casas baratas prende-se com o reconhecimento de que existe uma generalização das carências habitacionais a empregados do estado e do comércio<sup>196</sup>.

---

<sup>192</sup> Idem, *Ibidem*, p. 75.

<sup>193</sup> Idem, *Ibidem*, p. 19.

<sup>194</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>195</sup> Almeida, "Sociedade e identidade nacionais", pp. 38-39.

<sup>196</sup> [José Maria de] Mello de Mattos, "Casas baratas", *A Construção Moderna*, n.º 102, Ano II, Jul. 1903, p. 142.

Não sendo este o espaço para uma análise alargada sobre o tema, encontramos, nos anos em estudo, uma presença significativa do problema de infra-habitação, nas publicações e nas preocupações de alguns articulistas portugueses. Debaixo das designações de “habitações operárias” ou de “casas baratas” a preocupação é idêntica e prende-se essencialmente com as condições anti-higiénicas existentes de forma alargada nas pseudo-habitações – entre “casinhotos”<sup>197</sup> e barracas – que proliferavam para os grupos de população mais desprotegida. Revelando atenção ao que era discutido, legislado e às acções efectivas apresentadas nos encontros sobre o tema que iam acontecendo no estrangeiro – e que reflectiam contextos tão distintos como os Estados Unidos ou a França, passando pela



fig. 1.35 – Ilha, Porto, s/ data. *Arquitectura*, n.º 69, Nov.Dez. 1960, p. 33.

Inglaterra, Alemanha ou Suécia –, Mello de Mattos que n’*A Construção Moderna* se destaca pela abordagem ao tema, actualiza o panorama português face ao exterior, não se coibindo de construir uma reflexão crítica sobre estas outras realidades<sup>198</sup>.

As ideias trazidas dos encontros internacionais – como os realizados em Dusseldorf e Paris – são em grande parte, carregadas de factos e informação relevantes, mas também envoltas numa aura positivista a que a técnica dá, supostamente, cobertura<sup>199</sup>. De tal modo que, sobre o encontro de Paris, é defendido que “este certame pode ter decisivo alcance na solução do problema das casas baratas” já que, uma vez estabelecidos e acertados, quer os processos de aquisição de solo, quer os tipos – para as unidades unifamiliares, assim como para as colectivas – a solução deste grave problema está a caminho da resolução<sup>200</sup>.

As grandes dificuldades estão relacionadas com factores amplos de insalubridade, como sejam, o elevado número de habitantes por metro quadrado – “numa acumulação atroz”<sup>201</sup> –, a falta de luz e ventilação naturais, as pias de despejo (havendo) situadas nos locais mais inadequados das casas ou as

<sup>197</sup> José Caeiro Matta, *Habitações Populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909, p. 83.

<sup>198</sup> Por exemplo, [José Maria de] Mello de Mattos, “Casas baratas”, *A Construção Moderna*, n.º 79, Ano III, Dez. 1902, pp. 165-166 ou Idem, “Casas baratas”, *A Construção Moderna*, n.º 119, Ano IV, Jan. 1904.

<sup>199</sup> Estes artigos publicados n’*A Construção Moderna* sobre as exposições da habitação não são assinados mas, dada a coincidência de conhecimentos que dividem com os textos “Casas Baratas” de Mello de Mattos (1902, 1903 e 1904), poderão indicar que o autor é o mesmo para ambos os conjuntos de artigos.

<sup>200</sup> s.a., “Exposição da habitação, das indústrias de edificação e de obras públicas”, *A Construção Moderna*, n.º 97, Ano IV, 1 Jun. 1903, p. 101.

<sup>201</sup> Idem, “Habitações operárias”, *A Construção Moderna*, n.º 100, Ano V, Jul. 1903, p. 127.



fig. 1.36 – Crianças em Alfama, início do século XX. Fotografia de Joshua Benoliel. AML-AF (cota JBN001538).

estruturas urbanas concentradas, com iguais problemas de ventilação e higiene – com as casas pobres “separadas pelas mais estreitas vielas”<sup>202</sup>. Todas estas condições ajudam a transformar as supostas casas em “verdadeiros antros de atrofiamento físico”<sup>203</sup>, cujo vocabulário utilizado no texto não esconde a distância e o sentimento de depreciação profundo sentidos face a esta realidade.

Os estudos realizados no início do século XX aos bairros operários de Lisboa e do Porto – pátios e ilhas respectivamente – deixavam antever um panorama dramático [fig. 1.35]. As duas cidades eram colocadas pelas estatísticas como estando entre as “mais doentias do mundo civilizado” justificado este facto com os “viveiros de tuberculose, de difteria, de tifo e de varíola”

que os seus aglomerados de habitação popular constituíam<sup>204</sup> [fig. 1.36]. O drama era ainda mais sério por encontrar uma oportunista convivência transversal à sociedade portuguesa. Segundo o que era publicado em 1903 pelo *Diário de Notícias* estes bairros eram explorados tanto por elementos da “pequena burguesia, como por personalidades, empresas estabelecidas e até pela Igreja”<sup>205</sup>. Estas situações poderiam sem pudor perpetuar-se, não fosse a infelicidade de, do meio destes homens, mulheres e crianças, poder emanar a doença e a morte.

No conjunto de artigos que o engenheiro Augusto Montenegro (1829-1908) publica, a crítica às opções de desenvolvimento e de investimento na capital é violenta. Segundo o autor, o município de Lisboa realiza obras de elevada envergadura e investimento, sem considerar importante a resolução destes focos de doenças. A grande maioria daquilo que sobre este assunto é escrito sublinha este factor. A infra-habitação é um problema porque tem implicações de saúde locais graves e, como agravante, torna-se elemento de contaminação para os bairros salubres das cidades. A questão não se fixa nos direitos de habitação digna, intrínsecos aos direitos destes outros portugueses menos afortunados. Estes núcleos populacionais preocupam pelo perigo e ameaça que representam para os outros habitantes urbanos com uma qualidade de vida a preservar. Porque, como surge escrito também em 1903, reconhece que o “mais perigoso transmissor de enfermidades é o homem e que a

---

<sup>202</sup> Costa Campos, “A habitação (conclusão)”, *A Construção Moderna*, n.º 58, 1 Mai. 1902, p. 56.

<sup>203</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>204</sup> Mattos, “Casas baratas”, p. 142.

<sup>205</sup> Almeida, “Sociedade e identidade nacionais”, p. 39.



maioria das doenças provem das habitações anti-higiénicas”<sup>206</sup>. É extensa a posição que defende que, da resolução dos problemas que caracterizam estes aglomerados, resultará a higienização alargada das cidades. Os supostos impulsos humanitários face a estes infra-cidadãos não significam, *per si*, uma vontade efectiva de lhes qualificar a vida, resultam, antes, do medo do que representam.

Com importâncias distintas, encontramos três tipos de abordagens ao problema, aplicadas isolada ou conjuntamente, e que implicam variações de responsabilidades e de intervenientes. Por um lado, a perspectiva que se fixa na procura de uma ou mais respostas que permitam, burocrática e comercialmente, a construção e a obtenção de casas baratas pelos grupos desfavorecidos; por outro, a constituição de um conjunto de regras técnicas que sejam garante de salubridade; e, finalmente e com menos relevância, as questões mais ligadas a um eventual tipo de casa para esta população.

Relativamente ao primeiro ponto é possível encontrar uma identificação de diferentes possibilidades, tanto privadas como públicas. Nas primeiras, surgem quatro alternativas – o patronato, a filantropia, a especulação e a cooperação – com as suas distintas especificidades, história e implementação em Portugal<sup>207</sup>. Relativamente à relação da habitação popular com o incentivo público, Caeiro da Matta, por exemplo, faz uma extensa análise histórica de diversos países sobre a legislação e as suas respostas tratando finalmente do caso português<sup>208</sup>. Sobre a situação em Portugal, parece-nos importante sublinhar, nesta reflexão específica, a grande ausência do papel dos legisladores na resolução do problema. Foram diversas as propostas que nunca chegaram a singrar, e quase nula a acção dos poderes municipais<sup>209</sup>, assim como a subjacente intenção de venda – “as casas baratas deverão ser vendidas a pronto pagamento ou a prestações”<sup>210</sup>. Este último ponto é muito relevante para compreender a relativa adesão efectiva e social, pelo menos tal como a compreendemos hoje, à questão da escassez de habitação condigna para os trabalhadores de baixos rendimentos. É defendida esta ideia de aburguesar o proletariado, à imagem do que vai sendo visto nas situações estrangeiras estudadas. Como acontece em alguns casos ingleses citados procura-se soluções que passem pelo financiamento através de empresas que possibilitam, aos assalariados, o acesso a “alojamento sadio e barato” de que resulta a aquisição das casas a “preços módicos”<sup>211</sup>.

A segunda reclamação, sobre a necessidade de que os “poderes públicos ditassem leis claras e enérgicas afim de melhorar a habitação”<sup>212</sup>, vai-se concretizar pouco tempo depois. No contexto da

---

<sup>206</sup> s.a., “Habitações operárias”, p. 127.

<sup>207</sup> Matta, *Habitações Populares*, pp. 99-142.

<sup>208</sup> A lista de países abordados inclui: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda, Dinamarca, Áustria, Suécia e Noruega, Brasil e Estados Unidos da América (Idem, *Ibidem*, pp. 143-169).

<sup>209</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 170-171 e 174 e seguintes.

<sup>210</sup> Proposta de lei apresentada pelo ministro das Obras Públicas, João de Alarcão, a 22 de Agosto de 1905, referente aos bairros operários e aos grupos de casas baratas (Idem, *Ibidem*, p. 199).

<sup>211</sup> Mattos, “Casas baratas”, p. 142.

<sup>212</sup> Campos, “A habitação (conclusão)”, p. 56.

segunda parte do século XIX, “as preocupações higienistas ganharam uma dimensão de grande relevo na política de saúde portuguesa”; ainda assim, neste quadro, a atenção dada à habitação foi de surgimento tardio, se comparada com as legislações relativas às salubridades industrial e alimentar<sup>213</sup>.

Por decreto de 14 de Fevereiro de 1903 é aprovado o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*<sup>214</sup>. São considerados diversos níveis de limitação e orientação para que seja possível, segundo os legisladores, construir-se garantindo a salubridade exigida. Os seus três capítulos enquadram, quer em conteúdo – salubridade dos terrenos, dos prédios e disposições gerais –, quer em importância, a sensibilidade face ao problema. O grau de detalhe da redacção revela, mais uma vez, um espírito científico e positivista no controle do problema, pela constituição de instruções precisas sobre águas potáveis, ventilação, iluminação natural, áreas e volumes dos espaços, entre outros. Indicações como a relação entre a altura dos edifícios e a largura das ruas, ou o pé-direito mínimo estabelecido por andar, já eram anteriores<sup>215</sup>. De qualquer modo, a sistematização proposta, com o que este regulamento significa, é efectivamente fundacional no contexto português. O grande choque entre o legislador e a realidade acontece pela impossibilidade de se agir sobre o território infra-construído, com o seu uso intensivo e marginal em larga escala.

#### VÍNCULO RURAL

Relativamente ao estudo de um tipo eventual de casa a aplicar, no que às casas baratas diz respeito, as referências são escassas e, de certo modo, caracterizam o que seria à época uma falsa questão. Costa Campos, em 1902, considerou necessário que, conjuntamente com a legislação que garanta a salubridade dos edifícios, se “constituísse uma comissão estética, se estudasse um tipo de casa perfeitamente adaptável”<sup>216</sup>. Sem se comprometer com o eventual tipo a defender, deixa esta dupla necessidade de pragmatismo e estruturação para que o problema seja resolvido. As indicações sobre qual das soluções a adoptar – isolada e edifício em altura – é quase uniforme e consentânea com uma ideia de país – uma família, uma casa – e de higiene, em que a aglomeração de pessoas significa necessariamente menores garantias de salubridade.

Parece-nos pouco provável a relação causa/efeito estabelecida por alguns autores entre a defesa de Raul Lino pela casa unifamiliar e a adopção deste mesmo tipo pelo Estado Novo, durante parte do

---

<sup>213</sup> João Cosme, “As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)”, *História. Revista da Faculdade de Letras (Porto)*, vol. 7, III Série, 2006, pp. 194-195.

<sup>214</sup> Decreto de 14 de Fevereiro de 1903. Só no início dos anos 1950 será substituído pelo novo *Regulamento Geral das Edificações Urbanas* (Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de Agosto de 1951).

<sup>215</sup> Isabel Maria Rodrigues, “Edificação das Avenidas Novas de Ressa Garcia (I)”, *Boletim Lisboa Urbanismo*, n.º 15, 2001, s/p.

<sup>216</sup> Campos, “A habitação (conclusão)”, p. 56.

século XX<sup>217</sup>. A história desta valorização é mais densa e, como veremos, Raul Lino chega mais tarde do que algumas deliberações e defesas públicas governamentais neste sentido. Logo em 1905 encontramos o ministro das Obras Públicas, João de Alarcão, advogando objectivamente as casas unifamiliares como resposta, no enquadramento de uma de lei relativa à habitação barata. Neste documento é estabelecido como



fig. 1.37 – Pátio Bagatella, Lisboa (1890). Fotografia de João H. Goulart, 1968. AML-AF (cota A84552).

regra que os bairros a construir se façam através da opção das casas isoladas para uma só família. Outras soluções, como grupos de duas casas ou fileiras sucessivas e unidas, teriam de ser alvo de autorização e, para que tal acontecesse, deviam garantir na retaguarda um terreno com a largura mínima de três metros e, caso fosse possível, um pequeno jardim na parte da frente<sup>218</sup>. Mais uma vez, o que vemos ser defendido é consonante com uma romantização do habitar rural – afinal seria essa a origem dos futuros habitantes – onde o pedaço de terra significava inclusivamente uma possibilidade mais de sustento para a família. Também é neste caminho que aponta o Decreto n.º 4.137, de 1918, que identifica o atraso português face aos restantes países desenvolvidos, valoriza a acção dos privados, defende a aquisição das casas por parte dos habitantes e, tal como a proposta de Alarcão, considera a opção da casa isolada como aquela mais adequada, sendo que as excepções e as compensações são idênticas às já referidas, relativamente à proposta de 1905<sup>219</sup>.

A apologia dos edifícios em altura como resposta ao problema da falta de casas baratas encontra poucos apoiantes. Caeiro da Matta é uma das excepções e a defesa de tal solução surge envolta em factores economicistas mais do que humanos, urbanos ou sociais. Ressalva primeiro reconhecer que, por causa do designado “aspecto moral do problema”, muitos sociólogos e filantropos defendem a adopção da casa individual, principalmente se ligada à “ideia de posse da casa pelo inquilino”. Numa comparação directa, reconhece também que entre a aglomeração e a casa unifamiliar, a segunda gozará de maior grau de salubridade, já que as “aglomerações humanas estabelecem entre os seres

---

<sup>217</sup> Cf. Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na Primeira Metade do Século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura - Teoria da Arquitectura. [Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura], 2009, p. 227.

<sup>218</sup> Artigo 3.º da proposta de lei anteriormente referida (Matta, *Habitações Populares*, p. 200).

<sup>219</sup> Maria Júlia Ferreira, “O Bairro Social do Arco do Cego. Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, 1.º Trim. 1994, p. 699.

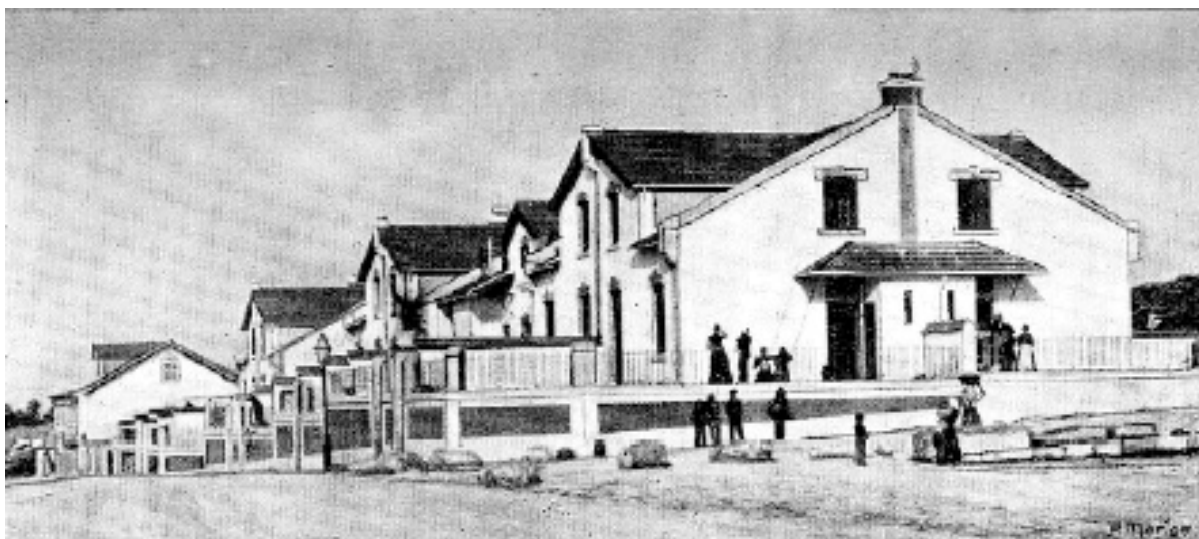


fig. 1.38 – Bairro operário do Monte Pedral, Porto (1905). José Marques da Silva. *A Construção Moderna*, n.º 57, Ano III, Mai. 1902, p. 42.

que as compõem contactos favoráveis à transmissão de doenças e epidemias”<sup>220</sup>. Ainda assim, é defensável segundo Matta a opção pela habitação colectiva.

A apologia desta solução ancora-se em factores de maximização de resposta e minimização de despesa. Segundo o autor, uma resposta que passasse pela construção em grande escala de habitação unifamiliar para as famílias de trabalhadores necessitados implicaria uma deslocação destas para áreas consideravelmente afastadas dos centros de produção, motivada pela escassez e pelos preços elevados do terreno em zonas de maior acessibilidade. Adicionando a isto, a transferência desses extensos bairros de casas baratas para as periferias implicaria deslocações entre a zona habitacional e o local de trabalho, que prejudicaria trabalhadores e industriais. Assim, para Caeiro da Matta, a solução passa pela construção em altura, por ser a única rentabilizável em terrenos mais perto dos centros das cidades, conseguindo-se deste modo uma dupla poupança: de quem constrói e de quem habita.<sup>221</sup>

As primeiras e pontuais respostas de bairros operários e de casas baratas construídas reflectem a naturalidade da referência da habitação unifamiliar, em banda ou isolada, como resposta moralmente adequada ao que são os considerados valores culturais, sociais e de salubridade estabelecidos. Os casos pontuais do final do século XIX incluíam as pequenas casas em banda do Pátio Bagatella (1890), em Lisboa [fig. 1.37] ou, o Bairro do Monte Pedral (1905), no Porto, projectado por José Marques da Silva (1869-1947) [fig. 1.38]<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup> Matta, *Habitações Populares*, p. 238.

<sup>221</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 239-242.

<sup>222</sup> Almeida, "Sociedade e identidade nacionais", pp. 38-40 e Portas, "A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação", p. 696.

Este último, “benemérita iniciativa do importante jornal portuense *O Commercio do Porto*”<sup>223</sup>, apresenta uma outra escala e uma implícita vontade de resolver um problema que ultrapassa a arrumação de gentes, jogando com os volumes dos conjuntos de quatro casas e recriando uma ideia ambígua entre a unidade habitacional e o conjunto, sem nunca se afastar do carácter rural esperado. Mas, mesmo existindo uma



fig. 1.39 – Largo da Graça 74-85 [Vila Sousa], Lisboa. Fotografia não assinada, c. 1900. AML-AF (cota FAN003177).

predisposição cultural e uma reflexão higienista que eventualmente apontasse para a solução de unidades habitacionais isoladas, nesta transição de século as respostas, mais do que constituindo um percurso e um movimento continuado e coerente, são o reflexo de actos isolados, na maior parte das vezes de responsabilidade particular. Por isso, caso o contexto específico o justifique podem dar origem a habitação colectiva numa pré-existência pouco expectável como os restos de um palácio, como é o caso da Vila Sousa [fig. 1.39] ou constituírem-se como edifícios de habitação de raiz para operários não especialmente pobres, com carácter e afirmação urbana qualificada como a Vila Berta, de 1902, igualmente no bairro da Graça, em Lisboa.

Mais tarde vai dar-se início ao bairro social da Boa Hora, na Ajuda, começado no final da década de 1910 e que só em 1934 terminará<sup>224</sup>. Neste caso a opção é por edifícios de três andares com uma distribuição de dois fogos por andar. Outra solução, mais central relativamente à cidade existente é o Bairro do Arco do Cego [fig. 1.40], começado pela mesma altura e inaugurado em 1935, que apresentava uma resposta parcialmente mais expectável. A parte de habitação unifamiliar é constituída por casas de dois andares que se organizam numa aparente solução de casas geminadas. Efectivamente são agrupamentos de quatro unidades – com a perda da zona livre de tardoz – que a curta separação dentro do conjunto quase faz construir uma banda com a profundidade de duas habitações e duas fachadas principais. As volumetrias acentuam a individualização dos fogos, sublinhando, no que é visível, a intenção de se responder através de pequenas casinhas individuais.

Como noutras situações, os valores finais das rendas eram impossíveis de cumprir para a população operária a quem se destinaria em primeira mão e, aquando da sua conclusão, o bairro do Arco do Cego acabou por vir a ser ocupado por funcionários camarários e outras famílias que se enquadravam

<sup>223</sup> José Marques da Silva, “Bairro operário do Monte Pedral, Porto”, *A Construção Moderna*, n.º 57, Ano III, Mai. 1902, p. 43.

<sup>224</sup> Almeida, “Sociedade e identidade nacionais”, p. 40.



fig. 1.40 – Bairro do Arco do Cego (1918-1935), Lisboa. Fotografia de Artur Goulart, sem data. AML-AF (cota A40145).

no grande núcleo de apoio ao regime. Como é dito em sessão camarária de 23 de Outubro de 1930, e justificando o esvaziamento de finalidade a que foram sujeitos, dados os investimentos necessários, as rendas “não pod[iam] ser acessíveis a operários ou pessoas de poucos recursos”<sup>225</sup>. Nestes tempos de Estado Novo mais do que responder efectivamente ao problema queria-se poder dizer, como foi afirmado

aquando da inauguração do Bairro da Boa Hora/Ajuda, que estas eram “as casinhas confortáveis, alegres e cheias de sol que o Estado Novo” construía e com os quais se identificava<sup>226</sup>.

O desfasamento entre as necessidades habitacionais e as respostas governamentais tardarão tanto em concretizar – se comparados com os exercícios privados e, pontualmente, municipais – como a apresentar resultados<sup>227</sup>. Grave e duradoura é a dificuldade que esta acção encontra para se constituir como resposta sistemática e com impacto significativo sobre o problema da falta de casas e de infra-habitação. Esta situação vai tardar em ter uma resposta concertada e minimamente passível de alterar as condições de vida das populações menos favorecidas. A realidade a que se vai assistindo é antagónica relativamente ao que seria expectável como resposta global: nem se assiste a um aumento de novas casas para as classes insolventes, nem os custos da habitação diminuíram<sup>228</sup>.

Os arquitectos, geração após geração, tardarão a encontrar no tema social e arquitectónico da falta de casas um motivo de interesse e preocupação. Em Outubro de 1929, no inquérito que *O Notícias Ilustrado* realiza junto dos jovens arquitectos, só Porfírio Pardal Monteiro referirá que as obras com maior urgência e às quais deviam ser dadas prioridades eram os bairros de habitação económica, fixando-se os restantes entrevistados nos programas públicos não-habitacionais<sup>229</sup>. Neste momento os tempos eram ainda de outras preocupações e prioridades. Era necessário que se aproximasse o final da primeira parte do século XX para se assistir ao crescendo das preocupações sociais dos arquitectos e à sua vontade de se constituírem como factores decisivos no desenvolvimento destes programas.

---

<sup>225</sup> Ferreira, “O Bairro Social do Arco do Cego. Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, p. 702.

<sup>226</sup> Discurso do Sr. Engenheiro Teotónio Pereira publicado no *Diário de Notícias* de 11 de Março de 1935, citado por Idem, *Ibidem*, p. 704.

<sup>227</sup> Para ler mais sobre as dificuldades de concretização do Decreto n.º 4137, de 24 de Abril de 1918, e do Decreto n.º 5443, de 26 de Abril de 1919, que permitia ao Governo, junto da Caixa Geral de Depósitos, negociar um empréstimo para garantir a construção de cinco bairros operários ver Idem, *Ibidem*, p. 700.

<sup>228</sup> Carlos Nunes Silva, “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira parte do século XX”, *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, 3.º Trim. 1994, p. 660.

<sup>229</sup> José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand, 1991 (3.ª ed.) [1974], p. 116.

## CASAS URBANAS

Pelos primeiros anos do século XX, a discussão dos temas da “casa portuguesa” e da “habitação barata” ainda que, algumas vezes, nos mesmos locais e pelos mesmos autores, acontecia de modo separado. A casa era um problema de discussão cultural e estética e a infra-habitação um problema de saúde pública, exterior à arquitectura e, na sua essência, político e técnico. Quando este último tema merece atenção e os projectos surgem, as soluções oscilam entre discretos prédios de, no máximo, três pisos e as casinhas que se multiplicam, agregadas ou não, constituindo-se como troço de cidade. Ainda que o repúdio cultural, e especialmente político, pela habitação colectiva se vá agudizando à medida que as primeiras décadas do século XX avançam, as tímidas acções estatais vão-se socorrendo dela quando outros valores, superiores às aparentes incompatibilidades estruturais, são mais fortes.

A 1.<sup>a</sup> República ensaiou medidas que se mostravam incapazes de se tornarem um caminho para a solução do défice habitacional. Posteriormente, pode-se afirmar que a habitação nunca foi uma preocupação central ao Estado Novo, mesmo que o discurso em defesa da família, logo, do seu espaço privilegiado, levasse a entender o contrário. Segundo Oliveira Salazar, se “a família é a mais pura fonte dos factores morais da produção”, também é verdade que a intimidade desta “reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige casa, casa independente, casa própria, a nossa casa”<sup>230</sup>, reforçando claramente a importância conferida à casa e à sua propriedade. Mas esta defesa é escassa, propagandística e alheada do discurso de desenvolvimento do país. A título de exemplo, os seus discursos publicados – logo, escolhidos, sujeitos ao critério do autor – não apresentam um único que se dedique exclusivamente a esse tema<sup>231</sup>. Quando, em 1935, em nota oficiosa publicada nos jornais fala sobre “O momento político. Grandes e pequenas questões da política portuguesa”, vemos referida, no ponto dedicado à “reconstituição económica”, a lista de prioridades, citando legislação desse mesmo ano. Nelas encontramos as redes de caminho de ferro, as estradas e os aeroportos, os portos comerciais e de pesca, as telecomunicações (rede telegráfica e telefónica), a rede eléctrica nacional, obras agrícolas, edifícios para escolas e outros serviços estatais, reparação “extraordinária” de monumentos nacionais, urbanização das cidades de Lisboa e Porto ou o crédito colonial<sup>232</sup>. Nesta longa relação de acções nada surge respeitante à questão das amplas más condições da habitação portuguesa e de como este tema estaria a ser resolvido. O silêncio acontece, apesar da população de Lisboa ter crescido em trinta anos, de 1900 a 1930, quase para o dobro, chegando a um valor

---

<sup>230</sup> Vilas Boas, *A Habitação*, p. 7.

<sup>231</sup> António de Oliveira Salazar, *Discursos. 1928 - 1934*. Coimbra: Coimbra Ed., 1935, Idem, *Discursos II. 1935-1937*. Coimbra: Coimbra Editora, 1938 e Idem, *Discursos III. 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943.

<sup>232</sup> Salazar, *Discursos II. 1935-1937*, p. 95.



fig. 1.41 – Avenida Almirante Reis 14-18 (Lisboa). Fotografia não assinada, c. 1900. AML-AF (cota FAN003685).

próximo dos 600 mil habitantes, com o consequente alojamento precário de uma maioria significativa destes migrantes<sup>233</sup>.

Como referiria depois Nuno Portas não se assiste a uma cidade que se projecta, antes “resulta”<sup>234</sup>. A burguesia liberal investe os seus terrenos e excedentes no sector do imobiliário em cujo produto, o número crescente de prédios de rendimento [fig. 1.41], praticava rendas que eram naturalmente impossíveis de suportar pelas

famílias de baixos rendimentos<sup>235</sup>. A questão respeitante a um modo português e urbano de projectar e construir a cidade emergente, não sendo prioridade, é trazida para a praça pública por alguns daqueles que, de igual modo, discutem os outros temas referidos. Na prática, a situação é definida como uma acção de crescimento urbano que, à escala dos investidores e da procura, acontece de modo paulatino.

A questão da existência, ou não, de uma referência, de um modo de fazer arquitectura doméstica urbana é relevante a diversos níveis. Esta procura é um tema de discussão menor, se comparada com a que se preocupa com a existência, em sentido lato, de uma *casa portuguesa*. Por causa da primazia do sentido rural do habitar português assiste-se, por um lado, à relativa aceitação da referência rural em contexto urbano e, por outro, a pouca energia teórica gasta investida na autonomização desta procura. A fragilidade desta discussão tem, segundo alguns, profundas raízes históricas. Abel Botelho afirma, de modo claro, que a pretensão de se encontrar um tipo nacional para as “novas construções urbanas” é uma “pia ilusão” dada a total ausência de história nesse sentido. Coloca-se igualmente em completa oposição face à adopção de determinadas referências – como a da “casa transmontana ou beiroa” – aplicadas em contexto urbano por serem “estética e socialmente, incompatíve[is] com uma grande cidade”<sup>236</sup>. Mas o questionamento efectivo e as propostas de caminho teórico e prático do habitar urbano são muito mais inconsistentes do que a mais alargada discussão encabeçada por Raul Lino. A assumpção da vida urbana como caminho carente de esforço modernizado e actualizado é,

<sup>233</sup> As soluções encontradas vão dos clandestinos, barracas ou sublocação que dividiam entre si idênticas condições de infra-habitação. Cf. Silva, “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira parte do século XX”, p. 661.

<sup>234</sup> Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, p. 694

<sup>235</sup> Silva, “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira parte do século XX”, p. 660 e Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, p. 694.

<sup>236</sup> Botelho, “A casa portuguesa”, pp. 60-61.



assim e de modo geral, distante à maioria da população. A vida na cidade é uma inevitabilidade mais do que uma mudança de paradigma pessoal ou nacional.

Apesar das respostas nem sempre lineares dos poderes quanto a soluções efectivas, a defesa pública da casa independente – esses “lares próprios a cujo fogo se aqueça o amor da família e se robusteçam os laços da vida moral” – surge por clara e ideológica oposição aos “blocos gigantescos de habitações numeradas como quartos de hotel”<sup>237</sup>. Pela parte dos articulistas, a questão chega a pôr-se de forma pragmática, aproximando-se estruturalmente da outra discussão principal da *casa*, como quando é perguntado, por Mello de Mattos, se “será o nosso país susceptível de criar uma fórmula estética para as construções urbanas”. Ainda que o enunciado aparente um interesse de natureza formal ou talvez sobre o carácter dos edifícios, logo o autor esclarece que, a existir, terá de ser dinâmica e estar dependente das variações que “condições de viação, higiénicas, económicas e todas as demais que confluem em grande cópia nos fenómenos sociais imponham variações no estabelecido”<sup>238</sup>, apontando para uma complexidade acrescida a ter em conta.

Os valores de espacialidade que Pedro Vieira de Almeida reconhece e sublinha existirem em algumas propostas do início do século – valores estes relacionados com uma construção mais complexa das interioridades do espaço doméstico – têm, quando é necessário fazer a passagem da habitação unifamiliar para colectiva, segundo Nuno Portas, uma dificuldade de transmissão destes mesmos valores de habitar<sup>239</sup>. A justificação desta dificuldade prender-se-á com a aproximação construída e praticada culturalmente entre o habitar e a procura do *ninho*. A existência de um fosso entre a persistência desta procura e as propostas de uma nova espacialidade doméstica em surgimento implicam que o acolhimento dê lugar ao funcionamento e à procura da assepsia do habitar. Somado a isto, surge a equivalente assepsia face a quem irá habitar o fogo. Numa ocupação singular claramente identificada passa-se a uma ocupação anónima e multiplicada pela totalidade das casas disponibilizadas.

Num contexto em que os arquitectos perdem espaço de acção, a par da evolução cada vez mais impactante da classe de engenheiros, estes sim, gente com formação “pautada pela racionalidade e pelos paradigmas da cientificidade e do progresso”<sup>240</sup>, e dos expeditos construtores civis, com os seus conhecimentos empíricos e a proximidade de universos culturais como interlocutores, os prédios comuns vão acontecendo e criando a cidade das burguesias urbanas. Afinal, acaba por ser esta

---

<sup>237</sup> O engenheiro Teotónio Pereira (1935) citado por Ferreira, “O Bairro Social do Arco do Cego. Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, p. 704.

<sup>238</sup> Mattos, “A casa portuguesa. Outro depoimento”, p. 67.

<sup>239</sup> Portas, “Raul Lino: uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador”, p. 18.

<sup>240</sup> Marieta Dá Mesquita, “Casas de muitos andares nos Estados Unidos” ou a Escola de Chicago vista por um engenheiro português em 1900”, *Jornal Arquitectos*, n.º 205, Mar.-Abr. 2002, p. 15.

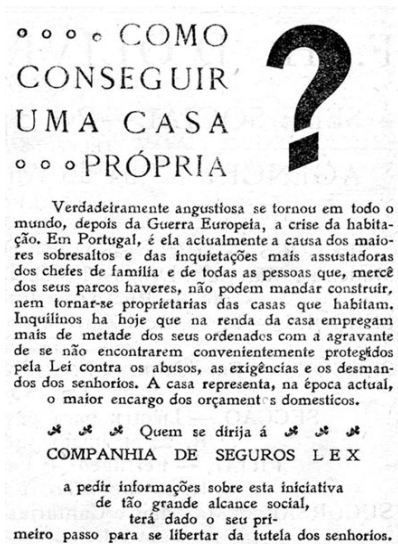


fig. 1.42 – Como conseguir casa própria? [Companhia de Seguros Lex]. *Arquitectura*, n.º 1, Jan. 1927, p. VIII.

racionalidade e empirismo que vão respondendo ao que são as exigências de habitação em altura, configurando um modo de estar em família e um ambiente doméstico que se vai generalizando, adoptando nalguns casos o papel de modelo.

O ascendente sistema capitalista compreende a dimensão e força das aspirações pessoais e familiares de possuir uma casa própria – “causa dos maiores sobressaltos e das inquietações mais assustadoras dos chefes de família”<sup>241</sup> – e de todas as suas potencialidades comerciais. Se, para o grupo de população sem recursos, as respostas eram escassas e desinteressantes como investimento, para a cada vez mais alargada burguesia urbana, era essencial ir criando soluções. Estas não surgem como

resultado de uma adequação reflectida, mas procuram responder ao nível mais linear da disponibilidade num mercado ainda incipiente que corresponde a este novo produto negociável que é a habitação [fig. 1.42].

A família, produzida e reproduzida pelo Estado, “artefacto social” e ilusão consolidada<sup>242</sup>, tem na sua estrutura e correspondente construída – a casa –, como seu espaço doméstico e único, uma idêntica necessidade de suporte à existência. Como afirma Raul Lino, a “nossa moradia” estará sempre, mesmo em “tempos revolutos e de profunda transformação”, debaixo dos olhares e do interesse de quem decide e de quem estuda, por se encontrar intimamente ligada à “vida material e espiritual dos habitantes da Terra”<sup>243</sup>.

Tal como a família, a casa dá consistência ao que o Estado é ou, mais precisamente, às ideias que dele fazem os cidadãos e o próprio Estado. Esta relação profunda, carrega a arquitectura doméstica, tal como a própria família, de um conjunto de contradições, construídas entre os desejos – profundamente ancorados num passado nacionalizado e rural – e um conjunto de mudanças, sociais, culturais e económicas, que apontavam para uma realidade cada vez mais urbana, assustadora e, seguramente, princípio do fim das aspirações conservadoras e passadistas. Não é casual a defesa da arquitectura doméstica unifamiliar, contra uma cultura urbana em desenvolvimento que caminha para uma adopção generalizada da escolha colectiva. A primeira fixa-se num certo passado, constituindo-se como continuidade da ruralidade desejada; a segunda aponta o presente para o futuro e passa, necessariamente, por uma opção de progresso onde a urbanidade é sinal de ruptura.

<sup>241</sup> s.a., “Como conseguir casa própria? [Companhia de Seguros Lex]”, *Arquitectura*, n.º 1, Jan. 1927, p. VIII.

<sup>242</sup> Bourdieu, “On the family as a realized category”, p. 25.

<sup>243</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, pp. 17-18.

### 2.3.2. RAUL LINO E AS POSSÍVEIS CASAS PORTUGUESAS EM ALTURA

Em Raul Lino, o espaço interior doméstico, carrega de intencionalidades diversas o desenho das casas que, com direito a uma “feliz disposição da planta”<sup>244</sup>, procuram ser a síntese entre o momento e o lugar e a especificidade de quem habita. O equilíbrio exigido por este exercício perde parte dos seus elementos directos quando se passa da proposta de habitação unifamiliar para o expectável anonimato da habitação colectiva. Comparada com a extensa produção de moradias encomendadas e com a resposta projectada para a

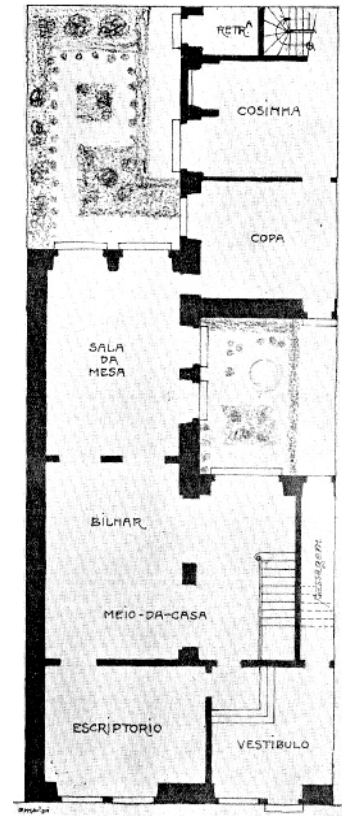
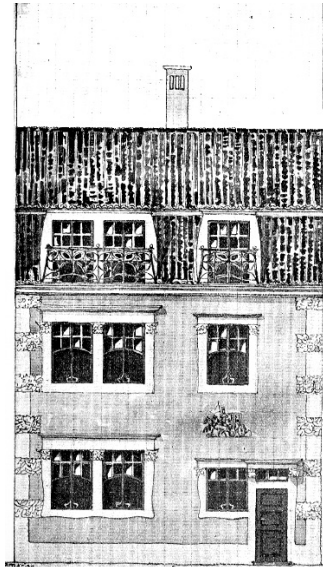


fig. 1.43 e 1.44 – Casa de habitação para cidade. Raul Lino, *A Construção Moderna*, n.º 69, Ano III, Ago. 1902, pp. 106-107.

especificidade de uma família, os escassos projectos de arquitectura doméstica colectiva de Lino são objectos interessantes e incontornáveis para compreender e aprofundar, em níveis diversos, a relação que o arquitecto estabelece com as suas próprias ideias sobre o habitar e a relação destas com outro tipo, cada vez mais generalizado, de arquitectura doméstica.

Mesmo depois de já ter projectado edifícios de habitação colectiva, dos quais falaremos mais tarde, cuja escala, relações urbana e entre fogos os afasta completamente do que seriam as “moradias constituídas por andares independentes e sobrepostos”<sup>245</sup>, Lino decide publicar, em 1933, um par de propostas que, segundo afirma, conformam de modo aceitável essa necessidade supostamente urbana de “viver em habitações conjugadas ou construídas em bloco”<sup>246</sup>.

No plano das publicações já abordara a temática de construir em contexto urbano, procurando seguir a habitual rigidez estruturante existente. No livro de 1918 apresentara duas plantas – pisos 0 e 1 – de uma “casa de habitação para cidade”, muito antes publicada na revista *A Construção Moderna*<sup>247</sup>. Na primeira apresentação pública do edifício, este é definido como tendo uma “forma especial do

<sup>244</sup> Idem, *Ibidem*, p. 46.

<sup>245</sup> Idem, *Ibidem*, p. 20.

<sup>246</sup> Idem, *Ibidem*, p. 19.

<sup>247</sup> Raul Lino, “Casa de habitação para cidade”, *A Construção Moderna*, n.º 69, Ano III, Ago. 1902, pp. 106-107 e Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, pp. 11-12.

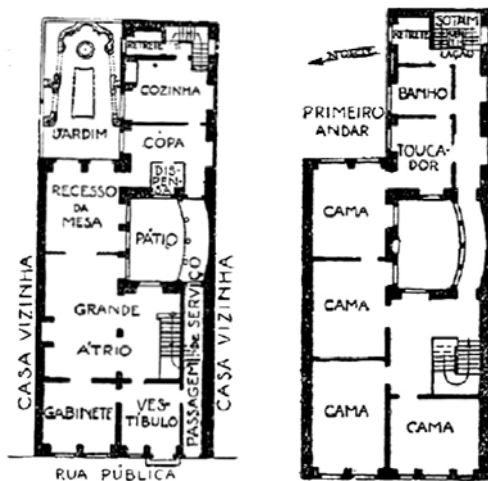


fig. 1.45 e 1.46 – Piso térreo e 1.º andar. Raul Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*. Lisboa: Atlântida, 1918, pp. 11 e 12.

desenho de fachada”, característica do autor, e que é definida como sendo de “arquitetura tradicionalista” [fig. 1.43]. Também é sublinhada a resposta dada à dificuldade estabelecida pelo lote de “pequena largura e muito fundo” que permite que todas as divisões tenham luz directa, com a ajuda dos pequenos jardim e pátio propostos<sup>248</sup>.

Apesar do programa unifamiliar inerente à casa, o seu interesse no âmbito do presente trabalho, prende-se com o facto de ser uma resposta a um lote urbano cuja fachada principal se colocará à face da rua e cujas fachadas laterais não podem existir por se encontrarem

ocupados os lotes vizinhos. A proposta, longe da habitação unifamiliar em lote mais ou menos desafogado, apresenta uma dificuldade acrescida que é, no contexto português, a dificuldade da própria lógica de cidade. Neste exercício, Lino constrói uma organização equívoca onde a diversidade dos espaços e a sua colocação quase linear transforma a leitura numa sucessão densa de acontecimentos, num aparente excesso de programa para a configuração e dimensão da implantação [fig. 1.44-1.45]. Tentando cumprir os desígnios considerados essenciais pelo próprio autor, Lino define dois pequenos espaços exteriores – um pátio e um jardim – para que, em todas as divisões, esteja garantida a existência da “luz que nos é necessária”<sup>249</sup> e da ventilação adequada, sem a qual “não pode existir saúde nem conforto”<sup>250</sup>. Os vazios propostos demonstram um olhar quase ingénuo nas escalas e organização interior que os enquadram, onde a salubridade imposta por estes resquícios de ruralidade surge claustrofóbica.

A colocação teimosa da passagem de serviço independente, encostada a uma das empenas e a atravessar o pátio, obriga quem a usa a percorrer um corredor desequilibrado para chegar da rua à zona da copa e da cozinha. A existência de atravessamentos de espaços para se chegar a outros espaços reflecte alguma falta de clareza nas decisões tomadas e que Lino já combate noutras soluções urbanas. Se, principalmente no desenho de 1918, as progressões do exterior/público para o interior/privado são expectáveis e claras – com as gradações horizontais e verticais a cumprirem o seu papel – a fragmentação do coração social da casa, o conjunto designado por meio-da-casa/bilhar/sala da mesa ou grande átrio/recesso de mesa, e o seu carácter de eixo distributivo entre o mais público –

<sup>248</sup> Lino, “Casa de habitação para cidade”, p. 106.

<sup>249</sup> Idem, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 46.

<sup>250</sup> Idem, *Ibidem*, p. 39.

o vestíbulo e o escritório – e o mais doméstico – os serviços – desmontam a ideia de estar, íntima e protegida no seio da e na família, propondo uma construção espacial devassável.

O interesse da proposta anterior prende-se, como já foi referido, com outra de semelhante filiação. Uma das propostas publicadas em 1933, uma *Casa urbana para alugar por andares* [fig. 1.47 e 1.48], tenciona ser uma resposta ao já enunciado problema que Lino reconhece existir, isto é, da impossibilidade, de alguns, viverem numa casa isolada<sup>251</sup>. Tal como no

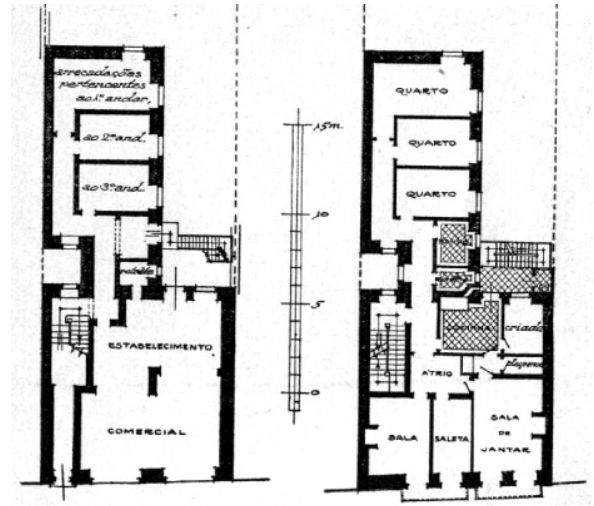


fig. 1.47 e 1.48 – Casa urbana para alugar por andares: Rés-do-chão e andares superiores. Raul Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933, est. XV.

exemplo anterior, o lote a ocupar é profundo e estreito. Neste caso, porém, o programa torna-se mais complexo, passando de habitação unifamiliar para colectiva e destinando-se estruturalmente a arrendamento. O edifício conta com três fogos e, no piso térreo, tem um estabelecimento comercial e espaços de arrumação para os pisos superiores. Os arejamentos e a luz natural desejados em todas os espaços são garantidos, quer por um pequeno saguão que serve as distribuições verticais e horizontais, quer pelo logradouro das traseiras que, com a sua forma em L, garante um desdobramento do que seria a fachada de tardoz. Deste modo, serve de janelas os quartos e os banhos, assim como, através da varanda, a retrete, a cozinha e o quarto da criada. O pequeno espaço da despensa é o único que não tem relação alguma com o exterior.

Observando nela a distribuição e as zonas funcionais, claramente demarcadas, encontramos a esfera mais privada dos quartos a tardoz – protegida do ruído exterior e mais recatada em relação à parte social –, a dos serviços e de higiene, incluindo o quarto da criada, a meio do lote e, colocados junto à fachada principal, os espaços de cariz mais social e que incluem a sala, a saleta e a sala de jantar. O espaço do átrio é deslocado, não coincidindo com a porta de entrada e, surgindo num extremo do corredor linear quebrado, serve a distribuição entre o conjunto de salas. As duas entradas para o fogo marcam o acesso de serviço e o principal, com acesso ao corredor, eixo central de distribuição no fogo. Liberta-se, se comparada com o projecto da *Casa de habitação para cidade*, da circulação interna secundária, não adoptando a tradicional opção pelos diversos vãos inter-salas que fragmentam os espaços e contrariam a autonomia de cada divisão.

<sup>251</sup> Idem, *Ibidem*, estampa XV.

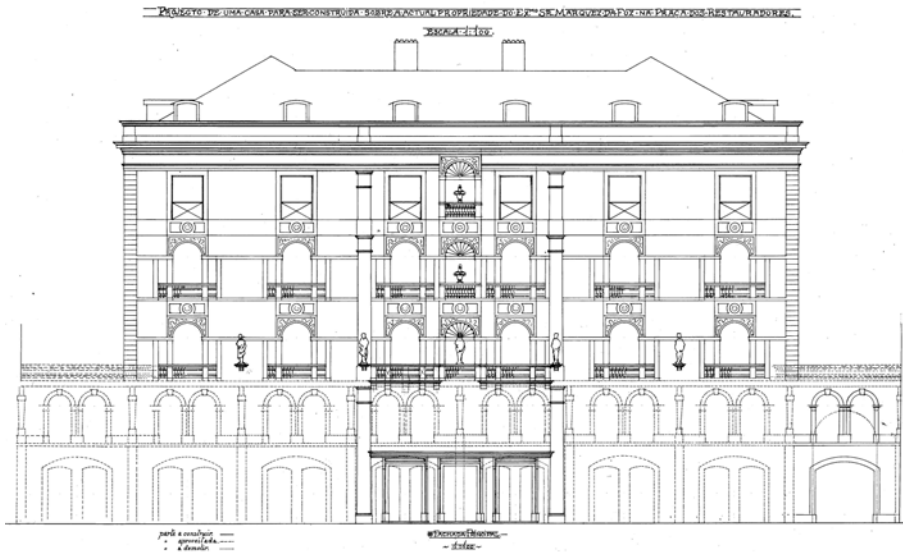


fig. 1.49 – Projecto de uma casa para ser construída sobre a actual propriedade do Exmo. Sr. Marquez da Foz na Praça dos Restauradores, Lisboa: alçado principal, c. 1903. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 65).

Também é interessante o modo como surgem tratados os dois espaços dos donos da casa, aproveitando as próprias condicionantes do lote. A zona dos quartos organizada ao longo do corredor, antecedido por um troço do mesmo em zig-zag, remete para os fundos e para o maior recato possível os espaços mais íntimos. Por outro lado, ao deslocar o átrio para o nó de ligação entre salas, conferindo-lhe uma dimensão mais ampla do que a de um simples corredor, valoriza a dinâmica e patrocina a circulação.

Neste projecto Raul Lino consegue cumprir a proposição por si estabelecida de clareza na elaboração dos espaços e a sua reflexão nas plantas resultantes<sup>252</sup>. Apesar de a solução encontrada ser do tipo sanduíche – donos da casa/serviços/donos da casa – e não separar efectivamente as duas áreas base, como defende Lino, cumpre-se de um modo adaptado e simplificador, até pela proximidade deste grupo central com a ligação ao exterior, a vontade de pensar e projectar um interior claro e arrumado. Assiste-se neste projecto a uma maior capacidade de cruzamento entre os seus princípios e o programa de habitação anónima, não especialmente amado, propondo um espaço doméstico equilibrado, claro e digno.

Na primeira década do século XX Raul Lino projecta, bem para o coração da cidade de Lisboa, um edifício de arquitectura doméstica para oito famílias. Este *Projecto de uma casa para ser construída sobre a actual propriedade do Exmo. Sr. Marquez da Foz na Praça dos Restauradores* é uma curiosa proposta de alguém que ainda pouco tempo antes afirmara pretender dedicar-se somente à arquitectura doméstica unifamiliar [fig. 1.49-1.50]. Este edifício, nunca construído, era proposto com

<sup>252</sup> Idem, *A Nossa Casa. Apartamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 12.

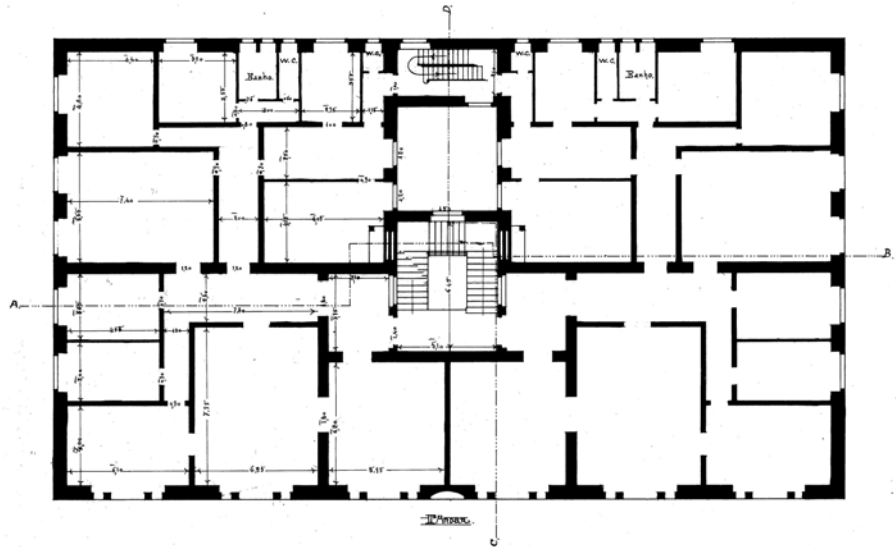


fig. 1.50 – Projecto de uma casa para ser construída sobre a actual propriedade do Exmo. Sr. Marquez da Foz na Praça dos Restauradores, Lisboa: planta do 2.º andar, c. 1903. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 65).

quatro fachadas e, ainda, um generoso saguão. Dada a dimensão significativa do lote – conformava um rectângulo de aproximadamente 40 m por 20 m – Lino garantia, deste modo, que todos os espaços tivessem luz directa e ventilação natural. Como é referido aquando da sua publicação, este projecto serve para “desfazer a lenda de que o seu autor”, Raul Lino, “exclusivamente se dedica a projectos de estilização tradicionalista”<sup>253</sup> e, ainda que não seja referido e enfatizado, serve para contrariar igualmente a ideia da relação exclusiva entre Lino e a arquitectura unifamiliar.

O fogo é organizado ao longo de dois corredores em L com um principal iniciado a partir da entrada e desenvolvido transversalmente ao lote e um segundo que sai deste e atravessa a zona posterior do fogo, servindo as áreas de serviço. As zonas prioritariamente dedicadas aos donos da casa – quartos e salas – são organizadas acompanhando a fachada principal e a lateral, desenhando uma mancha em forma de L. Um outro L, mais pequeno, construído entre a fachada posterior e a linha medianeira do edifício – encostada às duas caixas de escadas – contém os serviços que incluem a cozinha, a copa e as instalações da criada, assim como o W.C. e o banho. É importante salientar, relativamente aos espaços de higiene pessoal, que Lino defendia, sempre que tal fosse possível, as “óbvias vantagens em querer separar da casa de banho os aparelhos que pertencem ao retrete”<sup>254</sup>. É proposto um W.C. separado e independente para as criadas, situação que igualmente preconizava e que, neste projecto, dados os mais de 360 m<sup>2</sup> por fogo, é conseguido<sup>255</sup>. Estas duas opções vão ter pouca possibilidade de implementação nos restantes projectos e nem sempre a maior condicionante é a falta de espaço.

<sup>253</sup> Raul Lino, “Casa para ser construída sobre o terraço do palácio do exmo. sr. Marquez da Foz”, *A Construção Moderna*, n.º 109, Ano IV, Out. 1903, p. 195.

<sup>254</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, p. 53.

<sup>255</sup> Idem, *Ibidem*, p. 54.

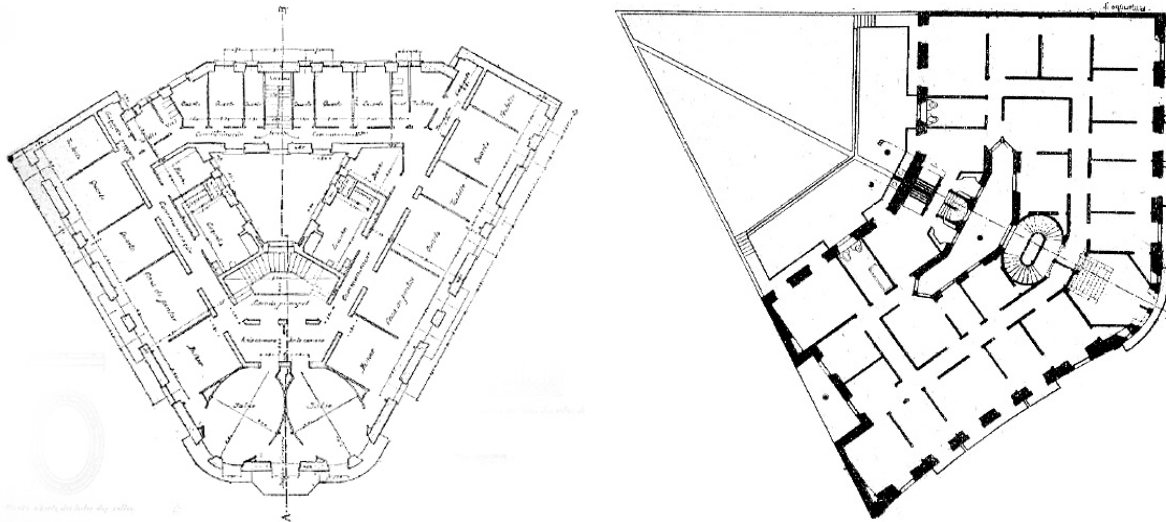


fig. 1.51 e 1.52 – Plantas: Casa de aluguer do sr. comendador Emilio Liguori. Miguel Ventura Terra, *A Construção Moderna*, n.º 54, Ano III, Mar. 1902, p. 26 e Casa de aluguer do Exmo. sr. José António Carreira. José Luiz Monteiro, *A Construção Moderna*, n.º 67, Ano III, Ago. 1902, p. 98.

Apesar de não surgirem indicados nos desenhos disponíveis, os usos a que os espaços se destinam podem ser, na maior parte dos casos, intuídos; as hierarquias construídas através da profundidade de circulações da casa e das dimensões dos espaços apontam as especificidades. Contrariamente a outras propostas da mesma época, Lino opta por orientar os usos dos espaços, antevendo o tipo e modo de habitar de quem virá a ocupar os fogos. Esta opção contraria uma generalizada resposta que, neste início de século, era recorrentemente oferecida e que passava pela relativa indiferenciação dos espaços que compunham os interiores domésticos<sup>256</sup>. Também no sentido de alguma antecipação, encontramos uma diminuta quantidade de portas inter-espacos, contrariando uma prática alargada e igualmente associada à diversidade de ocupações possíveis por parte dos moradores. A duplicação da função de distribuição do corredor, com a criação de uma sucessão de portas, muitas das vezes junto à fachada principal e que ligam os espaços contínuos, habilitam-nos a múltiplas utilizações e adaptações consoante a vontade de quem ocupa o fogo<sup>257</sup>. Raul Lino afirmará, mais tarde, que para se concretizar a expectável “acertada economia” do projecto se teria de cumprir, entre outras coisas, a não existência de “comunicabilidade excessiva entre aposentos”<sup>258</sup>.

A organização das fachadas, principalmente da principal, segue as suas próprias regras mas não se assiste a um atropelo do que são as opções no desenho dos interiores, não obrigando a adequações internas relevantes. A dimensão e regularidade do volume a isso ajudam. Factores como a simetria ou a regularidade dos vãos tem, junto com a organização interna, uma correspondência que não

<sup>256</sup> Tânia Liani Beisl Ramos, *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os casos português e brasileiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006 [2003], pp. 144-145.

<sup>257</sup> Ver, por exemplo, soluções de Miguel Ventura Terra ou de José Luiz Monteiro do mesmo período, entre outras: Miguel Ventura Terra, “Casa de aluguer do sr. comendador Emilio Liguori”, *A Construção Moderna*, n.º 54, Ano III, Mar. 1902, p. 26 [fig. 1.51] e José Luiz Monteiro, “Casa de aluguer do Exmo. sr. José António Carreira”, *A Construção Moderna*, n.º 67, Ano III, Ago. 1902, p. 98 [fig. 1.52].

<sup>258</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, p. 56.



escraviza. Na fachada principal é dado um tratamento especial ao módulo central – janela, nicho, janela – para acentuar a simetria, mas não apresenta consequências interiores. As janelas desta fachada – serlianas nos 1.º e 2.º andares, de sacada no 3.º piso e simples no sótão – são uniformes e regulares nas suas proporções e relações com os espaços. Este jogo de hierarquias, do embasamento para o topo e do eixo central até aos cunhais, é construído com o desenho da própria fachada que, entre estatuária, nichos, vãos e decoração diversa, compõe uma outra tridimensionalidade que se mantém, ainda assim, na pele do edifício. Efectivamente, Lino não faz sucumbir as escolhas de elaboração do interior às expectativas com o carácter e a presença pública do edifício, desenhando uma fachada à qual confere presença, sem diminuir as suas opções de habitar. Deste modo, assiste-se a uma construção que urbanamente significaria segundo as afirmações de José-Augusto França uma “lição de acompanhamento, discretamente sublinhada”, mas “marcada finamente por um gosto italiano”<sup>259</sup>. Ainda assim, este edifício afirmar-se-ia numa zona privilegiada da capital com a sua discreta nobreza cuja correspondência interior se poderá adjectivar com similitude: um bom senso elegante.

Ainda que neste projecto se possa ver uma vontade de construir um edifício de continuidade e, por isso, marcado por um certo grau de anonimato em relação à envolvente, o seu aspecto cuidado e a sua colocação espaçada face aos edifícios contíguos, configura-lhe uma opção muito distinta da que veremos na proposta de 1928 para o Campo Grande, na zona de expansão a norte da cidade de Lisboa [fig. 1.53 e 1.54]. Destinado a doze famílias distribuídas por seis andares e com uma zona comercial no piso térreo, apresenta uma complexidade de programa e áreas bem mais humildes que marcam uma clara diferença face ao projecto de 1903, mostrando-se o edifício do Campo Grande muito mais próximo do que seria uma resposta normalizadora no contexto urbano em processo de rentabilização.

O tipo de lote e a sua ocupação são efectivamente de continuidade; fechando o plano das fachadas da rua, resolve com paredes quase cegas e acostadas a relação com os vizinhos, ficando assim com duas frentes livres: a fachada principal e a de tardoz. As necessidades higienistas são quase na totalidade resolvidas, ainda que, mais uma vez, com uma escala menos nobre do que a do caso anterior; dois pequenos saguões encostados aos limites laterais do lote conferem iluminação e ventilação naturais aos banhos/W.C., a um dos quartos e aos corredores. Os restantes compartimentos nobres fazem uso das fachadas, enquanto despensas, arrumações e caixa de escadas principal ficam excluídas do grupo de espaços com contacto directo com o exterior. A distribuição horizontal é garantida por um corredor em U que permite o acesso directo a todos os espaços e que envolve o quarto, com vão aberto para o saguão, transformando-o numa península.

---

<sup>259</sup> José-Augusto França, "Raul Lino. Arquitecto da geração de 90" in Fundação Calouste Gulbenkian. *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 88.

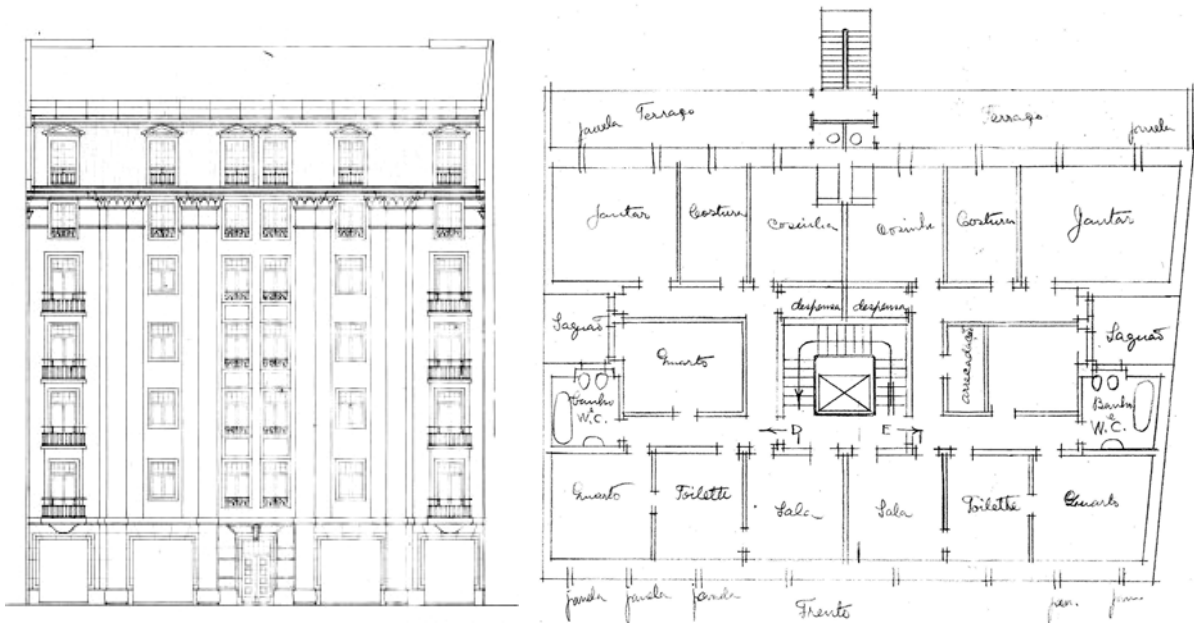


fig. 1.53 e 1.54 – Projecto das obras que o Exmo. Sr. António Ribeiro Ferreira deseja fazer na sua propriedade no Campo Grande, Lisboa: alçado principal e planta dos andares superiores, 1928. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 245).

Apesar desta possibilidade, Lino não deixa de garantir, tal como no projecto anterior, que o conjunto de espaços colocados sobre a fachada principal – quarto/toilette/sala – sejam ligados entre si por portas, recriando um breve troço de circulação paralela ao percurso principal do corredor. Neste caso, mais do que no anterior, esta opção aparece justificada pela colocação do espaço destinado à toilette entre os outros dois. A narrativa quotidiana e íntima alimenta o percurso mais privado do quarto/cama, a passagem pelo espaço de toilette e de preparação para o exterior (mesmo se dentro de portas) e a concretização do circuito que leva à sala, espaço social e variavelmente público.

Uma vez mais encontramos um zonamento organizado entre serviços/donos da casa. A diferenciação e consequente hierarquização que a proposta para os Restauradores apresentava, resultante, em grande medida, das diferenças de áreas que os espaços apresentavam, vai-se diluir neste edifício. A excepção é a sala de jantar – também neste caso afastada da fachada principal – que surge como o espaço mais amplo de todo o fogo e radicalmente separada da sala de estar. Esta opção enquadra-se perfeitamente na descrição que Raul Lino faz dos hábitos portugueses no que a esta sala diz respeito e que se prende com o elevado sentimento de hospitalidade e igualmente elevado prazer pelas refeições<sup>260</sup>. Mais uma vez, o espaço das refeições surge perto da cozinha e, num certo sentido, confere ao acto de tomar as refeições as características de, por um lado, se constituir como um momento de maior recato no seio da relação tanto social como íntima da família e, por outro lado, ser um acontecimento que se efectua em próxima afinidade com as criadas – geográfica e funcionalmente – ou com a dona de casa nas suas tarefas domésticas. Neste edifício, os fogos já não

<sup>260</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 12.

são desenhados para receberem a tempo inteiro as criadas, retirando-lhes o lugar de internas. Sabendo-se que foi corrente estas continuaram a habitar muitas das casas da burguesia da capital até bem mais tarde, pode supor-se que as famílias a que se destinam estes fogos prescindem, por motivos económicos, de criada. Esta mudança programática é consonante com a dimensão mediana que estes fogos apresentam.

Neste contexto, a expectativa alimentada por uma sala destinada aos trabalhos de costura, e partindo do princípio, como se referiu, que as criadas a existirem seriam externas, remete a utilização mais sistemática deste espaço para a dona de casa. Não incluída no universo do trabalho fora de casa é-lhe oferecido um espaço privilegiado para tratar de si própria, o toilette, e outro para tratar de algumas das actividades ligadas à família, o quarto de costura. A “moldura” que a casa representa e que a transforma tanto em “abrigo do corpo contra as intempéries que o fustigam”, como também em “refúgio para o espírito após a luta diária que o assola” encontra-se ainda muito ancorada na divisão dos papéis feminino/masculino, associada a uma presença também bipolar de maioritária permanência dentro ou fora de casa<sup>261</sup>. Ainda que a existência de um escritório possa representar uma presença – masculina? – que trabalha temas não domésticos no espaço familiar, a transição para a efectiva separação entre espaço doméstico e de trabalho já se encontra, de modo genérico, efectuada no que principalmente aos homens diz respeito.

Em 1931, fora do contexto da capital, Raul Lino projecta e constrói um edifício em Leiria onde uma se adapta a um programa mais diversificado [fig. 1.55 e 1.56]<sup>262</sup>. Neste pequeno edifício de quatro pisos, os usos a satisfazer ampliam-se. Para lá da habitação, o piso térreo tem três lojas e o primeiro piso apresenta uma novidade programática. Em metade da sua área surge um fogo idêntico aos dos restantes pisos e, na área remanescente, o desenho base do fogo é adaptado a escritórios. Neste caso, a despensa desaparece, o banho fragmenta-se e dá origem a uma retrete e um lavabo, e os demais compartimentos vêem o seu uso alterar-se, ficando o total do conjunto com cinco salas destinadas a escritórios.

Os fogos, organizados dois por andar, não são simétricos no desenho mas são-no nas intenções, sofrendo variações que resultam da configuração em gaveto do lote. A distribuição funcional é muito concentrada, organizado à volta de um vestíbulo ou, no lado esquerdo, à volta de um vestíbulo com um pequeno corredor. Genericamente, os serviços encontram-se colocados junto à fachada de tardoz e os restantes espaços na fachada oposta. Mas, a esta, regra sobrepõe-se uma organização que

---

<sup>261</sup> Idem, *Ibidem*, p. 9.

<sup>262</sup> Em 1933, este projecto é publicado nas *Casas Portuguesas* como *Casa para alugar por andares numa cidade da Estremadura*, apresentando algumas variações de detalhe face à versão anterior, como o desenho dos acessos verticais ou das varandas de tardoz (Idem, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, est. VIII).



fig. 1.55 e 1.56 – Casa do Exmo. Sr. José Sousa Charters, Leiria: Alçado principal e Planta do II e III andares, 1931. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 304).

pretende garantir uma clareza espacial geral e relativa a cada um dos espaços e, assim, podemos encontrar um quarto virado para um saguão/fachada de tardoiz ou um banho aberto para a fachada principal. As áreas diferenciadas ajudam a compreender a importância da sala como espaço social da família. A sala de refeições funde-se com a de estar e transforma-se em sala comum, com múltiplos usos sociais. Raul Lino já preconizara anteriormente esta perda de importância da “sala de mesa” que neste projecto concretiza<sup>263</sup>. O quarto destinado à criada desapareceu por completo, em resultado, muito possivelmente, da conjugação das limitações de área do lote e do público-alvo a quem se destinavam os apartamentos. A ausência de um espaço para a porteira afasta, igualmente, esta proposta de uma ideia de habitar urbana destinada a uma burguesia mais abastada e que exigia um determinado conjunto de apoios domésticos que incluíam a assistência de criadas e a presença permanente no prédio de uma porteira.

A total independência dos espaços é quebrada unicamente num quarto que é acessível através da sala e que pode servir de continuação da mesma. Mais uma vez, é a contingência do desenho do lote que empurra este quarto para um acesso só possível através de outro espaço. As áreas intermédias das varandas têm no alçado posterior uma distribuição uniforme e funcional de apoio às cozinhas. Na fachada principal, as varandas e os tipos de vãos dependem do jogo dinâmico que se quer ver impresso nessa mesma fachada e a variação depende das opções geométricas e de marcação da horizontalidade – primeiro piso sem varandas, segundo só nas salas e generalizadas no terceiro. Deste modo, não se estabelece uma relação entre as varandas e o espaço contíguo que signifique a valorização de uma actividade doméstica em desfavor de outras, resultando a colocação das varandas de vontades que ultrapassam a qualificação estrita do habitar.

<sup>263</sup> Idem, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 13.

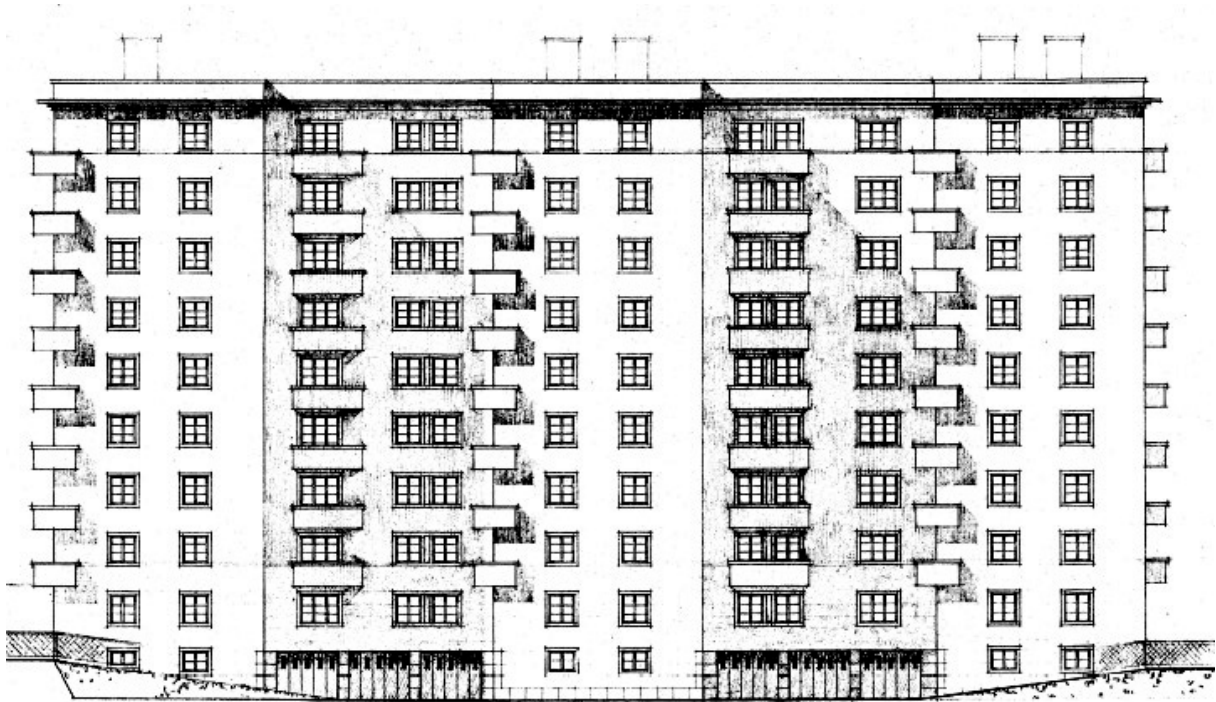


fig. 1.57 – Estudo de um edifício de apartamentos, Lisboa: Alçado principal, 1954. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 540).

O perímetro do edifício é trabalhado com alguma dinâmica com avanços e recuos que têm pontuais repercussões no interior e que permitem combater alguma monotonia exterior que Lino quer evitar. Na fachada principal, e por consideração às necessidades comerciais do piso térreo, é deixado no revestimento pétreo desse piso, uma arquitrave polida “sobre o qual assentarão as letras de firmas dos respectivos estabelecimento”<sup>264</sup>. Esta preocupação sublinha a importância conferida à multiplicidade programática do edifício, assim como a sua assumida vivência urbana, afastando-se do que poderia ser uma tentativa de colectivizar e fazer crescer em altura a *casa portuguesa*.

Uma outra inesperada proposta de edifício no percurso de Raul Lino, destinada a habitação colectiva, é datada de 1954 [fig. 1.57-1.58]. Este *Estudo de um edifício de apartamentos* para ser construído na cidade de Lisboa, na Rua D. Pedro V, e nunca concretizado, é, segundo afirma Raul Lino, uma resposta à “falta que desde há muito se faz sentir na capital, a da existência de pequenos apartamentos”, sendo que estes se destinam a “pessoas sem família, ou casais sem filhos”, com a condicionante de não necessitarem de “alojar pessoal permanente para os serviços domésticos” mas que, como vantagem, não implicam o “pagamento de altas rendas” e encontram-se bem localizadas<sup>265</sup>. Os eventuais moradores não seriam, ao contrário do que se poderia esperar, motivados simplesmente pelo preço mais baixo mas também pela resposta alternativa a que corresponderiam modos de vida

<sup>264</sup> Raul Lino, *Casa do Exmo. Sr. José Sousa Charters, Leiria. Algumas notas sobre aspecto e acabamentos* [dactilografado], 1931. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 304.0.1, s/p.

<sup>265</sup> Idem, *Estudo de um edifício de apartamentos para ser construído na cidade de Lisboa* [dactilografado], Julho de 1954. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 540.0.1, p. 1.

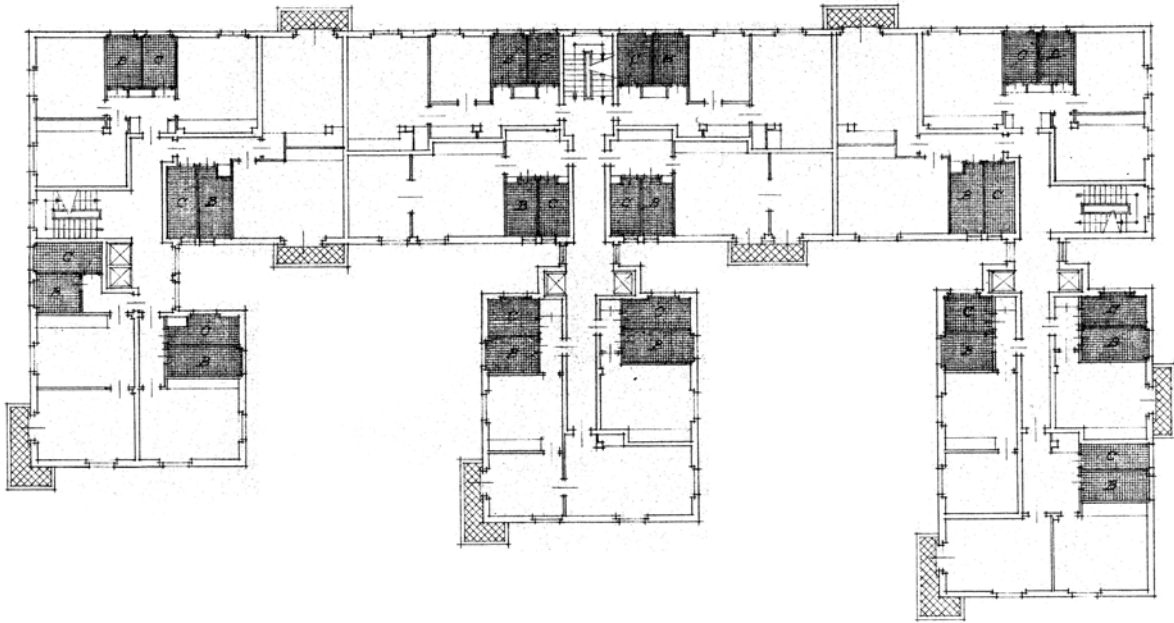


fig. 1.58 – Estudo de um edifício de apartamentos, Lisboa: planta dos andares superiores, 1954. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 540).

igualmente alternativos. Neste perfil enquadram-se os “empregados superiores estrangeiros”, a “gente do Corpo Diplomático” ou inclusivamente “provincianos que precisa[ssem] de ter uma pousada na capital”<sup>266</sup>.

A centralidade da implantação era garantida, assim como a “exposição maravilhosa” e a tranquilidade do local, tudo isto acontecendo a um passo do eixo principal de desenvolvimento do centro da cidade, a Avenida da Liberdade<sup>267</sup>. A dimensão do edifício, com os seus 135 fogos, assim como a específica lista de complementos – arrecadações, instalações destinadas às porteiras e espaços destinados à recolha de automóveis – é uma ilha na extensa produção de Raul Lino, não encontrando outro projecto de habitação colectiva permanente que se filie nesta pragmática e mecânica resolução de um programa habitacional em altura.

O edifício é composto por um volume paralelepípedo principal e paralelo à rua do qual saem perpendicularmente três outros de dimensões variáveis. Deste jogo de volumes, com um número total de dez andares, resulta uma planta em forma de E onde, na prática, encontramos três unidades habitacionais autónomas. Na zona de intersecção entre o volume principal e os outros três surgem os acessos verticais compostos por um elevador, um monta-cargas e uma caixa de escadas. Corredores de comprimento variável completam as zonas de acesso comuns e permitem a entrada em cada fogo. Em cada piso encontramos o módulo mais pequeno com quatro apartamentos, o central composto

<sup>266</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>267</sup> Idem, *Ibidem*.

por seis e o terceiro com cinco fogos. A variação também acontece a nível das tipologias presentes que se distinguem unicamente pelo número de espaços destinados a sala e quartos. Assim, o edifício no seu conjunto tem 23 apartamentos com uma assoalhada ou T0 – com uma cozinha, uma casa de banho e uma sala/quarto –, 80 com duas assoalhadas ou T1 – cozinha, casa de banho, sala e quarto – e 26 com três assoalhadas ou T2 – dois quartos, em vez de um.

Apesar da composição dos fogos sofrer de algum grau de variabilidade, tanto na posição relativa dos espaços como das áreas, as regras geralmente estabelecidas são claras e reconhecíveis em todo o edifício, sendo possível identificar um tipo, uma estrutura base que a múltipla aplicação dinamiza. O conjunto constituído pela cozinha e pela casa de banho é tratado como uma unidade e surgem sempre colocadas lado a lado e com áreas muito semelhantes. Como refere Raul Lino, este “grupo estandardizado é constituído por quarto de banho” e uma “cozinha para preparação de refeições mínimas”<sup>268</sup>, justificando-se assim a dimensão pouco habitual da referida cozinha. Sendo a cozinha, segundo o próprio, o “foco dos serviços domésticos”<sup>269</sup>, não surpreende que, dadas as características específicas da mesma neste projecto, tenha enquadrado a sua importância na inusual estrutura familiar a que se destina e que, afinal, surja com este nome vagamente depreciativo. No ideário de Lino esta outra cozinha diminuída era esporádico apoio à vida doméstica pouco ortodoxa a que estes apartamentos se destinavam e, só por isso, esta adequação de escala seria aceitável.

Como complemento a esta unidade mínima de habitar, os inquilinos podem contar igualmente com arrecadações privativas nos pisos inferiores, destinado a guardar malas, caixotes ou garrafeiras, assim como a existência de garagens, as chamadas recolhas, para os que possuam carro<sup>270</sup>. No interior dos fogos encontramos igualmente esta procura de satisfazer as carências de arrumação dos moradores, numa óbvia compensação pelas limitações de área. A generalidade dos quartos e salas têm um armário, a todo o comprimento de uma das paredes, e todos os espaços e recantos de circulação passíveis de se transformarem em pequenas arrumações surgem como tal. Raul Lino já escrevera, vinte anos antes, que “para comodidade dos moradores e facilidade dos serviços há que aproveitar certas disposições causais de planta introduzindo pequenos armários”<sup>271</sup> e, neste projecto mais do que em algum outro, esta comodidade foi cumprida na exacta medida em que o interior doméstico exigia e podia responder.

A resposta que Raul Lino oferece a este programa específico é efectuada com o bom senso e a justa medida que sempre reclamara para a acção de projectar arquitectura doméstica. A ruptura que este

---

<sup>268</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 1-2.

<sup>269</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, p. 50.

<sup>270</sup> Idem, *Estudo de um edifício de apartamentos para ser construído na cidade de Lisboa*, p. 2.

<sup>271</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, p. 55.



fig. 1.59 – Estudo para uma edificação no terreno sito na Avenida da Liberdade, n.º 175, para a Administração Civil de Imobiliários, Lda. Lisboa: fachada sobre a Avenida da Liberdade, 1944. Raul Lino. Espólio Raul Lino, FCG-BA (cota RLDA 462).

projecto pode significar prende-se, a nível do carácter do edifício, com a adopção de um despojamento e da não necessidade de recorrer ao vocabulário formal mais expectável nas soluções do autor. Neste edifício de apartamentos Lino apresenta uma capacidade de responder, sem moralismos, a uma contemporaneidade programática e muito urbana: estrita, clara e funcional. Neste sentido, aproxima-se de uma posição que defende, por estes mesmos anos, do direito à existência de uma urbanidade sustentada por valores humanistas que, em última análise, procuram “tornar feliz[es] os moradores da cidade”<sup>272</sup>.

Algumas das definições mais interessantes deste edifício de apartamentos encontram numa proposta anterior alguma inspiração e proximidade. O *Estudo para uma edificação no terreno sito na Avenida da Liberdade* [fig. 1.59], projectado dez anos antes, em 1944, seria para construir no centro da capital e teria englobado no seu programa diversos estabelecimentos comerciais, restaurante e hotel de apartamentos<sup>273</sup>. O embasamento seria coincidente com o piso térreo, onde as lojas se instalariam e o acesso ao restaurante e unidade hoteleira, num átrio amplo e colocado centralmente. Num sentido de

---

<sup>272</sup> Raul Lino, *Quatro palavras sobre urbanização: lidas a 26 de Abril de 1945, em Viana do Castelo*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1945, p. 13.

<sup>273</sup> Idem, *Estudo para uma edificação sito na Avenida da Liberdade, n.º 175, Lisboa* [dactilografado], Novembro de 1944. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 461.0.1, p. 1.



interessante continuidade urbana, as vitrinas comerciais dobravam para o interior, criando uma ligação da fachada principal com este átrio de acesso aos espaços superiores do restaurante e dos apartamentos. O desenho em E dos pisos superiores criava, ao nível do primeiro piso, dois pátios/varandas virados para a avenida, servindo o restaurante e, mais uma vez, fazendo com que edifício e cidade se relacionassem confirmando o carácter cosmopolita ao hotel de apartamentos proposto. Nos andares superiores, destinados ao hotel de apartamentos propriamente dito, surgem um total de 80 unidades distribuídas por três tipologias distintas. São elas: a) quarto e banho; b) quarto, sala e banho e c) dois quartos, sala e banho<sup>274</sup>. A cobertura em terraço utilizável complementava em uso e em carácter modernizante o dinâmico edifício.

São de dois níveis as pontes passíveis de serem traçadas entre estes dois projectos. Por um lado, temos a configuração volumétrica e as opções de depuração ornamental e formal, assim como a assumida presença urbana, motivada pelas dimensões de ambos. Apesar desta proximidade entre os dois, o projecto do hotel consegue, também pela relação da implantação à face da rua, construir uma relação mais franca e valorizadora com a cidade próxima. A diversidade do programa e os dois níveis funcionais – usos públicos e usos privados – ajudam a construir uma possibilidade de narrativa mais ampla que, o projecto do edifício de apartamentos, por se dedicar somente à habitação e se implantar num quase interior de quarteirão, não consegue e com dificuldade poderia responder. Por outro lado, aquilo que aqui mais nos interessa explorar está relacionado com uma certa consciência esquelética do habitar. A compreensão de uma necessidade pragmática e repetitiva implícita na solução está em sintonia com a encomenda e com as expectativas do encomendador. Por isso, a capacidade de produzir repetição qualificada surge como natural quando se procura resolver um programa de hotel. A simplificação do programa que se quer aplicar à unidade habitacional é complementado pela complexidade do programa mais alargado e que confere envolvente ao apartamento.

Sendo o projecto de hotel da Avenida da Liberdade destinado ao tipo de habitação que Lino reclamara em absoluto não fazer sentido ter-se em casa própria – residência esporádica e indiferente – é, na verdade, compreendida a lição para algumas das reflexões que desenha aquando do edifício de apartamentos para arrendar posterior<sup>275</sup>. Neste caso, o que se pretendia não se enquadrava na tipologia hoteleira mas, ainda assim, a aprendizagem do estritamente necessário, funcional e digno tinha sido adquirida. À unidade básica – apartamento – do projecto de 1954 acrescentava-se a cozinheira e arrumos adequados a uma vivência mais prolongada mas, no essencial, a lógica daquilo

---

<sup>274</sup> Idem, *Ibidem*, p. 3.

<sup>275</sup> De salientar que os encomendadores destes dois projectos são distintos. Esta nota é importante para se valorizar este sentido de aprendizagem de que se fala e, por contraponto, ao que serão as conclusões desta reflexão sobre Raul Lino e a arquitectura doméstica em altura.

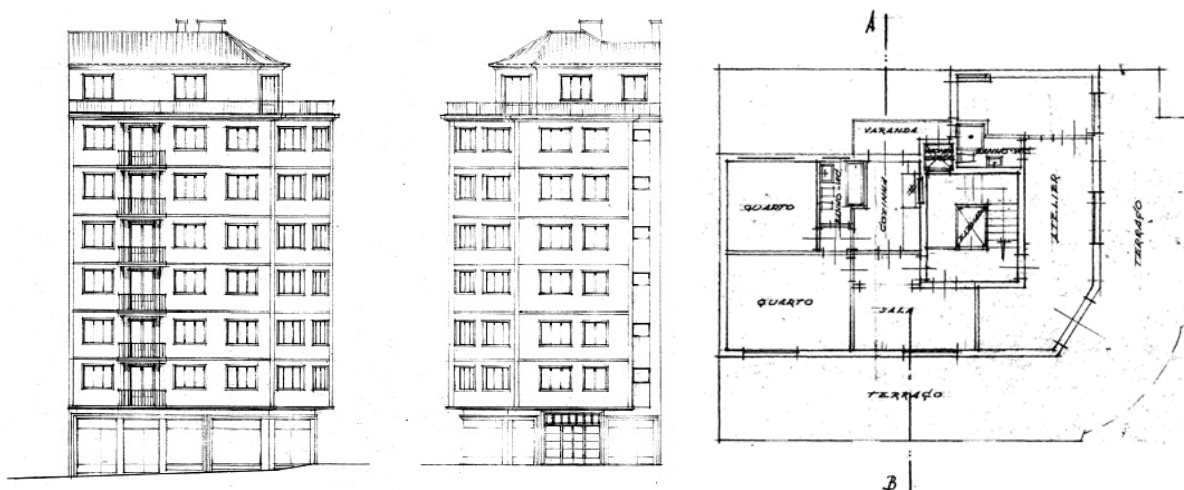


fig. 1.60 e 1.61 – Projecto de prédio para a Exma. Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Ilda da Conceição Valadas Garcia, Lisboa: Fachada principal (Rua David de Sousa e Avenida Óscar Monteiro Torres) e planta do último andar, 1956. Raul Lino. Espólio Raul Lino, BA-FCG (cota RLDA 564).

que é considerado essencial a um determinado tipo de vida e de habitar é comum a ambos os projectos.

Entre 1956 e 1963 Raul Lino desenvolve um projecto para a Avenida Óscar Monteiro, em Lisboa. Com uma fachada principal dividida em duas frentes, uma para a Avenida e outra para a Rua David de Sousa, organiza-se com uma estrutura e um programa de continuidades, face ao que são outras respostas que anonimamente vão construindo a cidade habitada. Ao contrário dos projectos anteriores, Lino volta ao que é o mercado normalizado da habitação da época. Um dos pontos de interesses deste trabalho consiste na possibilidade de se acompanhar mais de cinco anos do desenvolvimento do projecto e o seu caminho de aproximação ao que seriam os requisitos camarários aplicados a este caso [fig. 1.60-1.66].

Numa primeira versão, em 1956, a cave seria destinada à casa da porteira e a arrumações, porém, “para corresponder às observações dos serviços da C.M.L.”, terminará dedicada às últimas e aos vestiários e retretes das lojas, acessíveis por pequenas escadas diferenciadas, subindo a casa da porteira para o piso de entrada. Assim, o piso térreo é ocupado por lojas – três no início e quatro na versão final – e posteriormente, a tardoz, pela casa da porteira. A primeira proposta apresenta seis pisos idênticos, com dois fogos cada, e um último piso, recuado e com terraço, constituído por um fogo mais pequeno e um atelier independente [fig. 1.60]. Na última versão, de 1963, o corpo do edifício passa de seis a cinco andares, respondendo a uma necessidade de redução e controle de altura da construção, ficando o último piso unicamente com o terraço. A subsequente perda do telhado inclinado de cinco águas e a sua passagem a cobertura plana, com parte em terraço acessível, corresponderá, em termos de carácter do edifício, a uma depuração resulta na modernização da linguagem do mesmo [fig. 1.60 e 1.64].

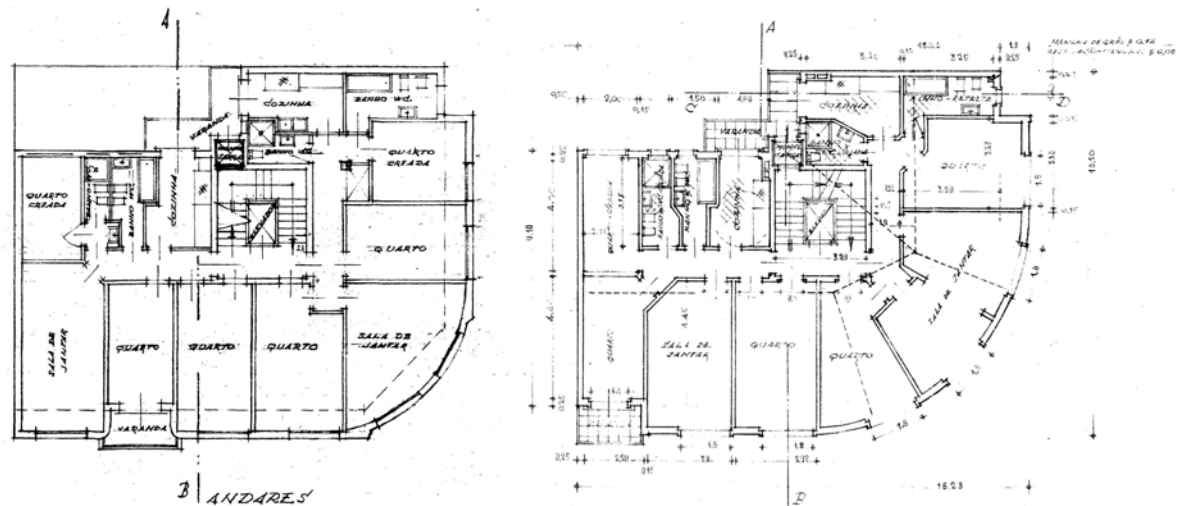


fig. 1.62 e 1.63 – Projecto de prédio para a Exma. Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Ilda da Conceição Valadas Garcia, Lisboa: Planta dos andares, 1956 e 1957. Raul Lino. Espólio Raul Lino, FCG-BA (cota RLDA 564).

Depois das experiências menos expectáveis a que se assistiu por parte de Raul Lino e de que anteriormente se falou, este retoma a proposta de habitar em tudo semelhante ao que será a maioria das respostas ao seu redor. Observando a proposta de 1956 encontramos fogos organizados ao longo de um corredor, onde surge, uma vez mais, o quarto da criada com o respectivo banho/W.C. com poliban, uma sala de jantar de área mais generosa, dois quartos – um dos quais com possibilidade de acesso directo à caixa de escadas –, uma cozinha com uma pequena varanda contígua e um banho/W.C. familiar com banheira [fig. 1.62]. Não existindo um espaço que recebesse a designação de sala de estar é compreensível que o alargamento da sala de jantar face aos restantes espaços seja resultado da fusão das actividades sociais da família, estar e refeições, e que Lino já defendera, principalmente, aquando da existência de áreas mais exíguas, afirmando que o divisão destinada à reunião familiar e a receber amigos deveria ser a melhor da casa<sup>276</sup>.

Em 1957, a tentativa de reajustar a distribuição, as áreas e as geometrias do piso tipo leva a um desenho mais confuso e mais angular como opção para responder a condicionantes difíceis. Percebe-se a difícil tentativa de conjugação entre as expectativas da encomenda, a capacidade das dimensões do lote e da configuração tradicional escolhida, com os usos e organização interna em presença [fig. 1.63]. Nesta versão, o quarto da criada desaparece no fogo esquerdo, permitindo que surja uma sala de jantar maior área e que permaneçam as duas instalações sanitárias. De qualquer modo, o desenho deste fogo enferma de situações de recurso que atingem tanto um dos quartos como as zonas de serviço, com acessos serpenteantes e configurações de espaço pouco claras, em tudo contrárias à clareza que advoga e que já vimos praticar.

<sup>276</sup> Lino, *A Nossa Casa. Apartamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, pp. 12-13.

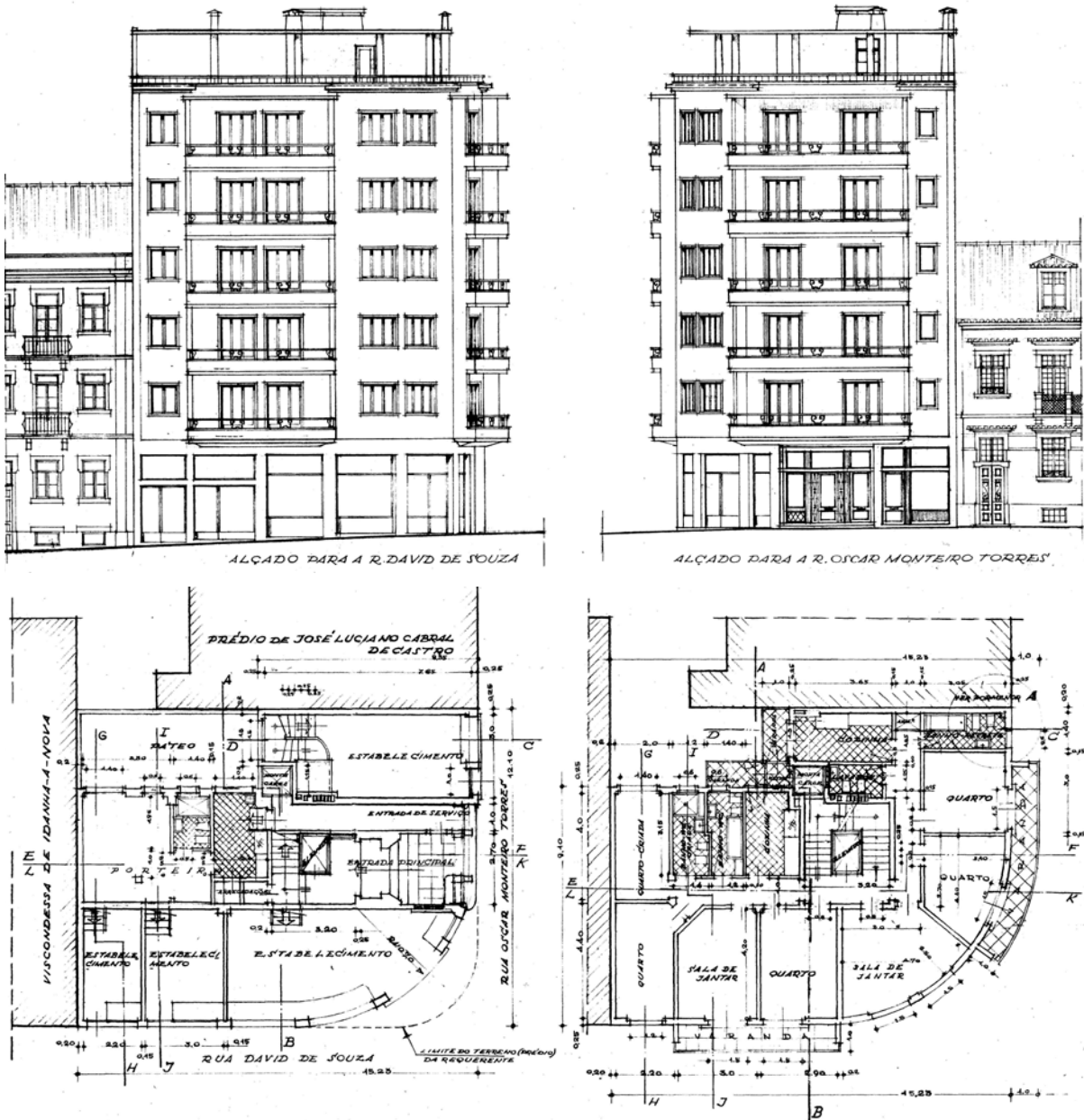


fig. 1.64, 1.65 e 1.66 – Projecto de prédio para a Exma. Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Ilda da Conceição Valadas Garcia, Lisboa: alçados principais, plantas do R/C e dos andares, 1963. Raul Lino. Espólio Raul Lino, FCG-BA (cota RLDA 564).

A proposta final, de 1963, é a mais equilibrada e surge sob as opções que o programa e o desenho permitem tomar. O desenho dos espaços surge mais simplificado e as anteriores respostas, angulares e de difícil apropriação, transformam-se num desenho ortogonalizante. Mantida a ausência do quarto da criada num dos fogos e o ganho de profundidade nesse mesmo lado, recua todo o edifício – excepto as varandas principais – ao limite do lote [fig. 1.64-1.66]. Esta última situação de avanço para lá dos limites do lote do corpo do edifício – proposto na primeira versão e mantida na seguinte – projecta um pouco dos 1.<sup>o</sup> ao 6.<sup>o</sup> pisos sobre o espaço público. Sublinha-se que o facto de o quarto da criada ter desaparecido de um dos fogos do andar-tipo reflecte uma crescente mutação, onde a essencialidade desta figura interna de apoio ao serviço doméstico se está a dissipar, assim se

compreende que, num mesmo edifício, tendo partido da presença do referido quarto em ambos os fogos, se possa aceitar como parte de uma adequação programa ao lote este desaparecimento parcial: mantido num, desaparece noutro.

Em resultado do recuo, ganham expressão as varandas da fachada principal. Por um lado, avançam explicitamente para lá do limite do lote, recusando a anterior versão em que surgiam parcialmente integrados na massa construída. Por outro, relativamente à largura, ampliam a presença na fachada e passam a servir dois espaços – em duas versões: jantar e quarto ou quarto e quarto. Com esta mudança, ganha maior relevância o estado de transição que estas enfáticas varandas passam a desempenhar mas, mais uma vez, a associação varanda/sala não se encontra garantida, não sendo uma relação que se veja valorizada por Lino. O equilíbrio da fachada ultrapassa a importância desta relação. Não é, em absoluto, a reinterpretção das relevantes varandas alpendradas, tão acesamente defendidas por Raul Lino décadas antes.

### 2.3.3. APONTAMENTOS SOBRE A CASA

Nos projectos de habitação colectiva de Lino, o caminho da cronologia e o desenvolvimento das soluções escolhidas não são passíveis de serem interpretadas com sentido único e manifesto. A leitura linear do encadeamento de algumas das opções tomadas pode ser genericamente entendidas como situações de avanços e recuos. No entanto, se for lida como resultado do que os encomendadores apresentavam como programa e vontades – e reconhecendo a importância que estes tinham para Lino – percebe-se que os aparentes reflexos são mais circunstanciais do que reflexo de posições teóricas ou críticas vindas da arquitectura.

Assim sendo o elevado interesse colocado no que são as necessidades do encomendador e as suas expectativas levam-no a considerar, pelo menos os projectos assim indiciam, cada caso como sendo único e merecedor de resposta específica. O facto de Raul Lino ter sido um arquitecto com escassa actividade no projecto de habitação colectiva afasta-o do exercício de sistematizar soluções e de ir colocando em prática opções afinadas pela prática projectual recorrente. Se na habitação unifamiliar os constrangimentos dos projectos são mais transversais, com as questões das actividades predilectas, da capacidade económica ou de alguma afectividade estilística a estruturarem respostas, nos casos de habitação colectiva a singularidade de alguns programas, assim como a diversidade das implantações – quer em termos de geometria, quer de representatividade – produzem em cada projecto uma resposta isolada no percurso do arquitecto.

Quando procura teorizar sobre a habitação unifamiliar – esse é efectivamente o seu objecto de estudo e de reflexão – afirma que esta, na sua vertente estrita de *casa portuguesa*, é uma casa no qual o

anonimato do interior é notório e a organização da planta não apresenta características pelas quais possamos identificar um modelo de casa distintiva como aconteceria em algumas arquitecturas domésticas de outros países – Inglaterra – ou de outras épocas – a casa romana<sup>277</sup>. Chega a ir mais longe e aponta a possível influência exterior para qualquer accidental aparecimento de “clareza, praticabilidade ou lógica na organização espacial interna”<sup>278</sup>. Este atestado de incapacidade passado à arquitectura doméstica portuguesa surge paralelamente à ideia que sempre alimentou a divulgação e defesa do(s) modelo(s) da casa portuguesa: a necessidade de surgir em Portugal uma “reacção contra os abusos do estrangeirismo”<sup>279</sup>. De certo modo, o seu natural anonimato aparenta impelir quem tem responsabilidades na realização de uma qualquer casa portuguesa, a recorrer aos equívocos e inadequados modelos importados. Mas Lino também identifica como positiva uma importação que supostamente terá acontecido no passado para conferir a estes interiores as valoradas características de pragmatismo e lógica. Quando reflecte sobre a influência do Renascimento na arquitectura doméstica nacional, Lino gaba-lhe as características com as quais o primeiro contaminou a segunda e através da qual entrou no território português um gosto por uma “arquitectura mais lisa, formal”, tendo assim nascido o “apreço da uniformização, a preferência pelas disposições claras e mais vastas”<sup>280</sup>. Este gosto, e este outro estrangeirismo valorizado e praticado, é visível na linguagem que escolhe para o projecto do início do século XX, para a Praça dos Restauradores [fig. 1.49].

Na verdade, quando pensa a habitação colectiva, Raul Lino leva mais longe a possibilidade de contágios e de escolhas pelo que poderá ser o mais adequado, mesmo se exterior ao panorama estrito da arquitectura doméstica nacional. Quando toma determinado partido funcional e distributivo no seu edifício de habitação colectiva de 1954 [fig. 1.57], segue a investigação que já realizara dez anos antes para o hotel de apartamentos para a Avenida da Liberdade [fig. 1.59], mas também aceita implicitamente aderir a um “estilo nítido, severo, acerado e frio, de carácter científico e individual” que reconheceu, noutra contexto, “nem ser desprovido de beleza”<sup>281</sup>. De certo modo, a arquitectura doméstica em altura e destinada à habitação colectiva vê-se autorizada a sair da esfera do estritamente filiado numa suposta tradição óbvia. A dimensão urbana do edifício de habitação colectiva permite-se outras liberdades e filiações menos canónicas.

A situação que Francisco Barata Fernandes refere existir no Porto e que implica uma passagem da habitação unifamiliar para colectiva através da transformação e densificação da primeira<sup>282</sup>, é para

---

<sup>277</sup> Idem, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, p. 5.

<sup>278</sup> Idem, *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*, pp. 1-2.

<sup>279</sup> Idem, "O Romantismo e a «Casa Portuguesa»", p. 208.

<sup>280</sup> Idem, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*, pp. 34-35.

<sup>281</sup> Idem, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, p. 90.

<sup>282</sup> Francisco Barata Fernandes, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999 (2.ª ed.), p. 231.

Lino exercitada na urbanização da habitação unifamiliar, em lote estrito e encaixado entre empenas [fig. 1.43]. Mas, nas situações objectivamente urbanas e colectivas, assiste-se a uma aproximação projectual distinta. Se a noção de casa defendida por Lino se sustenta numa concentração de vida reflectida na proposta projectada e que se constrói com uma facilidade possível aquando do projecto de edifício unifamiliar, resulta diferente no processo de colectivizar o edifício de habitação. Quando as variações do volume cúbico e centrado têm de espriar-se e repetir-se – como acontece com os edifícios de habitação colectiva – dificilmente consegue concretizar a sua vontade de concentração. Nestas situações, parece-nos que a prática de Lino é sustentada pela via da adaptação à nova situação, respeitando a vida urbana e as suas diferentes regras de relacionamento com o espaço envolvente.

Relativamente às mudanças que já sabe inevitáveis acontecerem no contexto da arquitectura, Lino abre espaço para as aceitar e até reconhecer. A atitude teimosa de defesa dos valores da casa portuguesa que o coloca no lado oposto dos novos modernos, faz com que se esqueça que disse, em 1933, que ainda que não fosse a sua escolha, uma sala de jantar “inspirada em geradora eléctrica ou em sala de operações” seria “admissível desde que seja imaginada por quem pode e executado por quem saiba”<sup>283</sup>. O que Raul Lino designa por “romantismo da máquina” é aceite como aquele que substituirá o histórico, e ainda que não fosse adepto desse sucessor, teve capacidade de lhe utilizar, de modo pontual, as chaves de funcionamento e projecto. Lino, com sua tenaz perseguição do bom senso na escolha que orienta um projecto, não deixa, mesmo se episodicamente, de se aproximar de um quadro em que, como refere Nuno Portas, se inicia o “predomínio das razões práticas na maioria dos programas de edificação”<sup>284</sup>. Razões práticas que não têm necessariamente de ser coincidentes com o seu tão prezado bom senso.

Aquando da redescoberta de Raul Lino, em 1970, por ocasião da exposição retrospectiva da sua obra, e da grande discussão subsequente, Nuno Portas afirma o falhanço da resposta de actualização do habitar doméstico, efectuado por Lino<sup>285</sup>. A observação estrita das propostas de casa apresentadas ao longo dos seus livros, especialmente nas *Casas Portuguesas*, pode levar à coincidência de leituras com o que Nuno Portas afirma. Os espaços “nucleados” e de transição que Portas reclama podem ser encontrados como tema central, num exemplo de habitação unifamiliar como a Casa dos Ciprestes [fig. 1.67] onde, mais do que nos casos de habitação colectiva, existe esse jogo complexo de relação entre espaços, criando uma hierarquia e ampliando as possibilidades das características do habitar. Nesse exemplo cumpre-se notavelmente a espacialidade reclamada por Portas: “mais fluente e

---

<sup>283</sup> Lino, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, pp. 90-91.

<sup>284</sup> Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, p. 700.

<sup>285</sup> Idem, “Raul Lino: uma interpretação crítica da sua obra de architecto e doutrinador”, p. 17.

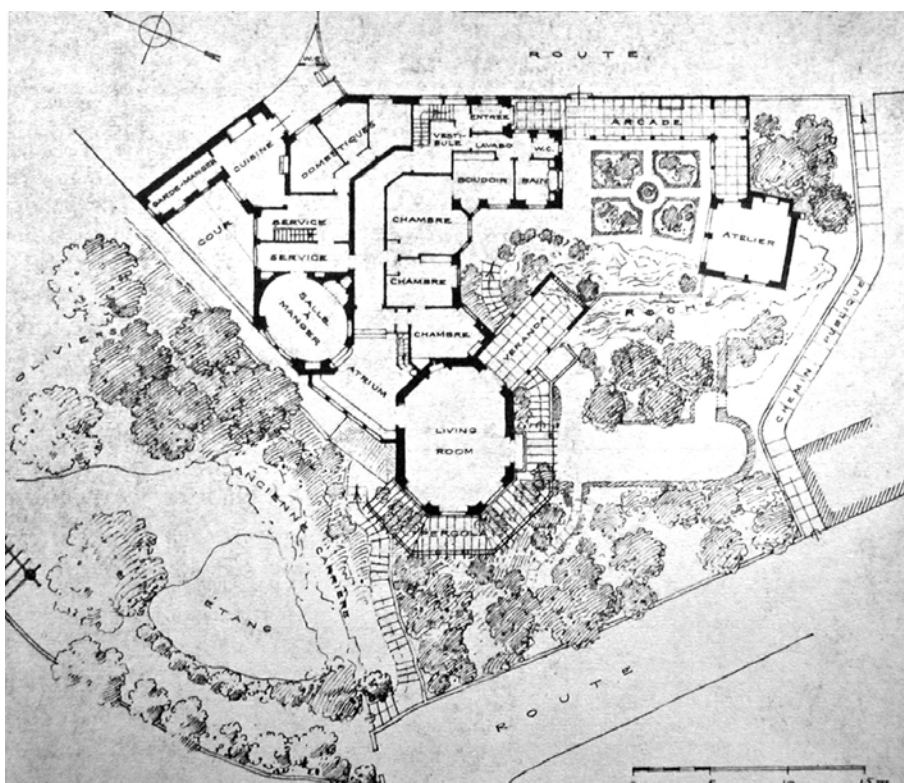


fig. 1.67 – Casa do Cipreste, Sinta, 1912. Raul Lino. Fundação Calouste Gulbenkian, *Raul Lino. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: FCG, 1970, p. 155.

dinâmica, mais rica de continuidades e profundidades, menos espartilhada nas divisões convencionais, mais aberta à possibilidade de apropriação por diferentes escolhas pessoais dos moradores<sup>286</sup>.

Ainda que não excluía das fragilidades que lhe reconhece Pedro Vieira de Almeida, a produção de Raul Lino apresenta, ainda assim, um corpo de acção e pensamento cuja importância reside nas possibilidades que lançou para a discussão e para a prática da arquitectura<sup>287</sup>. Tanto na excepção que representa como na continuidade que mantém com o seu tempo e a sua geografia, é possível encontrar elementos de análise que ultrapassam o acontecimento isolado e caricatural a que muitas vezes se reduziu a sua obra. Se a ruptura poderá ser encontrada nas intuições antropológicas em que envolve a sua reflexão sobre o habitar, a sua continuidade é, sem dúvida, marcada pela relação de proximidade com a família que habita a casa discutida.

A casa portuguesa defendida por Lino, que quer para si uma “expressão de bonomia sem abandono e de nobreza sem arrogância”<sup>288</sup>, surge, sem surpresa, ancorada numa visão familiar consolidada e que tem no olhar masculino, perpetuado pela manutenção de papéis diversos no interior da célula familiar, um modo de subsistir. Quando defende a habitação como abrigo físico contra as adversidades exteriores, implica igualmente o “refúgio para o espírito após a luta diária que [...]

<sup>286</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>287</sup> Almeida, “Modelo progressista, modelo culturalista”, p. 89.

<sup>288</sup> Lino, *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*, p. 22.



assola" o seu morador<sup>289</sup>. Esta luta diária do trabalho efectuado fora do ambiente doméstico é, implicitamente no discurso de Lino, uma tarefa masculina e especificamente do chefe de família. Quando se extrema a dissociação do local de trabalho do lugar familiar, esta separação surge remetida para o universo masculino, deixando as prelecções sobre economia doméstica, higiene, comodidade e bom senso do desenho dos espaços de serviço para o mundo feminino, das esposas e/ou criadas em que a família se suporta.

Aceitando que o espaço da arquitectura, com natural inclusão do espaço doméstico, é uma construção baseada em discursos sociais de género, numa relação íntima com as práticas do quotidiano doméstico<sup>290</sup>, percebem-se duas coisas nestas casas de que falámos e que se constituem como continuação face ao que é o imaginário doméstico mais afastado da casa popular e profundamente rural. Por um lado, de um modo geral, o espaço doméstico, íntimo face ao que lá fora se passa, é um ambiente predominantemente feminino. Ainda que tenha no homem, o pai e marido que se constitui como chefe de família, a figura de maior relevância e o seu porta-estandarte para a estrutura social próxima e onde se insere, é na figura feminina que o acompanha e que será necessariamente esposa e desejavelmente mãe, que se fixa a garantia de transformar a casa em lar. Esta passagem diferenciadora – da casa ao lar – é vital para o suporte que materializa a passagem da união entre uma mulher e um homem para a concretização de uma unidade família.

Por outro lado, no interior do espaço doméstico estabelece-se uma outra hierarquia de valores de intimidade. Este interior, que já é a oposição privada ao público que o fora de portas constitui, fragmenta-se em espaços que são eles próprios variações de intensidade do que é íntimo e do que é exposto a algum do filtrado habitat exterior. Algumas associações entre os espaços e respectivas actividades e os diversos elementos da família são considerados imediatos e vistos com naturalidade. Cozinha, copa, tratamento de roupas são espaços da vida no feminino, onde a articulação das diferentes classes sociais pode acontecer. A dona da casa coordena a actividade das mulheres que trabalham para si ou, à falta de capacidade económica, veste-se deste duplo papel de dona da casa e de criada. As zonas onde as serviçais se movem encontram-se preferencialmente longe do olhar do chefe de família e dos visitantes da casa. As suas acções querem-se espalhadas por toda a casa na arrumação e na limpeza ou na elaboração das refeições, mas o cruzamento dos seus movimentos com as outras vidas que habitam a casa são dispensáveis. Os espaços da intimidade dos donos da casa – quartos, instalações sanitárias, determinada saleta de vocação mais feminina –, procuram-se preservados e protegidos: do ruído, dos olhares, dos atravessamentos indesejados. As salas de reunião social restritamente familiar ou aberta às visitas são, depois da porta de entrada e do seu espaço anexo

---

<sup>289</sup> Idem, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 9.

<sup>290</sup> Rendell, "Gendered spaces: encountering anthropology, architecture and feminism in the Burlington Arcade", p. 62.

– hall ou corredor –, os palcos da vida semipública da casa e de reunião no contexto da família. Aqui exercitam-se as demonstrações de lar perfeito no seu mais representativo gesto identitário. Tanto para o chefe de família como para os convidados, a adequação de uma sala de estar, assim como, existindo, o escritório, colocam-se no topo do que cada uma das vidas familiares encarna e os papéis que escolhem para si. Com ostentação ou preferindo a contenção, estes espaços querem-se impolutos e ordeiros, porque menos não se deseja que assim seja a própria família. A diversidade funcional dos espaços domésticos vai crescendo à medida que as condições económicas e as aspirações, principalmente da burguesia urbana, se vão igualmente densificando. A sobreposição de papéis espaciais, assim como a simplificação do fogo, caminharão lado a lado com a massificação da casa urbana remediada. O bom senso e as preocupações economicistas irão filtrando o desenho do fogo e as famílias reinterpretar-se-ão ao avançar pelo século XX fora.

O interesse de efectuar esta aproximação prende-se com os desenvolvimentos a que se assistirá no momento seguinte, de efectiva e estruturada reflexão sobre o habitar em Portugal, a partir aproximadamente da década de 1950, e que se tratará de seguida neste trabalho. Resta perceber se, paralelamente à consciência mais aguda da relação entre géneros e as respectivas repercussões nos espaços do contexto doméstico, acontece uma semelhante consciência da existência de um ponto de vista masculino-centrado na aproximação projectual.

### 3. TRANSIÇÕES E A MULTIPLICIDADE NA PROCURA

Durante oito dias, no final da Primavera de 1948, reuniram-se em Lisboa mais de duas centenas de pessoas para participar naquele que foi o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura<sup>291</sup>. Organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA), o programa das actividades era extenso e diversificado, dividido entre as actividades mais estritas das sessões de trabalho e as de carácter social e cultural. O patrocínio do Governo teve as suas contrapartidas que se reflectiram directamente nestes dois últimos momentos do Congresso e que resultam, naturalmente, se considerarmos que a ideia desta data surge proposta pelo ministro das Obras Públicas, Frederico Ulrich<sup>292</sup>. No primeiro dia dos trabalhos, comum também ao 2.º Congresso Nacional de Engenharia, o Presidente da República inaugurou a sessão solene. A fechar, foi o Ministro das Obras Públicas quem presidiu à respectiva sessão. Ao longo da semana de trabalhos, os acontecimentos visam sem equívocos reflectir o alto patrocínio oficial com visitas à Exposição de Obras Públicas e a obras municipais, ou à exibição de um documentário sobre os “15 anos de Obras Públicas” nacionais, sem esquecer os diversos almoços e jantares convívio que iluminavam ainda mais o aparente clima de convívio são e discussão aberta reclamado [fig. 1.68-1.69].<sup>293</sup>

Dado o contexto político e a contestação que se sabia existir no seio dos arquitectos, a presença destes foi relevante e a sua participação não foi de menosprezar. À data, o número de sócios do SNA

---

<sup>291</sup> Este número será verdade se todos os inscritos tiverem estado presentes, foi impossível confirmar esta informação.

<sup>292</sup> Ana Isabel de Melo Ribeiro, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUP Publicações, 2002 [1993], p. 240.

<sup>293</sup> Sindicato Nacional dos Arquitectos, *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. XIII-XIV.



fig. 1.68 – Visita de congressistas a Mafra, fotografia assinada por Eldorado, 30 de Maio de 1948. Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947). Exposição e Congresso de Engenharia e de Arquitectura*, II vol. Lisboa: [s.n.], 1949, p. 296A.

era de 124<sup>294</sup> e a participação destes no Congresso chega quase à centena e meia, mostrando a capacidade de captação de arquitectos não inscritos a participarem ou, pelo menos, inscreverem-se. Segundo as actas resultantes do evento são 210 os inscritos, sendo um terço não arquitectos ou agregados – familiares acompanhantes (42), estudantes (21), engenheiros civis (3), um construtor civil, um escultor, um engenheiro agrónomo e um agente técnico de engenharia.<sup>295</sup>

Em circular enviada em Novembro do ano anterior, a Comissão Executiva do Congresso<sup>296</sup> convidava à participação de todos os arquitectos, sócios ou não sócios do Sindicato, através da apresentação dos “seus pontos de vista com a maior liberdade de opinião”<sup>297</sup>. Os temas lançados à discussão eram dois: *A Arquitectura no Plano Nacional* e *O Problema Português da Habitação*, escolhidos, afirmava-se, por se prestarem a “conclusões úteis”<sup>298</sup>. Segundo as actas, foram enviadas para o primeiro tema 26 teses, enquanto que para o segundo somente nove. De certo modo, esta desigualdade reflecte o aparente interesse mais generalizado pelas questões que se prendem com a discussão da arquitectura no plano nacional e que leva, pelo menos num primeiro momento, às discussões do estilo e da casa portuguesa, assim como do carácter que deve ter a arquitectura moderna e da sua relação com

---

<sup>294</sup> Ribeiro, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*, p. 251.

<sup>295</sup> Nestes setenta inscritos agregados compreende-se a elevada percentagem de esposas ou pontualmente filhas dos arquitectos presentes pelo extenso programa paralelo de actividades que se encontrava ao mais alto nível da vida social, envolvendo, em diversas ocasiões, figuras públicas de primeira linha como o Presidente da República, o Ministro das Obras Públicas ou o Presidente da Câmara Municipal da capital do país.

<sup>296</sup> Esta comissão era constituída por José Ângelo Cottinelli Telmo (Presidente), Porfírio Pardal Monteiro e Miguel Jacobetty Rosa (Vogais), João Guilherme Faria da Costa (Tesoureiro) e Paulo de Carvalho Cunha (Secretário Geral).

<sup>297</sup> Sindicato Nacional dos Arquitectos, *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*, p. XVI.

<sup>298</sup> Porfírio Pardal Monteiro citado por Ribeiro, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*, p. 246.



fig. 1.69 – Uma sessão de trabalho, fotografia assinada por Eldorado, 30 de Maio de 1948. Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947)*. *Exposição e Congresso de Engenharia e de Arquitectura*, II vol. Lisboa: [s.n.], 1949, p. 296A.

supostas imposições estilísticas vindas do poder actuante. Ao tema específico das teses e dos resultados das conclusões voltaremos mais tarde.

Comemorando quinze produtivos anos de obras públicas, o Estado decidira juntar em Congresso as duas classes mais estritamente relacionadas com o desenvolvimento do país. Ainda que de modo aparente igualitário colocados perante o poder, arquitectos e engenheiros viviam situações distintas a vários níveis. Parece-nos adequado perceber alguns sinais desta diferença porque ser mais do que uma questão da afinidade do Estado com os arquitectos mas, também, reflectir algo da relação deles próprios com a sua auto-imagem e com a sua história profissional.

Na análise comparada dos dois congressos, um primeiro detalhe é logo evidente. No caso dos engenheiros, a Comissão de Honra é constituída por mais de sessenta personalidades que incluem os Presidentes da República e do Conselho, onze ministros e uma extensa lista de outras primeiras figuras do regime. No Congresso dos arquitectos a lista é bem mais curta, com vinte e cinco personalidades, apresentando falhas de relevo como o Presidente do Conselho e apenas cinco ministros<sup>299</sup>. Também o número de temas, oito para os engenheiros e dois para os arquitectos, assim como o número de teses e comunicações é significativamente díspar. Pela parte dos engenheiros surgem 54 e 38 respectivamente. No que aos arquitectos diz respeito foram apresentadas 34 teses e uma comunicação. São diversos os factores que constroem este fosso. Os motivos passam pelas diferentes realidades associadas às duas profissões, as quais se prendem com a longa história de peso político

---

<sup>299</sup> Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947)*. *Exposição e Congresso de Engenharia e de Arquitectura*, II vol. Lisboa: [s.n.], 1949, pp. 255-257 e 295.

dos primeiros, assim como a sua superioridade numérica e conseqüente maior presença transversalmente a toda a sociedade e lugares de decisão. Também o facto de se tratar do segundo congresso dos engenheiros ajudará a dar maior consistência e reflectir participação por parte destes profissionais. Ainda assim, a uns e outros, o ministro das Obras Públicas, o engenheiro José Frederico Ulrich, garantia que nestes dois congressos seriam apresentadas numerosas comunicações de “grande interesse técnico”<sup>300</sup>. Por um lado, encontramos uma dualidade interessante neste tratamento igualitário. Esta uniformização indicia um reconhecimento do estatuto dos architectos aproximando-os do papel de técnicos avalizados que os engenheiros tinham já conquistado há muito. Por outro, pode funcionar como chamada de atenção aos architectos para que se fixem nos assuntos estritamente técnicos, não se aventurando em discussões e teses demasiado questionadoras de temas culturais ou sociais que, de modo mais ou menos óbvio, se cruzam com a arquitectura. Uma vontade de que a liberdade prometida na convocatória de Novembro anterior, assinada por Cottinelli Telmo, então presidente do SNA, fosse a higiénica liberdade que o estritamente técnico e apolítico garantiria.

Aquilo que estes diversos eventos – os congressos e a exposição de obras públicas – pretendiam sublinhar era a actividade que o Estado Novo estava a concretizar, na senda da mudança do atrasado rosto do país. Passeios, visitas, sessões culturais, almoços e jantares de confraternização completam quase 40% do tempo total. Afinal, segundo as palavras do próprio Presidente do Conselho Oliveira Salazar, “esta obra, variada e multiforme, de majestosos edifícios ou pequenas habitações graciosas, [...] não nasceu do acaso mas do nosso próprio conceito do governo e da sociedade portuguesa, ou seja de uma sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem escravidão, modesta sem miséria”<sup>301</sup>. Celebrava-se o espírito, sempre presente, da naturalidade das duas escalas que sabiam, como um todo, reflectir uma ideia de um país e de um povo modesto mas que não se envergonhasse de si próprio. Mas a realidade era bem diferente e a situação deplorável das condições de habitação de um número relevante e crescente de portugueses era disso reflexo.

As opiniões sobre as repercussões e os significados do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura não são uniformes. Ainda assim, tendem genericamente a defender este acontecimento como um marco que abre as portas a uma geração que concretiza a mudança, numa assumpção pública de supostas “convicções políticas e culturais”<sup>302</sup>. Outras leituras, possivelmente mais dinâmicas e que procuram afastar-se da “enredada mitologia que envolve a história da arquitectura moderna em Portugal”<sup>303</sup>,

---

<sup>300</sup> Sindicato Nacional dos Architectos, *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*, p. XXVIII.

<sup>301</sup> Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947). Exposição e Congresso de Engenharia e de Arquitectura*, s/p.

<sup>302</sup> Cf. Ana Tostões, “Modernização e Regionalismo, 1948-1961” in Annette Becker; Ana Tostões; Wilfried Wang. *Arquitectura do Século XX - Portugal*. Frankfurt; Lisboa: Deutsches Architektur-Museum; Centro Cultural de Belém, 1997, p. 42.

<sup>303</sup> Almeida, “O «arrebalde» do céu”, p. 144.

apontam para a necessária leitura mais atenta das teses e respectivas conclusões e votos. Diversos autores identificam nos conteúdos produzidos os compromissos, a superficialidade e os equívocos dominantes no Congresso e, de certo modo, estas leituras fazem-nos intuir que a linearidade constante na leitura heróica deste acontecimento – afinal “uma manifestação profissional cheia de mal-entendidos e meias palavras”<sup>304</sup> – talvez mereça outro tipo de abordagem que ultrapasse um certo maniqueísmo de “antigos e novos, submissos e resistentes”<sup>305</sup>.

Pedro Vieira de Almeida enquadra o Congresso num momento de libertação face à figura protectora de Duarte Pacheco. A relação próxima, e até pessoal, que estabelecera, o incontornável Ministro das Obras Públicas, com alguns arquitectos hipotecara eventuais vontades de libertação face a modelos expectáveis. Em 1943, com a sua morte, defende Vieira de Almeida, pôde assistir-se a uma resolução parcial deste problema latente<sup>306</sup>. O desaparecimento abrupto de Pacheco deixou alguns arquitectos mais desapoiados, mas também lhes terá permitido que ganhassem outro grau de liberdade, face àquela figura forte e incontornável enquanto técnico e estadista. Esta aparente libertação poderá ter trazido ao Congresso um outro grau de autonomia mas não garantia, só por si, que as reflexões efectuadas e apresentadas fossem mais sólidas e fracturantes. Para que tal acontecesse era necessário que outra consistência teórica e crítica se tivesse já firmado.

Para se compreender com mais profundidade o papel que este Congresso e as suas discussões têm para o enquadramento do que é o tema da habitação nas décadas seguintes, interessa-nos dissecar as suas duas linhas de trabalho. O segundo tema – “O problema português da habitação” – por motivos óbvios, alimenta directamente esta investigação. Sobre o primeiro tema – “A arquitectura no plano nacional” – interessa-nos aferir das discussões que se cruzam com o segundo, assim como procurar encontrar releituras da temática da casa portuguesa, procurando a eventual continuidade das preocupações culturalistas. Parece-nos igualmente essencial, e por aí começaremos, passar em revista um pequeno conjunto de acontecimentos e textos que podem ajudar na leitura necessária à compreensão do diversificado pensar a arquitectura doméstica na passagem desta década para a seguinte. Entre artigos, livros e projectos de arquitectura doméstica, constrói-se nos anos de 1940 um período demasiado despegado do passado próximo, mas sem capacidade de se projectar num futuro fracturante e, ainda assim, de síntese.

---

<sup>304</sup> Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, p. 733.

<sup>305</sup> Cf. Idem, *Ibidem*.

<sup>306</sup> Almeida, “O «arrebalde» do céu”, p. 138.



fig. 1.70 – Fotografia de Francisco Keil do Amaral no seu atelier, s/data. Irisalva Moita (ed.), *Keil do Amaral. O arquitecto e o humanista*. Lisboa: Câmara Municipal, 1999, p. 26.

### 3.1. OS TEXTOS DE KEIL DO AMARAL

Como resultado de uma visita que realizara à Holanda em 1936, Francisco Keil do Amaral (1910-1975) [fig. 1.70] publica, em 1943, um pequeno livro dedicado a essa experiência [fig. 1.71]. O impacto dessa viagem foi elevado e, durante muito tempo, surgiria como exemplo a acompanhar o que escreve e com influência directa na sua procura projectual. O que o marcou nesta

sua viagem foi, segundo afirma, o ter encontrado “uma Holanda progressiva, guardando das tradições a justa medida; [...] com cidades construídas segundo modernos e encantadores planos de urbanização; com uma arquitectura moderníssima, embora de um carácter tipicamente holandês”<sup>307</sup>. Esta capacidade de desenhar as cidades e a arquitectura com este duplo e consonante carácter de modernidade e de especificidade foi algo que Keil reconheceu como processo projectual a perseguir. Entre o que escreve e o que projecta se poderão reconhecer linhas que se aproximam desta síntese que procura satisfazer [fig. 1.72].

Na construção dos novos bairros holandeses, Keil reconhece uma continuidade que, inclusivamente, lhe permite adjectivá-los como sendo tão pitorescos ou holandeses como os antigos [fig. 1.73]. A especificidade do carácter que lhes confere cultura e geografia é colocada lado a lado com o aspecto mais “arejado, alegre e atraente”<sup>308</sup> que a contemporaneidade impõe. Esta continuidade essencial identificada, à qual foi sensível Keil, pode ser compreendida como a construção de uma narrativa essencial<sup>309</sup> e, neste sentido, mais uma vez, aquilo que Raul Lino escrevera na década anterior encontra nesta aproximação alguma descendência, muito possivelmente não intencional. Também como Lino, Keil reconhece o valor do bom senso e da justa medida como inevitáveis e essenciais para a materialização das respostas às necessidades que a arquitectura satisfaz e para o cumprimento da sua adequabilidade.

Este modo de fazer o presente com aspirações a futuro, encontrado por Keil no território holandês é igualmente desejado para Portugal. Mais do que a forma, interessa-lhe o espírito que encontrou e que, aplicado ao caso português, permitiria “fazer um Portugal melhor, coerente consigo mesmo, onde os portugueses se sintam em sua casa, – uma casa com as janelas bem abertas sobre o Mundo –

---

<sup>307</sup> Francisco Keil do Amaral, *A Moderna Arquitectura Holandesa*. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1943, p. 9.

<sup>308</sup> Idem, *Ibidem*, p. 58.

<sup>309</sup> Joseph Rykwert, "Preface" in Clare Melhuish. *Architecture & Anthropology*, vol. 124. London: Academy Editions, 1996, p. 6.



e na sua época”<sup>310</sup>. Nesta vertente, Keil do Amaral distancia-se de Lino e marca uma diferente aproximação à arquitectura, com a atenção que dedica à contemporaneidade modernizante.

Quando, em 1942, escreve o livro *A Arquitectura e a Vida* [fig. 1.74], Keil procura passar em revista milhares de anos de experiência humana no caminho para a construção dos territórios como os conhecemos hoje e fá-lo para leitores não estritamente arquitectos. Constituído por cinco partes que se estabelecem como um fio histórico que articula o discurso, pretende mostrar “num rápido panorama, como nasceu e tem evoluído a Arquitectura”<sup>311</sup>. Logo na introdução, Keil volta a defender a boa arquitectura como um resultado equilibrado de diversos factores, de entre os quais se destacam os conhecimentos técnicos e o expoente artístico do momento, somando igualmente os “ideais, a cultura e a maneira de viver dos povos”<sup>312</sup>.

Esta ideia de síntese e de dinamismo aplicado a cada momento, interessa-nos por ser igualmente apresentado aquando da reflexão sobre a arquitectura holandesa e por ter, neste livro e na parte dedicada às consequências da Revolução Industrial, aplicações nas meditações efectuadas sobre a arquitectura doméstica. Dado um contexto cultural e social, todo ele novo, com novos programas, novas necessidades e naturais novas respostas arquitectónicas, esta alteração profunda estende-se inclusiva e fortemente ao habitar e Keil não hesita em descrevê-lo com exaltação:

Até as moradias e os prédios de rendimento já não se assemelham aos seus congéneres de há dois séculos atrás! Desapareceram salas, salinhas, salões e saletas, trocadas pelas casas de banho. As cozinhas, com fogões a gás ou a electricidade, com frigoríficos práticos e elegantes, com esgotos de águas e de lixos, tornaram-se pequenos laboratórios, e nem por sombras recordam as velhas cozinhas. Mil pequenas e grandes diferenças imprimem-lhe a marca de uma outra civilização e de uma diversa maneira de viver.<sup>313</sup>

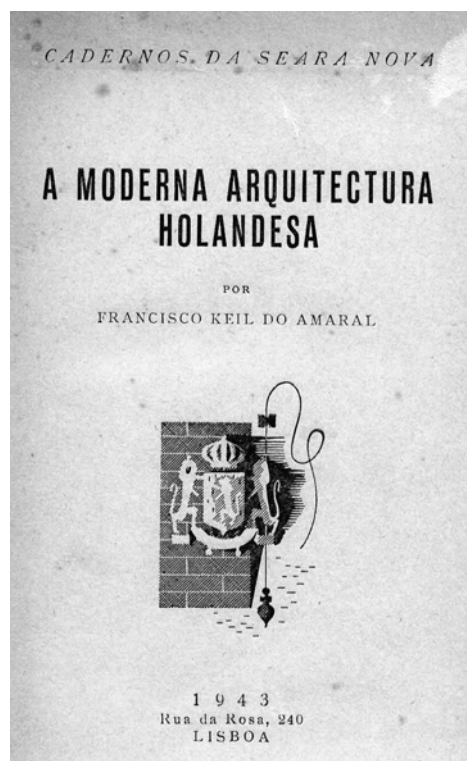


fig. 1.71 – Capa. Francisco Keil do Amaral, *A Moderna Arquitectura Holandesa*. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1943.

<sup>310</sup> Amaral, *A Moderna Arquitectura Holandesa*, p. 61.

<sup>311</sup> São estes: 1) Os primeiros passos da Arquitectura; 2) A Arquitectura na Antiguidade; 3) Evolução da Arquitectura durante a Idade Média; 4) Tempos modernos e 5) Consequências da revolução industrial (Francisco Keil do Amaral, *A Arquitectura e a Vida*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1942, p. 13).

<sup>312</sup> Idem, *Ibidem*, p. 6.

<sup>313</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 113-114.

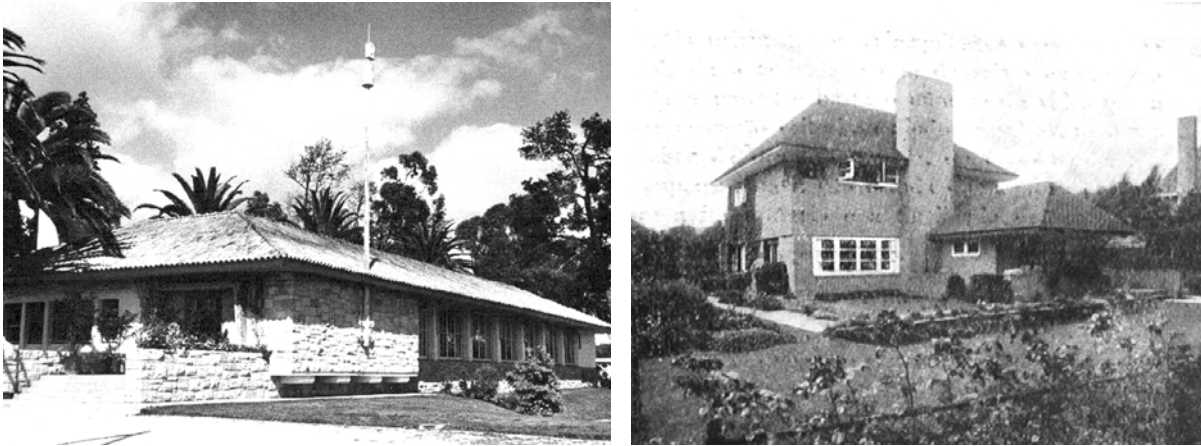


fig. 1.72 e 1.73 – Restaurante Alvalade, Campo Grande (Lisboa). Keil do Amaral. Fotografia de autor desconhecido, c. 1952. AML-AF (cota A18129) e moradia em Wassenaar. Francisco Keil do Amaral, *A Moderna Arquitectura Holandesa*. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1943, s/pág.

Neste novo tempo referido por Keil, o modo de viver altera-se e, como tal, as respostas que os ambientes domésticos propõem são igualmente alteradas. Para Keil, neste texto, as mais significativas prendem-se, por um lado, com a diminuição da complexidade e da fragmentação das zonas de estar e, por outro, com um maior desenvolvimento progressista das zonas de serviços e higiene. Assim, as casas de banho generalizam-se e as cozinhas perdem o ar de antanho e tornam-se pequenos laboratórios, funcionais, higiénicos, práticos, elegantes. A lista de adjectivos é, igual ao entusiasmo reflectido na escrita, colorida e luminosa. O sentimento de que o progresso técnico valoriza a vida dos indivíduos – tanto na esfera da cidade, como do espaço doméstico – é uma característica que aproxima *A Moderna Arquitectura Holandesa* e *A Arquitectura e a Vida*.

### 3.1.1. KEIL E *O PROBLEMA DA HABITAÇÃO*

Depois destas suas primeiras publicações, ambas com um forte carácter de divulgação, surge em 1945 *O Problema da Habitação* [fig. 1.75]. Base de uma palestra proferida em 1943, Keil acede depois à publicação do que chama de “pequena obra de esclarecimento”<sup>314</sup> e, tal como nos outros livros, constata-se que o seu papel de divulgador volta a sobressair. Neste sentido, as dezasseis fotografias que acompanham o livro – de casos alemães, ingleses, holandeses, franceses e suecos – tentam, mais uma vez, ser exemplos que transmitem a racionalidade e o bom senso e onde são apresentadas situações com soluções diversas no que respeita à relação entre o vocabulário moderno e o tradicional. As referências que Keil valoriza com estas imagens estão longe de soluções estrita e puramente modernas. Entre a depuração ornamental e as geometrias igualmente elementares, o olhar de Keil leva-nos por um espectro variado de possibilidades, onde o traço estilizado das tradições é passível de ser encontrado em mais de metade dos exemplos.

---

<sup>314</sup> Idem, *O Problema da Habitação*. Porto: Liv. Latina, 1945, p. 12.



fig. 1.74 e 1.75 – Capas. Francisco Keil do Amaral, *A Arquitectura e a Vida*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1942 e *O Problema da Habitação*. Porto: Liv. Latina, 1945.

Não é só nas opções de linguagem, ainda que múltiplas, que os exemplos são contidos. O carácter urbano que os exemplos apresentam é genericamente pouco óbvio. Quase metade dos edifícios de habitação apresentados são casas, isoladas ou em banda, com um ou dois pisos de altura e sempre cercadas por natureza, igualmente colocada em ordem [fig. 1.76]. A outra metade não ultrapassa os quatro andares e, nestes casos, a relação com o verde é mais residual – com pequenos parques, árvores de acompanhamento nas ruas – mas sem uma continuidade vegetal que se ligue directamente ao imaginário das cidades jardins, como nos exemplos anteriores encontramos. Só dois casos em dezasseis têm cercas mais impactantes. Os dois bairros alemães publicados, com cinco e seis pisos e volumes significativos, surgem como um oposto aos exemplos anteriores, apresentando-se mais frios, massificados e descaracterizados, contrariando inclusivamente a defesa efectuada por Keil de soluções que resultem mais especificamente do sítio cultural que os produz. Seguramente que a compreensão – implícita – de que a um grave problema se responde com uma solução de grande escala para grande número não será alheia a esta escolha. Na maioria, porém, com o seu carácter romântico e a sua inspiração idílica, utiliza exemplos que não desagradariam ao gosto do velho arquitecto e se enquadrariam nas posições defendidas por Raul Lino.

Keil do Amaral reconhece a situação dramática em que se encontra o parque habitacional, especialmente o caso de Lisboa, considerado o mais grave do país. Posteriormente desmarca-se daqueles que falam e escrevem sobre o tema sem conhecimento aprofundado – “real ou propositado”



fig. 1.76 – Habitações para operários na cidade jardim de Tuindorp Vreewuk, em Roterdão. Francisco Keil do Amaral, *O Problema da Habitação*. Porto: Livraria Latina, 1945, s/pág.

– e sem que ultrapassem a “visão superficial de um problema de raízes fundas e extensas”. No entanto, afirma que a palestra se propõe ajudar a esclarecer o assunto, ainda que não contenha nada de novo<sup>315</sup>. A leitura do livro confirma o que Keil deixa intuir. Nem no tipo de abordagem nem na profundidade das soluções nele apresentadas consegue Keil ultrapassar a superficialidade que criticara noutros autores.

O pequeno livro surge dividido em três partes. Primeiro dedica-se a traçar genericamente o que é a evolução do problema da habitação, em termos internacionais. Posteriormente procura fazer o mesmo para o caso português e, finalmente, apresenta “aqueles princípios de ordem geral que constituem o corolário da análise feita”<sup>316</sup>. As críticas aos processos que estavam em curso no desenvolvimento das cidades e na produção de habitação são extensas. O individualismo sustentado quer pela especulação quer pela falta de soluções alargadas são, segundo o autor, um dos factores mais destacados e a combater. Esta conclusão sujeita a questão de uma eventual obrigatoriedade de a habitação se constituir como algo externo ao negócio, uma obrigação social. As iniciativas promovidas pelo Governo português são apresentadas como boas soluções, mas em desvantagem evidente face ao que os promotores privados iam fazendo, não prescindido estes do lucro desejado e continuando com um volume de resposta muito superior ao da oferta pública.<sup>317</sup>

Keil do Amaral constata que o universo urbano português ia, por estas décadas e desde a passagem do século, apresentando como resposta generalizada os palacetes e os prédios de rendimento, destinados às classes altas e médias e que deixavam as classes menos favorecidas completamente abandonadas à sua sorte e engenho. A resposta passaria pela delegação de responsabilidades nas organizações colectivas. Dada a sua proximidade com os utentes finais, estas teriam a capacidade de, primeiro, estudar as necessidades habitacionais dos seus filiados e posteriormente, complementando com acções municipais e do poder central, liderar a primeira resposta efectiva, no terreno, ao problema da escassez de fogos.<sup>318</sup> Esta ideia de fragmentar o corpo de resposta estaria seguramente relacionada com dois factores. Por um lado, com a dimensão do problema que tornava difícil uma

---

<sup>315</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 15-16.

<sup>316</sup> Idem, *Ibidem*, p. 34.

<sup>317</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 34 e seguintes.

<sup>318</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 29 e 33.

acção única centralizada para o solucionar. Por outro, os exemplos dos bairros da Boa Hora e do Arco do Cego, que Keil refere como sendo acções acertadas da responsabilidade do Estado eram efectivamente casos onde os municípios, nestes casos o de Lisboa, foram importantes para a concretização dos mesmos.

Por estes anos, na verdade e em continuidade com diversos programas específicos anteriores, de baixo sucesso ou resultados práticos – como por exemplo, as Casas de Renda Económica e as Casas para Famílias Pobres – surgirá a Federação das Caixas de Previdência-Habitações Económicas (FCP-HE). Esta estratégia aproxima-se estruturalmente do que encontramos a ser defendido por Keil, mas coloca o investimento significativamente fora do Estado. Segundo o legislado em 1946, grupos diversos – profissionais, etc. – associados e contribuindo para as suas respectivas caixas de previdência, podiam aceder, enquanto conjunto ou enquanto indivíduos, a financiamento<sup>319</sup>.

A encerrar o texto, Keil do Amaral afirmava que, resolvidos todos estes assuntos das esferas social, económica e de organização, para os arquitectos ficaria um “grande papel numa grande e digna obra de renovação: o de tornar mais cómodas, atraentes e económicas as habitações”<sup>320</sup>. Nesta definição de processo identificado para a resolução do problema da habitação, o arquitecto surge no seu momento final, criadas as condições institucionais e económicas. Ao longo do que escreve sobre o problema da habitação, o único interesse demonstrado pelas alterações sociais é o que à tecnologia diz respeito, excluídas que estão reflexões de cariz mais sociológico sobre a população e as famílias portuguesas. Assim, no esforço de embaratecimento das habitações – mais para um maior número – encontramos a defesa da diminuição do valor da energia que, segundo Keil, permitiria um uso mais generalizado e sistemático de electrodomésticos vários – “aspiradores, fogões e ferros de engomar eléctricos, etc.” – e a conseqüente diminuição ou desaparecimento de determinados espaços dos fogos. Com menor área necessária para satisfação das actividades domésticas de suporte ganhar-se-ia em custo final da habitação<sup>321</sup>.

Ainda não é verdadeiramente com Keil do Amaral que teremos uma aproximação sustentada que se dedique à problemática da arquitectura doméstica, seja pela via da reflexão do habitar com raízes culturalistas, seja pela procura de uma metodologia actualizada do projecto do espaço doméstico. As questões de Keil prendem-se com a identificação óbvia do défice real, grave e bem visível, de casas para grande parte da população e com um, eventual e não muito renovador, processo pragmático

---

<sup>319</sup> Voltaremos a este tema posteriormente e com mais detalhes no subcapítulo “5.6. A casa como objecto de investigação”. Ver: Maria Fernanda Gaspar Tavares, *Federações de Caixa de Previdência - Habitações Económicas. Um percurso na história da arquitectura da habitação em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura da Habitação. [Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa], 2003, pp. 75-77.

<sup>320</sup> Amaral, *O Problema da Habitação*, p. 38.

<sup>321</sup> Idem, *Ibidem*.

para o resolver. Quando fosse necessário configurar estes espaços domésticos e estes novos bairros, os arquitectos teriam o seu momento de glória, com um optimismo característico mas pouco consistente com as suas próprias intuições e ideias mais realistas. Tanto assim é que, dois anos depois, afirmará, a respeito das “Maleitas da arquitectura nacional”, que em Portugal os “arquitectos concluem os cursos insuficientemente munidos de conhecimentos técnicos, sem espírito de colaboração, sem espírito de investigação, sem o culto da Arquitectura, mas superabundantemente exercitados na arte de conseguir efeitos fáceis e sem profundidade, improvisar e apresentar projectos com muito «molho decorativo» e pouca verdade”<sup>322</sup>. A complexidade do projecto de habitação, pelas implicações óbvias que acarreta, necessitaria de algo mais do que um conjunto de profissionais sem espírito de investigação, hábeis no efeito fácil e de pouca verdade. Talvez tenha sido esta crítica contundente à classe profissional um dos retratos mais realistas que se poderiam efectuar à época. Também por isso, nestes tempos de mudança onde já se falava de investigação associada ao projecto, estariam para surgir em breve arquitectos capazes de um maior comprometimento intelectual e projectual.

A extensão daquilo que escreveu, dos quais os três livros anteriormente tratados são uma parte, tem tido uma elevada valorização e Keil tem sido considerado, inclusivamente, como o “único teórico da sua geração”<sup>323</sup>. Dados os conteúdos analisados, parece-nos que a grande virtude de Keil do Amaral é a sua agilidade com a palavra, que o aproxima de quem o lê, não tanto a proposta teórica que produz. Neste sentido, o seu papel foi de um verdadeiro divulgador da arquitectura e das suas questões. O défice de profundidade e de mundividência, face à reflexão sobre a arquitectura e às suas abordagens específicas da arquitectura doméstica e da arquitectura portuguesa, enquadra-se perfeitamente num modo de estar de outro valor que não a de uma teoria. A sua produção escrita não se cumpre como teoria por não se descolar da realidade, do conjunto factual que observa, e por não construir uma leitura que reconfigure essa realidade em análise. A falta de subjectividade presente em Keil do Amaral faz dele principalmente um divulgador e um pedagogo, pelos mesmos motivos que dificilmente o enquadram num teórico, transmite a realidade que observa sem nunca lhe construir uma nova dimensão através do seu olhar.

Raul Lino e Keil do Amaral surgem juntos pelo prazer e pela prática da escrita que, muitas vezes, num e noutro se debruça sobre a arquitectura, mas são consideravelmente distintos no que aportam ao contexto arquitectónico português. Ainda que separados por enquadramento temporais e históricos distintos, Raul Lino consegue fazer o salto e colocar-se no lado produtor de uma visão subjectiva do

---

<sup>322</sup> Francisco Keil do Amaral, “Maleitas da arquitectura nacional: A formação do arquitecto (1)”, *Arquitectura*, n.º 17-18, Jul.-Ago. 1947, p. 19. Afirmamos isto porque, pela leitura dos seus textos, não nos parece que Keil demonstrasse veia crítica negativa fácil, mas também, porque não esteve sozinho nesta análise tristonha das escolas de belas-artes portuguesas de então.

<sup>323</sup> Cf. Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997 (2.ª ed.) [1994], p. 27.

que são os assuntos a que se dedica. Quando estrutura um modo português de habitar, Lino ultrapassa as questões materiais e procura a construção de uma imagem possível para o fantasma que é o habitar nacional, parecendo-nos ser possível encontrar a procura de uma visão do mundo da arquitectura no seu contexto. O conjunto de virtudes sobre as quais Lino vai discorrendo delineiam o que poderá ser o conjunto de valores que se procura cumprir. Raul Lino foi pai de uma anti-pedagogia, com a divulgação de um imaginário que infantilizava os leitores e que esvaziou a possibilidade da leitura das suas ideias. Não sujeita a leituras efectivas, a sua construção intelectual sobre os valores do habitar português do início do século ficaram adormecidos em alguns dos seus livros. Num país de analfabetos, foram deste modo vivificadas e amplificadas as imagens; as palavras ficaram genericamente esquecidas.

Em Keil do Amaral o discurso é divulgador e pedagógico. É claro, empolgado e capaz de apaixonar os leitores pela Arquitectura. Os seus textos valem pelo afecto que transmitem e pela ponte que criam entre quem lê e os mistérios da arte da arquitectura. Pouco oferecem teoricamente aos projectistas seus contemporâneos enquanto procura de conhecimento e avanço desse mesmo conhecimento. Têm, no entanto, a grande virtude de terem sido lidos, porque para isso foram feitos e porque não se escudaram em perigosa e redutora parafernália de imagens apelativas, escapando ao traidor destino de manual ou livro de modelos.

### 3.2. UM TEXTO E UMA CASA DE FERNANDO TÁVORA

Em 1945 Fernando Távora (1923-2005) [fig. 1.77] publica, pela primeira vez, o texto “O problema da casa portuguesa”<sup>324</sup>. Dois anos depois volta a ser publicado, sujeito a alterações e ampliado<sup>325</sup>. Este trabalho terá, segundo o próprio autor, como contraponto projectual a sua “casa sobre o mar”<sup>326</sup>



fig. 1.77 – Fernando Távora, fotografia de José Manuel, 1993. Luiz Forjaz Trigueiros. *Fernando Távora*. Lisboa: Blau, 1993, p. 21.

<sup>324</sup> Fernando Távora, “O problema da casa portuguesa”, *Áleo*, n.º 9, Ano IV, Série IV, 10 Nov. 1945, p. 9.

<sup>325</sup> Idem, *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Tip. Imp. Libânio da Silva, 1947. A versão utilizada é esta última. Esta decisão prende-se com a maior proximidade cronológica com o projecto da “casa sobre o mar”, assim como com a revisão efectuada que lhe confere maior actualização. Destas sublinhamos a substituição parcial da expressão “casa portuguesa” por “Casa à Antiga Portuguesa”, num acompanhamento da própria expressão de Raul Lino, quando este se quer referir criticamente ao uso indevido dos supostos modelos (páginas 9 e 6, respectivamente).

<sup>326</sup> Trabalho nunca construído e realizado em 1950 para o Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA).



fig. 1.78 – Casa sobre o mar, 1950, alçado. Antonio Esposito; Giovanni Leoni, Fernando Távora. *Opera completa*. Milano: Electa, 2005, p. 94.

[fig. 1.78-1.81]. Neste texto, realizado ainda enquanto estudante de Arquitectura da Escola de Belas-Artes do Porto (EBAP), Távora dedica-se a abordar o tema do carácter da arquitectura portuguesa, numa posteriormente assumida resposta e “contida crítica” a Raul Lino, assim como também numa procura de uma “tentativa da sua ultrapassagem”<sup>327</sup>. Muito mais do que reflectir sobre a casa – o habitar – português como fizera Lino, o texto de Távora tenta responder à problemática superficial causada pelos texto de Lino, falando efectivamente do carácter da arquitectura portuguesa e não das questões relativas às características raulinianas do habitar. Ainda assim, pelo contraponto que representa face ao seu projecto de final de curso e ao próprio papel de Fernando Távora no contexto da produção arquitectónica portuguesa de meados do século XX, é relevante a leitura desta proposta.

Ainda adolescente, Távora tomara contacto com as *Casas Portuguesas*, pouco depois da sua publicação por Raul Lino. O exemplar em causa fora uma oferta do seu pai ao irmão mais velho e a oferta era justificada por ser um livro da autoria do “grande mestre”. Como aconteceu seguramente com muitos outros arquitectos, afirma Távora que desde o seu “despertar profissional a obra de Raul Lino [o] obceca”, passando muito rapidamente a ser “alguém que se situava do outro lado, uma espécie de anti-moderno”, mas mantendo-se sempre importante pela problemática lançada<sup>328</sup>.

Quando Fernando Távora escreve *O Problema da Casa Portuguesa*, demarca-se, objectivamente, do que vai sendo o uso de um “determinado número de motivos decorativos” como garante da

---

<sup>327</sup> Fernando Távora, “Prefácio” in Irene Ribeiro. *Raul Lino. Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 1994 (2.ª ed.) [1993], pp. 5-6.

<sup>328</sup> Idem, *Ibidem*, p. 5.



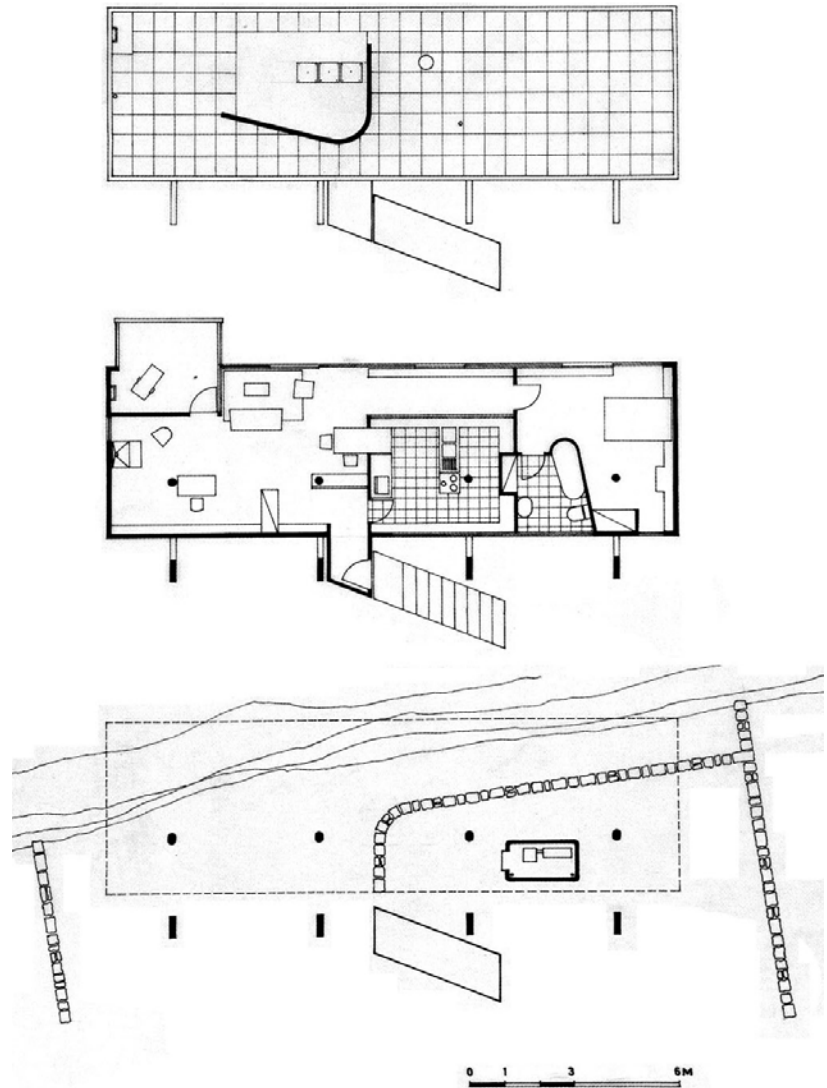


fig. 1.79, 1.80 e 1.81 – Casa sobre o mar, 1950, plantas da cobertura, piso principal e térreo. Antonio Esposito; Giovanni Leoni, *Fernando Távora. Opera completa*. Milano: Electa, 2005, p. 96.

produção de casas portuguesas<sup>329</sup>. A exigência de que as “casas de hoje terão de nascer de nós” coloca-se como afirmação inequívoca contra uma utilização pastiche de elementos decorativos de fácil propagação a que se assistia<sup>330</sup>. Face a uma realidade que, para Távora, é de um país onde “não se faz Arquitectura” e, inclusivamente, “não [se] pretende fazer Arquitectura”, o caminho implica avançar criando algo de novo, não pela novidade em si, mas pela “imperiosa determinação da vida”<sup>331</sup>.

Em Fernando Távora, como seguramente em muitos outros, a resposta ao universo proposto por Raul Lino resulta genericamente por uma oposição sentida entre noções de anterioridade e de modernidade. Muito do antagonismo encontrado prende-se, como já se referiu, não com uma leitura

<sup>329</sup> Távora, *O Problema da Casa Portuguesa*, p. 7.

<sup>330</sup> Idem, *Ibidem*, p. 9.

<sup>331</sup> Idem, *Ibidem*, p. 12.

do que Lino escreve mas com a imagética produzida e reproduzida obstinadamente pelo país fora. Com este projecto e este texto do arquitecto portuense percebe-se que não é através do modo escolhido por Lino, a palavra, que a mais consistente resposta é conseguida. Neste sentido, encontramos uma proposta teórica subjacente ao desenho da “casa sobre o mar” que se descola do texto e nos oferece um início de reflexão sobre o habitar mais promissor, no sentido defendido por Hanno-Walter Kruft de que os princípios teóricos não são necessariamente verbalizados<sup>332</sup>. Mais do que aquilo que escreve é o que desenha que nos faz compreender melhor que condição de habitar é defendida por Távora e que visão tem do que é a adequabilidade de determinada resposta arquitectónica ao seu tempo.

A “casa sobre o mar”, resposta projectual a esta ainda velada negação de um mestre que nunca reconhecerá como tal, é realizada para a foz do rio Douro e apresenta algumas características interessantes para a nossa investigação, sublinhadas pela já referida proximidade com o texto de 1947 e pelas aproximações de diferentes graus que concretizam. A sua configuração paralelepédica é quase perfeita, só animada pela parede curva existente no terraço, pela varanda projectada do piso principal e pelas peças estruturais e que elevam o volume do terreno. A casa é constituída em três níveis, sendo o intermédio o principal e onde se desenrolam todas as actividades domésticas da família [fig. 1.79-1.81].

Da leitura do interior da casa percebe-se que se destinaria a um único casal, com um quarto com casa de banho anexa, um amplo espaço social e um único espaço de serviços, a cozinha, que se abre pontualmente ligando-se à zona comum através de uma mesa complementada com passa-pratos. O habitar que se intui desta casa é, ao mesmo tempo, sintético e amplo. A simplificação da planta resulta na aposta na pouca fragmentação do espaço, restringindo esta mesma separação ao essencial – dormir, efectuar tarefas domésticas, higiene e as nuances das actividades de estar/comer – cujo programa esquelético e o número restrito dos futuros habitantes ajudam a tornar possível. A amplitude que referimos é observada na zona dita tradicionalmente de social, ainda que nesta casa, onde a única instalação sanitária disponível se encontra dentro do quarto, designações como “zona privada” ou “social” quase perdem o sentido.

Tudo é feito para cumprir as necessidades particulares do casal que habita a casa. Na sala de estar e de refeições o espaço amplo é enriquecido pelas diversas actividades e ambientes propostos que o desenho e colocação criteriosa de móveis ajuda a sugerir. Uma prática mesa de refeições diárias, com os seus dois assentos, liga-se pelo passa-pratos à cozinha, numa resposta que não é habitual para

---

<sup>332</sup> Hanno-Walter Kruft, *Historia de la Teoria de la Arquitectura. Desde la Antigüedad hasta el siglo XVIII*, 1.º vol. Madrid: Alianza Editorial, 1990, p. 13.

casas unifamiliares portuguesas deste momento e que só décadas mais tarde, no final do século, terá uma implementação relevante neste tipo de programa<sup>333</sup>. Num dos cantos aparece uma lareira, organizando uma eventual zona de estar e alimentando igualmente uma área de trabalho. Num outro canto, instala-se uma zona de leitura ou de estar, organizada em torno de uma pequena mesa. Fazendo a transição entre o interior e o exterior encontra-se a ampla varanda, metade dentro do volume organizador, metade fora e projectando-se sobre a paisagem. Esta soleira espessa completa toda a zona de estar, surgindo como uma ampla janela que rasga toda a fachada virada a Sul.

Apesar de no desenho do alçado principal surgir uma figura humana ocupando a cobertura plana, na verdade, a inexistência de um acesso retira este uso expectável de terraço. O jogo de vistas é franco e está racionalmente desenhado pelas janelas que rasgam a fachada e os espaços diversificados de uso misto – interior/exterior – restringe-se efectivamente à referida varanda que dá continuidade à sala. O espaço criado entre o volume da casa e o chão surge configurado através de três troços de muros de alvenaria de pedra à vista que enquadram, escondem e conferem, visto do mar, uma falsa noção de embasamento incompleto que contraria a elevação solta do volume. O maior interesse destes muros, assim como das pinturas das listas azuis e brancas oblíquas de algumas partes dos alçados, prende-se com a vontade expressa, já em 1947, de uma procura que visasse “atender aos dois elementos fundamentais, o Homem e a Terra”<sup>334</sup>. As pedras sobre as quais a casa assenta são transformadas em muros e o imaginário marítimo em algumas das pinturas que surgem nas fachadas. Adicionando a isto, a postura que a casa toma para ela própria – generosamente suspensa – dramatiza esta atitude de se encontrar a ver e a ser vista pelo mar, numa casa que se relaciona com a sua implantação costeira, colocando-se entre um promontório e um farol.

Dada a especificidade do habitar proposto nesta casa sobre o mar, podemos afirmar que Távora procura efectivamente responder à sua vontade escrita de as casas do seu tempo terem necessariamente que nascer dos Homens que habitam esse mesmo tempo. Só assim se poderiam, segundo ele, representar as necessidades e fazer emergir o projecto das condições estritas<sup>335</sup>. Neste sentido, esta casa sobre o mar cumpre o papel de um determinado casal para com a sua própria condição de habitar e o território específico escolhido. Estamos num registo que se fixa no seu próprio programa.

A sua libertação face a determinada tradição e, especificamente face à figura de Raul Lino, surge configurada efectivamente neste projecto mais do que no texto que surge a ele associado. Escolhendo

---

<sup>333</sup> Maria Rita Pais Ramos Abreu de Almeida, "Proximities between social and working areas in Portuguese domestic housing in the second half of the 20th Century". Apresentado em Living in the Past, The 6th Modern Interiors Research Centre Conference. Kingston University, Londres, Mai. 2009, s/p.

<sup>334</sup> Távora, *O Problema da Casa Portuguesa*, p. 10.

<sup>335</sup> Idem, *Ibidem*, p. 11.

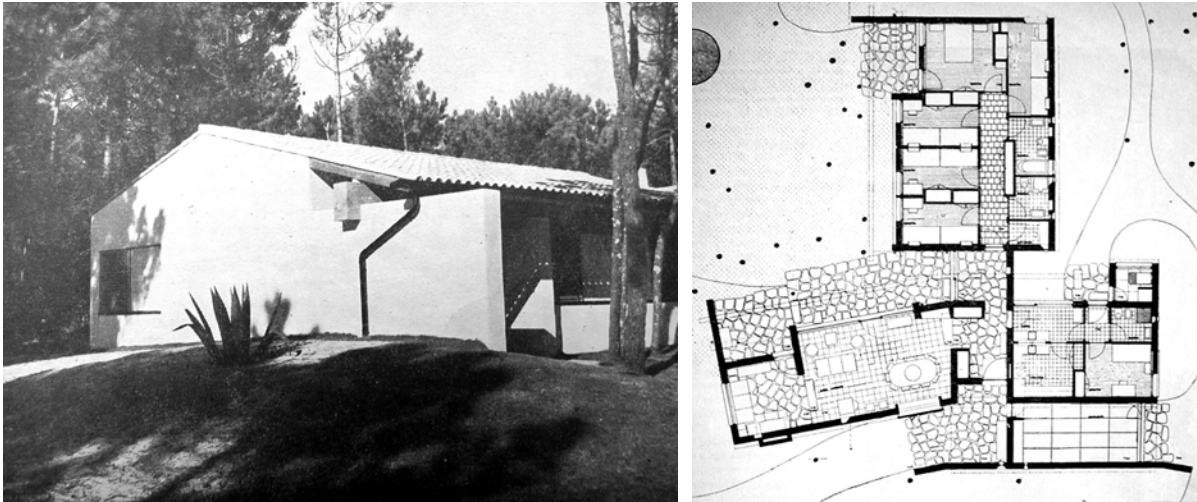


fig. 1.82 e 1.83 – Vista e planta, Casa em Ofir, 1957. Fernando Távora, "Casa em Ofir", *Arquitectura*, n.º 59, Jul. 1957, pp. 10 e 11.

um programa de habitação unifamiliar, numa continuidade com o objecto de amor e ódio de toda a discussão da casa portuguesa, este projecto para a obtenção do título de arquitecto pauta-se por uma descolagem completa face ao modelo reconhecível de família. Este pressuposto erradica complexidades de utilização, resultando em menos habitantes, necessidades e espaços diferenciados, mas também permite que a proposta arquitectónica se expresse mais objectivamente enquanto posicionamento crítico. O despojamento formal e espacial que Távora associa ao seu tempo, não corresponde de modo algum a uma simplicidade redutora, cruza-se com a sua interpretação do local de implantação e com um imaginário a ele associado que surge no diálogo que a casa estabelece com o sítio. A maturidade que Fernando Távora vai desenvolvendo permitirá outras soluções menos ingénuas, mas esta procura efectiva de cruzamento modernizante, actualizado e herdeiro do que é merecedor de ser utilizado permanecerá e é possível encontrá-lo, por exemplo, na Casa em Ofir, de 1957 [fig. 1.82-1.83]. Neste caso, com um aumento da complexidade do programa, que se destina a uma família burguesa de um casal e diversos filhos, considerando igualmente o espaço suficientemente autónomo para a criada interna, encontramos uma solução que o próprio Távora designa por uma tentativa de realização de um "verdadeiro composto". Nega a utilização do conceito vindo da química de "mistura" para defender a de "composto" de muito factores como, entre outros, as "construções com tónus muito próprio" da proximidade, o granito e o xisto, a mão de obra não especializada, a família a quem a casa se destina<sup>336</sup>. Na verdade, cumpre-se mais ainda esta aproximação à especificidade do projecto e assiste-se a uma libertação das adolescentes paixões abstractas, encontráveis na casa à beira Douro. Tal como em Raul Lino, a casa destina-se a satisfazer a situação única a que corresponde, e nas posições de ambos as referências à autóctonicidade são passíveis de serem encontradas face ao projecto. A proposta projectual de Távora é teorizadora de

<sup>336</sup> Fernando Távora, "Casa em Ofir", *Arquitectura*, n.º 59, Jul. 1957, p. 11.

uma aproximação à arquitectura que a quer preenchida das experiências complexas que só a compreensão da tradição, do lugar e das gentes pode conferir.

### 3.3. UMA INVESTIGAÇÃO À MARGEM DOS ARQUITECTOS: MANUEL VICENTE MOREIRA

O problema da falta de quantidade e qualidade dos fogos e as suas implicações

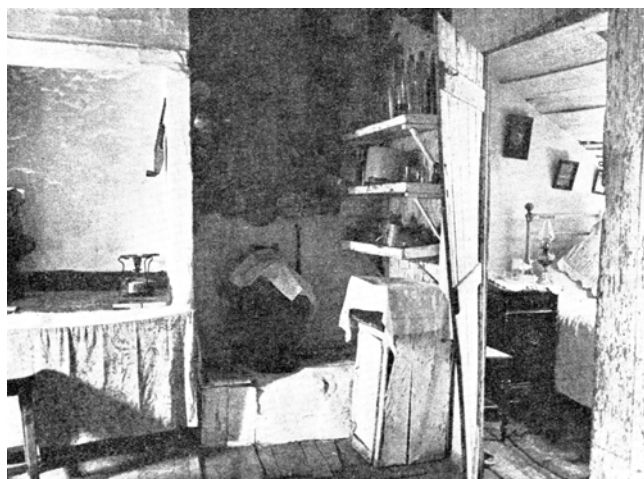


fig. 1.84 – Água furtada, situada no largo do Olival (Beato). Manuel Vicente Moreira, *Problemas da Habitação*. Lisboa: [s.n.], 1950, p. 41.

sociais gritantes comprometem os arquitectos que se vão relacionando com o tema na medida das suas possibilidades, capacidade e interesses, como um eixo determinado e orientado na reflexão sobre a arquitectura doméstica. Porém, o assunto não era somente tratado no contexto da Arquitectura. Em 1950, o médico “do operariado” Manuel Vicente Moreira (1898-1975) publica *Problemas da Habitação*, corolário de quase duas décadas de dedicação a questões de qualidade de vida e saúde pública, intimamente relacionadas com a realidade física habitada<sup>337</sup>. Neste trabalho é possível encontrar-se um estudo que se quer comprometido com o revelar da miséria vivida por muitos, mão esquecendo os valores de rigor e profundidade científica para observar e reflectir, perdendo porém a isenção sobre alguns temas que simpatias políticas enquadram. Partindo da análise de pouco mais de 400 habitações operárias lisboetas [fig. 1.84] o autor desenrola todo um enquadramento histórico e apresenta as consequências higiénicas, económicas e morais da habitação degradada. Posteriormente apoia-se em dados diversos, que vão desde a análise das propostas de resolução do problema a nível nacional, à legislação e à demografia, para construir um quadro mais alargado e lúcido da situação portuguesa. Avalia igualmente respostas estrangeiras – em diversos países europeus e nos Estados Unidos – e fecha com um conjunto de soluções, organizadas em quase 70 pontos. O livro é acompanhado por uma diversidade de fotografias, quadros e desenhos e, a encerrar, integra uma extensa bibliografia nacional e estrangeira que apoia a desejada profundidade do trabalho. O texto reflecte, igualmente, as diversas visitas internacionais efectuadas pelo autor [fig. 1.85], assim como a participação em diversos congressos internacionais, tanto médicos como especificamente sobre temas da habitação.

---

<sup>337</sup> Ver, por exemplo: Manuel Vicente Moreira, “Notas sôbre a habitação operária em Portugal: comunicação apresentada à Secção Social do Congresso Internacional da Tuberculose, em Setembro de 1937”, *Brotéria*, vol. XXV, n.º 4 [Separata], Outubro 1937. Idem, “O problema da habitação no estrangeiro”, *Brotéria*, vol. XXVII, [Separata], 1943 ou Idem, “Consequências da habitação”, *Jornal do Médico*, vol. V, Ano V, n.º 99, 16 Dez. 1944. Estes trabalhos vão contribuir para o volume publicado em 1950 e sobre o qual reflectimos.



fig. 1.85 – Bairro operário em Estocolmo. Manuel Vicente Moreira, *Problemas da Habitação*. Lisboa: [s.n.], 1950, p. 344.

Logo no início encontramos o reconhecimento da importância basililar conferida ao tema da habitação e que se entende por todo o livro. O médico considera inclusivamente que, junto com a alimentação e o vestuário, a habitação se constitui como parte da tríade fundamental da existência humana. A sua prática médica junto do operariado lisboeta permite-lhe um contacto privilegiado com o problema e, por isso, a relação entre as más condições das casas e a propensão para as doenças, assim como para a maior mortalidade, é apresentada como dado aceite e sustentado por diversos estudos, inclusivamente nacionais, onde esta relação se considera demonstrada<sup>338</sup>. O seu ponto de vista médico organiza todo o discurso a que uma vivência efectiva das situações confere uma aproximação humanista.

A par com a questão de saúde pública, a moral também é considerada de elevada importância. Apesar de defender que os problemas da imoralidade dos operários não se encontram estritamente dependentes dos metros quadrados em que habitam, afirma:

Os casebres contribuem para a falta de pudor, prostituição, nascimentos ilegítimos, desaparecimento do desejo de instrução e diminuição das aspirações nobres, atracção para fora da família (para a taberna ou clube), predispõem ao alcoolismo e à criminalidade.<sup>339</sup>

Para além destas, são reconhecíveis igualmente, segundo o autor, outras questões morais, ou mais propriamente políticas, a que o sistema político vigente é especialmente sensível. Segundo Moreira, o facto de o operariado se tornar revolucionário está parcialmente relacionado com as carências habitacionais, enquadrando o tema da habitação na esfera das expectativas proletárias, conjuntamente com as outras reclamações de qualificação vitais. Nesta importância conferida ao aburguesamento do operariado coloca-se – orgulhosamente – ao lado de Oliveira Salazar, na defesa

<sup>338</sup> Manuel Vicente Moreira, *Problemas da Habitação*. Lisboa: [s.n.], 1950, pp. 1, 159 e seguintes.

<sup>339</sup> Idem, *Ibidem*, p. 146.

dos pequenos proprietários que a política de constituição de casais rurais e urbanos, entre outras, significava. Quando reflecte directamente sobre as intenções de Salazar não hesita em defendê-lo com convicção e reconhece a inevitabilidade de o povo o reconhecer como “verdadeiro estadista de espírito social”<sup>340</sup> pela atenção que diz dedicar aos mais necessitados. Ainda assim, vinte anos depois da chegada de Oliveira Salazar ao poder, o retrato possível das condições de infra-habitação portuguesa ainda é pesado.

A questão do lucro inerente à habitação é questão premente e discutida no livro de Moreira, tal como o era no seio de outros que se dedicavam com mais ou menos atenção a este tema. Genericamente aceitava-se que, se o Estado controlasse parte dos processos, seria sobretudo para estimular e dar o exemplo aos privados e não com o objectivo de, isoladamente, resolver a totalidade do problema. Mas mesmo as questões estritas da propriedade e dos alugueres não são líquidas e o médico chega a referir posições antagónicas de alguns arquitectos que se dedicam a opinar sobre este factor. Porfírio Pardal Monteiro terá defendido, em 1944, no Congresso Luso-espanhol, acontecido em Madrid, que o universo do arrendamento urbano deve ser livre de quaisquer constrangimentos ou acções centrais de regulação. Por outro lado, numa atitude que o próprio Vicente Moreira perfilha, refere como Keil do Amaral defendia que a “propriedade deve ter função social” e as carências habitacionais das classes menos favorecidas não devem ser palco – através do criticado prédio de rendimento – de lucros elevados de uns e de desgaste da economia familiar de outros.<sup>341</sup>

A metodologia que defende para a correcta resolução do problema passa pelo uso, nas instituições dedicadas à realização das respostas, de profissionais de diversas áreas. Segundo Moreira, deste modo se combateriam o que designa por “daltonismos” naturais a cada uma das áreas de conhecimento e que reconhece tanto nos arquitectos como nos médicos, ao analisarem e responderem ao problema da habitação. Não avança no entanto com um esquema de suporte a esta interdisciplinaridade.

Sobre as questões da metodologia é interessante a pequena nota que dedica ao trabalho do alemão Ernest Neufert. Este autor realizara um inquérito alargado na cidade de Berlim tendo como alvo de observação a população de diferentes níveis sociais. Assim, o conhecimento das preferências e necessidades dos habitantes passam a ser conhecidos e podem, posteriormente, ser transformados na base do desenho de um programa de construções modelo. O que sensibilizara o médico terá sido este enfoque humano e científico sustentador do estudo, permitindo uma aproximação que era seguramente tida como mais ampla do que a habitualmente encontrada na aproximação projectual realizada pelos arquitectos<sup>342</sup>. A transposição deste tipo de estudos para a realidade portuguesa não é

---

<sup>340</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 147-148, IX e 384.

<sup>341</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 368-370.

<sup>342</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 349-151.

proposta por Vicente Moreira e a necessidade de o futuro morador se encontrar no espírito dos técnicos, defendida pelo mesmo, não é desenvolvida. Tão pouco é apresentado qualquer tipo de solução para o projecto de massa *versus* conhecimento das necessidades e aspirações dos inúmeros habitantes em carência.

### 3.3.1. PROBLEMAS DA CONSTRUÇÃO COLECTIVA

Um dos temas mais relevantes abordado por Vicente Moreira é o que opõe a construção de habitação em altura e colectiva à horizontal e unifamiliar. O tom lato que usa para analisar as respostas colectivas é em geral depreciativo e, mais uma vez num tema específico, perde alguma objectividade e até manipula aproximações ao problema. Para o médico, as casas projectadas segundo blocos ou grandes casas colectivas apresentam elevadas desvantagens. Destas salienta a privação de ar puro e outros défices de higiene, as temperaturas mais elevadas em tempo quente – devido à ausência do poder refrigerador da terra –, o baixo isolamento e os problemas de liberdade de movimentos que advém da última falha referida. Ainda importante, pelo problema moral – e político? – que representa, surge a relação entre as famílias que habitam um mesmo bloco. No espaço intermédio que se encontra entre o exterior do edifício e o interior dos fogos, surge um lugar excluído da efectiva submissão à vigilância da polícia, deixando a possibilidade de aí acontecerem comportamentos social e politicamente não aceitáveis. O que ainda pertence à esfera pública – a relação inter-familiar – é transposta para uma esfera reconhecida como sendo privada, ocupada, no entanto, por acontecimentos transitivos resultantes do seu carácter multi-privado. Esta mudança de cenário retira do olhar público e do seu consequente controlo algo que se torna, por isso, passível de conter e ser fonte de comportamentos transgressores. Outras justificações para a não preferência pelas habitações colectivas são obviamente exteriores à área de conhecimento de Moreira e por isso surgem num limbo de racionalidade que nem tenta explicar demasiado. Como exemplos, surgem a perigosidade inerente à proximidade da construção em altura e os campos de aviação ou a constituição geológica e o grau de sismicidade dos terrenos para implantar estas mesmas edificações.<sup>343</sup>

Relativamente às diferenças de custos que separam as soluções unifamiliares e colectivas começa por afirmar que “embora falte unanimidade na opinião dos técnicos admitamos, por momentos, ser menos dispendiosa a edificação de prédios multifamiliares”. Pouco depois, comparando dois exemplos construídos por uma mesma empresa na cidade do Porto, acaba por concluir que as habitações do bloco têm rendas mais elevadas do que as pequenas casas. Deste modo, aos olhos do médico Manuel Vicente Moreira, a forte e relevante justificação económica para a resolução da

---

<sup>343</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 172-173, 392 e 399.



quantidade de fogos em falta através de habitação colectiva perde igualmente relevância<sup>344</sup>. Ainda que finalizando com a ideia de que as soluções mistas são as mais acertadas por cumprirem objectivos materiais sem excluir completamente os objectivos morais e higiénicos, deixa uma provocação aos defensores dos “andares prateleira”: “é curioso observar que diversos críticos preferem para si justamente prédios deste tipo [unifamiliares] e advogam, para os outros, casas multifamiliares”<sup>345</sup>. Além das críticas à construção em altura que remetem para posições ideológicas, surge referida a ideia de que mesmo naqueles que habitam esses fogos anti-natura, por aparente opção ou imposição circunstancial, existe infraestruturalmente um desejo – inato? – de cada indivíduo ter para si e para a sua família uma tranquila e isolada casa, rodeada por um pedaço de terra e onde os valores são de arejamento e proximidade à terra se cumprem, numa óbvia inspiração ruralizante. Trata-se de uma crítica possivelmente acertada e que reflectirá uma nostalgia anti-urbana persistente, mas cuja análise ultrapassa esta investigação.

Na sua posição de conhecedor da situação no terreno assim como da actualidade internacional, Manuel Vicente Moreira trata inclusivamente um dos arquitectos mais icónicos do século XX e reflecte sobre as suas propostas de habitação em altura. A defesa por parte de Le Corbusier de que as soluções verticais na sua relação com a natureza podem ser identicamente vantajosas em relação às soluções horizontais é contraposta com justificações referidas em considerações de aplicação mais alargada e que extravasam, se não contornam mesmo, a estrita proposta do arquitecto franco-suíço. A pouca crença nos ascensores – caros e recorrentemente avariados, afirma –, o cansaço de subir e descer escadas em edifícios altos ou a alegada falta das benéficas emanações terrestres acima do segundo piso, são as oposições mais relevantes<sup>346</sup>. A complexidade proposta por Le Corbusier relativamente ao habitar colectivo não tem qualquer impacto e não chega a ser debatida. A construção em altura era bloqueio suficiente a qualquer reflexão mais científica sobre alteração e possível valorização de um determinado modo de habitar. Ainda que as soluções mistas sejam em alguns casos, como já se disse, defendidas pelo autor, está sempre presente uma propensão para as soluções horizontais e unifamiliares e não deixa de defender os arquitectos das lindas “casinhas” e de fazer uma sentida crítica aos seus detractores.

De qualquer modo, quando escolhe um caso de referência, pelas suas opções de distribuição, fá-lo com fogos de pequenas habitações colectivas da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa (CML) [fig. 1.86]. Segundo Moreira, o exemplo apresentado tem as funções da vida doméstica facilitadas pela poupança efectuada em espaços de circulação e a existência da sala comum como

---

<sup>344</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 395-398.

<sup>345</sup> Idem, *Ibidem*, p. 380.

<sup>346</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 392-393.

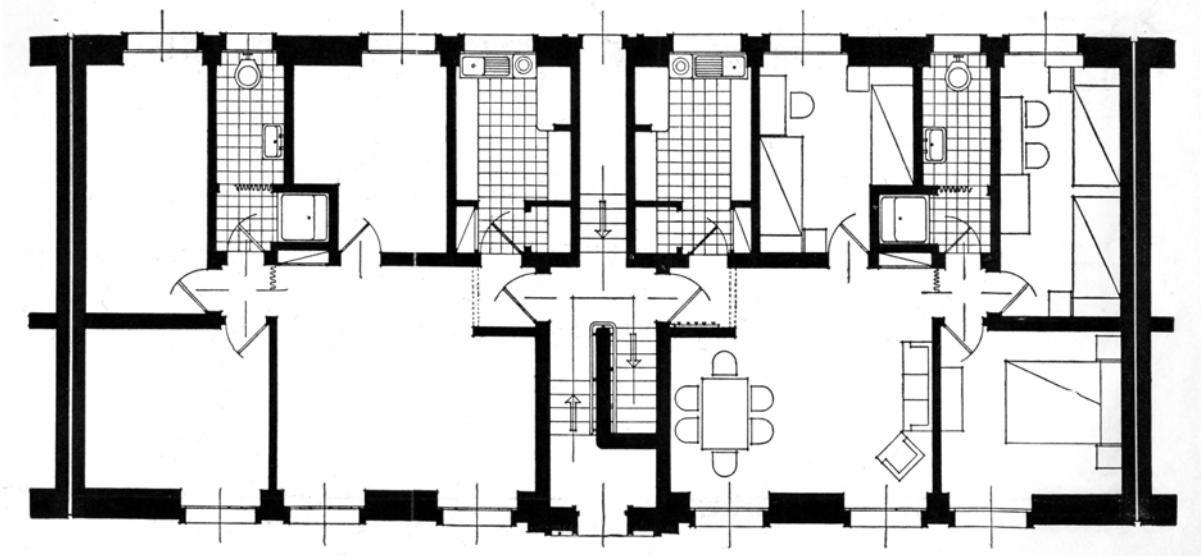


fig. 1.86 – Planta série I, tipo 3, piso térreo (C.M.L), Alvalade, Lisboa, 1945, Miguel Jacobetty. Manuel Vicente Moreira, *Problemas da Habitação*. Lisboa: [s.n.], 1950, p. 432bis.

receptor ordeiro dos nós de articulação entre espaços<sup>347</sup>. As questões de fragmentação destas zonas comuns são ultrapassadas com uma implícita colocação de uma faixa que funciona como corredor, perceptível pela colocação das portas e configurada pelo uso. Por outro lado, a aparente inexistência de zonamento entre as diferentes áreas é resolvida com a abertura indirecta dos quartos, instalação sanitária e cozinha para a sala. Os dois pequenos halls funcionam como parcimoniosos dispositivos de transição, marcando mais uma vez com economia de meios e área, tanto a passagem do exterior para o interior, como da sala para a maioria dos quartos e casa de banho.

A escolha deste exemplo, no meio de tantos também apresentados pelo livro fora, não deixa de assinalar a intuição arquitectónica do médico, face aos desenhos possíveis do habitar mínimo e económico. A necessidade de reduzir os percursos de quem realiza as tarefas domésticas, sem que os trajectos chave estejam sujeitos a intercepções, é tida como pedra fundamental para a concretização de um ambiente doméstico mais amigável<sup>348</sup>. Este exemplo da autoria do arquitecto Miguel Jacobetty (1901-1970) para o emergente bairro de Alvalade, em Lisboa, já fora publicado pela *Revista Municipal* e apresentado, pelo seu autor, no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura<sup>349</sup>. Pelo interesse que contém relativamente ao estudo racional do habitar a ele voltaremos<sup>350</sup>.

Este trabalho de Manuel Vicente Moreira tem para nós relevância, mesmo com o seu carácter de excepção no interior da reflexão sobre a habitação fora do meio arquitectónico. Ele representa um

<sup>347</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 381, 401 e 408.

<sup>348</sup> Idem, *Ibidem*, p. 433.

<sup>349</sup> s.a., "Grandes Problemas de Lisboa. A construção de Casas de Renda Económica. Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro", *Revista Municipal*, n.º 26, 3.º trimestre 1945, pp. 33-38 e Miguel Jacobetty, "Estudo de casas de renda económica [comunicação]" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 267-286.

<sup>350</sup> Ver subcapítulo "3.4.3. Relação privilegiada entre a habitação e a família".

contraponto efectivo ao modo de tratar a questão em causa pelos arquitectos e com interessantes pontos metodológicos, antecipando o que acontecerá na década seguinte, desta feita incluindo arquitectos e uma panóplia de outros técnicos. O universo da arquitectura doméstica encontra muitas aproximações e muitos interesses distintos – muitas vezes antagónicos – vindos de quem é parte interessada nesta produção. As preocupações sociais que encontramos em Keil do Amaral rapidamente se esgotam, tanto em análises superficiais como em respostas pouco aprofundadas e, por isso, padecem de alguma ingenuidade. O interesse de Fernando Távora na sua reflexão sobre a casa portuguesa centra-se na procura de uma linguagem formal actualizada sem que as questões do habitar se coloquem especialmente enquanto discurso crítico

sustentado pela palavra. A sua discussão sobre os valores de habitar surge pelas opções projectuais tomadas e relacionam-se igualmente com as questões sobre o carácter que envolverá essa aparente consequência óbvia de que uma casa reflecte um desejo transformado em programa. Uma e outra procura têm, como reflexão, uma considerável distância com o que veremos acontecer na década de 1960. Ainda assim, apresentam proximidade com posições mais ou menos generalizadas e que abordaremos relativamente ao Congresso.



fig. 1.87 – Capa. Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948.

### 3.4. O CONGRESSO DE 1948 E “O PROBLEMA PORTUGUÊS DA HABITAÇÃO”

Os apontamentos de associativismos informal que vão surgindo, principalmente em Lisboa e no Porto, durante a segunda parte da década de 1940, vão deixando intuir uma alteração no interior da classe profissional dos arquitectos<sup>351</sup>. O Congresso de 1948 é, neste contexto, uma possibilidade mais alargada de continuar discussões aparentemente relevantes [fig. 1.87]. Alguns autores sublinham a ausência de figuras de referência que, pelos seus percursos e estatuto, teriam coisas importantes a

---

<sup>351</sup> Referimo-nos especificamente aos grupos ICAT (Iniciativas Culturais Arte Técnica, Lisboa, 1946) e ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos, Porto, 1947) (Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, pp. 24 e 29). Sendo grupos transgeracionais vão permitir que trocas de ideias, experiências e expectativas surjam fora do Sindicato e das escolas de belas-artes.

dizer<sup>352</sup>. Excede o objectivo deste trabalho ampliar a leitura sobre o valor e significados dos arquitectos inscritos, participantes ou ausentes. A nossa atenção será fixada antes no que foi apresentado e sobre isso existem leituras a fazer que passam por quem escreveu e o que escreveu. Também assinalaremos aqueles que não apresentam, ao contrário do expectável, qualquer tipo de contribuição para as discussões propostas pelo Congresso.

De uma avaliação geral percebe-se que, por um lado, das quatro mulheres arquitectas inscritas nenhuma apresenta teses e a restante presença feminina, muito superior e na casa das quatro dezenas, estaria a acompanhar familiares<sup>353</sup>. Por outro lado, dada a já por si baixa participação geral legível pelo número total de contribuições, é mais significativo ainda o número de teses que alguns autores apresentam. O caso mais paradigmático é o de Porfírio Pardal Monteiro com quatro trabalhos, sendo que só um é apresentado no Tema II relativo à habitação. Se a participação de Pardal Monteiro corresponde a mais de 10% dos trabalhos, não deixa de ser igualmente significativo que os autores responsáveis por mais de um trabalho, seis deles, correspondam a quase metade das teses apresentadas<sup>354</sup>.

As conclusões finais e votos organizam-se em seis secções e dizem respeito a todo o Congresso, englobando portanto os dois temas colocados à discussão<sup>355</sup>. São construídos com troços das diversas comunicações apresentadas, num processo que é menos de fusão e mais de colagem. Um dos temas que se esperava suscitar grande interesse e algum empolgação, a “feição portuguesa” dos novos edifícios, surge com quatro pontos que genericamente reclamam o direito a uma “expressão plástica” que traduza os “ideais artísticos e as possibilidades técnicas dos nossos dias”, assim como a necessidade de correcção dos conceitos de regionalismo e tradição e a conseqüente paragem de consagração das “aldeias mais atrasadas e menos higiénicas”<sup>356</sup>.

O primeiro tema do Congresso deixaria antever acesa discussão à volta deste assunto, com a questão implícita da casa portuguesa no seio dos trabalhos, mas tal não é óbvio na leitura das conclusões gerais. Ainda assim, afirmações que defendem a “criação de uma Arquitectura Nacional e não os

---

<sup>352</sup> Moreira refere Paulino Montês, Norte Júnior, Luiz Benavente, Rogério de Azevedo, Vasco Regaleira e Raul Lino. Este último, apesar de colocado neste conjunto de arquitectos ausentes, é, de todos os referidos, o único cuja inscrição no congresso foi efectuada, com o número 191 (Moreira, *Problemas da Habitação*, p. 426 e Sindicato Nacional dos Arquitectos, *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*, p. XXI).

<sup>353</sup> As arquitectas inscritas são: Celeste Ribeiro (n. 1911), Maria Helena Guedes Vaz Sant’Ana, Maria Stela Guedes Vaz Sant’Ana e Maria José Marques da Silva (1914-1992).

<sup>354</sup> São eles: Porfírio Pardal Monteiro (4 teses), João Simões (3, duas das quais em co-autoria) e com 2 teses: Mário Bonito, José Ângelo Cottinelli Telmo, António Guilherme Matos Veloso, Arménio Losa e Luís José Oliveira Martins (1918-1997). Miguel Jacobetty apresenta uma tese e uma comunicação.

<sup>355</sup> Cada um dos temas tem um relator, responsável pelas conclusões parciais. As conclusões finais e gerais resultam destas duas, através de uma filtragem sobre elas efectuada.

<sup>356</sup> Sindicato Nacional dos Arquitectos, *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*, pp. LXII-LXIII.

plágios da Architectura universal”<sup>357</sup> são parte de textos apresentados, lado a lado com outras inequivocamente opostas. Relativamente ao “problema de uma arquitectura tradicional ou de feição nacional”, J. Pires Fernandes, responsável pela elaboração do relatório parcial das teses apresentadas ao primeiro tema, não deixa de colocar as duas posições opostas em presença, através de diversos pontos defendidos pelas diferentes comunicações e este antagonismo não poderia ser mais claro. Por um lado, uma maioria de arquitectos define-se contra a imitação de elementos do passado, exigindo o direito que têm a projectar obras que fogem ao consagrado como português. Também lhes parece relevante a exigência de que os projectistas destas obras não as vejam ser tomadas como representativas de “alheamento da sua personalidade profissional e, o que é pior, da sua nacionalidade”. Por outro, é defendida a criação de uma “Arquitectura Nacional” que se relacione com os materiais, fazendo depender de necessários “estudos apurados” a definição de um “estilo” que se enquadre no meio. Também é chamada a atenção para o perigo da monotonia que resulta da estandardização e do desprestígio profissional que implica o abuso da arquitectura funcional.<sup>358</sup>

Os quatro pontos que, no primeiro resumo parcial, dizem respeito à defesa de uma certa arquitectura nacional são retiradas em exclusivo da tese de Mário de Oliveira (1915-?). Na verdade, este é o único texto apresentado que se demarca de internacionalizações e modernizações da arquitectura e apela sem equívocos a que se faça em Portugal uma arquitectura dita nacional. Isso significa, no caso presente, uma oposição ao funcionalismo e uma defesa da “beleza nascida das qualidades formais”. A avaliação que faz da arquitectura que lhe é contemporânea, “essa arquitectura cor-de-rosa”, é a de uma produção monótona e onde o materialismo se sobrepõe à cultura<sup>359</sup>. Tal como nos restantes artigos apresentados a este Congresso, o tema da casa portuguesa nunca surge assim designado mas antes num contexto marcado pela discussão da eventual feição nacional da arquitectura portuguesa. Este jogo de veladas visibilidades permite que, por exemplo, aquando da publicação das conclusões e votos finais na revista *Arquitectura*, o tema da feição portuguesa venha a estar completamente purgado e transmita uma unidade mais vincada e afirmativa de uma oposição ao que detrás chegava<sup>360</sup>. Um desconforto generalizado sentido pela maioria dos arquitectos presentes face a esta posição, associada à sua óbvia minoria – uma proposta, em vinte e cinco, – conseguem fazer enfatizar o papel residual representado por Mário de Oliveira e daquilo que o mesmo defendera.

---

<sup>357</sup> Mário de Oliveira, "A arquitectura no plano nacional" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 32.

<sup>358</sup> Inácio Peres Fernandes, "Relatório das teses apresentadas ao tema I - A arquitectura no plano nacional" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 183.

<sup>359</sup> Oliveira, "A arquitectura no plano nacional", pp. 24-32.

<sup>360</sup> s.a., "1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Conclusões e votos", *Arquitectura*, n.º 29, Ano XXII, 2.ª série, Fev.-Mar. 1949, pp. 2-7.

Nos vinte e cinco textos apresentados no primeiro tema, menos de metade trata de modo implícito ou explícito a relação com a tradição e com a suposta vontade do Regime – através dos seus órgãos – tentar controlar os arquitectos, no sentido de uma produção de algum modo identificada como nacional. Teses que se referem a temas mais específicos como o da formação dos arquitectos ou a necessidade de revisão da tabela de honorários passam ao lado do tema do carácter português na arquitectura e cingem-se aos seus objectivos estritos. Estamos em crer que os arquitectos cuja posição coincidia com a de Mário de Oliveira sabiam que a discussão pública desta sua convicção era quase garantidamente indefensável, dados os novos ventos que se começavam consolidar no seio da arquitectura nacional. Em 1948, a questão da casa portuguesa estava de modo objectivo ultrapassada e as convicções nessa via guardavam-se preferencialmente fora dos espaços de discussão pública.

Neste encontro que, como referiu Nuno Portas, não foi especialmente esclarecedor ou clarificador de posições e onde alguns dos presentes mais conhecidos e reconhecidos permaneciam ancorados a uma prática arquitectónica equívoca<sup>361</sup>, a discussão que se poderia esperar sobre o carácter arquitectónico foi ténue e discreta, não elucidando genericamente posições teóricas consistentes em qualquer das defesas possíveis. Nos diversos artigos apresentados, a revisão histórica, mais ou menos universal, e os valores materiais e culturais específicos podem servir tanto para apoiar a posição de continuidade com as referências, cada dia formalmente mais esgotadas, da casa portuguesa, como podem servir igualmente aos seus opositores.

De qualquer modo, os silêncios, as meias-palavras e os discretos cortes que se assistem na passagem dos resumos temáticos para as conclusões finais, tornam difícil reconhecer neste momento a capacidade de assumir uma ruptura efectiva e clara<sup>362</sup>. Assiste-se, antes, ao continuar de um processo de afastamento que já se anunciara mas que sempre se pautara por um deixar acontecer mais do que por uma consciência e uma opção clara face às soluções de habitar que Raul Lino defendera anteriormente e que se propagara como uma ideia difusa. Se quase ninguém o lera, poucos o podia rejeitar consistente e conscientemente.

#### 3.4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO E DEFINIÇÃO DE CAMINHOS

Também ao redor do Tema II, dedicado à habitação, os silêncios e as ausências são relevantes e as suas únicas dez teses são reflexo de falta de interesse na sua discussão visto, por possibilidade, como menos premente do que o primeiro tema. Alguns dos arquitectos que já haviam preocupado com este

---

<sup>361</sup> Portas, "A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação", p. 733.

<sup>362</sup> Ao contrário do defendido por Ana Vaz Milheiro, não nos parece que saia inviabilizado o "ideal que tinha presidido à «casa portuguesa»", antes se encontrava já num paulatino caminho de vaporização (Cf. Ana Vaz Milheiro, "Entre o "português suave" e o modernismo", *Jornal Arquitectos*, n.º 186, Set. 1998, p. 43).

tema e/ou que se dedicavam ao projecto de arquitectura doméstica regularmente deixam a assembleia sem as suas posições. Fernando Távora embora inscrito não propõe qualquer tese e Keil do Amaral, apesar da sua diversificada produção de artigos, apresenta um único documento à discussão e escolhe o tema da preparação académica dos arquitectos portugueses nas escolas de Belas-Artes como mote. O trabalho de Keil do Amaral é o desenvolvimento do texto com o mesmo título, "A formação do arquitecto", que já publicara em 1947 na revista *Arquitectura*<sup>363</sup>.

No caso d'*A arquitectura no plano nacional* é possível encontrar na discussão do carácter da arquitectura portuguesa uma discreta dissonância de posições mais do que de argumentos. Nos restantes problemas tratados – ensino, urbanismo, legislação, etc. – esta variação de posições dissolve-se ainda mais e os pontos de vista apresentados são consonantes. No segundo tema de trabalho, *O problema português da habitação*, é salientado pelo relator Sérgio de Andrade Gomes a "unanimidade de pontos de vista e aspirações"<sup>364</sup>, da qual resulta a fixação das conclusões em quase trinta pontos.

O conjunto de teses apresentadas para discussão do problema da habitação é constituído, como já se disse, por nove teses e uma comunicação. Também é distribuído durante o Congresso um manifesto português – "Opiniões que entram pela porta de serviço por chegarem atrasadas" – de autoria múltipla a que voltaremos posteriormente e que, apesar das preocupações genéricas, se fixa mais atentamente nas questões da habitação. As co-autorias fazem com que, na totalidade, o tema dedicado à habitação conte com doze autores, cerca de metade dos que se interessam pelo Tema I, sendo que três se encontram presentes em ambos: António Matos Veloso, João Simões e Porfírio Pardal Monteiro. O primeiro destes autores, Matos Veloso (1923), é um dos mais novos a empenhar-se na reflexão sobre a habitação. O seu trabalho apresentado no primeiro tema, sobre os regulamentos e o seu reflexo nas soluções modernas, virá posteriormente a ser publicada na revista *Arquitectura*<sup>365</sup>. O seu outro artigo, "Habitação rural e urbanismo", é único a tratar em exclusividade o tema da arquitectura doméstica fora dos núcleos urbanos e apresenta uma hierarquia de valores claros, que propõe a qualificação do território em dois níveis: um de primeiro nível – a cidade – e outro de segundo nível – o campo. No confronto cidade/campo, Matos Veloso esclarece que "não é a cidade que é preciso ruralizar, baixando o seu nível de civilização, mas sim o campo que é preciso

---

<sup>363</sup> Francisco Keil do Amaral, "A formação do arquitecto" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 74-79 e Amaral, "Maleitas da arquitectura nacional: A formação do arquitecto (1)", pp. 18-20.

<sup>364</sup> Sérgio de Andrade Gomes, "Relatório das teses apresentadas sobre o tema II (O problema português da habitação)" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 288.

<sup>365</sup> António G. Matos Veloso, "Os regulamentos da construção urbana e a sua repercussão nas soluções modernas. Tese apresentada no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura", *Arquitectura. Revista de arte e construção*, n.º 30, 2.ª série, Abr.-Mai. 1949 [1948], pp. 2-3.

urbanizar, civilizar, mecanizar, salvaguardando o que há de mais precioso na sua antiga cultura”<sup>366</sup>. Ainda que não chegando a explicar como se consegue esta salvaguarda dos valores mais preciosos ou até quais são estes valores, não restam dúvidas ao autor sobre as novidades técnicas e estéticas a serem levadas pelos arquitectos à habitação rural e aos seus conjuntos<sup>367</sup>.

Esta ideia de uma urbanidade optimista, regeneradora e progressista pode ser encontrada noutros textos que se dedicam à análise e proposta de soluções. A percepção de que novos tempos se avizinham aparece suportada pela confiança depositada nas “conquistas da ciência, a par do desenvolvimento das técnicas” que se constituiriam como base de um novo humanismo. A este corresponderia uma nova arquitectura colocada ao serviço do Homem<sup>368</sup>. Se António Lobão Vital faz uma leitura do caminho a seguir sustentado pelo dito inequívoco valor da máquina e da evolução da ciência, ambas ao serviço do Homem, Alfredo Viana de Lima (1913-1991) vai mais longe e acrescenta que a batalha que os arquitectos devem travar se prende com a criação de uma nova habitação, sendo que esta deve representar o “espírito da segunda era da Civilização Maquinista, onde se facilite o repouso dos gestos e dos movimentos, onde cada um tenha o seu canto, onde haja intimidade, simplicidade e beleza”<sup>369</sup>. Lidas estas teses reconhece-se um sentido universalista e um desejo de industrialização que, como resultado, propõe o aumento do grau de civilidade evidente e, com igual relevância, uma ruptura face ao que era a situação dramática de infra-habitação no território português.

Esta crença no papel da modernização da indústria da construção surge transversalmente a diversas propostas. De certo modo, percebe-se que as aspirações ancestrais dos arquitectos – a obtenção da perfeição e do seu cumprimento enquanto artistas – podem ser, à época, obtidas através desta nova arma. Se Matos Veloso defende que a “standardização da construção contribui para a perfeição da mesma”<sup>370</sup> o veterano Jorge Segurado (1898-1990), por outro lado, reflecte sobre a realidade da profissão de arquitecto e reclama o aumento da industrialização da construção como modo de o arquitecto sentir o “prazer de ser artista e de evidenciar em prática útil a sua apurada sensibilidade”<sup>371</sup>,

---

<sup>366</sup> António Guilherme Matos Veloso, "Habitação rural e urbanismo" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 194.

<sup>367</sup> Idem, *Ibidem*, p. 195.

<sup>368</sup> António Lobão Vital, "A casa, o homem e a arquitectura" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 198-199.

<sup>369</sup> Viana de Lima, "O problema português da habitação" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 215.

<sup>370</sup> Veloso, "Habitação rural e urbanismo", p. 195.

<sup>371</sup> Jorge Segurado, "A solução vertical na habitação colectiva e os aposentamentos" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 231.



num óbvio regresso a uma origem artística já envolta em incertezas e incapaz, só por si, de ser a solução da identidade da profissão.

A Arquitectura é colocada na dependência da Máquina, como enuncia dramaticamente Arménio Losa (1908-1988), já que o aumento da escala da produção, assim como os novos temas dependem e exigem a utilização de novos materiais e técnicas e, segundo o autor, só com esta opção se poderá diminuir ou resolver o problema do défice de habitação. Refere ainda o elevado atraso a que o edifício de habitação tem estado sujeito e como este “está longe de alcançar o grau de perfeição, de exactidão, de eficiência, de conforto, de harmonia e mesmo de beleza, que hoje possuem os automóveis, os aviões, a carruagem de caminho de ferro e a grande maioria dos produtos da indústria”<sup>372</sup>. A casa e o seu conteúdo são chamados a actualizar-se como já haviam feito outros objectos culturalmente relevantes, principalmente no universo dos transportes, cujos desenvolvimentos transformaram profundamente a cultura material do século XX. Neste sentido encontramos uma aproximação progressista a defesas processuais ancoradas na casa como objecto-máquina no seguimento do defendido por Le Corbusier.

Como já se referiu, as “Opiniões que entram pela porta de serviço por chegarem atrasadas”, da autoria de um grupo de arquitectos do Porto, surgem paralelamente à elaboração das actas não sendo por isso nelas consideradas. Estruturado em formato de manifesto apresenta e pensando na futura construção de cinco mil casas de renda económica para aquela cidade apresenta o receio de que surjam “as falsas soluções modernas, a indiferença pela investigação e as novas tentativas, a solução-carimbo, a solução arcaica” como resposta<sup>373</sup>. Interessa sublinhar que cinco destes autores – Mário Bonito, Matos Veloso, Arménio Losa, Viana de Lima e António Lobão Vital – têm colaborações individuais com teses que apresentam à discussão sobre a habitação. Tal como a comunicação de Miguel Jacobetty, ainda que com um formato muito distinto, configura uma relação com os trabalhos do Congresso que se quer interventiva e energética, provocadora e panfletária.

#### 3.4.2. A UNANIMIDADE À VOLTA DA HABITAÇÃO COLECTIVA

Na defesa da construção em altura, muitas vezes se levantam neste segundo tema do Congresso. Este é, de longe, o ponto mais tratado nas teses, aparecendo referido em sete de nove. Mais uma vez, quando é referida a preferência intuída dos futuros habitantes, a opção de casas isoladas e unifamiliares é apresentada como a mais natural a ser escolhida, sendo esta o desejo quase impossível,

---

<sup>372</sup> Arménio Losa, "Indústria e construção" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 264-265.

<sup>373</sup> A. Azevedo Leone *et al.*, "Opiniões que entram pela porta de serviço por chegarem atrasadas" in Sindicato dos Arquitectos Portugueses; Ordem dos Arquitectos; Ana Tostões, *et al.* *1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 1948 (2.ª ed.) [Porto, 1948], pp. 1-22.

o “verdadeiro sonho que só os privilegiados de sorte conseguem realizar!”. Miguel Jacobetty descarta esta possibilidade tanto pelas razões económicas óbvias como por considerar que esta opção provocaria um parcelamento excessivo e inoperativo do território<sup>374</sup>. As soluções em extensão como resposta para o crescimento das cidades não apresentam muitos defensores.

Se diversos consideram que a “casa colectiva é a solução que melhor corresponde às múltiplas necessidades da população”<sup>375</sup>, só alguns apresentam esquemas efectivos, de detalhe variável e com estrutura alegadamente aplicável à realidade portuguesa. João Simões propõe, em conjunto com os jovens José Huertas Lobo e Francisco Castro Rodrigues, que sejam revistos os programas, com o objectivo de cumprir o conforto, a higiene e a salubridade necessários à vida humana e considera que a economia das construções aponta para edifícios de 4 a 12 pisos. Estes números são suportados, segundo estes arquitectos, por estudos realizados respectivamente por ingleses e brasileiros. Relativamente à dimensão dos fogos, as ditas condições mínimas reclamadas fixam-se com a condenação definitiva dos “tipos já clássicos dos 50 m<sup>2</sup> e menos”<sup>376</sup>. Não hesitam em distanciar-se deste limite e defendem a inequívoca e generalizada abolição desta referência que consideram negativa e inevitavelmente insalubre.

#### VIANA DE LIMA E A UNIDADE DE HABITAÇÃO

No caso de Alfredo Viana de Lima, a proposta do seu “centro habitacional” ou cidade jardim vertical é caracterizada por uma construção em altura que albergasse 1000 pessoas, correspondendo a um “bairro de 250 habitações individuais” e cujas características coincidiriam explicitamente com as da «Cidade Radiosa». Em paralelo com esta aparente desnaturalização do ambiente doméstico em resultado da elevada ocupação proposta para um único bloco de habitações, surge a defesa de aproximação à natureza, ao ar e à luz. Segundo o arquitecto, estes seriam os “elementos essenciais para a geração contemporânea dos Arquitectos, aos quais incumbe a missão de saber interpretar sinceramente e sem artifícios, a beleza que para tal nos oferece a natureza”<sup>377</sup>. Viana de Lima defende o sentido de equilíbrio entre a massificação da habitação em altura e a proximidade com uma envolvente qualificada e capaz de promover o contacto com a natureza.

---

<sup>374</sup> Miguel Jacobetty, “A racionalização na habitação e na urbanização” in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 225.

<sup>375</sup> Vital, “A casa, o homem e a arquitectura”, p. 205.

<sup>376</sup> João Simões; José Huertas Lobo; Francisco Castro Rodrigues, “O alojamento colectivo” in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 241.

<sup>377</sup> Lima, “O problema português da habitação”, pp. 216-219.

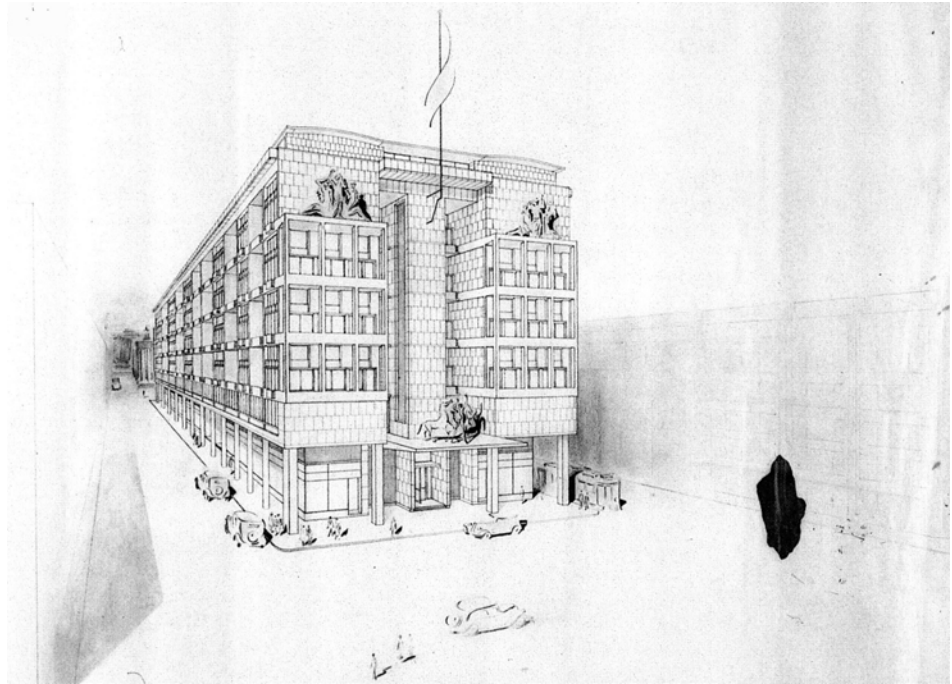


fig. 1.88 – Perspectiva, Bloco Sá da Bandeira, Porto, 1943, Alfredo Viana de Lima. Amândio Fernandes Secca; Pedro Vieira de Almeida (coord.), *Viana de Lima. Arquitecto: 1913-1991*. Lisboa: FCG; Árvore – Centro de Actividades Artísticas, 1996, p. 114.

As referências directas ou indirectas a Le Corbusier são múltiplas e com uma presença significativa. Este dado revela, por parte dos arquitectos portugueses, um conhecimento sobre os trabalhos do arquitecto franco-suíço mas também uma especial sensibilidade aos universos de arquitectura doméstica por ele propostos. Apesar de, em Portugal, a publicação das Unidades de Habitação só ocorreu em 1953 com o bloco de Marselha<sup>378</sup>, o conhecimento dos trabalhos deste arquitecto eram anteriores e circulavam livros e revistas estrangeiros de e sobre as suas obras<sup>379</sup>. Nesta relação próxima e de interesse, o caso de Viana de Lima é eventualmente o mais paradigmático. É considerado, por Pedro Vieira de Almeida, como sendo, no contexto nacional, o “arquitecto que mais directamente remete para uma influência le-Corbusiana” e com reflexos que vão das opções formais adoptadas às referências explícitas nos seus diversos textos<sup>380</sup>. Logo em 1940, na memória descritiva do seu CODA, cita do mestre a sua definição de arquitectura como “jogo sábio dos volumes batidos pela luz”<sup>381</sup> e no seu primeiro projecto de habitação colectiva, o Bloco Sá da Bandeira no Porto [fig. 1.88], de 1943, que nunca veio a ser construído, é possível encontrar relações directas com as propostas de Le Corbusier.

<sup>378</sup> Le Corbusier, “A Unidade de Habitação de Marselha”, *Arquitectura*, n.º 50-51, Nov. 1953 e posteriormente Idem, “A Unidade de Habitação [Berlim]”, *Binário*, n.º 37, Out. 1961, pp. 595-596.

<sup>379</sup> A chegada de publicações e, inclusivamente, as viagens realizadas permitiam um contacto efectivo com as produções modernas. A título de exemplo, consulte-se a pequena parte da biblioteca pessoal de Nuno Teotónio Pereira na Biblioteca da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos Portugueses.

<sup>380</sup> Pedro Vieira de Almeida, “Viana de Lima” in Amândio Fernandes Secca; Pedro Vieira de Almeida. *Viana de Lima. Arquitecto: 1913-1991*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Árvore - Centro de Actividades Artísticas, 1996, p. 54.

<sup>381</sup> Amândio Fernandes Secca; Pedro Vieira de Almeida (ed.), *Viana de Lima. Arquitecto: 1913-1991*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Árvore - Centro de Actividades Artísticas, 1996, p. 37.

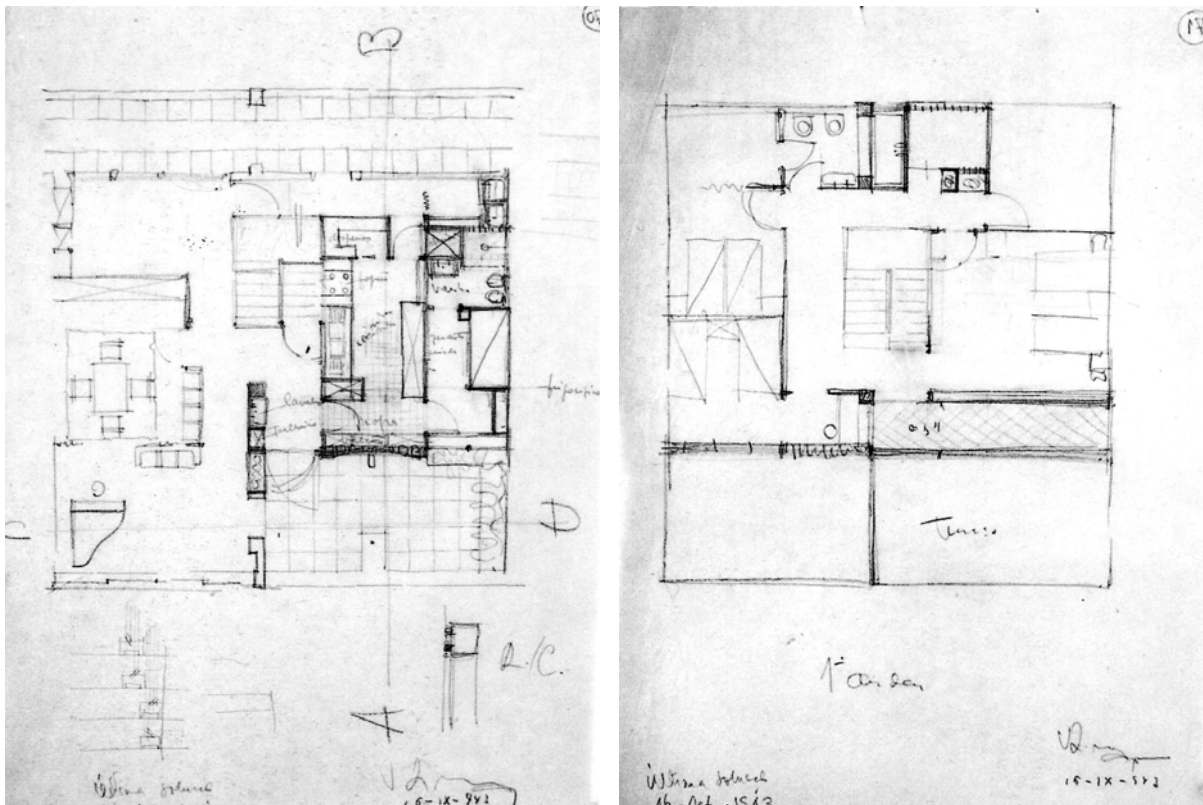


fig. 1.89 e 1.90 – Duplex, R/C e 1.º andar, Bloco Sá da Bandeira, Porto, 1943, Alfredo Viana de Lima, não construído. Amândio Fernandes Secca; Pedro Vieira de Almeida (coord.), *Viana de Lima. Arquitecto: 1913-1991*. Lisboa: FCG; Árvore – Centro de Atividades Artísticas, 1996, p. 117.

Este edifício deveria ocupar na íntegra um quarteirão tradicional da cidade. Viana de Lima propõe dois blocos paralelos ao eixo longitudinal da implantação que se relacionam, nos extremos, através dos dois núcleos de circulação vertical. Interiormente, os fogos desenhados em duplex eram acedidos por uma galeria interior, que desenhava o perímetro interno do quarteirão, definindo uma fachada com alternância entre o cheio, da parede do piso de quartos, e o vazio, das referidas galerias. As habitações têm, no seu nível de acesso, as zonas comum e de serviços. Com uma tipologia destinada a famílias de classe média-alta contemplam quarto de criada com casa de banho e copa para além da cozinha, despensa e lavagens. A área de uso comum e social é caracterizada pela continuidade entre os espaços – comer e estar – que a proximidade com o terraço de dupla altura valoriza [fig. 1.89]. A zona de dormir, no piso superior, é mais convencional, apresentando um corredor em U que serve os quartos e a casa de banho. Do quarto principal e do corredor tem-se acesso a uma varanda que se debruça sobre o terraço do fogo, criando um grau distinto de complexidade que Le Corbusier rejeitara nas soluções das unidades de habitação. Uma relação cultural forte com as varandas faz com que a proposta incluía uma varanda dentro de outra, retirando o piso superior de um maior enclausuramento mas diminuindo a limpeza volumétrica do espaço vazado [fig. 1.90].

No que as condicionantes permitiam, o Bloco Sá da Bandeira constrói um diálogo interessante e possível com a sua filiação próxima, as unidades de habitação corbusianas. O contexto urbano

tradicional em que se insere e as características culturais e de encomenda não permitiram, seguramente, uma maior aproximação ao tipo de referência. A não construção do bloco sublinha esta a dificuldade de concretização. Dificilmente se conseguiria uma colectivização de determinadas actividades domésticas ou de lazer superiores ao que Viana de Lima apresenta. Entre a cidade e o país, por um lado, e o edifício, por outro, joga-se alguma timidez do último, que resulta do tradicionalismo dos primeiros. Ainda assim, o edifício proposto por Viana de Lima contraria a subordinação da funcionalidade à urbanidade, conseguindo equilibrar ambas e onde a habitação é investida tanto como o jogo que o edifício concretiza na malha urbana, considerando o que se pode identificar com uma prática portuense predominante até aos anos 1960<sup>382</sup>.

Se a proposta de Viana de Lima ao Congresso é uma visão genérica comprometida e sustentada por um enquadramento teórico específico que lhe chega via Le Corbusier, outras propostas igualmente estruturadas reflectem conceitos e teses de certo modo diferenciadas. Nesse sentido encontramos outras duas teses que nos parecem merecedoras de atenção neste contexto de reflexão sobre a arquitectura doméstica colectiva em altura, assim como algumas das implicações ao nível da célula do fogo. Por um lado, a proposta do veterano Jorge Segurado (1898-1990) e a sua reflexão sobre a arquitectura doméstica colectiva, por outro, o texto dos jovens Nuno Teotónio Pereira (1922) e M. Costa Martins (1922-1996) dedicado ao tema da habitação económica.

#### JORGE SEGURADO E OS APOSENTAMENTOS

O arquitecto Jorge Segurado já apontara claramente para as suas preocupações no título da comunicação: as soluções verticais para a habitação colectiva e os *apostamentos*. Começaremos por este último ponto que se refere à procura de uma designação adequada para este *novo* tipo de habitação que se encontra em vias de proliferação. A proposta – *apostamentos* – surge do interior dos dicionários e do tempo para se contrapor às palavras que chegavam a Portugal pela via do francês e do inglês – *apartment* e *apartment*. A proposta não vingou mas a tentativa de reutilização de uma palavra caída em desuso e com um conteúdo adaptável é um bom exemplo de como a questão da habitação colectiva era ainda vista como uma questão nova, sendo que para uma questão nova e para um novo conceito era natural a necessidade de uma palavra nova, ou, como neste caso a reutilização de uma palavra antiga e esquecida. Posteriormente Segurado preocupa-se com a definição deste conceito que, aplicando-se a um novo tipo de casa, representa um novo tipo de vida familiar. Na sua tese, o arquitecto defende que o apostamento é uma “habitação reduzida onde a vida se faz

---

<sup>382</sup> “É uma conclusão que existe no Porto, até à década de 60, uma noção de urbanidade que subordinava a da funcionalidade. Esta noção era claramente racional e objectiva, como são supostas ser as que se reclamam funcionais, e privilegiava a cidade em relação à habitação, a sociedade em relação ao indivíduo. (...)” (Fernandes, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade*, p. 367).

facilmente, poupando a energia humana e eléctrica". Este conjunto de compartimentos de área "necessária e suficiente" é porém garante de uma vida vivida com "higiene, comodidade, bom-gosto e economia", aparentemente sem excessos de divisões e em perfeita sintonia com a família que a habita. Desta adequação chega aquilo que o autor reclama como necessário, ou seja, um alojamento prático – a grande vantagem identificada –, e que se pode destinar a um leque alargado de estruturas familiares: "indivíduo solitário, o casal sem filhos ou uma família que os tenha". Esta resposta esquelética, família a família, é compensada, segundo o autor, pelos serviços complementares que um "sistema organizado socialmente num mesmo imóvel cidadão" permitiria<sup>383</sup>. Mais uma vez surgem, ainda que veladas, as referências eventuais às unidades de habitação corbusianas.

Quanto à estruturação das soluções verticais em altura, Segurado apresenta soluções a nível do edifício e a nível das tipologias de fogo. Segundo a sua proposta os blocos conteriam 72 *apostamentos*, distribuídos por doze andares, e alojariam cerca de 312 pessoas. Os serviços comuns contemplados eram extensos. Incluíam as garagens e as arrecadações individuais na cave, o aquecimento e a lavandaria comum, as condutas de despejo do lixo com incineração, uma loja de "abastecimento geral" e, no piso térreo, estaria previsto um "restaurante agradável". Os fogos estariam divididos em três tipos distintos, com áreas e compartimentações diversas e destinados a três estruturas familiares diferentes. O Tipo A, mais pequeno e elementar, era constituído por um espaço comum para sala e cozinha, um quarto e uma casa de banho e a sua área seria de 66,95 m<sup>2</sup>. Este apartamento mais pequeno cumpria o que João Simões defendia, e que já referimos, de que nunca fossem propostos fogos com menos de 50 m<sup>2</sup> considerado como valor mínimo para se cumprir as condições exigidas. Esta casa seria destinada a solteiros ou a famílias sem filhos. A proposta intermédia, com os seus dois quartos, seria para casais com um ou dois filhos do mesmo sexo, com área um pouco superior aos 100 m<sup>2</sup>. Não está claro mas, pelo aumento da área, supõe-se que a cozinha passe a funcionar em espaço isolado da sala, ao contrário do que encontramos no Tipo A. O Tipo C destoa da contenção reclamada e praticada nos casos anteriores. Com 194,54 m<sup>2</sup>, ganha muito mais do que um quarto. A família a que se destina não é só maior, mas também apresentaria um nível socioeconómico muito distinto das anteriores. A zona de serviços cresce significativamente com uma diferenciação que não se verifica em nenhum dos outros tipos e que inclui cozinha, copa e sala para tratamento de roupa, assim como, um quarto destinado à criada. Esta resposta corresponde a uma família que conta com apoio de uma empregada interna e que, por isso, mantém estruturas de serviço doméstico tradicionais, como o espaço específico para o tratamento de roupas e a copa entre a cozinha e a sala de refeições. Na área comum, pelo que é explicado, a diferenciação entre os espaços de comer e de estar desaparece, sendo substituída por uma zona comum que cumpre,

---

<sup>383</sup> Segurado, "A solução vertical na habitação colectiva e os apartamentos", p. 229.

através da distinção do mobiliário, estas múltiplas finalidades<sup>384</sup>. Esta manutenção da complexidade e compartimentação da área de serviços, em paralelo com o aumento da fluidez dos espaços comuns e sociais da família encontram no já referido Bloco Sá da Bandeira, de Viana de Lima, uma efectiva proximidade das soluções [fig. 1.88].

Se Segurado, pelo anteriormente apresentado, não via problema na convivência num mesmo edifício habitacional de níveis socioeconómicos diversos, esta posição não é consensual. Nuno Teotónio Pereira e M. Costa Martins opõem-se a esta solução defendendo que a proximidade é salutar no contexto da unidade de vizinhança mas que num mesmo edifício ela é contraproducente, não explicitando, ainda assim, quais os problemas que poderiam advir desta excessiva cercania<sup>385</sup>. Também Porfírio Pardal Monteiro defende, num paralelismo com o que encontra por esses dias na “harmonia social de Lisboa”, a convivência e o contacto entre os habitantes de todas as classes sociais<sup>386</sup>. Fica por esclarecer se a referida coexistência é num mesmo edifício mas, lendo o objecto referência que é Lisboa, intui-se que seja uma proximidade de bairro mais do que no interior da unidade habitacional.

#### TEOTÓNIO PEREIRA E COSTA MARTINS: ENTRE O REGIME E A MODERNIDADE

A análise da posição de Teotónio Pereira e Costa Martins, não considerando a experiência urbana tradicional como boa referência, como o faz Pardal Monteiro, coloca outra estrutura de relacionamento com as diferentes classes em cima da mesa. Primeiro, é importante realçar a oposição veemente à segregação da “classe proletária”, colocada de preferência em bairros exclusivamente para si destinados e fora da restante malha urbana. Depois, identificam dois grupos sociais – a classe proletária e a classe média – e as suas características, com vista a definirem-se os tipos distintos de construção para os quais estão preparados. Para a classe média, mais capaz e mais apta, defendem o uso do edifício de habitação colectiva e de elevada densidade. Porém, para a classe proletária, e tendo em conta as suas características sociológicas, a solução altamente densificada não era considerada adequada. Sem nunca ser dito, percebe-se que as habitações propostas seriam muito possivelmente do tipo unifamiliar e de construção perecível e barata, parte efémera de um progresso social e habitacional a que as famílias proletárias seriam sujeitas<sup>387</sup>. A formalização desta solução – pequenas

---

<sup>384</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 232-233.

<sup>385</sup> Nuno Teotónio Pereira; M. Costa Martins, "Habitação económica e reajustamento social" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 245.

<sup>386</sup> Porfírio Pardal Monteiro, "Contribuição para o estudo do problema da habitação económica em Lisboa" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 256.

<sup>387</sup> Pereira; Martins, "Habitação económica e reajustamento social", pp. 246 e 248-249.



fig. 1.91 – Bairro da Quinta da Calçada (Lisboa), 1938-39. Fotografia de Eduardo Portugal, 1940. AML-AF (cota B090585).

casas de baixo custo e provisórias – já acontecera entre final dos anos 1930 e metade da década seguinte, no âmbito do chamado programa das Casas Desmontáveis. Decretado em 1938 daria origem a 3 bairros lisboetas: da Quinta da Calçada (500 fogos, 1938-39) [fig. 1.91], da Boavista (708 fogos, 1938-40, 1946) e das Furnas (322 fogos, 1946)<sup>388</sup>. A solução preconizada por Teotónio e Costa Martins seria talvez herdeira desta decisão governamental que não teve continuidade ou resultado prático significativo.

Identificados os tipos de edifícios aconselháveis para as referidas classes, excluir-se-iam os edifícios de “meia-altura” por serem “socialmente inconvenientes para a classe proletária e economicamente prejudiciais para a classe média”. O reajustamento social defendido pelos autores resulta na construção de habitação de carácter “transitório” que, dada a inevitável actualização do proletariado em classe média, deixaria de fazer sentido persistir, sendo esta habitação de recurso substituída por outra então já em altura. Voltaremos a este tema quando se debater a relação entre a casa e a estrutura familiar, mas convém salientar, neste momento, que o carácter efémero destas habitações supõe igualmente uma baixa densidade, supostamente de mais fácil apropriação e menor complexidade relacional, resultante da inaptidão deste conjunto social, como se de num degrau abaixo de urbanidade se encontrassem<sup>389</sup>.

No contexto desta apresentação ao Congresso, parece-nos importante sublinhar o contacto privilegiado que Nuno Teotónio Pereira tem com a produção teórica de Le Corbusier. Na sua

---

<sup>388</sup> Tavares, *Federações de Caixa de Previdência - Habitações Económicas. Um percurso na história da arquitectura da habitação em Portugal*, pp. 22-24.

<sup>389</sup> Pereira; Martins, "Habitação económica e reajustamento social", pp. 246 e 248-249.



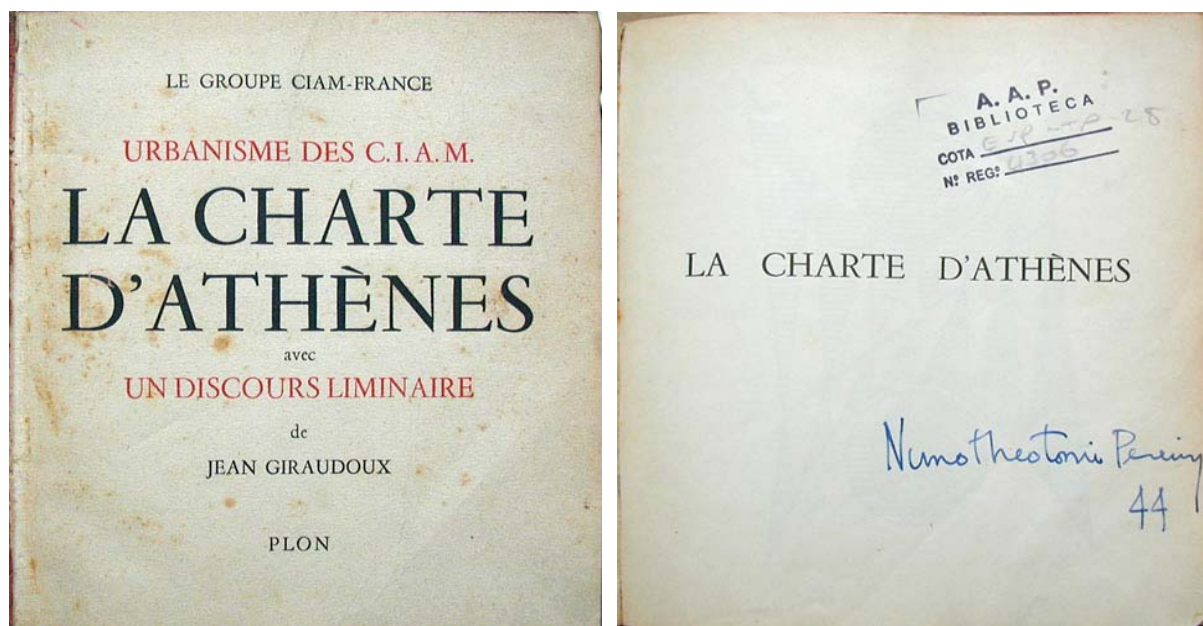


fig. 1.92 e 1.93 – Le Groupe CIAM-France, *La Charte d'Athènes*, Paris: Plon, 1943. Espólio Nuno Teotónio Pereira (cota BSS-AO).

biblioteca pessoal é possível encontrar diversos títulos do arquitecto franco-suíço que, pelo que é dado a perceber, terão sido adquiridos em datas muito próximas da primeira publicação<sup>390</sup>. No caso da *La Charte d'Athènes*, que surgirá referida em algumas teses do Congresso, Teotónio terá adquirido o seu exemplar um ano depois da publicação e, ao longo do seu exemplar, é possível encontrar diversas notas e sublinhados [fig. 1.92-1.93]<sup>391</sup>. É de realçar que são de Teotónio as primeiras traduções conhecidas do trabalho de Le Corbusier em Portugal. Entre 1943 e 1944 traduz dois textos para a revista dos estudantes de engenharia do Instituto Superior Técnico. O primeiro deles é parte de *La Maison des Hommes* e na introdução Teotónio salienta o interesse da proposta como vindo de um autor reconhecido em todos os “cantos do mundo”, detentor de uma “sinceridade absoluta” e capaz de uma “visão das coisas com olhos novos”. No centro do esquema em que organiza as actividades do arquitecto e do engenheiro surge a habitação, onde se encontra, segundo Le Corbusier, a predominância do mestre da Obra enquanto arquitecto, sobre o engenheiro<sup>392</sup>.

A segunda tradução, publicada ao longo de dois números da revista, é a entrada “Les besoin collectifs et le génie civil” realizada para a *Encyclopédie Française*, de 1935. Neste artigo, os destinatários mais óbvios são os engenheiros e Le Corbusier debruça-se sobre o que são os dois pilares das necessidades colectivas: a habitação e os transportes. Entendidos na sua relação com a engenharia, são abordados

<sup>390</sup> Na biblioteca da Secção Sul da Ordem dos Arquitectos é possível encontrar, entre outros: Le Corbusier, *La Ville Radieuse*. Paris: Editions de L'Architecture d'aujourd'hui, 1933 e Le Groupe CIAM-France, *La Charte d'Athènes*. Paris: Plon, 1943.

<sup>391</sup> Em 1944 Nuno Teotónio Pereira será o tradutor, junto com M. Costa Martins, da primeira versão parcial portuguesa da *Carta de Atenas* (Ana Isabel Ribeiro, “Nuno Teotónio Pereira ou a ética do sensível” in Ana Tostões. *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Quimera Editores, 2004, p. 102).

<sup>392</sup> Le Corbusier, “A arquitectura e a engenharia na construção”, *Técnica. Revista de engenharia dos alunos do I.S.T.*, n.º 138, Mai. 1943, pp. 360-364.

numa primeira parte as linhas ferroviárias, os canais, as estradas e o ar. Na segunda parte surge a cidade, com os temas da circulação e do urbanismo. Neste último são debatidos a habitação, a mobilização dos solos e das experiências e projectos. Sobre a habitação, o arquitecto defende-a como o “próprio fundamento da sociedade”, cuja adequação ou não às necessidades naturais do homem implica directamente no equilíbrio ou desequilíbrio da sociedade<sup>393</sup>.

A relevância deste conhecimento e interesse pelos textos mais actuais resulta ainda mais importante por não resultar óbvios os vínculos entre estes e a proposta do jovem Teotónio e do seu co-autor, Costa Martins. Se na sua colaboração com a *Técnica* Teotónio defende soluções radicais para os problemas importantes, como o é o da habitação, surgindo lado a lado com a defesa inquestionável da habitação em altura, de hierarquização de vias e de colectivação de equipamentos, na tese apresentada ao Congresso essas afinidades não se fazem sentir. Segundo afirma Teotónio, na introdução que escreve para a segunda parte do segundo texto que traduz, só cumprindo estes pressupostos a “cidade proporcionará ao homem o espectáculo da grandeza, de limpidez e de harmonia que contribuirá para dar satisfação às suas necessidades morais e espirituais”<sup>394</sup>. As concepções tradicionalistas e até, de certo modo, paternalistas face a parte da população – a classe proletária – levam os autores a esquecer esta premissa defendida como moderna que separa qualidades urbanas e habitacionais intrínsecas dos destinatários. Voltaremos à abordagem de Teotónio Pereira e Costa Martins aquando da análise específica das relações entre a família e o espaço a habitar.

### 3.4.3. RELAÇÃO PRIVILEGIADA ENTRE A HABITAÇÃO E A FAMÍLIA

As alterações que cidades e modos de vida vão sofrendo ao longo da primeira parte do século XX têm repercussões no que são as alterações da estrutura familiar e nas suas dinâmicas. A urgência de se encontrarem soluções que diminuam a falta de qualidade e quantidade de habitações silencia, na maior parte das vezes, o que são outras necessidades e premências. No contexto do Congresso, as relações próximas entre espaço doméstico e as variações na estrutura familiar são genericamente reconhecidas, mas nem sempre consideradas de primeira importância e sujeitas a uma análise profunda.

Apesar da escassez de teses apresentadas, o tema da habitação é considerado basilar por, como diz Matos Veloso, esta “ter como fim principal a defesa da família” que continua a desempenhar um papel central e que, afinal, é então ainda considerada sem hesitações como a “célula fundamental de

---

<sup>393</sup> Idem, “As necessidades colectivas e a engenharia”, *Técnica. Revista de engenharia dos alunos do I.S.T.*, n.º 142, Dez. 1943, pp. 591-596 e Idem, “As necessidades colectivas e a engenharia (conclusão)”, *Técnica. Revista de engenharia dos alunos do I.S.T.*, n.º 143, Jan. 1944, pp. 658-663.

<sup>394</sup> Le Corbusier, “As necessidades colectivas e a engenharia (conclusão)”, p. 660.

toda a sociedade”<sup>395</sup>. Das mudanças intuídas, a tese de Simões, Lobo e Rodrigues é a única que toca efectivamente no fundo da questão e que lança um olhar pragmático sobre o tema. Segundo estes autores o aumento significativo de um modo de vida diferente – com 25% das mulheres casadas a trabalharem fora de casa – acarreta alterações sociais e económicas profundas. Esta nova maneira de viver leva necessariamente a “simplificar e a racionalizar o programa, os elementos da construção e do equipamento doméstico”, apostando-se em materiais de limpeza e conservação fácil, em zonas de serviços “aperfeiçoadas e em distribuições internas práticas e facilitadoras”<sup>396</sup>. Ao nível do interior do fogo, o desenho adequado das soluções arquitectónicas assim como a escolha dos equipamentos e materiais aparentam ser parte da resolução dos problemas suscitados a estas novas famílias e principalmente estas novas mulheres, trabalhadoras fora de casa.

Os mesmos autores passam depois para a escala colectiva. Ainda analisando a nova mulher que passa mais tempo fora de casa do que dentro, identificam os problemas do tratamento das questões domésticas gerais – limpeza, alimentação, etc. – e dos filhos, como actividades e tarefas que as opções do fogo deixam por resolver. Assim é apresentada como solução uma certa colectivização destas tarefas ainda que não completamente detalhadas. Como dizem, a viabilização de uma resposta que fosse neste sentido passaria por uma organização colectiva e um usufruto comum de “pessoal especializado tratando das crianças e dos trabalhos domésticos”<sup>397</sup>. Esta proposta, ainda que pouco desenvolvida, aponta para os dois níveis de soluções que o binómio falta de casas e novas dinâmicas familiares apontam: um espaço da família mais capaz de facilitar a vida de todos os que a habitam, principalmente da mulher trabalhadora no exterior da habitação, e a construção de determinados equipamentos sociais colectivos que suportem e facilitem a vida destas famílias emergentes.

Outros autores prestam atenção a este problema e defendem o “espírito colectivista e cooperativista” necessário a ter em conta na construção dos novos bairros. Para Viana de Lima, a principal virtude deste tipo de organização seria libertar a mulher de parte das pesadas tarefas incluídas nos serviços domésticos e que, assim, permitiria que fosse colocado à disposição das famílias o usufruto das “vantagens de um perfeito equipamento moderno”. Deste modo, seria permitido que as mudanças sociais acontecessem e que assim se possibilitasse a criação de uma “raça sólida, bela e sã”<sup>398</sup>. Para o arquitecto a relação entre uma envolvente adequada que facilite e melhore a qualidade de vida das populações é directamente proporcional, como se vê, ao aumento das diversas sanidades passíveis de serem encontradas na estrutura social. Os equipamentos modernos e os espaços verdes qualificados, todos para usufruto de todos, complementariam as “novas casas”. Estas seriam encaradas de tal

---

<sup>395</sup> Veloso, "Habitação rural e urbanismo", p. 200.

<sup>396</sup> Simões; Lobo; Rodrigues, "O alojamento colectivo", p. 239.

<sup>397</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>398</sup> Lima, "O problema português da habitação", p. 217.

maneira que se tornariam em “filhas da aplicação disciplinada do espírito utilitário das técnicas modernas, onde funções diárias sejam justamente repartidas” e seriam o “maior receptáculo da vida familiar”<sup>399</sup>. Mais uma vez, os dois níveis – escalas da família e da vizinhança – surgem em complemento. À consciência que a nova configuração de casa purga certas actividades domésticas específicas, muitas vezes no passado efectuadas com mão-de-obra de apoio, surge uma vaga colectivização dos diferentes papéis das velhas criadas internas, guardiãs e criadoras dos filhos dos patrões, por um lado, e garante do cumprimento dos serviços domésticos quotidianos, por outro.

Outro dos arquitectos participante no Congresso e que se dedica a reflectir sobre as novas necessidades familiares e a sua satisfação é o já referido Miguel Jacobetty. Num contexto de defesa da racionalização, apresenta uma proposta que separa duas escalas de serviços. Por um lado são apresentados os “serviços autónomos interiores”, que incluem o abastecimento e a alimentação, e são parte de cada unidade habitacional. Por outro, propõe a existência de “estabelecimentos exteriores” que resultam das necessidades de uma vizinhança mais alargada, onde inclui as escolas infantis ou os centros culturais. Assim, segundo o arquitecto, se resolveriam os problemas resultantes do “rápido advento da presente civilização engendrou” e que põe “em perigo a saúde do corpo e do espírito”<sup>400</sup>. Neste caso, a proposta apresenta três níveis de soluções, cujo escalonamento depende da maior ou menor colectivização das necessidades. Resolvidas as exigências mais específicas da família no contexto da casa, procura-se uma resposta de nível intermédio no interior do edifício; finalmente, um conjunto alargado de edifícios justifica e exige os equipamentos colectivos de pequena escala urbana, como o apoio escolar infantil.

#### EVOLUÇÃO FAMILIAR E ESPACIAL

É essencial voltar-se ao texto de Nuno Teotónio Pereira e M. Costa Martins<sup>401</sup> pelas contribuições específicas sobre a reflexão do habitar e, neste caso, como se articula uma determinada hierarquia e as mais-valias relacionais e familiares que adquirem as famílias ao mudarem de nível socioeconómico com as respectivas actividades praticadas no interior da casa. Da análise que os autores afirmam ter efectuado surgem, como já foi referido, duas classes consideravelmente distintas: a classe proletária e a classe média. As funções realizadas no seio do espaço doméstico são divididas em duas. Por um lado, surgem as funções individuais, que implicam actividades de repouso e higiene. Estas são consideradas indispensáveis para qualquer das classes e, por isso, devem ser aplicadas em “grau normal” também nas habitações transitórias para o proletariado. Ainda que tal não seja explícito,

---

<sup>399</sup> Idem, *Ibidem*, p. 215.

<sup>400</sup> Jacobetty, “A racionalização na habitação e na urbanização”, p. 226.

<sup>401</sup> Pereira; Martins, “Habitação económica e reajustamento social”, p. 243.

intui-se que se referem a quartos independentes para adultos e crianças, com camas separadas para os filhos e agrupados segundo o sexo, assim como à existência de pelo menos uma instalação sanitária completa por fogo. Este é o quadro genericamente perceptível como correspondente aos mínimos de salubridade aplicada às actividades de individuais. Por outro lado, temos as funções realizadas no “quadro familiar” e que implicam a reunião familiar, com o serão e as refeições em destaque. Neste caso já as diferenças existentes entre classes são consideradas relevantes e com implicações na estrutura do fogo. A eventual presença de criada, na classe média, amplia ainda mais as diferenças e variações possíveis. A chamada “efectivação do serão” atinge o seu “esplendor”, segundo os autores, na classe média, só existindo na família proletária alegadamente de “forma rudimentar”. Como consequência é proposto que nas habitações transitórias para proletariado se permita esta função com contenção já que será efectuada num “grau pouco evoluído”. No caso das refeições, também o seu “carácter solene e simbólico [...] aumenta na mesma medida do nível social”. Também aqui são propostas soluções espaciais distintas, resultantes de maior ou menor grau de desenvolvimento das famílias, consoante o seu nível social. Quando se projecta para as famílias da classe média deve ser tido em conta que estas exigem, para as refeições, um “enquadramento apropriado”.<sup>402</sup>

Outra das questões da organização do fogo está relacionada com a já referida existência, ou não, de criada. Neste caso, encontramos um elemento diferenciador dentro da classe média que tem implicações nas opções projectuais. Teotónio Pereira e Costa Martins reconhecem que a não existência desta figura implica necessariamente a execução das tarefas domésticas pela mãe de família. Nestes casos, tal como acontece necessariamente na classe proletária, a zona de serviços será o local onde estas mulheres passam parte significativa do seu tempo e, assim sendo, sugerem que “terá que proporcionar-se uma ampla ligação entre esta e o local de reunião”. Daqui resulta o que chamam de uma “contiguidade perfeita” entre a cozinha e o espaço de refeições<sup>403</sup>. Esta proposta é de todas as que estes autores propõem a que maior actualidade apresenta e, como veremos, será profusamente explorada nas soluções das décadas seguintes.

A atitude desenvolvimentista que sustém a tese de Teotónio Pereira e Costa Martins, distinta das restantes propostas, não está imune a certa estranheza e a algumas implicações arquitectónicas, diríamos, invertidas. As ideias de caracterização de classe implicam uma formatação de comportamentos sociais e familiares curiosamente clara e, por isso, configuram níveis de resposta do fogo. Não se trata da ideia mais contemporânea de que a modos de vida e cultura específicos correspondem necessidades espaciais distintas, mas de uma segregação, através da redução espacial defendida, dos que se encontram em determinado nível considerado inferior, até que evoluam. Mais

---

<sup>402</sup> Idem, *Ibidem*, p. 246.

<sup>403</sup> Idem, *Ibidem*.

especificamente, quem pertence à classe proletária é social e familiarmente menos desenvolvido e sofrerá uma evolução, transitando, neste caso, para o nível superior, correspondente à classe média. Cumprindo este salto, e só então, tem direito a um espaço que contenha a sua crescente complexidade relacional. Percebe-se o positivismo da visão se se considerar que, no final, é expectável que toda a sociedade se transforme numa imensa classe média, cumprida através de um fogo apto para vidas sociais e familiares desenvolvidas.

Como já se referiu, estes graus distintos que caracterizam as actividades pessoais e familiares dentro do quadro familiar e no espaço doméstico têm correspondência directa nas áreas destinadas às referidas actividades. No caso do pouco desenvolvimento das funções familiares na classe proletária encontramos, como reflexo imediato no projecto, a redução do espaço destinado a estas tarefas, assim como a diminuição da sua complexidade. No que será a sala comum, pressupõe a proposta menos espaço e menos espaços dentro do espaço, o que resulta, aparentemente, numa contradição face ao defendido por outros arquitectos de se abolir por completo a exiguidade espacial e as tradicionais casas de 50 m<sup>2</sup> ou menores. Outra coisa importante fica por explicar. Considerando o "reajustamento social" referido no título relacionado com a habitação económica mas se esta é limitadora quanto ao grupo de origem, de onde parte a possibilidade de evolução? Esta questão não é passível de resposta e não aparenta que seja a arquitectura a voluntariosa motivadora da mudança. No contexto defendido, a arquitectura contribui, pelo contrário, para a perpetuação do suposto subdesenvolvimento sociofamiliar do proletariado, restringindo-lhe por mimesis a sua transformação quotidiana.

O tema do aluguer/propriedade não ocupa muita reflexão no Congresso, ao contrário do impacto tido no ambiente de discussão ideológica da primeira décadas do século XX. Jorge Segurado, na sua proposta de solução vertical e na proliferação de aposentamentos, deixa todas as possibilidades em aberto. Segundo este arquitecto, deveriam estar presentes todas as possibilidades: tanto o regime de compra como o de aluguer são considerados necessários e prevê, inclusivamente, que este último possa existir numa vertente ainda mais completa: aluguer mensal que incluía mobília<sup>404</sup>. Para além disto, não efectua qualquer juízo de valor ou reflexão sobre o modelo mais adequado ou a quem se destina cada um dos três casos referidos. Porfírio Pardal Monteiro também dedica alguma atenção ao tema do aluguer mas no sentido de responsabilizar os inquilinos, protegendo os proprietários dos fogos. Defende, por isso, que deveria ser obrigatório um seguro de renda de casa, efectuado a par com o contrato de arrendamento. Especificamente sobre as casas de renda baixa propõe que os

---

<sup>404</sup> Segurado, "A solução vertical na habitação colectiva e os aposentamentos", p. 234.

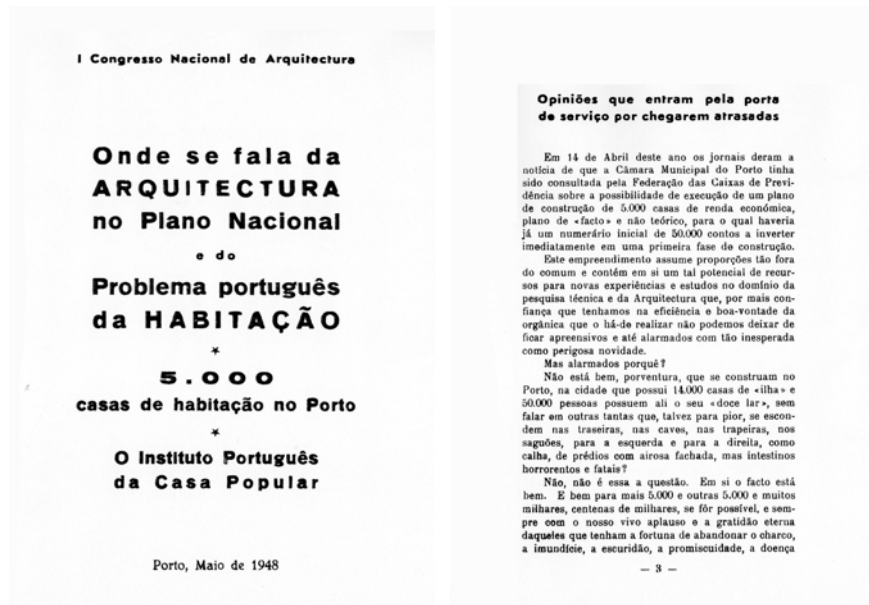


fig. 1.94 e 1.95 – Leone et al, “Opiniões que entram pela porta de serviço por chegarem atrasadas”. Porto, 1948, capa e p. 3.

inquilinos sejam responsabilizados pelos danos causados e respectivos prejuízos, seja por uso indevido, seja por negligência<sup>405</sup>.

Tal como acontece com o regime de Oliveira Salazar com o passar do tempo<sup>406</sup>, também no seio dos arquitectos se identifica uma abertura face à pluralidade das soluções através das quais os habitantes se relacionam em termos de propriedade com a sua casa. A pouca atenção dedicada a este tema exclui a possibilidade de existir uma visão global que os arquitectos presentes no Congresso professassem, mas igualmente exclui grandes incomodidades ou oposições entre posições tomadas. O modo como a família se relaciona legalmente com o espaço que habita não aparenta ter grandes implicações com os outros interesses apresentados e a atenção destes é deslocada para os outros temas considerados mais relevantes e dos quais temos vindo a falar.

#### MANIFESTO DOS QUE ENTRAM PELA PORTA DE SERVIÇO POR CHEGARAM ATRASADOS

Marginal ao desenrolar ortodoxo dos trabalhos pelo atraso com que chega – como é explicado logo no título –, surge um documento assinado por um extenso grupo de arquitectos portuenses<sup>407</sup> e que, pelo seu cabeçalho, se remete aparentemente para ambos os temas de trabalho [fig. 1.94-1.95]. Reclamavam-se herdeiros das *Sete Lâmpadas da Arquitectura* e das suas virtudes – Sacrifício, Verdade,

<sup>405</sup> Monteiro, "Contribuição para o estudo do problema da habitação económica em Lisboa", p. 262.

<sup>406</sup> Ver subcapítulo 2.3.1. Entre a *casa portuguesa* e a *casa-colmeia* – Casas urbanas.

<sup>407</sup> O manifesto, de Maio de 1948, é assinado por 22 arquitectos: A. Azeredo Leone, Eduardo R. Matos, Adalberto Dias, Fernando Moura, Benjamim do Carmo, Albertino Galvão Roxo, Jerónimo Reis, Fernando Limpo de Faria, Mário Bonito, Artur Andrade, Agostinho Ricca, A. Matos Veloso, Luís Oliveira Martins, A. Domingues da Silva, Delfim Fernandes Amorim, Rocha Carneiro, Arménio Losa, Viana de Lima, Alfredo Ângelo Magalhães, Cassiano Barbosa, António Lobão Vital e Cruz Lima.

Força, Beleza, Vida, Recordação e Obediência – de John Ruskin, tal como já José Pessanha reclamara quase meio século antes como sendo o caminho a escolher para o desenvolvimento da arquitectura nacional<sup>408</sup>. Numa procura de que as obras realizadas se aproximem do longínquo “verdadeiro caminho”, propõem-se organizar uma identificação das intervenções necessárias no contexto português de finais de 1940,<sup>409</sup>.

Estas “Opiniões que entram pela porta de serviço por chegarem atrasadas” organizam-se através de oito pontos, abrangendo temas diversos. Por um lado, é defendida a criação de um plano de urbanização a diversos níveis, que dote o país de uma estratégia de ocupação do território, assim como é feita uma solicitação para que os Poderes Públicos intensifiquem o apelo efectuado à contribuição da arquitectura, assim como é defendido o uso do concurso público como processo adequado e legítimo para escolha de propostas, contra o clientelismo. Os autores colocam-se igualmente contra os gastos de dinheiros públicos em obras sumptuárias e monumentais, dadas as carências efectivas do país em diversas áreas, como por exemplo a da habitação. Já na sua própria disciplina afirmam-se veementemente contra a prática da cópia e o anacronismo daí resultante e, ainda que reconhecendo o valor das manifestações populares, consideram inconcebível que estas sejam colocadas como expoente máximo da cultura nacional. Sublinham igualmente a importância da habitação em núcleos rurais – residência, segundo os autores, de 45% da população do país – e reclamam sobre esta um inquérito e a consequente aplicação do progresso em seu benefício<sup>410</sup>.

O sétimo ponto, dedicado à falta de habitação, é aquele que surge com maior desenvolvimento e com dados de enquadramento internacional. Constatada a necessidade social, surge o ponto de vista de que se reconhecem devedores e que inclui a necessidade de considerar aproximações diversas: técnica, económica, higienista, urbanística e arquitectónica. Destes diversos aspectos destacam-se a defesa da standardização e de pré-fabricação, a relação efectiva entre o custo da renda económica e a capacidade das famílias operárias a instalar, a utilização das soluções em altura, com referência ao mínimo de dez pisos defendidos por Walter Gropius. Mas também, com os dados afirmados por Le Corbusier na apologia da cidade-jardim vertical, a defesa de salas comuns de dupla altura e de espaços específicos para as crianças, assim como a clareza e funcionalidade das plantas.<sup>411</sup>

Numa linha herdada das atitudes higienistas do século anterior, os autores acreditam, sobre a aproximação a ter sob o ponto de vista social:

---

<sup>408</sup> Pessanha, “Fachadas de estylishação tradicionalista”, p. 139.

<sup>409</sup> Leone *et al.*, “Opiniões que entram pela porta de serviço por chegarem atrasadas”, p. 6.

<sup>410</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 7-18.

<sup>411</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 10-17.



- que a Vida em casas higiénicas, alegres e dignas, torna os homens optimistas, saudáveis e fortes, contribui para a consolidação da família, a alegria do lar e a purificação das ideias, afasta da taberna, do crime e da sujidão. Primeiro um meio próprio e depois então a crítica; [e]

- que favorecer a energia e a saúde humanas, a convicção e a firmeza do carácter, a alegria e a temperança do espírito é criar riqueza do mais alto valor social, riqueza verdadeira, positiva, talvez a única sólida de um povo. Uma vida perdida, um corpo doente, um espírito amolecido, constituem incalculável prejuízo para uma Nação<sup>412</sup>.

Este discurso não surpreenderia se surgisse assinado por um adepto do regime e o médico Manuel Vicente Pereira escreveu aproximações a esta relação causa-efeito entre as condições das habitações e, em última análise, a sanidade da própria nação. A fechar esta dissertação sobre o valor social da habitabilidade dos fogos não hesitam em exclamar enfaticamente e com relevância gráfica que: “Quanta vida, quanta energia, quanto espírito tem a má habitação destruído! Quanta riqueza perdida!”<sup>413</sup>.

Como manifesto que se preze, propõe-se ao uso do dinamismo gráfico, das frases curtas e das exclamações recorrentes e hiperbólicas. Ainda assim, organiza-se de modo a conseguir sintetizar posições ordenadas e não ser um simples somatório de gritos de guerra. Este documento, proposto temporal e formalmente de um modo marginal e não enquadrado no texto oficial produzido, acaba por tocar de diferentes modos no âmbito do Congresso. Por um lado, pela coincidência parcial de autores que, como já foi anteriormente referida, acontece em cinco casos. Por outro, é possível encontrar uma aproximação entre preocupações e aproximações às mesmas que, para muito do que é afirmado, quase se poderia reconhecer como uma outra síntese às teses apresentadas.

#### MIGUEL JACOBETTY E O ESTUDO DA CASA

À margem das teses surge uma comunicação, a única em todo o Congresso, da autoria de Miguel Jacobetty e com o título de “Estudo de casas de renda económica”, que, por diversos motivos, se surge com um carácter excepcional. Este documento e as respectivas peças gráficas já tinham sido publicadas, em 1945, na *Revista Municipal* num artigo não assinado<sup>414</sup>.

---

<sup>412</sup> Idem, *Ibidem*, p. 17.

<sup>413</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>414</sup> s.a., “Grandes Problemas de Lisboa. A construção de Casas de Renda Económica. Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro”, pp. 33-38. A coincidência de conteúdos confirma a autoria da primeira publicação conferida a Miguel Jacobetty, autor do projecto, já atribuída anteriormente por outro autor (Ricardo Costa Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009 [2003], p. 94).

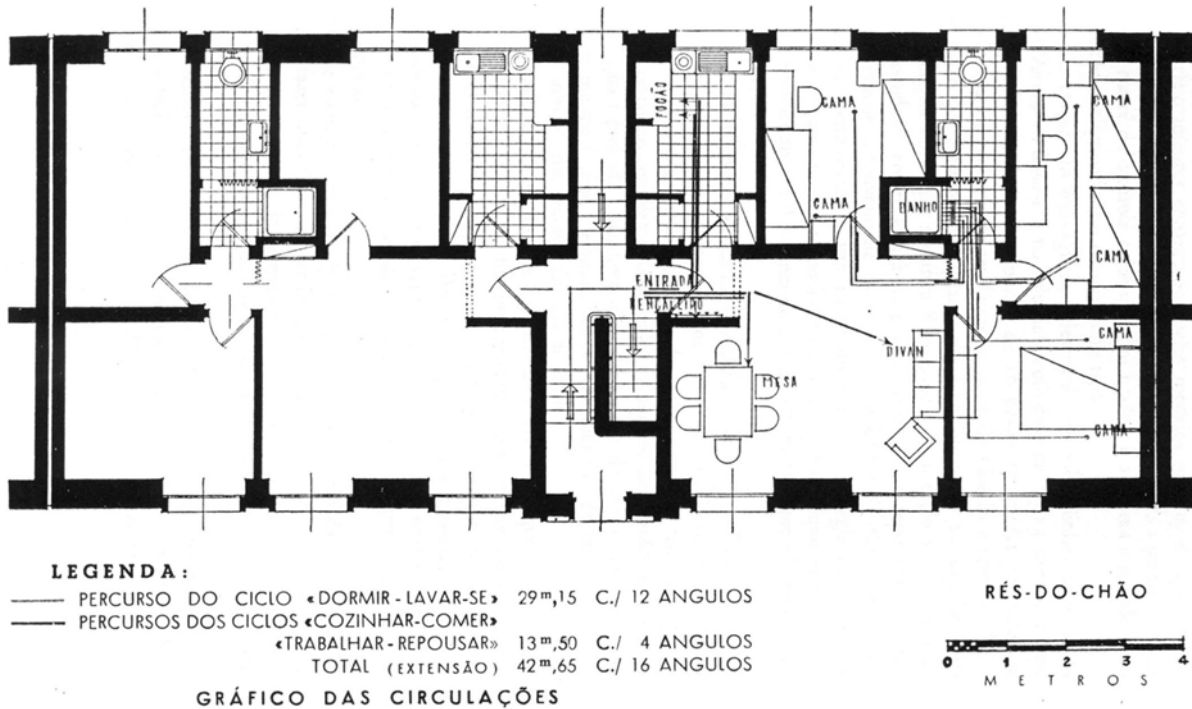


fig. 1.96 – Série I, Tipo 3 – Mapa de circulações (Alvalade). Miguel Jacobetty, “Estudo de casas de renda económica [comunicação]”. SNA. 1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso. Lisboa: SNA, 1948, p. 278.

Nas actas do Congresso este é o único trabalho publicado que apresenta imagens. Mais de metade das 18 páginas que ocupa são preenchidas desenhos e gráficos relativos projecto que se encontrava a ser realizado na zona de Alvalade, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa e com o apoio da FCP-HE. Com um plano de conjunto de Faria da Costa (1906-1971) a zona deveria receber, para além da habitação, espaços verdes, equipamento diverso e comércio. As soluções para habitação previstas para o Bairro incluíam nove tipos distintos que procuravam responder às distintas necessidades que diversos escalões sociais e diferente número de elementos por agregado familiar configuravam<sup>415</sup>. Esta proposta empenhava-se na variabilidade efectiva dos tipos de família a alojar e procura contrariar a segregação dos bairros emergentes.

Para lá da apresentação dos diferentes tipos de fogo são explicados os princípios reguladores que permitem, segundo os autores, a respectiva racionalização. Para se conseguir habitação económica, mais do que reduzir áreas e investimento nos materiais, é defendida uma racionalização sustentada em três axiomas. O primeiro diz respeito às circulações e visa a redução de percursos e deslocações realizadas dentro dos fogos para realizar certas tarefas encadeadas. Seguidamente defende-se a “concentração de superfície livre” à qual o desaparecimento de circulações dispensáveis não é alheio. Finalmente surge o princípio que visa as “boas afinidades geométricas e correlação de compartimentos”. Considerando três percursos chave em análise – “cozinhar-comer”, “trabalhar-

<sup>415</sup> Jacobetty, “Estudo de casas de renda económica [comunicação]”, pp. 267-286.

repousar” e “dormir-lavar-se” – concluiu o autor que a tortuosidade e demora no cumprimento destes trajectos tem repercussões ao nível da “regularidade” destas funções e tem como resultado final uma “perda de tempo e de energia”. Um outro problema que resulta em desgaste quotidiano, e por isso a evitar, prende-se com os cruzamentos entre estes percursos que resultam do agrupamento não adequado dos compartimentos.<sup>416</sup>

Para explicar como os estudos gráficos permitem a procura de uma maior adequação destes princípios ao projecto do fogo, Jacobetty apresenta esquemas comparativos onde esta clareza e perceptibilidade de percursos são variavelmente conseguidas [fig. 1.96]. No caso considerado mais adequado encontramos a entrada, a cozinha e a sala numa mesma área junto à entrada e com uma proximidade e quase ausência de circulações que faz com que desapareçam quaisquer cruzamentos ou excessos de ângulos no cumprimento dos circuitos de “cozinhar-comer” e de “trabalhar-repousar”. Para o percurso “dormir-lavar-se” são igualmente cumpridos os requisitos expostos e, com os seus doze ângulos para os seis ocupantes da casa, a solução é dada como racional e adequada. Deste modo procura o projectista cumprir a exigência de racionalização e conseqüente embaratecimento de construção, com ganho efectivo de qualidade e clareza no uso da totalidade dos fogos, assim como na utilização das diversas zonas e compartimentos propostos.

Para além das avaliações gráficas dos percursos, são também utilizados quadros de avaliação das tipologias desenvolvidas. Aplicados aos dois exemplos apresentados para o Tipo 3 da Série 1 são publicados dois mapas. O primeiro deles fixa valores relativos às áreas gerais e específicas de cada uma das plantas e coeficientes de utilização e de habitabilidade. Nos dois casos apresentados as diferenças não são significativas nos valores dos coeficientes finais, mas apresentam algumas diferenças nos parciais. Sublinhamos o aumento da área da sala de estar/comer em mais de 30%, quando se observa a solução que valoriza abolição de circulações [fig. 1.97]. Nesta solução, junto com a zona comum, assiste-se a um aumento dos chamados compartimentos secundários, cozinha e instalação sanitária. Destes a única excepção é a superfície de corredor que sofre uma queda significativa, de 4,125 para 0,85 m<sup>2</sup>, ficando praticamente residual e correspondendo simplesmente a uma pequena antecâmara que serve dois quartos e a instalação sanitária. O quarto principal tem também uma diferença de área, numa clara opção de valorização das zonas comuns, tanto de lazer como de serviços.<sup>417</sup>

O segundo dos quadros, ou mapas como lhes chama Jacobetty, avalia positiva (+) ou negativamente (-) dezassete pontos considerados relevantes para a qualificação de cada uma das propostas [fig. 1.97]. A utilização deste “Método dos Sinais” de Alexander Klein avalia, no caso de Alvalade,

---

<sup>416</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 277-278.

<sup>417</sup> Idem, *Ibidem*, p. 282.

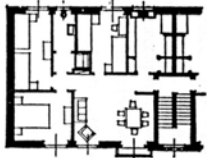
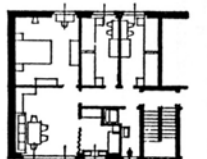
TIPOS DE PLANTAS	CARACTERÍSTICAS HIGIÉNICAS			BOA UTILIZAÇÃO DE TODOS OS COMPARTIMENTOS BEM AGRUPADOS E COLOCADOS										RESULTADO DO INQUÉRITO				
	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		30	31	32	33
 SÉRIE I—TIPO 3	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	16
 SÉRIE I—TIPO 3 (VARIANTE)	+	+	+	-	+	-	-	-	+	+	-	+	-	-	-	+	-	8

fig. 1.97 – Mapa «B» (Sequências). Miguel Jacobetty. “Estudo de casas de renda económica [comunicação]”. SNA. 1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso. Lisboa: SNA, 1948, p. 283.

questões de distribuição equilibrada e independente de compartimentos, orientação, insolação e iluminação ou adequabilidade das zonas à sua função. Anteriormente Jacobetty já aplicara um dos métodos gráficos do mesmo Klein na racionalização da distribuição dos diferentes espaços no interior da habitação<sup>418</sup>. A planta anteriormente referida obteve 16/17 notas positivas contra a variante menos adequada que cumpriu 8 em 17 pontos observados [fig. 1.96]. Como já se tinha percebido pelos esquemas anteriores, no caso melhor avaliado assistia-se a uma diminuição de cruzamentos inter-actividades e de ângulos efectuáveis nos diversos percursos. Também que a dimensão dos percursos é mais pequena neste exemplo. Todos estes factores contribuem para a valorização da solução de uma das plantas em detrimento das outras e de que o Mapa B dá testemunho.<sup>419</sup>

Fechamos a reflexão deste tema com a análise desta comunicação pelo que ela tem de sólida e de antecipadora do que se virá a procurar praticar com crescente interesse uma década depois. Ao contrário do espírito geral presente nas restantes participações, esta sustenta efectivamente uma solução com um processo de investigação em íntima relação com os resultados projectuais. A reclamação que fazia o grupo de arquitectos do Porto no seu manifesto acontecia iniciativamente

<sup>418</sup> Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, p. 96

<sup>419</sup> Jacobetty, "Estudo de casas de renda económica [comunicação]", p. 283.

neste trabalho. Ainda que sendo seguramente questionável nas respostas que dá às questões urbanas, em algum do vocabulário utilizado ou até no desenho efectivo dos fogos, consegue passar para a sua apresentação no seio do Congresso um conjunto de objectivos que, sustentados por uma ideia racional de habitar, se configuram em propostas efectivas de modos de estar e de fazer o espaço doméstico económico, não necessariamente diminuído em relação ao que são as expectativas mínimas de um correcto habitar. A procura da justa medida, num sentido de cumprimento da dignidade necessária a um fogo para ser casa, é aqui apropriada por uma metodologia que cruza a investigação com o desenho, ou melhor, onde este se coloca à mercê da primeira, numa procura da perfeição relativa.

A estrutura das conclusões efectuadas sobre este segundo tema dedicado à habitação é organizada em vinte e oito pontos e reflecte as teses apresentadas. Existe, em muitas destas pequenas sínteses, um cruzamento de diversos artigos a colaborarem para uma mesma conclusão. Assim, as duas teses mais representadas, de Miguel Jacobetty e de António Lobão Vital, contribuem respectivamente para nove e oito conclusões. No extremo oposto está a proposta de Teotónio Pereira e de Costa Martins assim com a de Arménio Losa que só contribuem para três e duas conclusões respectivamente. Na introdução, o autor desta síntese, Sérgio de Andrade Gomes, já efectuara uma pequena listagem das teses apresentadas com um pequeno resumo para a quase totalidade delas, permitindo uma apresentação breve das mesmas<sup>420</sup>. As escolhas são claras face ao que era apresentado pelos arquitectos e Andrade Gomes não aparenta dificuldade na estruturação e recapitulação sintética do anteriormente apresentado. A proximidade entre alguns pontos de diversas teses facilitava seguramente o trabalho realizado.

---

<sup>420</sup> Gomes, "Relatório das teses apresentadas sobre o tema II (O problema português da habitação)", pp. 287-293.

